UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RITA DE CÁSSIA LANA

**UFSCar: Estado, Reforma e Autonomia Universitária
(1988–2002)**

SÃO PAULO
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**UFSCar: Estado, Reforma e Autonomia Universitária
(1988–2002)**

Rita de Cássia Lana

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP para obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Lourdes Mênaco Janotti

SÃO PAULO
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

Presidente da Banca: Profª Drª Maria de Lourdes Mônaco Janotti

Examinador(a): _____

Examinador(a): _____

Examinador(a): _____

Examinador(a): _____

*Dedicado à Joaquina e Carmelinda;
primeiras narradoras e numes de
minha pena.*

AGRADECIMENTO

‘Qui grate beneficium accipit primam eius pensionem solvit’, ensinou Sêneca. Concorde com o sábio ensinamento e aqui manifesto minha profunda gratidão aos muitos envolvidos na consecução deste trabalho, a quem menciono agora:

– Minha orientadora, profa. dra. Maria de Lourdes Mônico Janotti, por quem sou honrada com a convivência profissional e sobretudo pessoal. As palavras serão insuficientes para descrever o quanto aprendi e devo a ela – deixo expresso aqui meu reconhecimento;

Meus colegas de pós-graduação e do NEHH, que foram companheiros neste trajeto de pesquisa e com quem dividi momentos importantes, dúvidas, preocupações e o prazer do diálogo inteligente;

– Às secretárias Aparecida Regina Firmino Canhete e Adriane Cristina de Oliveira Garcia, responsáveis pela Secretaria dos Órgãos Colegiados da UFSCar, sempre zelosas ao atender minhas demandas;

– À comunidade acadêmica da UFSCar, que inspirou esta tese, na pessoa do prof. Targino de Araújo Filho - a quem agradeço ter autorizado meu acesso ao acervo documental do Conselho Universitário;

– À minha família, especialmente meu pai Santo, minha mãe Edna e meu filho Bruno, que souberam compreender as minhas ausências e tempo dedicado ao trabalho da tese, me apoiando incondicionalmente, amor sem medidas;

– Por fim, àquele a quem devo uma existência compartilhada de felicidade conjugal e intelectual: Sílvio, meu porto seguro - amado e amigo inesquecível de todas as horas.

*Le temps est le seul capital des gens qui
n'ont que leur intelligence pour fortune*

Honoré de Balzac

RESUMO

LANA, R.C. UFSCar: Estado, Reforma e Autonomia Universitária (1988–2002). 2015. 338 pág. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Esta tese dedica-se a estudar, no âmbito da história política do tempo presente, as configurações históricas dos processos inter-relacionais em uma universidade pública federal no Brasil contemporâneo e sua conexão com a recente história político-administrativa, em sentido amplo. Para tanto, a UFSCar/Universidade Federal de São Carlos foi tomada como base para o estudo e a pesquisa documental teve suporte na documentação dos órgãos colegiados desta instituição, além de outros subsídios advindos de acervos jornalísticos e banco de documentos de órgãos públicos federais. Em função do estudo destas fontes primárias emergiram os momentos de periodização da tese, quais sejam, de 1988 à 2002, o que permitiu questionar a noção de “modernização institucional” e autonomia universitária enquanto aparato discursivo de grupos no poder que produziu o mascaramento do conflito capital-trabalho no âmbito de uma instituição pública de ensino superior.

Palavras-chave:

UFSCar; Autonomia Universitária; Reforma Administrativa do Estado

ABSTRACT

LANA, R.C. UFSCar: State, Reform and University Autonomy (1988-2002). 2015. 338 p. Thesis (doctoral) – Faculty of Philosophy, Literature and Human Sciences, FFLCH, University of São Paulo, São Paulo, 2015

This thesis investigates, in the area of political history of the present time, the historical process in a Brazilian federal public university and the connection between national political and administrative system. For this purpose, we analyzed the Federal University of São Carlos/UFSCar through a documental research focus on University Advisory Board, newspapers and federal documents. The periodization emerge from the database, i.e., 1988 to 2002, which allowed to investigate the concept of "institutional modernization" and university autonomy as discursive strategies employed by groups in power to hidden labour-capital conflicts in a Public Higher Education Institution.

Keywords: UFSCar; University autonomy; Administrative reform of the State

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFSCar	Associação dos Docentes da UFSCar
ADUSP	Associação dos Docentes da USP
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ANDES-SN	Associação Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior Sindicato-Nacional
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APG	Associação dos Pós-Graduandos/UFSCar
Arena	Aliança Renovadora Nacional
ASUFSCar	Associação dos Funcionários da UFSCar
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CANOA	Comissão de Assessoria e Normas Orçamentárias e Administrativas/UFSCar
CC	Conselho de Curadores/UFSCar
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde/UFSCar
CCT	Centro de Ciências e Tecnologias/UFSCar
CD	Cargos de Direção
CECH	Centro de Educação e Ciências Humanas/UFSCar
CEDATE	Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação
CEDES	Centro de Estudos de Direito Econômico e Social
CEPe	Conselho de Ensino e Pesquisa/UFSCar
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFSCar
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CME	Capitalismo Monopolista de Estado
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CoAd	Conselho de Administração/UFSCar
CONAD	Conselho Nacional de Associações de Docentes
Consuni	Conselho Universitário/UFSCar
COS	Coordenação dos Órgãos Suplementares/UFSCar
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CREFITO	Conselho Regional de Fisioterapia
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAA	Divisão de Assuntos de Alunos/UFSCar
DCE	Diretório Central dos Estudantes/UFSCar
DEMa	Departamento de Engenharia de Materiais/UFSCar
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DICA	Divisão de Informação e Controle Acadêmico/UFSCar
EESC	Escola de Engenharia de São Carlos / USP
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACEPE	Fundação de Amparo à pesquisa de Pernambuco
FAI	Fundação de Apoio Institucional/UFSCar
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FASUBRA	Federação das Associações dos Servidores das Universidades Públicas
FC	Funções de Confiança
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras / USP
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FSP	Jornal Folha de São Paulo
FUFSCar	Fundação Universidade Federal de São Carlos

GAE	Gratificação de Atividade Executiva
GED	Gratificação de Estímulo à Docência
GERES	Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior
GID	Gratificação de Incentivo à Docência
GRIPE	Gratificação por Produtividade de Ensino
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
ISI	Institute for Scientific Information
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
JCR	Journal Citation Reports
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOA	Lei Orgânica da Autonomia
LOU	Lei de Orçamento das Universidades
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação e Cultura / Brasil
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEHH	Núcleo de Estudos em História e Historiografia / USP
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCC	Outros Custeios e Capital
OESP	Jornal O Estado de São Paulo
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional/UFSCar
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Procuradoria Jurídica/UFSCar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRCE	Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
Redalyc	Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe
RJU	Regime Jurídico Único
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEAF	Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas
SEDAP	Secretaria de Administração Pública
SESu / SENESU	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINTUFSCar	Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFSCar
SOC	Secretaria dos Órgãos Colegiados/UFSCar
SRH	Secretaria Geral de Recursos Humanos/UFSCar
TCU	Tribunal de Contas da União
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UEIM	Unidade Especial de Informação e Memória, do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRO / UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília

UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
URP	Unidade de Referência de Preços
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, IMAGENS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Figura 1 – Organograma da UFSCar em 2002	68
Figura 2 – Organograma do Ministério da Educação, com órgãos e instituições interrelacionadas	97
Figura 3 – Relações entre Formas de Propriedade/Administração e os Setores Estatais	186

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de Reuniões do Conselho Universitário entre 1987 e 2002	69
Gráfico 2 – Quantidade de Reuniões do Conselho de Adminis- tração entre 1987 e 2002	69
Gráfico 3 – Quantidade de Reuniões do Conselho de Ensino e Pesquisa entre 1987 e 2002	70
Gráfico 4 – Total de investimentos federais em pesquisa e desenvolvimento, em milhões de reais	257

IMAGENS

Imagem 1 – Reunião do Comando Nacional de Greve	124
Imagem 2 – Casal Sundermann	243

QUADROS

Quadro 1 – Desenvolvimento Histórico das Universidades Federais	76
Quadro 2 – Estrutura da UFSCar em 1988	87

Quadro 3 – Cursos de Graduação criados até 1988	90
Quadro 4 – Implantação dos Programas de Pós-Graduação até 1988	92

TABELAS

Tabela 1 – Percentual das Contribuições Sociais no PIB / 1990–2001	106
Tabela 2 – União: Ensino Superior / Dispêndios Globais (em US\$ 1.000.000)	132
Tabela 3 – MEC: Distribuição do gasto total por programa (1993–1999), expresso em percentual	180
Tabela 4 – Percentual de IES por categoria administrativa	181
Tabela 5 – Indicadores da UFSCar (1984–2004)	230
Tabela 6 – Crescimento de matrículas em Pós-Graduação no Brasil (1996–2002)	249
Tabela 7 – Crescimento das publicações científicas brasileiras em periódicos de circulação internacional, segundo o índice bibliométrico ISI	256

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 – O ESTADO RETORNA AO REGIME DEMOCRÁTICO: ASPECTOS CONJUNTURAIS	31
1.1 – A UFSCar: uma apresentação da instituição	32
1.2 – Prólogo a um tempo de esperanças: a década de 1980	57
1.3 – A persistência na luta pela universidade pública	75
2 – ARTICULANDO REFORMAS: IMPACTO NO COTIDIANO UNIVERSITÁRIO DA UFSCar	94
2.1 – Contextos acadêmicos, administrativos e político- sociais através das Atas: de 1988 até 1990	97
2.1.1 – Excurso sobre o processo da Constituinte.....	124
2.1.2 – As repercussões da nova Constituição no cotidiano dos colegiados	130
2.2 – Regime Jurídico Único e os conflitos e demandas inerentes às IFES	138
2.3 – O caminho para a LDB: controle central <i>versus</i> autonomia universitária e o aprofundamento das contradições	151
3 – AUTONOMIA DAS IFES EM COMPASSO DE ESPERA: DE 1991 A 2002	161
3.1 – Do Estatuto em vigor à sanção da LDB: 1991 a 1996	164
3.2 – Sob a égide da Reforma Bresser: alguns servidores são mais servidores do que os outros	182
3.2.1 – Os “não-servidores”: o tratamento aos militares nos governos federais da década de 1990.....	192
3.3 – A lógica da reforma nas IFES: um MARE que não é <i>nostrum</i>	204
3.4 – A discussão da autonomia universitária na UFSCar	206
3.4.1 – Tempo de recomeçar: novos rumos para a luta pela autonomia	211
4 – A UFSCAR: ENTRE REALIDADE E A BUSCA DA AUTONOMIA EM UMA COMUNIDADE ACADÊMICA	215
4.1 – A riqueza da universidade: formação e qualificação dos quadros funcionais.....	227

4.1.1 – Carreira, salário e funções comissionadas na UFSCar: conflitos e distorções da década de 1990	233
4.1.2 – Problemas nas atividades-meio sob a política de enxugamento da administração pública dos anos 1990.....	236
4.1.3 – Recorrência de práticas autoritárias em tempos democráticos: o caso Sundermann	240
4.2 – Ciência e Tecnologia: sobre o financiamento à pesquisa e seu desenvolvimento na UFSCar	247
4.2.1 – O CNPq e as bolsas produtividade: <i>gentrification</i> na academia.....	252
4.3 – A UFSCar e as perspectivas dos anos 2000: um cenário de incertezas	258
PALAVRAS FINAIS	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	275
Legislações e Documentos Oficiais	275
Livros	276
Capítulos de Livros	279
Dicionários	279
Artigos	279
Teses e Dissertações.....	281
Fontes Documentais.....	282
Entrevistas Publicadas	284
Artigos de Jornal	284
Documentos Eletrônicos	286
Imagens.....	287
APÊNDICES	288
APÊNDICE A – Gestões da ADUFSCAR/relações ANDES/ANDIFES – 1978 /2002.....	289
APÊNDICE B – Greves dos servidores das IFES de 1985 a 2002	294
ANEXOS	298
ANEXO A – A Geografia do Ensino Superior	299
ANEXO B – Contra o Aniquilamento da Universidade Pública	301

ANEXO C – A Estrela dos Anos 80	303
ANEXO D – Ministro diz que não pagará os grevistas	309
ANEXO E – Painel do Leitor.....	311
ANEXO F – Faoro acha que Congresso é que tinha que convocar Constituinte	313
ANEXO G – Resolução Consuni/CEPe nº 350/99, de 09 de junho de 1999 – Autonomia Universitária.....	314
ANEXO H – Autonomia universitária poderá ser gradativa....	318
ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002	320
ANEXO J – Dois sindicalistas são mortos em São Carlos	336
ANEXO K – Sindicato pede solução para caso Sunderman.....	338

INTRODUÇÃO

De forma similar aos países vizinhos sul-americanos, o Brasil passou por ditadura militar nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX, período que deixou conseqüências disseminadas pelas instituições sociais do país. No rastro das mudanças pretendidas por aquele governo militar para moldar um projeto de sociedade segundo interesses políticos e econômicos esposados pelos golpistas e seus partidários, avultavam reformas endereçadas à universidade brasileira, visando redirecioná-la enquanto instituição social que historicamente responderia pelo pensamento crítico e formação de novos dirigentes.

Neste quadro, o ensino superior público federal comparece de forma a ser tematizado e problematizado¹, pois na sua configuração em organismos administrativos (através da qual participa da estrutura do Estado brasileiro) abrigaria contradições de ordem econômico-sociais e ideológicas, expressas nas relações entre o corpo da universidade, isto é, a comunidade acadêmica e o poder centralizador do Governo, envolvendo também interesses de outros grupos da sociedade.

Esta é, pois, uma tese de história política do tempo presente que se propõe, objetivando compreender aspectos desta problemática pela análise da trajetória de uma instituição de ensino superior federal, a Universidade Federal de São Carlos/UFSCar – tendo em vista que no quadro mais amplo da redemocratização do país, iniciada em 1985 e seguida pela entrada em vigência da Constituição Federal em 1988, caracterizou-se um período de mudanças importantes para a sociedade e o Estado brasileiro e que neste contexto, as universidades

¹ Pois aceita-se aqui a proposição expressa com brilhantismo por Philippe Ariès: “[o problema] *na realidade, ele determina a prática histórica, pois como distinguir as coisas e em seguida organizá-las, sem uma hipótese classificatória? E como estabelecer esta hipótese sem uma concepção de conjunto, seja ela declarada ou não?*”. ARIÈS, P. *História da morte no Ocidente – da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. Pág. 280.

públicas federais assomaram não só no terreno das lutas em defesa dos direitos à cultura e educação pública de qualidade e gratuita, como também atuaram na arena dos direitos trabalhistas dos servidores públicos – nos libelos daquele momento específico e também no transcorrer da década de 1990, as reivindicações das associações sindicais universitárias primaram por associar estes dois campos de embates.

A análise documental, que desempenha papel de destaque para este propósito, apoiando-se no mapeamento que foi realizado sobre as atas dos colegiados superiores da UFSCar desde 1988 até 2002, procura reconstruir conjunturas políticas e sociais nas quais se manifestam dispositivos de poder que atuavam para mascarar as relações conflituosas capital-trabalho inseridas no contexto universitário.

Ao entrar em contato com os documentos da Universidade Federal de São Carlos / UFSCar, percebeu-se a emergência neste acervo documental de uma constelação de questões, na qual desfilam desde problemas de caráter político nacional até debates de casos específicos, relativos ao funcionamento democrático das instâncias acadêmicas e administrativas do sistema universitário.

Pareceu, pois, que através destes documentos caberia uma investigação dos aspectos que entrelaçam a universidade pública às dinâmicas do poder e à história política recente do Brasil, procurando atender à crítica proferida por Emília Viotti da Costa, em 1994², quando pedia que se buscasse uma síntese entre a história “vista de baixo” e a “vista de cima”, cuidando-se para não reincidir nas formas de fazer história que a referida autora definiu como já superadas e

² COSTA, Emília Viotti da, E. “A dialética invertida: 1960–1990”. In: *Revista Brasileira de História*, Vol. 14, nº 17, 1994. Pag. 09–26.

tentando manter o intuito de fazer jus “à *complexidade da dialética e da teoria da práxis*”³.

Foi adotada, então, como uma hipótese pertinente que a intersecção dos campos político e administrativo mediados por uma racionalidade burocrática/técnico-instrumental interferiria nas relações acadêmico-administrativa da UFSCar, ocasionando episódios de oposição às demandas do governo central e abrindo espaços de embate político característicos de uma “cultura personalista” do poder⁴, o que, por sua vez, se refletiria em conseqüências para o próprio núcleo da produção de conhecimento e das vivências acadêmicas.

A partir destas preocupações e através da indagação pela significação histórica dos processos de inter-relações político-administrativas que foram percebidos durante esta trajetória, afigurou-se como objeto de pesquisa os conflitos e conformações da universidade pública no Brasil contemporâneo e sua conexão com a história político-administrativa em sentido mais amplo, visto pelo prisma da documentação dos órgãos colegiados de uma instituição federal de ensino superior.

Escrever a história de uma universidade pública brasileira de 1988 a 2002 significa optar por uma história política do tempo presente, tendo em mente que a mesma incorpora vertentes teóricas que decorrem de discussões conceituais e problemas conjunturais no

³ COSTA, E.V. Idem, pág. 13.

⁴ Observe-se que há uma historiografia densa e variada sobre este tema, na qual despontam autores e obras tais como BOSCHI, Renato Raul. (Org.) *Corporativismo e desigualdade – a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1976; SCHWARTZMAN, Simon. “Pela Eliminação da Estrutura Corporativa da Educação Superior Brasileira”. *Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro, XIX, 1985, pag. 37–41; SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Publit Edições, 2007. TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1974.

desenrolar do século XX⁵. Neste sentido, contribuições como as de Renée Rémond exigem que uma visão multidisciplinar se instaure no trabalho do historiador, pensando sobre a dimensão política na história que nos afeta pela sua imediatez temporal:

*Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos domínios. [...] O político é o ponto de maior convergência de séries causais, e sua complexidade torna-o mais difícil ainda de decifrar.*⁶

Ainda nesta direção, não se ignora que a existência das instituições universitárias assumiria uma função simbólica de campo de confronto de representações e ideologias endossadas por subgrupos de seus membros, de onde estes, em conformidade com o que formulou Pierre de Rosanvallon⁷, expressariam suas opiniões sobre o exercício da cidadania e os impasses da esfera pública.

⁵ Entende-se que existiria certa demanda ética para o ofício do historiador, aguçada após a Segunda Guerra Mundial, no sentido de que as pesquisas históricas desde então abrigariam uma busca pelo ajuste de contas com as gerações passadas, em função de acontecimentos traumáticos. Neste sentido, caberia lembrar a analogia evocada por Hannah Arendt: “A cena em que Ulisses escuta a estória de sua própria vida é paradigmática tanto para a História como para a Poesia; a ‘reconciliação com a realidade’, a catarse, que segundo Aristóteles era a própria essência da tragédia, constituiria um objetivo último da História, alcançado através das lágrimas da recordação. O motivo humano mais profundo para a História (e Poesia) surgiria então em sua pureza ímpar: visto que ouvinte, ator e sofredor são a mesma pessoa, todos os motivos de pura curiosidade e ânsia de informações novas, que sempre desempenharam, é claro, um amplo papel tanto na pesquisa histórica como no prazer estético, acham-se, naturalmente, ausentes do próprio Ulisses, que se teria enfastiado mais que comovido se a História não passasse de notícias e a Poesia fosse unicamente entretenimento.” ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2011. Pag. 74–75, (sublinhado meu). Arendt oferece assim uma análise de aspectos do conteúdo psicológico, moral e político presentes nas narrativas históricas e que nem sempre estariam evidenciados.

⁶ REMOND, R. Do político. In: RÉMOND, R. (org.) *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Pag. 444 e 449

⁷ “O objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação, encaram seu futuro. [...] Seu objeto é assim a identificação dos “nós históricos” em volta dos quais as novas racionalidades políticas e sociais se organizam; as representações do político se modificam em relação às transformações nas instituições; às técnicas de gestão e às formas de relação social.” ROSANVALLON, P., “Por uma história conceitual do político”, pág. 16, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, nº 30, 1995.

Portanto, busca-se um retorno às questões sobre as correlações entre a sociedade civil e o Estado, observadas em suas configurações associativas e institucionais, pensando sobre seus traços de historicidade e dando voz a grupos sociais que eram excluídos da tradicional história política das elites. Significa um esforço do historiador em humanizar a narrativa histórica, no sentido de que ela compreenda o quanto for possível os inúmeros atores sociais e os enquadre na perspectiva de uma leitura crítica do tempo presente.

Por isso retoma-se a dimensão política na história sob uma perspectiva ampla e de aproximação com a realidade, em sua multiplicidade de atores e forças, distanciando-se do idealismo e das narrativas que outrora meramente enumeravam fatos; ir para além do mero abandono de uma história política que servia aos poderosos, reabrindo-a como uma ciência social cuja preocupação de pesquisa já não é mais o passado apenas, porém fundamentalmente a própria questão da mudança social enquanto processo que não se fecha, atravessando as fronteiras do tempo intergeracional.

Neste intuito, o recurso às fontes e materiais bibliográficos, que são o solo de onde a análise histórica se levanta⁸, coaduna-se com o enfoque acima delineado. O material documental que serviu de base à pesquisa de doutorado é constituído pelos documentos da UFSCar como já foi dito, instituição à qual a autora está vinculada

⁸ Concorde-se, pois, com as considerações tecidas por Pocock em seu artigo “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*”, quanto aos métodos e problemas ao alcance do historiador do discurso político, na medida em que este autor atualiza o interesse pelos acontecimentos típicos das conjunturas, do *événementielle*, devolvendo a importância epistêmica a esta modalidade de história (ou seja, a história política) pela adoção de pressupostos da *linguistic turn* e das noções de *moyenne/longue durée*: “O historiador deve mover-se de langue para parole, de aprender as linguagens para o determinar dos atos de enunciação que foram efetuados “dentro” delas. (...) Está interessado nos atos efetuados e nos contextos no interior dos quais e sobre os quais eles foram efetuados. A Moyenne durée entra com o contexto linguístico, mas não está confinada a ele”. Pela *linguistic turn* se exige que para a compreensão dos sentidos presentes nas ações se recupere o contexto pragmático-linguístico (o que inclui o político) no qual a ação adquire seus múltiplos sentidos. POCK, J. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. Pag. 66.

profissionalmente como docente, e se referem a uma periodização que está inserida nas preocupações sociais do presente histórico.

As razões desta escolha não residem apenas no laço institucional que foi mencionado, mas também na consideração de que a única produção acadêmica que buscou compreender esta universidade de um ponto de vista histórico-dialético é a obra pioneira⁹ do prof. Valdemar Sguissardi, *Universidade, Fundação e Autoritarismo – O Caso da UFSCar* – a qual data de 1993 e abrange os eventos a partir da criação da universidade, no período da ditadura militar de 1964, até o final da década de 1980. Pretende-se, pois, partindo do trabalho do prof. Sguissardi, uma das referências importantes para esta pesquisa, buscar elementos de materialidade histórica ao lançar um olhar analítico e crítico sobre este passado.

Assim, efetuou-se uma análise de documentos produzidos pelos órgãos colegiados superiores daquela instituição – a saber, as atas e pareceres do Conselho Universitário, Conselho de Administração e do Conselho de Ensino e Pesquisa – confrontando-os com a legislação vigente e as alterações referentes à administração do serviço público federal e à gestão universitária especificamente, além de periódicos e outros documentos da bibliografia pertinente ao tema.

Os anos-limites da periodização foram definidos em função da leitura deste material documental, da qual emergiram momentos de inflexão; o inicial em sintonia com a questão da Constituinte de 1987–1988 / redemocratização do país e o final com a discussão e decisão

⁹ Existem outros trabalhos acadêmicos, produções de cunho administrativo ou mesmo técnico sobre a UFSCar, sem dúvida, tais como: MARTINS, José do Prado. *Estudo da evasão escolar de alunos da graduação da Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos: UFSCar, 1984; BUENO, Adriana Helena. *Contribuições do programa de mentoria do portal dos professores – UFSCar: auto-estudo de uma professora iniciante*. São Carlos: UFSCar, 2009, ou KIMINAMI, Cláudio S. et alii (Orgs.). *30 anos de pós-graduação na UFSCar: multiplicando conhecimento*. São Carlos: EDUFSCar, 2007. São, porém, produções técnicas oriundas de áreas de conhecimento que tem preocupações diversas da que se propõe aqui, ou seja, a démarche histórica-política da sociedade brasileira e da universidade e as consequências das contradições conjunturais em seu caráter institucional.

dos colegiados superiores de elaborarem novos Estatuto e Regimentos¹⁰ para a UFSCar, além de levar em conta alguns aportes já existentes no trabalho do prof. Sguissardi.

Para tanto, foi usado o modelo de análise documental elaborado e disponibilizado pela profa. Dra. Maria de Lourdes Mônaco Janotti aos pesquisadores do NEHH, pois este instrumento metodológico permitiu que o exame das Atas, que no caso são os documentos primários desta pesquisa, fosse feito em profundidade, que se desenvolvesse a classificação do documento segundo categorias diversas, como natureza do texto, dos discursos internos e externos, datação e periodização, relação com outros documentos do mesmo período, etc.

O tratamento das fontes foi tomado pela tarefa de coligir, fichar, classificar e analisar os documentos dos Conselhos superiores, além de outros documentos que estivessem direta ou indiretamente referenciados aos assuntos e temas que afloraram deste exame documental, delimitando-se o escopo temporal a partir do período que se iniciou com a vigência da Constituição Federal de 1988 e estendeu-se até o final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 2002.

Concomitante a este trabalho, buscou-se sistematizar artigos publicados em revistas de caráter científico sobre as universidades públicas e seu papel na sociedade brasileira, textos produzidos

¹⁰ De acordo com o documento de subsídio dos aspectos físicos que informaram a versão final do PDI em 2004 da UFSCar, em seu histórico, “*A proposta de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar – apresentada ao Conselho Universitário em março de 2002 pela então Administração Superior da Instituição – surgiu de uma demanda concreta, motivada pelo término do Plano Diretor elaborado em 1985, ou seja, pela constatação de que o conjunto de metas então estabelecidas havia sido atingido.*”. UFSCar/Universidade Federal de São Carlos. *PDI 2002. Aspectos físicos – subsídios para discussão*. São Carlos: UFSCar, 2002. Disponível em: <<<http://www.pdi.ufscar.br/pdi-2004-aspectos-fisicos-subsidios-para-discussao>>>. Acesso em 30/07/2012; UFSCar/Universidade Federal de São Carlos. *Plano de desenvolvimento institucional*. São Carlos: UFSCar, 2004. Na 134ª Reunião do Conselho Universitário, em 01 de março de 2002, deliberou-se e foi aprovado o processo de reelaboração do PDI, o que implicaria na revisão do Estatuto e Regimento Geral da UFSCar.

em encontros organizados por associações de reitores e outros dirigentes de instituições de ensino superior¹¹, publicações de caráter noticioso ou opinativo em jornais de circulação nacional e local, editoriais, além de outras contribuições de especialistas em administração pública e ensino superior publicadas em livros e anais de eventos, que foram reunidos, classificados e sistematizados para recompor o contexto de cada momento conjuntural em que se inseriram os impactos das políticas nacionais e as estratégias que os atores institucionais mobilizaram para se opor às mesmas ou incorporá-las aos seus interesses coletivos.

A pesquisa e consulta aos arquivos de jornais de circulação nacional e local, como “Folha de S. Paulo”, “O Globo”, “Correio Paulistano”, “Folha da Manhã” e “O Estado de S. Paulo”, para citar alguns entre outros periódicos utilizados neste trabalho, cujas reproduções de algumas notícias do acervo foram incluídas nos anexos, possibilitaram os aportes de reportagens de época fundamentais para compreender interesses internos e externos que compareciam às discussões sobre autonomia das universidades – apenas para mencionar o tópico mais sensível e persistente nas reuniões dos colegiados superiores da UFSCar. Nas edições consultadas foram recuperados diversos dados que contribuíram para iluminar várias questões, dentre elas as visões sobre a universidade pública expostas ao público leitor naquele período.

Também foi imprescindível contar com o acervo das edições passadas do Diário Oficial da União, disponível no Portal da Imprensa Nacional, para recuperar informações sobre atos do poder público referentes ao servidores públicos, às IFES e a UFSCar, incorporando-se reproduções dos mais relevantes aos anexos desta tese. A acessibilidade destes acervos jornalísticos em repositórios digitais de

¹¹ Por exemplo, BORI, C.M. et alii (Orgs.). Universidade Brasileira: organização e problemas. *Ciência e Cultura*, Vol. 37, no. 07 – Suplemento. São Paulo: SBPC/Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, junho de 1985.

acesso virtual público, através do portal Fundação Biblioteca Nacional; o acervo digitalizado no portal do CPDOC/FGV, com o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, os Arquivos Pessoais e a Base de Entrevistas de História Oral, igualmente acessíveis; o acervo de fichas do DEOPS, disponível pela homepage no Arquivo do Estado de São Paulo, além do acervo de transcrições e trechos de entrevistas televisivas “Memória Roda Viva”, alojado pelo site da FAPESP e o acervo de História contemporânea da UEIM / Unidade Especial de Informação e Memória, do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar são outras fontes de pesquisa documental sem as quais este trabalho perderia muito de seu sentido, qual seja, trazer o quanto possível à análise a pluralidade de vozes que participavam dos debates sobre os temas da reforma do aparato estatal e da autonomia universitária de 1988 até 2002.

Não menos relevante para esta pesquisa é o material que foi produzido e publicado em 1993 pelo setor de Coordenação de Publicações da Câmara do Deputados¹², com os registros das sessões de trabalho das comissões que elaboraram o texto constitucional (1987/1988). Estes materiais das sessões de trabalho das comissões possibilitam seguir o dia-a-dia do desenvolvimento dos trabalhos da Assembléia Constituinte, proporcionando a oportunidade de compreensão sobre as temáticas que mobilizavam os parlamentares constituintes e a recepção destas nos colegiados superiores da UFSCar e em outras instituições/associações de ensino superior que tomaram parte no processo daquele momento.

A esse cabedal somam-se outros diplomas legais que vieram complementar e alterar as diretrizes constitucionais na década de

¹² Anteprojeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, junho de 1987, Vol. 219, 80 pág.; BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. *O processo histórico da elaboração do texto constitucional: mapas demonstrativos*. Brasília: Câmara dos Deputados / Coordenação de Publicações, 1993, em 03 volumes.

1990¹³, o que permitiu acompanhar as etapas de recepção e absorção das alterações jurídicas e administrativas que vão se sucedendo e as ações de acolhimento ou oposição pela instituição federal de ensino superior em foco. Nesta seara, vê-se que corresponde a estas alterações na legislação e políticas de cunho nacional o surgimento de dispositivos normativos e órgãos internos à UFSCar e que se traduzem por pareceres, portarias e mudanças regimentais nos diversos âmbitos de competência dos conselhos superiores da universidade.

Desta forma, para abordar o assunto adequadamente sob a ótica da história política e mirando também as discussões conceituais sobre a burocracia, o Estado e as contradições trabalho-capital no contexto da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, de 1988 a 2002, optou-se pela divisão da tese em quatro capítulos, com subdivisões determinadas pela periodização advinda das fontes e destacadas por subtítulos.

O primeiro capítulo busca explorar a criação e o desenvolvimento das estruturas de decisão da UFSCar, que são os órgãos colegiados e seus procedimentos operacionais, além de recuperar o panorama que antecedeu à vigência da Constituição Federal de 1988, concentrando-se nas características político-administrativas do Estado brasileiro, recapitulando alguns elementos das reformas administrativas do serviço público que antecederam o período, com enfoque particular nas questões e interpretações do controle das universidades e de gestão de pessoal do serviço público. Conjuntamente a este percurso, introduz-se a discussão sobre a autonomia universitária e o

¹³ Por exemplo, BRASIL. Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Presidência da República / Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm. Convém lembrar que vários dispositivos deste Estatuto, também conhecido pela sigla RJU, sofreram alterações ao longo da década de 1990, como se verá a partir do capítulo 2.

controle burocrático do poder central, sinalizando os desdobramentos que se seguiriam até o início da década de 1990.

O segundo capítulo está voltado aos impactos do advento da Constituição Federal e do Regime Jurídico Único/RJU, seus efeitos tanto sobre o funcionamento das universidades federais quanto das organizações classistas e a seqüência das alterações promovidas pelos governos adeptos de práticas neoliberais. Visa discutir o jogo de forças entre atores institucionais nos colegiados da UFSCar e outros personagens políticos diante da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, da luta pela reafirmação e manutenção da autonomia das universidades, além das questões e embates suscitados a partir das ações do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado/MARE e da influência da corrente de pensamento neoliberal na gestão pública até o final do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

No terceiro capítulo procurou-se analisar as condições de funcionamento da UFSCar durante a conjuntura da transição entre a primeira e a segunda gestão do governo Fernando Henrique Cardoso (em especial os anos de 1996 a 1998), com a exacerbação do controle burocrático central e mudança das correlações de forças entre a administração do Estado e os servidores públicos federais; objetivou-se explorar o material documental dos colegiados superiores sob a ótica do conflito entre autonomia universitária e centralismo burocrático, evidenciando o protagonismo destes coletivos acadêmicos na oposição aos ditames da lógica do mercado para submeter a universidade.

Com o quarto capítulo pretendeu-se analisar alguns dos efeitos particulares das políticas públicas nas IFES de meados para o final da década de 1990, sob os auspícios da reforma administrativa promovida pelo MARE e sua ação na universidade, enfocando aspectos de sua influência sobre o desenvolvimento das atividades-meio e das atividades-fim na UFSCar, quanto às questões de financiamento, carreira, salário e interferência de agências de apoio à pesquisa como

CNPq e CAPES na progressiva corrosão da autonomia universitária; argumenta-se também quanto às estratégias de ação no ataque ao quadro funcional das IFES e sua docilização frente à instalação da concorrência entre pesquisadores/docentes.

Ao final deste percurso, busca-se retomar análises e reflexões centrais sobre aspectos conjunturais, políticas públicas para o ensino superior e os embates que por quase quinze anos conduziram a luta pela autonomia das universidades federais no seio dos órgãos colegiados da UFSCar, recuperando algumas questões abordadas nos capítulos da tese.

A compreensão da transformação das instituições no tempo, notadamente a UFSCar em sua existência recente, não representa somente um exemplo de percurso da administração pública em suas dinâmicas internas e seus desdobramentos e modificações: projeta-se aqui, antes, o embate contínuo entre diferentes formas e concepções de Estado, configurando-se, ao fim e ao cabo, na própria história política de uma instituição modelada pelos interesses de seus atores e pelas dinâmicas da sociedade brasileira e do Estado. O choque entre estes atores e forças sociais contrárias em defesa de modelos e práticas no campo da educação reflete a luta em caráter mais abrangente pela hegemonia de projetos políticos para a sociedade, expondo claramente o entendimento de que o âmbito educacional configura instância privilegiada para alcançar a efetivação de tal domínio hegemônico.

Contudo, este não é um processo simples e retilíneo; a educação, sendo produto social, apresenta-se como espaço de reprodução das contradições que se encontram no bojo das relações em sociedade. Desta forma, este movimento dialético encontraria sua explicação nas conjunturas históricas em que se forjou o ensino superior no Brasil, de onde emergem os confrontos entre interesses sócio-econômicos conflitantes para definir qual deve ser o papel social da universidade.

1 – O ESTADO RETORNA AO REGIME DEMOCRÁTICO: ASPECTOS CONJUNTURAIS

No Brasil, com a chegada dos anos 1980 e a distensão da repressão aliada à anistia, organizações profissionais, sindicatos e movimentos sociais diversos que já se mobilizavam na década anterior se fortaleceram e elevaram suas vozes na demanda por um novo modelo de governança para o país, que atendesse às expectativas de uma ordem social democrática e que trouxesse avanços para redução das desigualdades e injustiças sociais, isto é, que pudesse corresponder aos anseios trazidos pelas propostas de reorganização do Estado. A efervescência das "Diretas Já", campanha que mobilizou milhões nas ruas pelo voto direto à presidência da República, se por um lado acabou derrotada e frustrada em suas esperanças, por outro representou enorme ganho em aprendizado cívico, para que estes atores que associavam na cena política nacional ganhassem experiência nos embates com as forças que lhes eram antagônicas.

Dessa maneira, após o final do último mandato presidencial exercido pelos militares e a chegada ao poder de um civil eleito (ainda que de forma indireta) abriu-se, com a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte o espaço para que os movimentos sociais e as forças de esquerda em emergência se articulassem e participassem da elaboração da Lei maior do país, enfrentando os embates com os grupos conservadores e as representações da direita. Os capítulos do novo texto constitucional em elaboração que versavam sobre igualdade civil e direitos como saúde, educação e cultura foram objeto de intensas disputas pela garantia de que a redação dada a eles assegurasse os interesses dos grupos envolvidos, através de seus representantes, os deputados constituintes e também pela mobilização na imprensa e em atos públicos promovidos por organizações profissionais, sociais e classistas.

Assim, desse momento de reestruturação da sociedade brasi

leira em diante, que configura um período da história republicana recente, passando por quatro presidentes em cinco mandatos¹⁴, caracterizado por alterações sócio-econômicas e na estrutura estatal, busca-se investigar os vínculos que conectam ações do governo em nível político nacional e as dinâmicas suscitadas no âmbito intra-institucional de uma universidade pública federal, no contexto do sistema federal de ensino superior no Brasil enquanto parte integrante da administração pública.

Expõe-se a seguir um panorama analítico das condições e contexto para a criação e funcionamento da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; a obra do prof. Sguissardi comparece aqui como um eixo narrativo do âmbito institucional propriamente dito. Na sequência, adentra-se ao período da redemocratização que ocorreu na década de 1980, para o qual a leitura das atas do Consuni (Conselho Universitário) permite, em contraste com outras fontes de análise teórica, jornais de época e documentos sindicais, periodizar este arco de quatorze anos que vieram após 1988 em três momentos ou fases, de acordo com os temas que mais mobilizaram a comunidade acadêmica da UFSCar e repercutiram também de forma ampla no sistema federal de ensino superior.

1.1 – A UFSCar: uma apresentação da instituição

Entre os entes administrativos que podem ser compreendidos como de administração indireta no âmbito do poder público encontram-se as universidades fundacionais, isto é, que se originaram a partir de uma fundação que lhes dá personalidade jurídica, como é o caso da UFSCar; esta universidade foi criada durante o período do governo militar¹⁵ no Brasil, mais precisamente na metade final da dé

¹⁴ Por ordem cronológica: José de Ribamar de Araujo Costa (Sarney) (1985–1990); Fernando Affonso Collor de Mello (1990–1992); Itamar Augusto Cautiero Franco (1992–1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995–2003).

¹⁵ Ou seja, no governo do general Costa e Silva, em 1968.

cada de 1960¹⁶.

Ora, sendo uma instituição pública de ensino superior pautada pelas características do Estado brasileiro – isto é, herdeira de uma tradição patrimonialista e burocrática/centralizadora¹⁷ – fora concebida sob a égide do relatório Meira Mattos¹⁸ e dos acordos MEC/USAID, apresentando-se como entidade jurídica de viés fundacional para atender aos ditames autoritários que pretendiam instrumentalizar as universidades, conforme um projeto ideológico espousado pelas forças sociais conservadoras, em consonância com os interesses do capital internacional¹⁹.

Da década de 1970 até o final da década de 1980, a existência da Universidade Federal de São Carlos pautou-se por embates internos e externos resultantes da concepção jurídica fundacional da qual se originou, que implicava autonomia ampla, sobretudo em ter

¹⁶ Considera-se aqui que o primeiro documento legal no qual aparece uma menção à criação de uma universidade federal no estado de SP (artigos 11, 12, 13 e 14 da Lei nº 3.835, de 13/12/1960), foi antes uma tentativa oportunista de políticos udenistas com sólidas ligações com a elite industrial de São Carlos, sem lograr sucesso imediato. Entretanto, com o golpe militar ficaram abertas as possibilidades de realizar tais pretensões, nos moldes da “reforma universitária” imposta pelo governo autoritário e seus atos institucionais. Vide SGUISSARDI, V. *Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar*. São Carlos: EDUFS-Car/Estação Liberdade, 1993. Pág. 12.

¹⁷ SCHWARTZMAN, S. “Pela Eliminação da Estrutura Corporativa da Educação Superior Brasileira”. *Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro 1985. PP 37–41.

¹⁸ A título de curiosidade, o coronel Meira Mattos era natural de São Carlos; o relatório que ficou conhecido pelo seu nome foi um dos documentos de base para a reforma do sistema das universidades brasileiras implementada pelo Regime Militar de 1964 e foi produzido pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, designado pelo Presidente da República, gal. Costa e Silva; instaurou uma organização administrativa segundo preceitos tayloristas preconizados pelos teóricos americanos e brasileiros que tocaram a reforma, pelos quais se introduziu o parcelamento sistemático do trabalho acadêmico. BOSCHETTI, V. “Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: Construção do Ideário da Universidade de Pós-64”. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.27, pag. 221–229, setembro de 2007.

¹⁹ Entre os autores que endossam esta leitura do que significou o projeto da reforma universitária na conjuntura do governo militar pós-64, encontram-se CUNHA, L. A. *A universidade reformanda – o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007; e FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

mos financeiros e decisórios²⁰, mas que na prática contradizia tal implicação no exercício do poder do Conselho de Curadores e nas sucessivas ingerências do poder executivo ministerial sobre assuntos da universidade. Foram dezoito anos de lutas da comunidade universitária contra o autoritarismo que subjazia aos seus estatutos e regimentos²¹, até alcançar o momento da redemocratização do país e tomar parte do processo político que culminaria na Constituição Federal de 1988.

Desde o advento da Carta Constitucional até o ano de 2002, decorre um arco temporal no qual, pelas atas dos conselhos superiores da UFSCar observam-se efeitos das políticas para o ensino superior e reestruturação da administração federal pelos governos que adotaram políticas de cunho neoliberal no Brasil, além de diversos aspectos das estratégias de preservação da autonomia universitária mobilizadas para este objetivo.

Para delinear o quadro do contexto político-econômico no qual foram geradas universidades fundacionais, é necessário levar em conta aspectos vividos na conjuntura do desenvolvimentismo, tendo em vista que o final dos anos 50 e a década de 60 enquadram-se no que seria uma etapa de transição do avanço das forças capitalistas em território brasileiro²².

²⁰ SGUISSARDI, V. Opus cit. Pag. 46–55.

²¹ Ainda segundo Sguissardi, as duas principais lideranças políticas que apoiavam o regime dos militares presentes no conselho de curadores foram reconduzidos como conselheiros por três mandatos de seis anos. SGUISSARDI, V. Opus cit., pág.169.

²² De acordo com Abreu e Flaksman, desenvolvimentismo foi o “*nome dado à estratégia política de desenvolvimento adotada durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), que visava acelerar o processo de industrialização e superar a condição de subdesenvolvimento do país*”. O desenvolvimentismo como modelo econômico postulava que o crescimento dependia diretamente da quantidade dos investimentos e da produtividade marginal do capital; estes dois elementos estavam ligados ao investimento estrangeiro, que os fazia variar em função de sua própria importância. O desenvolvimentismo como ideologia de um desenvolvimento autônomo no âmbito do sistema capitalista proclamava por sua vez a riqueza e a grandeza nacional, a igualdade social, a ordem e a segurança. A política adotada pelo governo Kubitschek implicou uma profunda transforma-

Segundo Singer²³, foi então que se passou de um modelo de substituição das importações – o qual fora vigente por cerca de 30 anos – para o redirecionamento da economia brasileira segundo os movimentos do sistema financeiro internacional.

Destarte, da segunda metade da década de 50 até por volta do ano de 1967 situa-se uma conjuntura expansionista do monopólio de capitais, cujas características se traduzem pelo aumento da produção de bens industrializados (e a presença do capital estrangeiro amplia-se neste contexto, chegando a alcançar cem por cento em setores da indústria nacional para os quais necessitava-se de tecnologias de maior complexidade). Singer explica que:

*(...) o alargamento do mercado nacional levou às últimas conseqüências o processo de substituição da produção artesanal pela industrial e lhe acrescentou um processo de centralização de capital, mediante o qual o capital monopolista tomava o mercado dos pequenos e médios capitais individuais*²⁴.

ção do sistema econômico do país e também a consolidação da cooperação internacional no plano econômico, político e cultural. “O Programa de Metas consubstanciou a orientação política a ser dada ao desenvolvimento brasileiro, baseada na maior intervenção do Estado na economia, no aumento da participação do capital privado nacional no processo de industrialização e na incorporação do capital estrangeiro. (...) O nacionalismo para os desenvolvimentistas significava desenvolvimento econômico, ao contrário do sentido dado pela corrente nacionalista, que considerava o nacionalismo como a luta dos países pobres contra a exploração dos países ricos e via no subdesenvolvimento a conseqüência da dominação externa. Em seus discursos, Kubitschek dizia que o nacionalismo que convinha ao Brasil era aquele que colocava o país em condições de falar de igual para igual com os outros países, sem nenhum receio e sem nenhum sentimento de inferioridade. Para que isto se concretizasse, o único caminho era o desenvolvimento, que só seria alcançado com a colaboração do capital estrangeiro. Desse modo, se opor a essa colaboração era se opor à emancipação nacional. A concepção de nacionalismo estava ligada à noção de defesa da nação contra a subversão. O desenvolvimentismo trazia também uma concepção de grandeza nacional como destino. O Brasil, ao ultrapassar seu estágio de subdesenvolvimento, ocuparia uma posição de destaque no mundo, dada sua riqueza natural, sua extensão territorial e o valor do seu povo. O desenvolvimentismo foi retomado e aprofundado enquanto modelo econômico e ideologia do desenvolvimento pelos governos militares que assumiram o poder após março de 1964”. BELOCH, I. e ABREU, A.A. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930–1983*. Rio de Janeiro: Ed. Forense–Universitária; FGV/CPDOC; FINEP, 1984. 2º Volume, pág. 1081.

²³ SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano*. São Paulo: DIFEL, 1986.

²⁴ SINGER, P. Idem, p.217.

Por outro lado, é neste cenário que se estrutura a rede rodoviária brasileira em seus eixos centrais, cujo crescimento vem de mãos dadas com a indústria automobilística – e o estado de São Paulo despontava como o pólo concentrador das atividades industriais em franca expansão, seja no caso da região metropolitana da capital, seja no processo de interiorização das atividades industriais, no rastro da integração do território paulista, que já ocorrera pelo influxo do café e das ferrovias.

Contudo, a conjuntura histórica nacional problemática da primeira metade da década de sessenta, em consequência dos investimentos maciços do Estado brasileiro na indústria de base, que eram feitos apoiando-se na emissão de moeda (o que provocou desequilíbrio na balança de pagamentos), por um lado e as lutas internas dos partidários do nacional-desenvolvimentismo somadas à crescente organização do movimento e das reivindicações dos trabalhadores, por outro, geraram condições de instabilidade sócio-econômicas e políticas que possibilitaram o golpe militar de 1964 e a instalação do regime autoritário que se seguiu.

Como característica a destacar desta fase está a concentração de poder no âmbito do Executivo Nacional, respondendo às contradições econômicas e políticas pela submissão autoritária e repressiva da sociedade ao regime de exceção.

As reformas do aparato administrativo estatal, contudo, não se apresentam diretamente como decorrências do jogo político e econômico de poder inserido na lógica capitalista; aqui também surgem estratégias discursivas de ocultação do conflito capital-trabalho, que visam minar contraposições à submissão das atribuições do Estado às exigências dos mercados, produzindo ao longo do século XX as

condições para o advento de um “capitalismo de estado”²⁵.

Dentro deste contexto, a cidade de São Carlos, no interior paulista, insere-se perfeitamente como exemplo de interiorização do

²⁵ O “capitalismo monopolista de estado” seria uma noção desenvolvida por autores marxistas – por exemplo, Cheprakov, V. A. *El capitalismo monopolista de estado* (1958); Boccara, P. *Études sur le capitalisme monopoliste d'État, sa crise et son issue* (1973) – a partir de textos em que Lênin refletiu sobre a Primeira Grande Guerra (na obra *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*, escrita em setembro de 1917) e a economia capitalista daquele momento; assim, Lênin via-se entender as relações entre Estado e economia da época, caracterizadas pela interação peculiar ocasionada pela beligerância generalizada, ou seja, a necessidade do Estado controlar, coordenar e planificar a economia de guerra, uma vez que a escala mundial do conflito levava à submissão de praticamente toda a vida social à lógica da conflagração em curso. Com a crise de 1929 e um novo conflito engolfando as nações por todo o globo observa-se no pós-guerra subsequente a 1945 uma nova articulação entre o Estado e o capital, na qual muitas funções desempenhadas por este último acabaram por ser assumidas pelo primeiro. Na definição de Cheprakov, “o capitalismo monopolista de Estado (CME) é um degrau da fase imperialista do capitalismo, é uma forma nova e mais desenvolvida do capitalismo monopolista e reproduz em bases mais amplas todas as contradições antagônicas do capitalismo”; por outro lado, nos teóricos marxistas franceses encontra-se um detalhamento do modelo que permite entender o CME, balizado em dois pontos complementares – tendência ao excedente de capital e tendência à queda da taxa média de lucro. A lógica do modelo estaria em aceitar que em condições de concorrência entre capitais ocorreria um afastamento progressivo do incremento da mais-valia em relação ao ritmo da acumulação, sendo que este último se dá de forma mais rápida que o primeiro; portanto, quanto maior a acumulação, maior a desvalorização de uma parte do capital. Neste panorama, as empresas públicas exemplificariam bem o que sucede: em sua maioria, o capital público comprometido não atingindo a taxa de lucro médio, as obriga a trabalhar em situação de perdas. Por sua vez, o Estado imediatamente cobre o déficit causado artificialmente, pela antecipação do montante sobre a receita fiscal, vale dizer, sobre os impostos pagos pelos trabalhadores contribuintes – daí decorre que o capital público representa uma fração do capital social desvalorizado. Conferir BOCCARA, P., et alii. *Traité Marxiste d'Économie Politique – Le Capitalisme Monopoliste d'État*. Paris: Éditions sociales, 1971. Vol. 1. Pág. 31. Contudo, é de extrema importância ressaltar a diferença intrínseca que decorre das conjunturas históricas daquele momento e o que existe nos dias de hoje; se no passado era a situação de conflito o motor da intervenção do Estado na economia, no momento atual o paralelo ocorreria mediante as exigências/movimentos do próprio capital e dos movimentos sociais, o que explica a contradição dialética pela qual a ação do Estado seria simultaneamente interna ao desenvolvimento do capital e por outro lado uma relação de produção independente. A ação do Estado, compreendida como uma relação econômica voltada à reprodução social teria acabado por integrar-se na vida econômica e social do modo de produção capitalista, algo que se explicaria pelas contradições inerentes ao próprio processo de acumulação e às contradições na formação da taxa de lucro; portanto, corresponderia a uma etapa ou fase de desenvolvimento do capitalismo maduro, impulsionada pelas necessidades do capital quanto à sua reprodução em escala superlativa. Daí exigir a cooptação de um agente sócio-econômico com capacidade de realizar intervenções na economia em épocas de paz de forma similar ao que ocorreria em períodos de guerra. Segundo o historiador marxista Paul Boccara, a tarefa que se impõe no final do século XX aos estudiosos de esquerda é tratar do que ele considera uma crise do capitalismo de longa duração.

desenvolvimento pela indústria que ocorreu no refluxo da economia cafeeira; seu crescimento seguirá a expansão de alguns setores da indústria, primeiramente o de material elétrico e das comunicações, entre 1950 e 1960 e posteriormente, ao final dos anos sessenta, o da indústria mecânica.

Exatamente deste quadro econômico provém a figura de Ernesto Pereira Lopes, médico de formação que vai se tornar industrial em São Carlos na década de 1940, sendo o co-responsável pela fundação da UDN/Arena no município e se elegendo como deputado estadual e também federal por vários mandatos. As indústrias Pereira Lopes respondiam por quase $\frac{1}{4}$ da produção nacional de geladeiras já na década de 1950, passando de pouco mais de cinquenta empregados (1950) a 650 funcionários em apenas cinco anos.²⁶

Importa ainda mencionar que o deputado e industrial Ernesto Pereira Lopes também era proprietário de um jornal, o *Correio de S. Carlos*, e seu grupo político alinhou-se desde as primeiras horas aos golpistas de 1964. Na análise de Sguissardi, a atuação política de Pereira Lopes alcançou, em estreitas relações com os governos militares, importância que ultrapassou a esfera do município de S. Carlos, estendendo sua influência ao nível regional e mesmo nacional, pois chegou a presidir a Câmara dos Deputados sob o impacto do Ato Institucional nº 05.²⁷

Para compreender o panorama geral em que se realizavam os acordos políticos que congregam grupos sociais e interesses particulares naquela conjuntura, recorde-se alguns padrões de ação e comportamento constantes nas práticas político-administrativas do Estado brasileiro; entre estes, contam-se o populismo e a introdução de mecanismos de administração indireta para as atividades do Estado; os investimentos externos diretos, associados à inflação e aos gastos

²⁶ TRUZZI, O. *Café e indústria: São Carlos 1850–1950*. 3ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos: EdUFSCar, 2007. Pag. 110 e ss.

²⁷ SGUISSARDI, V. Opus cit., pag. 26–31.

públicos, além dos incentivos econômicos; por fim, a ideologia nacional-desenvolvimentista e a industrialização, ao lado das “ilhas de excelência” no seio do aparato administrativo estatal.

O cenário, de acordo com o cientista político Luciano Martins, assim pode ser compreendido:

A reforma modernizante mais importante das estruturas do Estado no Brasil data do final da década de 30, mas ela foi transformada, depois de pouco tempo, em um meio-termo entre a modernização e a síndrome cultural-populista. Estabeleceu-se desde então um padrão duplo e persistente. Para os altos escalões da burocracia, foram adotados acessos mediante concurso, carreiras, promoção baseada em critérios de mérito e salários adequados. Para os níveis médio e inferior, a norma era a admissão por indicação clientelista; as carreiras eram estabelecidas de forma imprecisa; o critério de promoção baseava-se no tempo de serviço e não no mérito; e a erosão dos salários tornou-se intermitente. Em decorrência, foi formada uma elite burocrática que concebeu e implementou planos de desenvolvimento e que demonstrou altos padrões de eficiência no trato com governos estrangeiros e instituições internacionais; ao mesmo tempo, um quadro de servidores de baixa qualificação, eivado de rotinas e desmotivado, ficou responsável pela prestação de serviços públicos à população. Essa é a razão pela qual, ainda hoje, a eficiência do Estado brasileiro, vista do exterior, difere radicalmente da percepção que dele se tem dentro do País: cada público trata com atores diferentes no âmbito da burocracia.²⁸

Esta configuração peculiar se produziu a partir de uma mistura entre clientelismo, corporativismo, universalismo de princípios e insulamento burocrático, que caracterizaria o sistema de relações entre sociedade e Estado brasileiro, por meio do qual a administração pública brasileira se orienta, recebe críticas e se opõe às mudanças; neste escopo, cabe retomar a pergunta de quem são os agentes sociais beneficiados pela existência das oscilações entre os pólos pessoal e

²⁸ MARTINS, L. *Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil: uma visão geral*. Brasília: ENAP, 1997. Pag. 09–10. Embora não se concorde integralmente com as afirmações deste autor, deve-se levar em conta que o mesmo faz apontamentos relevantes para a compreensão do desenrolar histórico referente à administração pública brasileira e suas mazelas.

impessoal no cerne da racionalização burocrática.

Relembre-se ainda que o insulamento burocrático seria a maneira pela qual elites empresariais e setores técnico-burocráticos logram se esquivar aos controles democráticos e responsabilidade por suas ações perante a sociedade, visando obter eficiência econômica e facultando aos atores sociais a que se aliam a exclusividade em auferir benefícios pela privatização de privilégios advindos do controle técnico que exercem sobre partes significativas de setores produtivos estatais, para tanto qualificados como “de interesse estratégico”²⁹.

Desvenda-se assim um mecanismo pelo qual agências governamentais dominadas por núcleos técnicos de especialistas (onde o principal instrumento da dominação é o sigilo e controle sobre as informações que detém³⁰), aliadas às elites industriais vêm manipulando as ações do Estado em consonância com os movimentos do capitalismo no país por mais de meio século.

Desta forma explica-se, em grande parte, porque o deputado Pereira Lopes, logo após findar seu último mandato, em 1974, foi nomeado pelo general Geisel membro do Conselho de Curadores da UFSCar, cargo no qual esteve até julho de 1993, quando faleceu.

²⁹ Veja-se, por exemplo, os setores da indústria de base e matrizes energéticas e o histórico de criação de algumas empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, fundada por Getúlio Vargas em 1942 e a Petrobrás, que teve como primeiro presidente o coronel Juraci Magalhães, pois mesmo sendo um político udenista (e, portanto, de oposição) colaborava com Vargas, já tendo a experiência de ser presidente da Vale do Rio Doce de 1951 a 1952. No período da Ditadura Militar, sob o governo do Gal. Castelo Branco, foi nomeado embaixador brasileiro nos E.U.A., ocasião em que cunhou a célebre frase “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Para outros detalhes de sua atuação política, *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

³⁰ Conforme apontou Weber, “Além da posição de formidável poder devida ao conhecimento profissional, a burocracia (ou o senhor que dela se serve) têm a tendência a fortalecê-la ainda mais pelo saber prático de serviço: o conhecimento de fatos adquirido na execução das tarefas ou obtido via “documentação”. O conceito (não só, mas especificamente) burocrático do “segredo oficial” – comparável, em sua relação ao conhecimento profissional, aos segredos da empresas comerciais no que concerne aos técnicos – provém dessa pretensão de poder.” WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol 01. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 2012. Pág. 147.

Em todo este tempo, foi porta-voz de um pensamento autoritário, que enxergava a Universidade Federal de São Carlos como instituição pública a ser ideologicamente orientada e mantida sob controle do Poder Executivo federal. A seu lado sempre figurou outro político de atuação marcante no Congresso Nacional, o deputado udenista/arenista Lauro Monteiro da Cruz, atuando em comissões permanentes e mistas do Parlamento que se dedicassem às questões educacionais, como a Comissão da Câmara de Educação e Cultura, da qual foi membro e presidente de 1961 a 1966; também foi presidente do Conselho de Curadores da UFSCar por dezoito anos (de 1971 a 1989)³¹.

Outros problemas, entretanto, também se alinham a estas considerações sobre os interesses ideológicos envolvidos no caso em tela; retomando o que já se disse antes sobre a criação da UFSCar, na década de 1960 aparece no horizonte a questão das universidades federais começarem a ser definidas como entes jurídicos fundacionais³² – o que naquele momento se inseria em um debate mais amplo, da descentralização enxergada como via de solução ao imobilismo centralizador que caracteriza o aparato da máquina burocrática estatal no Brasil, algo que impedia ações percebidas como respostas mais eficazes do poder público às suas responsabilidades constitucionais e sociais, agravando deficiências crônicas em diversas áreas sob o controle do Estado.

Introduz-se, desta forma, a noção de “modernização institucional”, que sugere em sua formulação a idéia de que o que há está ultrapassado, obsoleto e deve ser descartado para dar lugar a algo novo, dotado de eficiência e capaz de atender às solicitações geradas pelas alterações sociais, culturais e econômicas. Alega-se inclusive a defesa das sociedades democráticas como razão para modernizar as

³¹ SGUISSARDI, V. Idem., pág. 11.

³² O caso paradigmático seria a UnB / Universidade de Brasília; contudo, não serão abordadas aqui as questões peculiares àquela universidade federal especificamente.

instituições, pois do contrário a insatisfação da população com a estrutura administrativa abriria espaço para emergência de formas autoritárias de governo. Seria, pois, também um problema de manutenção da governabilidade.

Ora, a idéia de “modernização institucional”, enquanto um conceito abstrato da área de administração significa apenas alterar as formas organizacionais no sentido de torná-las mais próximas das demandas reais de indivíduos e grupos, que endereçam às mesmas a tarefa de prover satisfação de suas múltiplas necessidades. Entretanto, ao sair do plano ideal e adentrar o terreno das contingências históricas, e principalmente ao aninhar-se no seio do Estado, converter-se-ia em conceito-suporte para ideologias do mercado penetrarem diversas instâncias sociais, espalhando seu alcance e influência sobre organizações e indivíduos.

Assim, o ensino superior federal também se enquadraria nesta compreensão de que as respostas aos problemas das universidades públicas – os excedentes, etc., – poderiam ser dadas por um rearranjo organizacional, redistribuindo o poder enquanto competências técnicas³³.

Tendo estas reflexões presentes para pensar qual seria o caráter da administração pública no Brasil e o que motiva suas alterações, convém rememorar elementos de seu desenvolvimento histórico; nesta esteira, parece notório que o patrimonialismo³⁴ constitui uma espécie de “traço subjacente” às práticas administrativas nas instituições estatais brasileiras até hoje.

³³ Vide ATCON, R. P. Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira, Rio de Janeiro: MEC/DESU, 1966.

³⁴ Adota-se a acepção weberiana de “patrimonialismo”; refere-se ao uso da máquina administrativa do Estado, de recursos e cargos públicos para fins particulares, i.e., apropriação e uso do que é propriedade pública por um indivíduo ou grupo. WEBER, Opus cit., seções 3 e 4, p. 233 a 323; e de Raymundo Faoro provém os elementos para o estudo do que significa o patrimonialismo no Brasil, em obra clássica. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patrimonato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976.

Ainda pode-se observar que neste contexto um pressuposto do modelo burocrático para a administração pública é a suspeita, a desconfiança, quase a criminalização, quer seja dos agentes do Estado, quer do público que demanda serviços a estes. A papelada, os formulários, as cadeias de processos visariam tornar racional a irracionalidade e o subjetivismo que predomina no patrimonialismo. Portanto, os princípios burocráticos por excelência serão: o *formalismo* (são necessários meios que controlem o fluxo das vontades e desejos individuais, ou no mínimo as reduzam a uma pré-formatação racionalizada), a *impessoalidade* (busca-se o pólo oposto da lógica patrimonialista, na qual as relações pessoais são o fundamento das ações do Estado), a hierarquia funcional, (pela qual cada nível de cargos encontra-se subalterno a outro e há controle superior), a profissionalização e a existência de carreiras (como forma de eliminação do nepotismo e do clientelismo de cargos).

Embora estas mudanças tenham concretizado práticas e instrumentos democratizantes, *e.g.*, o concurso público para acesso aos cargos e até mesmo o treinamento, não chegaram a se converter em uma política duradoura. A tradição patrimonialista, antagônica aos princípios burocráticos, resistia a partir das configurações peculiares existentes no âmbito político brasileiro; dessa maneira, a permanência de práticas patrimonialistas se pluralizaram e manifestaram-se no clientelismo e no fisiologismo³⁵, inseridos também no funcionamento da administração pública.

Todos os aspectos citados acima comparecem às discussões dos colegiados superiores da UFSCar durante apreciação de propostas para novos arranjos administrativos, regras para admissão em concursos públicos, etc., como se pode aferir pela citação abaixo – e aí tanto aparecem mecanismos burocráticos internos ou impostos pelos órgãos ministeriais competentes:

³⁵ Entenda-se aqui por “clientelismo” a utilização da administração pública com o objetivo de prestar serviços para alguns privilegiados e por “fisiologismo”, relação de poder político em que as ações e decisões políticas são tomadas em troca de favores pessoais.

Ata da 65ª Reunião do Consuni, 2ª Sessão, em 27/10/88. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr Sebastião Elias Kury. ORDEM DO DIA: Assunto: Normas para acesso à categoria de Professor Titular. Através da Resolução 06/88-CU, foi constituída uma comissão para exame do problema referente ao acesso da categoria de Professor Adjunto à categoria de Professor Titular. Analisando então o Relatório dessa Comissão, o plenário verificou que o mesmo não foi objeto de análise por parte da CPPD que, embora seja um órgão de assessoria da Reitoria e do Conselho de Ensino e Pesquisa, uma de suas atribuições está relacionada à política de pessoal docente da instituição. Nesse sentido, o plenário considerou importante a análise e manifestação, por parte daquela Comissão, do Relatório ora discutido, esclarecendo que a norma final será estabelecida por este Conselho Universitário. [...] Assunto: Normas sobre direitos de defesa e recurso que poderão ser exercidos pelos servidores da UFSCar.

Prosseguindo, é pertinente levar em conta uma classificação³⁶ para as diferentes formas deste relacionamento entre a burocracia estatal e a sociedade brasileira. Assumindo que o traço de maior antagonismo que o modelo weberiano de dominação burocrática apresenta em relação ao clientelismo seja exatamente a impessoalidade, é a partir da tensão entre estas duas características que vertebram modelos de arranjos políticos e técnicos que se poderia explicar as variantes que se desenvolveram na administração pública brasileira após 1945.

Assim, haveria no âmbito público administrativo burocratizado dois pólos opostos interagindo: 1) o da universalidade e padronização dos procedimentos, orientado pela impessoalidade e 2) o das trocas pessoais de caráter político-econômico, representando a persistência das práticas patrimonialistas às mudanças exigidas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O resultado desta interação foi a emergência do “insulamento burocrático”, em franca ampliação na gestão de Juscelino Ku

³⁶ A classificação das práticas políticas/administrativas aqui apresentados provém da obra de Edson de Oliveira Nunes, *A Gramática Política do Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. Pag. 29-46.

bistchek³⁷ e na administração pública dos militares pós-1964 – o qual se caracteriza como uma estratégia de ação das elites favoráveis ao projeto de modernização capitalista, no sentido de converter uma matriz de pensamento racional/instrumental inspirada no modelo weberiano em um projeto ideológico no qual os meios de racionalização das atividades do Estado se metamorfosearam nos únicos fins entendidos como desejáveis para a administração pública brasileira.

Neste escopo, são característicos de uma ideologia institucional de cunho antidemocrático/autoritário que chamam a atenção, neste período de “preparação” que antecedeu a implementação da UFSCar, os seguintes traços:

- 1 – Criação de uma instituição pública de ensino superior fundada nos interesses políticos de membros da oligarquia local do município de São Carlos, alçados à condição de representantes legislativos (UDN/ARENA)³⁸;
- 2 – A existência de um período de oito anos (1960–1968), durante os quais é possível rastrear em diplomas legais, atas do poder legislativo, projetos de lei, etc., inúmeras tentativas de criação de uma universidade federal no estado de São Paulo³⁹, marcadas por duas vertentes: a) tentativa de agrupamento de instituições de ensino

³⁷ O período de governo de Juscelino Kubistchek, usualmente reconhecido pelas ações desenvolvimentistas (Plano de Metas, “50 anos em 5”, entre outras) caracterizou-se pela necessidade de controle pelo Estado da infra-estrutura do país; foi ampliada a presença estatal na economia, apoiando-se em pressupostos econômicos keynesianos de criação de postos de trabalho, visando à consolidação da indústria pela iniciativa privada com a intervenção estatal. Em paralelo à administração direta (ministérios e órgãos federais), Kubistchek criou uma administração concomitante integrada por órgãos extra-constitucionais, *i.e.*, um conjunto de instrumentos de órgãos já existentes subordinados a Presidência da República, para aumentar a racionalidade e agilidade do sistema administrativo. Para cada meta do programa desenvolvimentista havia um Grupo de Estudo, Trabalho e Executivo, constituído por especialistas. Respondendo pelo sucesso do desenvolvimentismo, esta configuração da administração pública “à margem” dos órgãos tradicionais acelerou a emergência e a preponderância da tecnoburocracia na máquina estatal, além de estimular a colonização por militares de cargos públicos civis.

³⁸ Ou seja, o grupo do Deputado Estadual Ernesto Pereira Lopes e do Deputado Federal Lauro Monteiro da Cruz, ambos filiados à UDN e após o golpe de 1964, à ARENA.

³⁹ Lembrando que já haviam ocorrido federalizações de instituições superiores em São Paulo (caso da Escola Paulista de Medicina, na década de 1950), mas sem chegar a constituir uma universidade federal.

já existentes, mas separadas fisicamente e jurídico-administrativamente (faculdades, escolas, institutos básicos), o que buscaria reproduzir o modelo de cunho norte-americano; b) busca pela apropriação do modelo de universidade fundacional da UnB, porém sem a concomitante apropriação do projeto político-pedagógico que lhe serviu de base⁴⁰;

- 3 – A insistência no caso dos excedentes como justificador para a criação de uma universidade federal em São Paulo, por um lado, e em contrapartida o argumento da auto-suficiência econômica deste estado, por outro, como pólos opostos entre os quais os interesses políticos dos representantes do poder local atuaram para lograr a criação da UFSCar;
- 4 – A criação, em 1968, da fundação que responderia pelos aspectos administrativo-institucionais da nova universidade federal (FUFSCar) ter ocorrido por decreto do Poder Executivo. A fundação seria gerida por um conselho de curadores, o qual se arrogaria poderes similares aos Conselhos Universitários, de Ensino e de Pesquisa enquanto julgasse conveniente – o que na prática se traduziria em dez anos (1968–1978).

Ainda de acordo com a análise elaborada por Sguissardi, ficaria patente uma contradição interna na concepção resultante do golpe militar de 1964 para as universidades públicas federais; tal contradição consistiria nos seguintes termos: enquanto os militares pretendiam, embasados pelo trabalho de Atcon e pelos acordos MEC/USAID, reestruturar as universidades brasileiras com a finalidade de direcionar os quadros nelas formados ao mercado de trabalho, em um contexto de formação técnica despido de elementos críticos, e isto se dava, entre outros dispositivos, por meio do desmonte de mecanismos tradicionais do poder no interior das universidades (e.g., extinção da cátedra), por outro lado abriram a porta à uma descentralização do controle federal exercido sobre a estrutura universitária, quando determinou-se que a unidade de organização mínima nos quadros aca

⁴⁰ SGUISSARDI, V. Opus cit. Pag.23–36.

dêmicos e administrativos seria o departamento.

A despersonalização ocasionada pela substituição da cátedra pelo departamento se por um lado pulverizou as instâncias de decisão sobre a vida acadêmica, isto é, o ensino e a pesquisa, por outro abriu caminho à introdução de controles instrumentais, visando atender aos princípios diretivos do poder burocrático de eficiência e impessoalidade – porém tornando-se permeável ao poder exercido pelos representantes das categorias funcionais e pela delegação de competências de decisão aos cargos “despolitizados”.

O agrupamento forçado pela legislação em vigor de servidores docentes e técnico-administrativos em departamentos acadêmicos acabaria proporcionando uma oportunidade de aglutinação de interesses pessoais e políticos que viriam a desempenhar papéis relevantes na trajetória histórica da vida universitária, muito além do simples controle de funções de gestão de disciplinas e execução de conteúdos dispostos em planos de ensino.

É curioso notar que houve uma percepção, como ressalta Sguissardi, do potencial de enfraquecimento do controle centralizado que esta estrutura poderia gerar desde logo pelos prepostos dos golpistas de 64 – a saber, os membros do Conselho de Curadores. Tal percepção explicaria a procrastinação ao extremo pelo Ministério da Educação e seus representantes “curadores” na determinação de medidas, implantação e funcionamento de colegiados em diversos níveis na estrutura de gestão da universidade – o que desde logo se garantiu por um Estatuto aprovado⁴¹ antes da existência efetiva da UFSCar se concretizar em termos de uma comunidade acadêmica.

Deste período pode-se ressaltar que o embate entre as tendências e direcionamentos que traziam uma lógica capitalista internacional encontrava seus limites na face autoritária do regime militar, pois se havia interesse na modernização das relações econômicas – entendendo-se por modernização a abertura da economia brasileira e eliminação de obstáculos ao capital estrangeiro – o mesmo não se poderia

⁴¹ SGUISSARDI, V. *Opus cit.*, pag. 13–14.

afirmar das relações políticas e de mando, quer locais, quer nacionais. Ao poder militar não convinha conceder a autonomia plena, de decisões e financeira, à universidade pública – portanto, o modelo importado sofreu injunções quanto à diversos aspectos que restringiam sua implantação completa.

No bojo das lutas que se desdobraram desde o surgimento das associações e órgãos sindicais (final da década de 70) no espaço da comunidade acadêmica da UFSCar – sindicato dos servidores, associação dos docentes, além da organização estudantil que já existia desde a entrada em funcionamento dos primeiros cursos de graduação, a tônica sempre foi dada pela contraposição⁴² aos atos considerados como desmandos do Conselho de Curadores e às políticas de Governo, seja para a área acadêmica, seja para os aspectos administrativos que

⁴² Sobre o caráter das articulações e ações de oposição ao Conselho de Curadores são muito explícitas as atas do Consuni de 1988 e 1989, em especial a 62ª reunião extraordinária, em 27/06/1988, na qual se lê: *“Esta reunião foi convocada, em caráter extraordinário, pelo Sr. Presidente, Prof. Dr. Munir Rachid, atendendo solicitação dos membros do Conselho Universitário, para o fim exclusivo de discussão do problema criado pela iniciativa do Conselho de Curadores de argüir, na Justiça a competência da Reitoria da Universidade Federal de São Carlos, para administrar esta Instituição”*. Na resolução originada das deliberações, destaca-se o seguinte trecho: *“(...) No entender desse Conselho Universitário o que, através desse expediente, ambiciona o Conselho de Curadores é assumir, sem peias e sem limites, papel tutelar sobre o conjunto de uma instituição que, nos últimos anos soube e conseguiu, com os seus próprios recursos, afirmar-se de modo inquestionável no cenário universitário brasileiro; d) mais desarrazoada ainda revela-se essa ambição, que nada suporta ou justifica, quando se atenta para o fato que a edificação e a afirmação acadêmico-científica da Universidade Federal de São Carlos fizeram-nas e sustentaram-nas seus quadros, sem contar, em nenhum momento, com o concurso e a colaboração do Conselho de Curadores; e) fugindo ao cumprimento dos papéis e funções que, tradicionalmente, a um Conselho de Curadores são assinalados em uma Universidade Federal fundacional, o Conselho de Curadores da Universidade Federal de São Carlos preferiu sempre, à colaboração, o conflito declarado com as instâncias internas de decisão da instituição. Desse modo, sua atuação, que sempre busca apoiar e fundamentar em um Estatuto próprio, conflitante com o da Universidade, caracteriza-se basicamente pela contínua e permanente criação e indução de “situação de crises”, que procura, omitindo delas ser o autor, explorar e apresentar como “provas” e “evidências” da fragilidade da administração acadêmica da instituição; f) estranho à colaboração e ao comprometimento na tarefa, árdua e cotidiana de assegurar para a instituição as condições adequadas para o seu fazer acadêmico-científico, refratário à discussão de seu papel institucional e à clarificação dos critérios definidores de sua composição e do próprio mandato de seus membros, hoje praticamente vitalícios, o Conselho de Curadores transmuta-se objetivamente, no entender deste Conselho Universitário, em fator de instabilidade institucional e em obstáculo para o pleno desenvolvimento e contínua afirmação da Universidade Federal de São Carlos”* (sublinhado meu).

influenciavam decisivamente no cotidiano da universidade.

A implantação dos Conselhos Superiores da universidade, mesmo adiada o quanto foi possível, veio a se realizar aprofundando os conflitos entre as instâncias decisórias sobre a vida da comunidade acadêmica. Em fins dos anos 1970 era reitor o prof. Dr. William Saad Hossne, médico e professor da Faculdade de Medicina da Universidade

Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) desde 1965⁴³. Embora não integrasse o quadro docente da UFSCar (o que não era necessário para o preenchimento do cargo naquela época), assumiu a função de dirigir a universidade em diálogo com a comunidade acadêmica, acolhendo as demandas das organizações de docentes, servidores técnicos e discentes. Segundo Sguissardi:

Tratava-se da nomeação dos chefes de Departamentos e dos diretores de Centro, por lei, atribuição do reitor. Já na posse do reitor, em 07/04/1979, a presidente da ADUFSCAR reivindicava, em nome da comunidade acadêmica, o direito de professores, funcionários e alunos elegerem esses seus dirigentes. Passados 20 dias da posse, em reunião com diretores de Centros e chefes de Departamento, acertou-se com o reitor a eleição de listas tríplices para cada caso, ficando os critérios por conta do colégio eleitoral. Nas assembleias gerais realizadas pelas três categorias do campus, definiu-se o critério unificado da votação por docentes, funcionários e alunos, com cômputo paritário dos votos (peso de 1/3 para cada categoria). As entidades ADUFSCar, ASUFSCar e DCE coordenaram a realização de mesas redondas com os candidatos a direção dos Centros. Essa "liberalidades", no contexto político-institucional que ainda se vivia, não foram bem acolhidas pelo CC-FUFSCar.⁴⁴

⁴³ Formado cirurgião pela Faculdade de Medicina da USP (1951), foi um dos fundadores da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, em 1962, da qual é professor emérito. Participou da criação da Fapesp, tendo sido o segundo diretor científico da Fundação, entre 1964 e 1967 e retornando a esta função entre 1975 e 1979, quando assumiu o cargo de reitor da UFSCar. Em 1992, fundou a Sociedade Brasileira de Bioética. Também coordenou a comissão que elaborou um código de ética para as pesquisas científicas, em vigor desde 1996. Recebeu títulos de Doutor Honoris Causa da UnB (2002) e da UFSCar (2005). Atualmente preside o Conselho de Curadores da UFSCar (2015).

⁴⁴ SGUISSARDI, V. Idem, Pág. 213. Sobre a atuação do professor Hossne veja-se o Anexo C (*A estrela dos anos 80*).

Como se vê, a posição do prof. Hossne foi decisiva no sentido de marcar uma postura de independência e autonomia em relação ao Conselho de Curadores, o que acabou por se traduzir em confrontos mais ou menos intensos no transcorrer de sua gestão (1979–1983); basta observar que não houve nomeação de vice-reitor durante todo o período de sua gestão (mesmo tendo ocorrido consulta eleitoral à comunidade acadêmica e sido encaminhada lista sêxtupla ao Ministro da Educação pelo Conselho Universitário), como represália do Conselho de Curadores às suas decisões⁴⁵.

No ano de 1983 ocorreria um das crises mais intensas entre o Conselho Universitário da UFSCar e o Conselho de Curadores, com a não-recondução do reitor Hossne, que fora eleito pela comunidade acadêmica com expressiva margem de votos (71,62%), ao final de 1982. O caso ficou marcado por uma série de embates entre a comunidade acadêmica, representada pelos membros do Conselho Universitário e a velha ordem autoritária, encarnada pelos membros do Conselho de Curadores⁴⁶.

Apesar de se avizinhar o momento da abertura política e o fim do regime militar, o ranço autoritário dava provas de permanecer firme na questão da nomeação do reitor; ao final de um período que se estendeu de março até agosto de 1983, marcado por reuniões, manobras e ofícios de membros do Conselho de Curadores junto ao Ministério da Educação e ao Conselho Federal de Educação, foi nomeado para o cargo de reitor da UFSCar o prof. Antônio Guimarães Ferri, um interventor claramente afinado com o Conselho de Curadores.

O prof. Ferri era veterinário de formação e tendo sido aprovado em concurso para catedrático em 1955, ocuparia vários cargos de direção na Universidade de São Paulo – USP durante sua carreira na instituição – por exemplo, dirigiu o Instituto Oceanográfico de

⁴⁵ SGUISSARDI, V. Ibid., pag. 214–216.

⁴⁶ SGUISSARDI, V. Ibid., pag. 237–243.

1975 a 1977; foi o segundo diretor da então recém-criada Escola de Artes e Comunicação/ECA, na qual atuou no início da década de 1970 como mentor da criação e tramitação administrativa/acadêmica do curso de Turismo, tanto dentro da USP quanto nas instâncias competentes do MEC, através de contato direto com o então ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho⁴⁷.

Não será em vão lembrar que seu irmão, o prof. Mário Guimarães Ferri (1918–1985), por sua vez, tinha sido vice-reitor da USP, dirigindo-a como reitor em exercício de 1967 a 1968, em pleno período de perseguições aos professores, estudantes e funcionários considerados subversivos pela ditadura militar; nesta mesma época também presidiu uma comissão de reestruturação da USP, o que foi decisivo na repartição da estrutura universitária em Institutos e Departamentos e contribuiu sem dúvida para o esfacelamento da FFCL⁴⁸; os irmãos Ferri eram, pois, homens de confiança do regime de exceção.

A gestão de Antônio G. Ferri à frente da reitoria da UFSCar foi pontuada por constantes embates entre o reitor/interventor e a comunidade acadêmica, notadamente em ações de hostilidade protagonizadas pelos discentes, tais como protestos, atos públicos pedindo a

⁴⁷ Como se vê na transcrição da entrevista concedida pelo Cel. Passarinho sobre a criação do curso de Turismo na USP, incluída em: CELESTE FILHO, Macioniro. *A institucionalização do Turismo como curso universitário*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002. Ainda de acordo com este autor, a ECA foi criada em 1966 com as bênçãos do reitor Gama e Silva, do governador Laudo Natel e de seu então Secretário da Fazenda Antônio Delfim Netto.

⁴⁸ O “*Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo*” (título do documento final da comissão de reestruturação apresentado em junho de 1968 e que acabou ficando conhecido como “Relatório Ferri”) trazia um cunho idealista, individualista e liberal em sua concepção de universidade; continha um breve capítulo sobre a questão da autonomia e de acordo com Cunha: “*A Comissão reconhecia ter pensado, a princípio, ser o regime jurídico de fundação o que dilataria os horizontes da autonomia universitária. No entanto, após consultas à juristas, concluiu que isto não aconteceria*”. FERRI, M. G. (org) et al. *Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: FFCL/USP, 1968. [s.p.]. (Documento integrante da Coleção Especial Florestan Fernandes/ Biblioteca Comunitária da UFSCar, referentes à educação superior e a administração em universidades públicas); CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007. Pag. 124–131.

saída de Ferri e ocupação de edifícios administrativos. Conforme relembra a profa. Maria Waldenez de Oliveira:

O movimento conjunto de estudantes, docentes e funcionários se revoltou. E, assim, nem bem chegou a São Carlos, o Professor Ferri se viu impedido de cumprir seu expediente na UFSCar, pois o segmento estudantil ocupou o prédio da Reitoria. Éramos DCE e APG juntos. O prédio da Reitoria tornou-se o centro de resistência ao interventor. Reuníamos os movimentos estudantil, docente e de funcionários e planejávamos ações conjuntas – a ADUFSCar, tendo como presidente o Professor Valdemar Sguissardi, e a ASUFSCar, presidida pelo funcionário José Andrade. Os conselhos universitários, ocupados majoritariamente por docentes, se reuniam à revelia do “reitor”, faziam sua pauta, tomavam decisões. [...] Quando ele se dirigia a reuniões com os estudantes, no campus da UFSCar, fazíamos um “corredor polonês” para recepcioná-lo, no meio do qual postávamos um caixão. Diante dessa situação, a Associação Comercial e Industrial de São Carlos (ACISC) propiciou que Ferri fizesse suas reuniões na sede da Associação. Íamos com uma pauta inatendível. Ferri designou um mediador, o assessor da Reitoria José Fernando Porto, que havia sido meu paraninfo de formatura. Organizávamos verdadeiras carreatas, de madrugada, até a sua casa para discutir pontos da pauta de negociações. Estudantes, professores, funcionários tornaram a vida do Professor Ferri e seus colaboradores um inferno. Ele enfartou, solicitou sua saída da Reitoria. Negociamos nossa saída, não sem antes deixar uma marca no relógio da sala do Reitor. Um relógio sem ponteiros, com números e datas que iam se alternando. Abrimos o relógio e, numa data próxima futura, colamos os dizeres “FORA FERRI”, imaginando a surpresa do futuro Reitor ao se deparar com aquela memória da ocupação do prédio da Reitoria. Com o cargo em vacância, novamente fizemos o processo eleitoral, tendo sido eleito o Professor Munir Rachid⁴⁹.

Embora o testemunho acima dos eventos de 1983 mostre uma articulação vigorosa de ações de oposição à intervenção entre os membros da comunidade acadêmica da UFSCar, forçoso é reconhecer que se defrontavam com o autoritarismo de órgãos ministeriais, os quais contavam com dirigentes que apoiavam a Ditadura Civil-Militar. Analisando os episódios, pode-se refletir se nesta conjuntura conhecida

⁴⁹ OLIVEIRA, M. W. *Educação popular e saúde: processos educativos em práticas sociais*. São Carlos: UFSCar, 2013. Memorial descritivo, inédito. Pag. 40–41.

como “reabertura política”, que caracterizou o último governo de presidentes militares no Brasil, não teriam sido justamente os civis que ocupavam cargos de primeiro e segundo escalão os principais responsáveis pelo prolongamento de práticas políticas repressivas e autoritárias?

Relembre-se os episódios de triste memória que envolveram as cassações de pessoal docente, servidores e estudantes nas universidades brasileiras pela ditadura de 1964; de acordo com Motta⁵⁰, teriam ocorrido na década de 1960 duas fases no processo de silenciamento das vozes dissonantes ao regime civil-militar nas universidades: uma imediatamente após o golpe, em 1964 e outra deflagrada pelo Ato Institucional nº 05, em 1968. Neste segundo momento da repressão autoritária revelou-se com maior evidência o colaboracionismo dentro das próprias instituições universitárias atingidas, como ocorreu com a USP, com sua lista de professores “aposentados”⁵¹, além de outros que haviam sido atingidos arbitrariamente e nem sequer integravam de forma regular o corpo docente da universidade, como foi o caso de Caio Prado Jr⁵².

Neste sentido, relembre-se também a obra de Paulo Duarte,

⁵⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Pág.164 e ss.

⁵¹ ADUSP. *O livro negro da USP / O controle ideológico na universidade: 1964–1978*. São Paulo: Associação dos Docentes da USP, 2004. Pág. 47–49.

⁵² Ainda de acordo com *O Livro Negro da USP*, pág. 49, o professor Caio Prado Júnior era livre-docente e sequer se tratava de membro regular do corpo docente da Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco à época em que foi decretada pelo gal. Costa e Silva a aposentadoria ou demissão compulsória de 23 docentes e do vice-reitor em exercício Hélio Lourenço de Oliveira. Uma hipótese levantada pela obra em questão para a inclusão do nome de Caio Prado naquele famigerado decreto seria exatamente a sua titulação acadêmica, que lhe abria a possibilidade de disputar concurso para catedrático – algo que aliás já ocorrera em 1954, e teria sido percebido como ameaça por seus desafetos naquela unidade da USP. Entretanto, parece razoável supor que outras motivações, advindas da atuação pregressa deste intelectual de orientação marxista na cena política brasileira também tiveram influência no ocorrido, pois era filiado ao Partido Comunista do Brasil desde 1931 e fora eleito pelo partido para a Assembléia Constituinte paulista em 1947, na qual atuou ativamente, além de ter publicado obras sobre o socialismo e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – U.R.S.S. que certamente desagradavam aos militares no poder.

“O processo dos rinocerontes”, na qual o autor narra perseguição oriunda da Faculdade de Direito da USP de que foi alvo em razão de entrevista⁵³ que havia concedido a um jornal, na qual externava suas opiniões sobre o que havia de errado com a universidade. Trata-se de caso similar ao de Caio Prado Jr., pois o posicionamento político à esquerda, independente e combativo do prof. Duarte o tornou “*persona non grata*” em um ambiente universitário em que pontificavam os colegas colaboradores do regime militar – não admira, pois, que opositor do processo tenha sido o professor Alfredo Buzaid, notório partidário do regime golpista e autor da moção advinda da Congregação da Faculdade de Direito que originou o fracassado processo que visava alijar Paulo Duarte da universidade. Note-se ainda que Buzaid sucederia Gama e Silva no Ministério da Justiça em 1969, pelo que se poderia inferir que a dupla de professores da USP em alguma medida respondeu por ações de repressão e censura na fase mais dura do regime militar, corroborando assim a tese de Motta.

Outro episódio que remonta a este momento viria a repercutir e ter influência na UFSCar nos anos vindouros; examinando a lista dos nomes que aparecem no decreto de 29 de abril de 1969, encontra-se o do professor Bento Prado de Almeida Ferraz Jr. Filósofo, intelectual de renome no Brasil e no exterior, formou-se e atuou na USP, tendo conquistado a livre docência aos 27 anos; ao ser cassado em 1969 foi para a França. Retornou do exílio em 1974 e foi anistiado, como tantos outros perseguidos pelo regime militar, no final da década de 1970, quando se iniciavam os movimentos pelo retorno à democracia. Depois de lecionar na PUC-SP, seu destino institucional seria a UFSCar. Na entrevista concedida à Ricardo Musse, em 2000,

⁵³ *Realidade Universitária – Professor denuncia: terrorismo cultural e cátedra vitalícia impedem desenvolvimento da USP* era o título da entrevista, publicada no jornal paulistano *A Gazeta*, em 11/05/1965. Nesta entrevista, Duarte qualificou alguns professores da USP como “rinocerontes” no sentido dado por Ionesco, isto é, mestres locupletados em suas cátedras e que se serviam da universidade em lugar de servir à instituição. DUARTE, P. *O processo dos rinocerontes – Razões de defesa e outras razões...* São Paulo: s.c.e., 1967. Pag. 36–39 e 143–147.

rememorou esta fase de retorno ao Brasil:

Entrevistador: Logo após seu retorno ao Brasil, o sr. passa a editar a revista "Almanaque".

Bento Prado: – Cogitamos fazer uma revista que reunisse as ciências humanas, a filosofia, a literatura etc. e que fosse de oposição. É verdade que de uma oposição discreta. Em todo caso, tratava-se mais de uma revista de cultura do que de intervenção política, diria que era uma revista de cultura crítica. Nessa época mudei para São Carlos e me desinteressei um pouco da revista, que havia chegado ao 17º número.

E. – Por que São Carlos?

B.P. – Em 1978, exatamente um ano antes de ser anistiado, fui convidado para dar aulas na Universidade Federal de São Carlos. Respondi que não poderia porque estava cassado. Descobri então que já tinham acertado tudo. O regime estava enfraquecendo e a reitoria tinha entrado em contato com o Ministério da Educação, que deu o sinal verde. Pensei que não podia deixar escapar essa oportunidade, afinal, seria o primeiro cassado a ser contratado por uma universidade pública. Aceitei, em tempo parcial. Depois, quis passar para tempo integral. Entre morar em São Carlos e em São Paulo, a diferença é brutal.⁵⁴

A vinda do Prof. Bento Prado Jr. para São Carlos foi decisiva para a consolidação da área de Humanidades na UFSCar, pois o prestígio do seu nome contribuiu para trazer outros pesquisadores aos quadros de uma universidade que era reconhecida pelo perfil mais voltado ao campo tecnológico e das exatas.

Por outro lado, sensível ao contexto pré-existente na universidade e atento às possibilidades de integração acadêmica com os demais companheiros de instituição, atuou decisivamente na criação do departamento e do programa de pós-graduação em filosofia, endereçando suas pesquisas para a interface entre as teorias filosóficas e psicológicas, imprimindo, assim, uma identidade que até hoje é marca distintiva do programa⁵⁵ e de boa parte de seus docentes, alguns deles

⁵⁴ *Regras de um método*, Especial Entrevistas Históricas – Bento Prado de Almeida Ferraz Jr. à Ricardo Musse. Caderno Mais!, *Folha de São Paulo*, 25/06/2000.

⁵⁵ “B.P. – Quando vim para São Carlos, no fim dos anos 70, o espaço da filosofia era muito pequeno. Levando em conta que no nosso centro havia um grupo de psicólogos de bom nível, de formação behaviorista, organizei seminários sobre o livro de Gilbert Ryle, *The Concept of Mind*” (O Conceito da Mente). Daí

seus ex-alunos. Em 1998, Bento Prado Jr. recebeu o título de professor emérito da USP, instituição na qual continuou atuando como orientador de pós-graduação mesmo depois da “aposentadoria” que os militares lhe impuseram.

Em diversas atas de 1988 e 1989 encontra-se registrada a participação de Bento Prado Jr. como membro do Consuni, tanto como chefe de departamento que ajudou a criar quanto como representante do CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas, juntamente com o prof Valdemar Sguissardi; percebe-se nos documentos a postura independente que mantinha frente a questões acadêmicas e administrativas – como no caso da proposta de criação do Departamento de Letras ser associado ao de Artes, quando defendeu a posição de que não haveria obrigatoriedade de unir as duas áreas de conhecimento em um só departamento (ata da 67ª reunião do Consuni, de 16/03/1989) e por ocasião da discussão sobre tramitação de processos e recursos em questões administrativas e funcionais no âmbito da UFSCar, quando elaborou parecer conflitante com o da procuradoria jurídica da universidade (ata da 70ª reunião ordinária do Consuni, 2ª sessão, de 19/10/1989). No primeiro caso prevaleceu o entendimento defendido por Bento Prado Jr. e o departamento de Letras foi criado sem ocorrer junção com a área de Artes; já a segunda questão foi retirada da pauta pela consideração de que seria inócuo tomar uma decisão interna à UFSCar e depois ter de rediscutir o tema, pois estava em andamento no Congresso Nacional o projeto que resultaria no Estatuto do Servidor (Lei nº 8.112/90).

Estes dois casos exemplificam bem a medida do respeito que era prestado a Bento Prado Jr. pelos seus pares na UFSCar; ao falecer,

começamos a entrar na filosofia analítica. Meus interesses em psicologia, em filosofia e as contingências me levaram à releitura de Wittgenstein e da psicanálise.” FSP. Idem, 25/06/2000. O prof. Bento Prado, tendo ingressado na UFSCar no então departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação, promoveu a expansão da área de filosofia a partir dos referidos seminários e assistiu seu coroamento quando, no processo de redepartamentalização na década de 1980 surgiu o Departamento de Filosofia e Metodologia da Ciência, além da criação do programa de pós-graduação (mestrado) em Filosofia, em 1988.

no início de 2007, vitimado por um câncer de laringe, foi velado no saguão do edifício da reitoria e decretado três dias de luto na universidade. Tinha sido agraciado com o título de professor emérito em 2006, que foi entregue a seus familiares *in memoriam* no ano de seu falecimento, em reconhecimento aos docentes que contribuíram para o desenvolvimento institucional da universidade.

1.2 – Prólogo a um tempo de esperanças: a década de 1980

Entretanto, voltando a dezembro de 1983, fora aprovada a Lei nº 7.177, determinando prazo não inferior a seis nem superior a oito meses para que nas universidades fundacionais fossem realizadas consultas para escolha de dirigentes, de acordo com o estabelecido em lei para encaminhamento de listas sêxtuplas. Em consequência, no mês de outubro de 1984 assumiu a reitoria da UFSCar o prof. Dr. Munir Rachid⁵⁶, formado em Engenharia Mecânica e docente da EESC-USP – Escola de Engenharia de São Carlos; o reitor Rachid, prosseguindo na trilha do prof. Hossne, seu antecessor, delegava prerrogativas de atribuições de cargos ao Consuni⁵⁷, mantendo a postura democrática que a comunidade acadêmica demandava e prefigurando outro período de conflito que contrapunha os colegiados da UFSCar e a reitoria, de um lado e o Conselho de Curadores, de outro.

Na seqüência dos acontecimentos, houve a escolha do vice-reitor, assumindo o prof. Dr. Sebastião Elias Kuri, formado em Física

⁵⁶ Munir Rachid formou-se em Engenharia Mecânica na Escola de Engenharia de São Carlos / USP, em 1959, fez mestrado em Engenharia Mecânica na Universidade Carnegie-Mellon, Pittsburgh em 1970, e doutorado pela Escola de Engenharia de São Carlos / USP em 1975. Ingressou na Escola de Engenharia de São Carlos como Instrutor (1964) junto à cadeira nº 4 “Ciência das Construções”. Foi contratado como Auxiliar de Ensino pelo Departamento de Estruturas da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo em 1971 e promovido a Professor Doutor em 1988. Aposentou-se em 1995 e faleceu em 2006. Na década de 1990 foi membro do Conselho de Curadores da universidade. Em 2005 recebeu o título de doutor honoris causa conferido pela UFSCar aos seus ex-reitores por ocasião das homenagens aos 35 anos da instituição, vindo a falecer naquele mesmo ano.

⁵⁷ SGUISSARDI, V. Ibid., pág. 238.

e Engenharia e que viria a suceder o prof. Rachid no cargo de Reitor, de 1988 a 1992. Alinhando-se também com as reivindicações da comunidade universitária e suas entidades de classe, em consonância com o trabalho anterior de Rachid, o reitor Kuri promoveu a finalização do processo que levou o Conselho de Curadores a funcionar apenas como órgão fiscal, cessando as ingerências e confrontos de competências na gestão da UFSCar. Para dimensionar estas atuações políticas, observe-se alguns episódios que mostram as relações de poder configuradas naqueles anos.

Após a saída do interventor Ferri, a gestão do reitor Rachid promoveu a reaproximação da Reitoria com a comunidade acadêmica e seus órgãos colegiados, além das associações de discentes, docentes e servidores técnicos-administrativos; mas também empreendeu ações para superar a distância entre a reitoria e o Conselho de Curadores, obtendo a nomeação pelo Ministro da Educação do reitor e do vice para compor como membros o referido Conselho, tendo o reitor solicitado a prerrogativa de exercer a presidência. Apesar da oposição dos conselheiros a este ingresso da reitoria no órgão, o fato consumou-se e foi iniciado, assim, um processo de ganho de autonomia e abertura às práticas democráticas naquele colegiado que representava um bastião do autoritarismo na vida da universidade.

Registre-se, porém, que este processo não decorreu sem conflitos; o episódio decisivo deu-se com a demissão pelo prof. Rachid do assessor especial da presidência do Conselho de Curadores, José Fernando Porto⁵⁸, com base em sindicância aberta para apurar

⁵⁸ Como informa Sguissardi, José Fernando Porto era “*dentista, grande proprietário rural, líder do PDS local na Câmara dos Vereadores de S. Carlos, foi ao mesmo tempo membro do Conselho de Curadores e coordenador da Coordenadoria dos Órgãos suplementares da Universidade; durante sete anos (1978–1984), foi diretor pró-tempore da Divisão de Assuntos de Alunos. Em decorrência desses dois cargos de confiança (era) membro do Conselho Universitário (ocupando duas vagas). Ao mesmo tempo funcionário da universidade, subalterno ao reitor, e membro do Conselho de Curadores, com “todos” os poderes sobre a administração da universidade*”. SGUISSARDI, V. A crise do poder na UFSCar: descaminhos de um modelo?, in *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. VII, nº 21, agosto de 1985. pág. 77. Evidencia-se neste comentário de Sguissardi o viés das relações clientelistas e fisiológicas presentes no Conselho de Curadores.

irregularidades referentes ao Restaurante Universitário no período de 1981 a 1984, quando o mesmo era coordenador dos órgãos suplementares da UFSCar. A sindicância apontava o assessor como co-responsável pelos fatos apurados e assim a demissão se daria por justa causa.

Esta ocorrência reabriu as divergências entre os membros do Conselho de Curadores e a Reitoria, pois o assessor em questão, além de ser vereador do PSD de S. Carlos, sempre fora aliado político de Pereira Lopes e muito ativo dentre as forças conservadoras da direita são-carlense. Assim, sendo votos vencidos o prof. Rachid e o prof. Kuri, o Conselho de Curadores passou a enviar ofícios e relatórios elaborados pelo sr. José Fernando Porto ao Ministro da Educação, Deputado Jorge Bornhausen (Partido da Frente Liberal/PFL), demandando uma nova intervenção na UFSCar, que restabelecesse a predominância das posições do Conselho de Curadores sobre outros colegiados e instâncias dirigentes da UFSCar.

No entanto, o desfecho da situação foi contrário às expectativas dos partidários de José Fernando Porto; a conjuntura havia se alterado no Ministério da Educação e por sugestão do conselheiro Caio Tácito no Conselho Federal de Educação⁵⁹, foi enviada comissão para ouvir as partes interessadas no caso e propor solução. O resultado desta oitiva foi a determinação de reforma profunda dos estatutos (tanto da UFSCar quanto do Conselho dos Curadores), com a finalidade de delimitar as competências de gestão dos órgãos colegiados superiores da universidade, acabando com os conflitos gerados pela superposição de funções.

Assim, o Conselho Universitário trabalhou para elaborar e aprovar um novo Estatuto para a Fundação e seu Conselho de Curadores, votado em primeira versão no mês de setembro de 1987 e finalmente adotado em 1991, após negociações com o Conselho de Cura-

⁵⁹ SGUISSARDI, V. *Opus cit.*, pág. 241.

dores. Também interferiu neste processo as considerações dos membros do Consuni e do Conselho de Ensino e Pesquisa – CEPe (que eram então os dois colegiados superiores da UFSCar) de que a entrada em vigência da Constituição Federal deveria ser aguardada para que o novo estatuto já estivesse adequado ao escopo que a Carta Magna traria para as diretrizes educacionais brasileiras e outros assuntos que poderiam influenciar na vida universitária como um todo, o que também se ratificou por portaria do Ministério da Educação, confirmando a análise que os conselheiros tinham da situação do momento:

ATA DA 59ª reunião DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 3ª sessão, 21/04/1988, PRESIDÊNCIA: Prof. Munir Rachid

(...) Ordem do Dia / ASSUNTO: Criação de pró-reitorias (...) questão importante, levantada em plenário, refere-se à relação pró-reitoria/estatuto, ou seja, uma proposta de definição e implantação das pró-reitorias, tal como as que existem em outras universidades, é muito demorada, tendo em vista que depende de alteração do Estatuto e do Regimento Geral da UFSCar, com aprovação do Conselho Federal de Educação, lembrando-se que esta questão – a de criação das pró-reitorias – está em discussão no congresso estatuinte[...].
(Sublinhados meus)

E também:

ATA DA 61ª REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 2ª Sessão, 09/06/1988, PRESIDENTE: Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri

2.1 – Comunicações da Presidência [...] Portaria nº 279, de 26.04.88 do MEC: “O Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, considerando que uma nova Constituição Brasileira encontra-se em processo de elaboração pela Assembléia Nacional Constituinte; considerando que daí advirão novas diretrizes para a educação a nível nacional e, considerando a indispensabilidade de adequação do sistema federal de ensino àquelas diretrizes, resolve: suspender até a promulgação da nova Constituição do Brasil as alterações em estatutos e regimentos das Instituições Federais de Ensino”. (Sublinhado meu)

É nítido, nos trechos das atas acima sublinhados, que o Consuni estava sintonizado com as tendências que sinalizavam novos rumos nas políticas educacionais que emanariam do texto constitucional em elaboração, inclusive se antecipando ao próprio Ministério

da Educação neste entendimento.

Entrementes, como derradeiro lance de afirmação de poder perante à nova organização da universidade que vinha substituir o autoritarismo do Conselho Curador e seus membros, estes entraram na Justiça Federal com uma ação de questionamento da competência da reitoria para administrar a UFSCar – era uma tentativa de reverter a demissão de José Fernando Porto, que ocorreria se a ação fosse julgada procedente, o que não se verificou. Em julho de 1991, a Fundação foi dotada de um novo estatuto aprovado por portaria ministerial⁶⁰, no qual se afirmava o caráter apenas fiscal do Conselho de Curadores, colocando um ponto final nos conflitos de competências entre os colegiados superiores da universidade e abrindo uma nova fase da administração da instituição universitária.

Na leitura das atas do Conselho Universitário estas disputas avultam notadamente nas temáticas e pautas debatidas, as quais se revezam na polarização dos debates, na maioria das vezes, com as polêmicas sobre o princípio da autonomia institucional da universidade e seus limites constantemente questionados – ora pelas reformas administrativas, ora pelas determinações da política educacional em nível nacional ou mesmo pela situação financeira imposta pela crise econômica da época⁶¹:

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 27/04/1989, Presidência do Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri

Assunto: Análise da profunda crise financeira da UFSCar, decorrente do insuficiente orçamento para Custeio, estabelecido para o exercício de 1989. Iniciando a análise deste item a Presidência informou que esteve em Brasília, por convocação da SESu, para participar de uma reunião com todos os reitores das universidades federais e com as assessorias daquela Secretaria, a qual durou dois dias. O objetivo dessa reunião foi tratar das questões gerais das universidades, inclusive a da crise financeira por que passam. Comentou

⁶⁰ Portaria MEC nº 1.161, de 04/07/1991.

⁶¹ Foram vários planos econômicos no governo Sarney, que não lograram deter a escalada inflacionária.

que três quartos da reunião foram usados para discussão de temas relacionados à autonomia da Universidade, seus objetivos etc., tendo por fim subsidiar a SESu para encaminhamento de proposta ao Congresso Nacional para a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação”. (sublinhado meu)

E ainda:

ATA DA 71a reunião ORDINARIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 23/11/89, Presidência Prof. Dr. Newton Lima Neto
 ORDEM DO DIA [...] Assunto: 3.1 – 6º Plano de Aplicação de Recursos Próprios e Orçamentários [...] A Conselheira Helena Rosa solicitou constasse em ata que aprova hoje a proposta porque é a única decisão, a seu ver, a ser tomada. Lamenta, entretanto, ter que aprovar, argumentando que a chamada autonomia financeira disposta na Constituição não é a que queremos mas a que o governo dá, pois até agora apenas 35% dos recursos dotados para este ano foram repassados, não havendo garantia de que o restante o seja. Nesse sentido, adotando a prática de aplicar-se os recursos de custeio estaremos cobrindo a obrigação que é do governo e, mais ainda, vamos provar que somos capazes de manter a Universidade com apenas 35% do orçamento.” (sublinhado meu)

Ora, o problema da autonomia das universidades, que nos exemplos acima comparece exibindo aspectos diversos, fora crucial pelo menos desde a década de 1960, quando do surgimento da UFSCar e as controvérsias sobre o regime das universidades fundacionais – e cuja evolução é tema da discussão que será contemplada no segundo capítulo.

Destarte, em concomitância com a luta pela afirmação política e administrativa dos colegiados da UFSCar face aos resquícios do autoritarismo representado pelas ações do Conselho de Curadores naquela conjuntura, também ocorriam paulatinamente alterações nestes órgãos colegiados que conduziram a mecanismos de decisão determinados pela burocratização nas relações.

Portanto, a reestruturação administrativa da UFSCar, que vinha sendo debatida pelos diversos atores que integravam a comuni

dade universitária⁶² – ou seja, gerava-se de baixo para cima – foi atropelada em diversos momentos por determinações de instâncias superiores do poder executivo que desvirtuaram o processo, ao impor normas pautadas por interesses que divergiam dos princípios norteadores do ensino superior público, além de passar por cima da autonomia institucional.

Assim, a redemocratização do país, iniciada em 1985 e alcançada com a promulgação da Constituição em 1988 foi um momento de inflexão para a sociedade e o Estado brasileiros e as universidades públicas não poderiam ficar à margem do processo político e social em curso. A autonomia universitária, que era discutida tanto em seu aspecto acadêmico quanto burocrático-institucional, contudo, foi atingida por diversas leis e procedimentos reguladores que visavam um outro modelo institucional, o qual, de início – como expresso em diferentes discursos proferidos por membros da comunidade da UFSCar entre 1988 e 1990 – se acreditava que promoveria uma alteração na estrutura acadêmico-administrativa em consonância com os interesses sociais mais avançados.

Contudo, esta expectativa frustrou-se em pouco tempo: a lógica da eficiência e da eficácia se instalou nas universidades públicas através do aparato legal, o que ao longo do tempo viria a produzir uma estrutura burocrática engessada e a redução dos espaços públicos de debate. Perguntar pelas mudanças e efeitos que esta agenda política produziu no ambiente institucional de uma universidade pública significa abrir uma reflexão sobre a história presente da administração pública e da participação política de seus membros.

Exemplificando estas afirmações, há o caso da implantação das Pró-reitorias na UFSCar. Com o crescimento do número de cursos de graduação, programas de pós-graduação e atividades de extensão

⁶² Conforme informações das atas dos Conselhos Universitário e de Ensino e Pesquisa, em 1988 participavam na elaboração de propostas para Estatuto e Regimento novos para a UFSCar as seguintes entidades: APG (Associação dos Pós-Graduandos), ADUFSCar (Associação dos Docentes da UFSCar), ASUFSCar (Associação dos Funcionários da UFSCar) e DCE (Diretório Central dos Estudantes).

que vinha ocorrendo na universidade desde a década de 1970, na gestão do prof. Rachid já se discutia nos colegiados superiores a necessidade de descentralizar as decisões concentradas na Reitoria para que a gestão das demandas se tornasse eficiente; apontava-se, pois, a criação de pró-reitorias como um modelo existente em outras universidades, que atenderia ao que os conselhos superiores consideravam necessário em suas discussões:

ATA DA 57ª REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – 3ª sessão – 29/03/88 – Presidência: Prof. Dr. Munir Rachid

ORDEM DO DIA [...] A Presidência deu ciência do teor do Of. nº 024/88, de 29.03.88, da ADUFSCar, ratificando solicitação anterior para que o Conselho discuta, com urgência, a proposta de criação de pró-reitorias. [...] O Prof. Silvio Botomé solicitou marcar-se uma reunião extraordinária do Conselho Universitário, antes da reunião conjunta C.U./CEPE para discutir o processo de escolha do Reitor, visando discutir a proposta de criação de pró-reitorias. (sublinhado meu)

Em reuniões posteriores, evidencia-se a evolução da discussão no Consuni:

ATA DA 59ª REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – 06.04.1988 – PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Munir Rachid
ORDEM DO DIA. [...] 3.12 – Proposta de Criação de Pró-Reitorias na Universidade Federal de São Carlos. O Sr. Presidente leu ao plenário Parecer apresentado pelo Prof. Dr. Carlos V. D'Alkaine, da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário, cuja cópia constitui anexo I desta Ata. Após ampla discussão, o plenário decidiu, após votação, APROVAR a Criação de Pró-Reitorias na Universidade Federal de São Carlos, nos termos do conceito geral de Pró-Reitorias, expresso nas páginas 06 e 07 da proposta apresentada pelo Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri.

E na ocasião que se seguiu, houve o encaminhamento para a estruturação das novas instâncias de gestão:

ATA DA 59ª reunião DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – 3ª sessão – 21/04/88 – PRESIDÊNCIA: Prof. Munir Rachid

ORDEM DO DIA [...] ASSUNTO: Criação de pró-reitorias. A Presidência fez a leitura do Of. CCT 018/88, no qual é apresentada, por esse Centro, uma proposta alternativa à criação das pró-reitorias. O Diretor do CCT, em adição, esclareceu que, em síntese, na proposta de pró-reitoria do CCT, esta é entendida como

uma assessoria à Reitoria, devendo trabalhar em comum acordo com os colegiados mas sem presidi-los, dividindo com a Reitoria as tarefas do executivo. [...] Assim, propôs-se a formação de uma comissão que teria a incumbência de re-elaborar o item referente às atribuições das pró-reitorias. [...] Indicou-se os conselheiros Sebastião Kuri, Silvio Botomé, Gilberto D. Nina e Valdemar Sguissardi para comporem referida comissão. Esta proposta foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes. Passou-se em seguida á discussão da questão de quais pró-reitorias seriam criadas. [...] se discutirá a criação das pró-reitorias, que incluirá os seguintes itens: quais pró-reitorias serão criadas? quais setores estariam ligados às pró-reitorias? como será a vinculação das pró-reitorias com os colegiados hoje existentes? [...].

Pelo que se pode constatar dos extratos das atas acima, havia um entendimento da comunidade universitária no sentido de que a estrutura administrativa centralizada na Reitoria não mais atendia ao cotidiano acadêmico/institucional da universidade e que era o momento de modificá-lo.

Estas alterações advinham da necessidade de prover a UFSCar de estruturas de gestão que permitissem o pleno exercício de sua autonomia, em consonância com sua tradição política de oposição ao autoritarismo e escolhas democráticas, conforme eram entendidas pelos membros dos conselhos. Estão presentes nas atas do Conselho Universitário muitos exemplos nas reuniões do ano de 1988, e também no período subseqüente, de 1989 à 1992⁶³.

Em síntese, pode-se analisar que em concomitância com a sociedade brasileira, ao final da década de 1980 a UFSCar vivia um processo de reorganização que era pontuado por iniciativas internas, por um lado; entretanto, mesmo com as adversidades da conjuntura político-social autoritária vivida pelas IFES nas décadas de 1970 e 1980, por outro, houve expansão tanto de cursos de graduação quanto de programas de pós-graduação – tendo a UFSCar iniciado as atividades em 1970 com somente duas graduações, em oito anos passou a ter treze bacharelados e cinco licenciaturas e no período de 1976 a 1988 foram abertos onze mestrados acadêmicos e três doutorados; a extensão, mesmo com

⁶³ Por exemplo, nas 07 reuniões ordinárias do Consuni em 1989 (ATAS 66^a a 72^a), em cinco delas o tema da autonomia universitária esteve em debate. Na década de 1990, entretanto, o tema da autonomia tem presença não só em discussões no Consuni, mas também como ponto de pauta na maior parte das atas, como se verá no capítulo III.

o princípio da indissociabilidade vindo a se constituir como bandeira do movimento docente, só alcançaria um espaço próprio nos colegiados da universidade no final da década de 1990.

Somente considerando o “cerrar fileiras” da comunidade acadêmica em torno de ideais de excelência e autonomia da universidade pode-se compreender como isto foi possível no contexto desfavorável ao ensino superior público daquele momento e também pela contraposição aos atos baixados pelo Poder Executivo federal sobre a administração das universidades federais e do funcionalismo público. O embate gerado pela questão da estrutura de funções de confiança (portaria 474/87) imposta pelo Ministério da Educação e a reclassificação de cargos e funções determinada pelo Decreto nº 95.689/88 ao quadro administrativo-acadêmico da universidade traduziu-se nesta resolução do Consuni:

Ata 61ª REUNIÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 2ª Sessão – 09/06/1988 – Presidência de Sebastião Elias Kuri.

[...] "O Presidente em exercício do Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições e atendendo ao que dispõem o Estatuto e Regimento desta Universidade e à deliberação do Conselho Universitário, no prosseguimento de sua 61ª reunião, ocorrido em 09.06.88, a propósito da consulta formulada a este Colegiado pelo Magnífico Reitor, através do Ofício GR 429/88 e CONSIDERANDO: primeiro, que a Portaria MEC 474/87, bem como o Decreto 95.689/88, que a modifica parcialmente, constituem-se pelo seu teor e natureza, em indevida, inadequada e inoportuna ingerência nas instituições federais de ensino, na medida em que, a todas e indistintamente, impõem uma idêntica estrutura de funções de confiança, que não permite nem o respeito nem a consideração das peculiaridades de cada uma das instituições atingidas segundo, que, a par disso, e acentuando a gravidade de suas conseqüências para a organização e funcionamento daquelas instituições, tanto a Portaria MEC 474/87 quanto o Decreto 95.689/88 parecem derivar de uma concepção ultrapassada da instituição de ensino, tanto do ponto de vista acadêmico quanto ao administrativo, baixa a seguinte RESOLUÇÃO: "Artigo 1º – entende que deve, não só manter sua rejeição da portaria MEC 474/87 – extensiva agora ao Decreto 95.689/88 – mas também, e sobretudo, propor à Reitoria desenvolver ações concretas junto ao CRUB no sentido da articulação de uma campanha, que envolva todas as instituições de ensino federais, voltada para revogação plena daquela legislação, e sua conseqüente substituição por uma regulamentação da matéria que permita o

atendimento, adequado, das necessidades de cada instituição, e o respeito, máximo, de suas especificidades. Artigo 2º – Não obstante, e independentemente de tudo isso, o Conselho Universitário, dado que a Portaria 474/87 e o Decreto 95.689/88 não podem ser argüídos da perspectiva de sua legalidade, entende que, ambos, resumem, desde sua vigência, a legislação que, com exclusividade, deve ser observada e atendida relativamente à questão das funções de confiança nas instituições federais de ensino. A essa observância e a esse atendimento, até a revogação daquela legislação, não pode se furtar ou abster a Universidade Federal de São Carlos. Art. 39 – Revogam-se as disposições em contrário. (sublinhado meu)

Esta curiosa portaria do Consuni exprime cabalmente em seu texto as contradições que as instituições federais de ensino abrigavam (e ainda abrigam): se por um lado proclama a indignação e se insurge pelas violações à sua auto-regulação segundo as características particulares que a definem (ou seja, a própria historicidade institucional que a identifica dentro do sistema), por outro reconhece sua impotência legal para barrar os ditames que lhe são impostos.

É sintomático este modo de proceder e vai definir um comportamento dos colegiados superiores da UFSCar que se replica em outras situações, qual seja, o de protelar ao máximo a aplicação de determinações externas superiores com as quais a comunidade universitária não concorde. Tanto é assim, que na mesma reunião em que se aprovou a resolução acima transcrita também se deu a conhecer um parecer da assessoria jurídica⁶⁴ da universidade, que entre outras considerações chama atenção para o fato da UFSCar não cumprir os prazos legais de aplicação das normas que estão vigentes.

⁶⁴ Ofício Assessoria Jurídica nº 064/88 (07.06.88), encaminhado ao Magnífico Reitor da UFSCar: “Para melhor elucidar despacho desta Assessoria Jurídica, datado de 11 de maio do corrente ano, sobre as Funções de Confiança, esclarecemos e informamos que: (...) 4. Os prazos previstos não só nos dois diplomas normativos, mas também do Decreto nº 95.683 de 28.03.88 já foram totalmente ultrapassados; (...) 7. A Universidade Federal de São Carlos, frente às demais IFE, não está cumprindo a Lei nº 7.596 – “Lei de Isonomia”; assim, ante ao exposto, entendemos s.m.j., que as disposições constantes, da Portaria 474/87 e Decreto 95.689/88, não vedam a implantação das Funções de Confiança e, implantando-as, uma vez que, face ao contexto geral das IFE, estar-se-ia cumprindo a isonomia prevista na própria lei que a estabeleceu a Lei 7.596/87”. Extraído da Ata 61ª Reunião do Conselho Universitário /2ª Sessão – 09/06/1988. (sublinhado meu)

Detalhando um pouco mais as questões de hierarquia na estrutura da universidade, apresenta-se abaixo o organograma dos órgãos superiores da UFSCar, seus conselhos e órgãos executivos:

FIGURA 1 – ORGANOGAMA DA UFSCAR EM 2002

LEGENDA:

Consuni	Conselho Universitário (órgão decisório máximo na hierarquia da universidade)
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Reitoria	Gabinete do Reitor e Vice-Reitor (órgão executivo máximo)
CaGrad	Câmara de Graduação
CaPG	Câmara de Pós-Graduação
CaEx	Câmara de Extensão
Canoa	Comissão para Assuntos de Natureza Orçamentária e Administrativa
Prefeitura	Órgão executivo diretamente subordinado à Reitoria
ProAd	Pró-Reitoria de Administração
ProGrad	Pró-Reitoria de Graduação
ProEx	Pró-Reitoria de Extensão
ProPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Scr1/Scr2	Secretarias dos Órgãos Superiores

Fonte: PDI UFSCar 2002

Posteriormente retomar-se-á a análise sobre as unidades acadêmico administrativas e órgãos que compõe a UFSCar e seu desenvolvimento; convém lembrar que a implantação desta estrutura se deu paulatinamente: as pró-reitorias, por exemplo, se consolidaram em conjunturas políticas diferenciadas, no decorrer das décadas de 1980/90 e primeiro quinquênio dos anos 2000, em função de soluções necessárias às demandas que surgiam internamente e respondendo aos novos ditames da administração pública federal, como se verá mais

adiante no texto. O organograma, pois, é um retrato da estrutura da UFSCar em 2002, quadro estático que representa um momento de culminância dos processos históricos institucionais que são apresentados neste trabalho.

Um sinal de mudanças institucionais na atuação dos Conselhos Superiores da UFSCar como órgãos mais burocratizados e com uma progressiva redução dos momentos de discussão política pode ser vislumbrado na diminuição da quantidade de reuniões realizadas à medida que tais alterações vão se consolidando, como apontam os gráficos abaixo, que refletiriam em alguma medida o desenrolar deste processo:

GRÁFICO 1 – QUANTIDADE DE REUNIÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO ENTRE 1987 E 2002

Fonte: Atas do Conselho Universitário da UFSCar, elaborado por R. C. Lana

GRÁFICO 2 – QUANTIDADE DE REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ENTRE 1987 E 2002

Fonte: Atas do Conselho de Administração da UFSCar, elaborado por R. C. Lana

GRÁFICO 3– QUANTIDADE DE REUNIÕES DO CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA ENTRE 1987 E 2002

Fonte: Atas do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSCar, elaborado por R. C. Lana

Estes gráficos retratam que no período de 1987/88, isto é, durante os trabalhos que se efetivaram na Assembléia Constituinte até a promulgação da Constituição Federal, a tônica é de intensos debates, multiplicando-se as sessões de uma mesma reunião em várias datas diferentes, algo bastante visível no Conselho Universitário da UFSCar, pois é neste momento que se estabeleceriam as diretrizes nacionais que norteariam as universidades, em particular as públicas, definindo sua inserção e papel na sociedade brasileira. Na conjuntura de então, repleta de esperanças promovidas pela redemocratização recente do país, é que os debates políticos mais candentes são observados nos documentos da UFSCar⁶⁵.

⁶⁵ Em diversas atas do Conselho Universitário da UFSCar são recorrentes as inclusões de mensagens enviadas por telex tanto por parlamentares na Assembléia Constituinte (como por exemplo, Fernando Henrique Cardoso na Ata da 64ª Reunião) quanto por dirigentes e reitores de outras universidades (vide a Ata da 58ª reunião, onde há o seguinte telex do reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) “*encaminhado a todos os Reitores das Universidades Federais Brasileiras: ‘Retransmitimos, para seu conhecimento, texto Telex enviado aos líderes das bancadas no Congresso Nacional: Manifesto a V.Exa. meu total repúdio ao Projeto em tramitação na Constituinte, que prevê reeleição de Reitores. Projeto é incompatível com princípios que presidem as práticas democráticas para o exercício de cargos públicos. As Universidades especificamente constituem, pela sua natureza, local privilegiado de práticas democráticas que não devem ficar ao arbítrio de conjunturas políticas. Na oportunidade esperamos contar com V.Exa. para que projetos de interesse da Universidade apresentados neste plenário nos sejam enviados para parecer prévio da comunidade acadêmica’*. Saudações Atenciosas. Reitor Cid Veloso”).

Por sua vez, os Conselhos de Administração e de Ensino e Pesquisa operam de modo menos explícito politicamente, pois havia necessidade de se esperar decisões oriundas da Constituinte para definir as ações institucionais da competência destes colegiados.

Tome-se, por exemplo, a 65ª reunião do Conselho Universitário, de 27/10/1988, na qual surge o tema da privatização das universidades públicas, ocasionado por nota divulgada em órgão da imprensa carioca (Jornal Tribuna da Imprensa, edição de 04/10/1988) que afirmava existência de uma proposta encaminhada neste sentido ao governo; no mesmo documento fica esclarecido tratar-se de boato desfeito por contato telefônico com o reitor da Universidade Federal Fluminense, o que sinaliza claramente a tensão que havia sobre projetos de políticas de diferenciação das universidades públicas, dado o contexto sócio-econômico daquele momento, que era de contenção e corte de despesas na educação pública; por outro lado, em outro informe da mesma reunião, são convidados dois docentes⁶⁶ para colaborar em propostas da UFSCar para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), atendendo solicitação do CRUB⁶⁷ às universidades.

Ainda na ordem do dia, por demanda do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) aparece a inclusão de discussão sobre as alterações efetivadas por decreto nos estatutos do CNPq, outra face das políticas que atingiam indiretamente as universidades através de um órgão de fomento à pesquisa⁶⁸.

Já no período subsequente (1989/1992) observa-se que o Conselho Universitário se encontra ainda discutindo ativamente as implicações políticas e as conseqüências pragmáticas da Constituição e inicia os embates em torno do Estatuto do Servidor Público, no qual desempenhou papel importante por conta da participação de seus re

⁶⁶ A saber, o prof. Dr. Valdemar Sguissardi e o prof. Dr. Carlos Alberto Andreucci.

⁶⁷ Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

⁶⁸ Sobre o CNPq e outras agências de financiamento público se voltará ao assunto no Capítulo 4 desta tese.

presentantes oriundos do corpo docente em órgãos nacionais (ANDES⁶⁹ e CRUB), o que ocasionou repercussões destas relações no âmbito político interno, com os processos de sucessão na reitoria e no âmbito municipal⁷⁰.

Por outro lado, nota-se que os Conselhos de Administração e de Ensino e Pesquisa tornam-se protagonistas dos embates políticos estruturais na Universidade, por conta da tradução para os aspectos burocrático-institucionais das novas diretrizes promulgadas na Constituição e no RJU – Regime Jurídico Único.

A partir do final de 1992 (período de 1992 a 1998), ocorre o esvaziamento dos debates políticos institucionais em prol do discurso da eficácia pública, no qual a falta de recursos financeiros é a preocupação dominante nas poucas reuniões realizadas (como exemplo, em 1996 o total de reuniões dos três conselhos superiores foi de somente 10, em oposição às 47 de 1988). O momento reflete-se nas greves e nas moções de apoio que são aprovadas nas reuniões do Conselho Universitário, e até mesmo no registro de constrangimentos e da violação da intimidade familiar do reitor, o prof. Dr. Newton Lima Neto, algo que aparece na 101ª reunião Ordinária, de 30/09/1993, em informe dado pelo próprio reitor⁷¹, recusando-se a se curvar aos tu

⁶⁹ Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior.

⁷⁰ Observe-se que historicamente, desde a gestão do reitor prof. Dr. Sebastião Elias Kuri, iniciada em 1988 até a gestão do reitor prof. Dr. Oswaldo Duarte Jr., encerrada em 2007, os reitores sempre foram sucedidos pelos seus vices na gestão seguinte da reitoria. Também registre-se a ocupação da Prefeitura da cidade de São Carlos por candidatos ex-reitores da UFSCar, de 2000 até 2012, sempre pelo Partido dos Trabalhadores. Outras conexões sindicais e políticas podem ser vistas no Apêndice A.

⁷¹ “(...) *DENÚNCIA DE ATOS DE INTIMIDAÇÃO*. Informou o plenário de que, estando em Brasília para tratar de questões importantes relacionadas à vida da Instituição, sua família foi ameaçada com atitudes terroristas, através de telefonemas à sua residência, com violação da sua privacidade. Membros da comunidade que não tem interesse no projeto democrático proposto para a UFSCar e nem na normalidade da Instituição, espalharam pelo “campus” o número do telefone de sua residência fazendo pressões e intimidações com claro objetivo de fazê-lo recuar de suas posições. Esclareceu que sua família já está preparada para superar esse processo violento, caso se mantenha, porque não vai se curvar nem se intimidar, mantendo-se firme na condução do citado projeto democrático”. ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – 1ª Sessão – 30/09/93 Presidência: Prof. Dr. Newton Lima Neto. Expediente – Informe dado pelo reitor. O teor deste trecho da ata permite entrever a existência de grupos políticos divergentes na universidade e seus embates ideológicos.

multos. Nesta mesma reunião são discutidos os temas da LDB e da proposta de revisão constitucional, explicitando-se a posição contrária do CRUB ao projeto, considerando-o “inoportuno e sem embasamento concreto”.

A operacionalização de novas estruturas e diretrizes determinadas pela Constituição Federal e definidos em marcos jurídicos pelo Regime Jurídico Único/RJU, Plano diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB⁷² reduziriam os espaços de discussão, suscitarium um engessamento das estruturas e espraariam seus efeitos até mesmo nos discursos, pois é a partir daí que as atas se tornam mais lacônicas, não mais expressando os processos e a pluralidade de argumentos nos debates, mas documentando somente as decisões normalizadas no jargão burocrático.

Desta forma, a consolidação de uma estrutura administrativa pautada pela racionalidade técnico-burocrática a partir de 1988 acabaria assimilada pelos corpos da Universidade no último período do arco temporal que será abordado mais adiante (1999/2002): as disputas ideológicas anteriores, a participação política e a diversidade de opiniões vão sendo progressivamente obliteradas pelas alegações e argumentos em razão da técnica e eficiência; as representações da comunidade acadêmica divididas de acordo com seus segmentos passam a participar dos Conselhos agindo segundo um *ethos* corporativo e burocratizado.

Observe-se também a política salarial para os docentes das federais dos governos Sarney, Collor, Itamar Franco e Fernando Hen

⁷² Trata-se da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://ww.w.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAto_Publico&sgl_tipo =LEI&num_ato=00009394&seq_ato=000&vlr_ano=1996&sgl_orgao=NI. Acessado em 06/12/2013.

rique, por intermédio de gratificações⁷³, uma forma de introduzir o produtivismo e descaracterizar a carreira unificada nacionalmente, uma conquista adquirida com o Regime Jurídico Único, o fim da integralidade nas aposentadorias dos servidores públicos e a proibição dos concursos públicos para repor quadros de pessoal que se aposentava, se afastava para exercício de cargos políticos ou deixava o serviço público desestimulado pelas péssimas condições que avultavam – situação que desfila quase como uma constante pessimista nas atas do período, como por exemplo, a Reunião Extraordinária conjunta Consuni/CEPe, de 05/04/2002:

[...] Iniciando a discussão dos assuntos, o Sr. Presidente informou que o objetivo desta reunião é definir estratégias que permitam a ampliação do quadro de servidores da UFSCar em função de seus indicadores, reforçando dessa forma as reivindicações enviadas ao MEC e também discutir a questão do não acompanhamento do número de bolsas de pós-graduação concedidas pelos órgãos de fomento em relação à expansão do sistema de pós-graduação.

A autonomia universitária, pedra de toque nas discussões de 1988 a 1990, conservou-se, naquele interregno, quase que limitada à retórica nos debates e dependente de infindáveis discussões e impasses entre os burocratas do MEC e do Ministério do Planejamento e as entidades representantes das pretensões das IFES, como a ANDIFES, pois a conjuntura era francamente desfavorável ao tema. No dizer de Prestes Motta:

Temos, finalmente, na burocracia, o que podemos chamar de palavra fragmentária. Só se tem o direito de se pronunciar sobre problemas de uma competência particular, bem como se é obrigado a tratar de problemas precisos, circunscritos. Essas palavras se traduzem em atas, relatórios, memorandos, etc. Uma vez pronunciadas, transformam-se em coisas. A palavra é estabilizada. Em qualquer burocracia existe uma profunda des

⁷³ Por exemplo, a GRIPE – Gratificação por Produtividade de Ensino. As gratificações constituíam um dispositivo para conceder diferenças salariais nos holleriths que não se incorporariam ao salário dos servidores e também não incidiriam sobre a aposentadoria ao final da carreira.

*confiança com relação à palavra livre, criadora.*⁷⁴

Com as atas dos colegiados superiores da UFSCar também se observa este fenômeno: traduzindo as vicissitudes do ensino superior público em uma instituição federal, os conselhos incorporam nos discursos das atas essas formas burocratizadas, que alijam o mundo da vida e pretendem torná-lo invisível e neutro aos que buscam acessá-lo.

1.3 – A persistência na luta pela universidade pública

Rememorando, com a abertura política vivida na década de 1980 vieram os movimentos sociais em favor da redemocratização – como foi o Diretas Já – e a mobilização de vários setores da sociedade civil em torno da Assembléia Constituinte, buscando participar da elaboração da Carta Magna e assegurar direitos e conquistas que foram obtidos a duras penas, na esteira dos anos de repressão do regime militar.

As instituições de ensino superior públicas e particulares, que tinham passado por uma expansão de pessoal, de cursos e oferta de vagas sob o regime militar como uma das conseqüências da Reforma Universitária, enxergaram o momento da redemocratização e da Assembléia Constituinte como oportuno para garantir direitos e promover a retirada de dispositivos legais impostos às universidades pela lógica dos golpistas de 1964. Contudo, este seria um processo intenso, que no seu transcorrer revelaria aspectos contraditórios e influiria nos campos políticos e acadêmico-administrativos das universidades federais, e por fim se desdobraria em outros momentos no período subsequente ao advento da Constituição de 1988.

Nos anos que se seguiriam à entrada em vigor da nova Carta Constitucional as conquistas sociais e de direitos que foram alcança

⁷⁴ PRESTES MOTTA, F. C. *O que é burocracia*. São Paulo: Brasiliense, pág.75.

das pela mobilização da sociedade e dos movimentos sindicais, em jornadas de protesto, greves e composições político-partidárias seriam submetidas a tentativas de retrocesso pelas forças conservadoras presentes no parlamento e no Executivo. As universidades públicas não ficariam de fora deste cenário.

Levando em conta o surgimento das Instituições Federais de Ensino Superior/ IFES ao longo do século XX, pode-se construir o seguinte quadro, que relaciona os presidentes da república então no cargo com as datas de criação das universidades federais:

QUADRO 1 – DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Presidência	Ano	Sigla	Instituição
Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa	1920	UFRJ	Univ. Federal do Rio de Janeiro
Eurico Gaspar Dutra	1949	UFMG	Univ. Federal de Minas Gerais
	1950	UFRGS	Univ. Fed. do Rio Grande do Sul
Eurico Gaspar Dutra	1950	UFBA	Univ. Federal da Bahia
	1950	UFPR	Univ. Federal do Paraná
João Fernandes Campos Café Filho	1954	UFC	Univ. Federal do Ceará
	1955	UFRPE	Univ. Fed. Rural de Pernambuco
Juscelino Kubitschek de Oliveira	1960	UFG	Univ. Federal de Goiás
	1960	UFJF	Univ. Federal de Juiz de Fora
	1960	UFPA	Univ. Federal do Pará
	1960	UFPB	Univ. Federal da Paraíba
	1960	UFSM	Univ. Federal de Santa Maria
	1960	UFF	Univ. Federal Fluminense
	1960	UFRN	Univ. Fed. do Rio Grande do Norte
	1960	UFSC	Univ. Federal de Santa Catarina
	1961	UFES	Univ. Federal do Espírito Santo
	1961	UFAL	Univ. Federal de Alagoas
João Belchior Marques Goulart	1962	UFAM	Fund. Univ. Fed. do Amazonas
	1962	UnB	Fundação Univ. de Brasília
	1963	UFFRJ	Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro

Presidência	Ano	Sigla	Instituição
Humberto Alencar Castelo Branco	1965	UFPE	Univ. Federal de Pernambuco
	1966	UFMA	Univ. Federal do Maranhão
Artur da Costa e Silva	1967	UFS	Fundação Univ. Fed. de Sergipe
	1968	UFPI	Fundação Univ. Federal do Piauí
	1968	UFSCAR	Fund. Univ. Fed. de São Carlos
	1969	UFV	Fund. Univ. Federal de Viçosa
	1969	UFOP	Fund. Univ. Fed. de Ouro Preto
	1969	FURG	Fund. Univ. Fed. do Rio Grande
	1969	UFPEL	Fund. Univ. Federal de Pelotas
	1969	UFU	Fund. Univ. Fed. de Uberlândia
Emílio Garrastazu Médici	1970	UFMT	Fund. Univ. Fed. do Mato Grosso
	1974	UFAC	Fund. Univ. Federal do Acre
Ernesto Beckmann Geisel	1979	UFMS	Fund. Univ. Fed. Mato Grosso do Sul
Ernesto Beckmann Geisel	1979	UNIRIO	Univ. Fed. do Est. Rio de Janeiro
João Baptista de Oliveira Figueiredo	1982	UNIR	Fund. Univ. Federal de Rondônia
José de Ribamar Ferreira de Araujo Costa (Sarney)	1985	UFRR	Fund. Univ. Federal de Roraima
	1986	UNIFAP	Fund. Univ. Federal do Amapá
Itamar Augusto Cautiero Franco	1994	UFLA	Univ. Federal de Lavras
	1994	UNIFESP	Univ. Federal de São Paulo
Fernando Henrique Cardoso	2000	UFT	Fund. Univ. Fed. do Tocantins
	2002	UNIFEI	Univ. Federal de Itajubá
	2002	UFRA	Univ. Fed. Rural do Amazonas
	2002	UFSJ	Fund. Univ. Fed. São João Del-Rey
	2002	UFCG	Univ. Fed. de Campina Grande
	2002	UNIVASF	Fund. Univ. Fed. do Vale do São Francisco

Fonte: REUNI/Ministério da Educação, 2009

Como se vê pelos dados acima, em 2002 o sistema de universidades federais contava com 45 instituições integrantes, reabrindo boa parte dos estados brasileiros; deste número, 15 instituições foram criadas no período do Regime Militar de 1964 até o início da década de 1980 – portanto, pelo menos 1/3 do sistema surgiu sob a égide da mentalidade e lógica autoritárias vivida naquele momento; a UFSCar estava entre elas.

Assim, basta um olhar sobre o quadro 01 para verificar que uma ampliação significativa do número de instituições do sistema de universidades federais até 2002 ocorreu no período da ditadura Civil-Militar de 1964. Ainda que haja explicações singulares para traços específicos em cada universidade federal em seu surgimento, um detalhe em comum pode ser invocado: todas as quinze IFES foram criadas sob o regime jurídico de Fundação, no intuito de viabilizar as diretrizes do Relatório ATCON e atender às demandas do mercado no sentido de inserir o ensino superior nos circuitos do capital internacional.

Contudo, no decorrer do período ditatorial militar, o funcionamento deste modelo jurídico que buscava flexibilizar as amarras burocráticas acabou gerando um efeito entrópico para a coesão administrativa e os controles do poder central do Estado. Deve-se atentar ao que pondera Martins, tratando da conjuntura do período da década de 1970, no que se refere ao controle exercido pelo poder central do regime militar:

Durante o regime autoritário, o debilitamento dos padrões da administração central, através da erosão salarial e da migração de seus melhores quadros para o setor paraestatal, foi de alguma forma obscurecido pela natureza autoritária do regime. Na verdade, os governos militares perderam o controle da expansão do setor paraestatal semi-independente: 60% das empresas públicas, fundações, autarquias e empresas estatais existentes foram criadas entre 1966 e 1976. Como consequência, sobre a estratificação horizontal da burocracia, foi sobreposta uma estratificação vertical, provocando fraturas no aparelho estatal. O relacionamento entre o governo central e um setor paraestatal quase

*autônomo passou a ser complicado, tornando bastante difícil a coordenação de políticas públicas. Apesar disso, algumas ilhas de excelência foram criadas ou sobreviveram dentro da administração federal, e até certo ponto garantiram a governabilidade durante a transição para o regime democrático.*⁷⁵

Nesse contexto, em consonância com as orientações e diretrizes advindas dos acordos MEC/USAID surge a figura jurídica das universidades fundacionais; sua justificativa era possibilitar maior flexibilidade na gestão das universidades e nos processos burocráticos, diminuindo a centralização de decisões (algo típico das instituições tradicionais e autárquicas), o que era entendido como modelo de administração a ser superado, ou seja, tratava-se novamente do argumento de “modernização institucional”.

Desta forma, antes mesmo que a UFSCar se constituísse academicamente para suas atividades-fins, fora criada a Fundação Universidade Federal de São Carlos, gerida por um Conselho Curador cujos membros eram pessoas de confiança do Regime Militar. É evidente, neste momento, a precedência dos interesses de um grupo sócio-econômico afinado politicamente com o governo do período sobre qualquer outra razão para existência da universidade, ainda que os discursos ideológicos se valham de argumentos para mascarar suas motivações e se refiram ao interesse da sociedade, desenvolvimento da pesquisa, melhoria do ensino, e assim por diante.

No transcorrer das gestões das fundações e das políticas de administração do serviço público, entretanto, o que se viu foi a lógica da universalidade de procedimentos que deveria ter vigorado nas fundações dando lugar ao clientelismo e ao insulamento burocrático. As elites industriais souberam compor com as forças autoritárias um cenário que lhes fosse favorável e propiciasse a expansão da lógica do capitalismo industrial, cooptando instituições de ensino superior pú

⁷⁵ MARTINS, L. Opus cit., pág. 10.

blicas e colocando-as a seu serviço⁷⁶.

O período da década de 1980 e pós-Constituinte, por sua vez, caracterizou-se pelo agravamento da entropia gerada no aparato administrativo estatal, pois se por um lado as estruturas de órgãos públicos em diversos setores do Estado foram flexibilizadas quanto aos entraves burocráticos e descentralização de decisões, aplicação de recursos, etc., por outro as configurações de ministérios e espaços governamentais de hierarquia superior, tais como secretarias de governo, sofreram mudanças que não apresentavam um planejamento consistente, desenhando-se de forma aleatória e ao sabor dos interesses políticos do momento.

Um exemplo deste quadro pode ser visto no próprio sistema das IFES, pois quando as universidades estavam se reordenando e assimilando os critérios de mérito e do padrão de produção provenientes da pesquisa e da pós-graduação, o Decreto nº 85.487 de 11 de dezem

⁷⁶ Como informa Sguissardi, o documento intitulado “*Termos de Referência para o Projeto de Implantação da Universidade Federal de São Carlos*”, de julho de 1969, assinado pelo presidente do Conselho de Curadores, prof. Edson Rodrigues, divide-se em três partes, a saber: *I – Relação Universidade-Comunidade; II- Programação física da Universidade e III – Relação Universidade-Complexo Industrial-Pesquisa Científica*. SGUISSARDI, V. Opus cit., pág.135. Além disso, note-se o histórico da criação de cursos e departamentos da UFSCar para averiguar esta afirmação; os cursos e departamentos que primeiro surgiram orgulham-se de enumerar as indústrias e empresas com as quais mantiveram (e alguns ainda mantém) relações estreitas de cooperação. É o caso do Departamento de Engenharia de Materiais / DEMa, em cuja homepage, na apresentação institucional pode-se ler as seguintes informações “O perfil do DEMa se caracteriza também por uma forte interação com as indústrias, onde podemos destacar o Programa de Estágio Curricular Obrigatório do curso de graduação (PIEEG), que foi iniciado há 35 anos e tem uma relação bastante intensa com as indústrias (...)A forte interação com as indústrias é um facilitador para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos para a resolução de problemas enfrentados por essas empresas e também traz uma grande experiência prática para o aluno e demais envolvidos com o trabalho. A interação bastante intensa com empresas através do DEMa/UFSCar, tem reflexo direto nas atividades do PPG-CEM, que, sem o prejuízo das pesquisas científicas de qualidade reconhecida nacional e internacionalmente, tem dentre os temas de teses e dissertações, pesquisas de cunho bastante tecnológico.” (www.ppgcem.ufscar.br/historia, acessado em 15/10/2014) (sublinhados meus)

bro de 1980⁷⁷ abriu a possibilidade de que houvesse progressão na carreira dos docentes sem atrelamento à titulação acadêmica; ou seja, não se configurava um retorno ao modelo pré-reforma de 1968, nem era um aprofundamento das alterações em curso: tratava-se mais de um misto de concessões a um e outro modelos, permeado por dispositivos de cunho corporativista e universalismo de procedimentos.

Quando a UFSCar iniciou seu engajamento na luta para defender as universidades públicas dentro dos trabalhos que foram desenvolvidos pela Assembléia Constituinte, em 1987, já o fez em consonância com seu retrospecto existencial: um percurso de lutas internas e externas para se opor às ingerências dos membros do Conselho de Curadores e outras interferências político-econômicas que traduziam interesses ideológicos e do mercado nos rumos da educação superior.

As preocupações que surgiam expressas nos documentos institucionais dos colegiados superiores, ou seja, as atas das reuniões dos conselhos são reveladoras do processo que punha em diálogo a universidade e seus interlocutores no Congresso Nacional, os processos de tomada de posição quanto às questões internas e externas, evidenciando um sentimento de solidariedade entre as instituições superiores do sistema federal, que se mostra nos informes e pautas discutidos nas reuniões deste período; veja-se por exemplo, o seguinte ponto de pauta da Ata de uma reunião do Conselho Universitário da

⁷⁷ Como se vê pelo artigo 26 do referido Decreto: “Art. 26 – *Computado o tempo de exercício na classe e identificada a referência atingida, o enquadramento definitivo será feito de acordo com os seguintes critérios: I – O Professor Adjunto, portador do grau de Doutor ou do título de Docente-Livre será enquadrado conforme o disposto no inciso II do artigo 16; II – O Professor Assistente portador do grau de Mestre será enquadrado conforme o disposto no inciso II do artigo 13. Parágrafo único. O docente que não for portador de título de Docente-Livre, de grau de Doutor ou de Mestre ou de Certificado de Especialização, será enquadrado em função apenas do tempo de exercício na classe, observado o disposto no parágrafo único do artigo 25”.* (sublinhado meu). BRASIL. *Diário Oficial da União*, 11/12/1980. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=25&data=11/12/1980>. (sublinhados meus). Acesso em 10/07/2012.

quele período:

ATA DA 57ª reunião ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – 03/03/1988 – PRESIDENTE: Prof. Dr. Munir Rachid.

[...] Ordem do dia [...] 3.28 – Carta s/nº datada de 04/05/87. Prof. Maurício Roriz solicita a sua substituição na Coordenação do Projeto Universidade e Constituinte e sugere a formação de uma Comissão Coordenadora, preferencialmente composta por docente, estudante e funcionário. Examinando o assunto em questão, o Conselho Universitário atendeu a solicitação do Prof. Maurício Roriz, sendo que oportunamente será indicado um substituto para participar das atividades do Projeto Universidade e Constituinte. (sublinhado meu)

Como se pode notar pelo teor deste trecho da Ata, havia vários níveis de preocupações políticas e atuação do Conselho Universitário/Consuni; desde questões relacionadas a inquéritos administrativos, conflitos sindicais e acadêmicos internos, até competências do Consuni quanto à deliberação, execução e desenvolvimento de ações da universidade em relação à Constituinte.

Para adentrar a um patamar de análise mais aprofundado, apresentar-se-á uma caracterização das estruturas organizacionais da UFSCar e seus conselhos, de forma que se possa estabelecer um paralelo do desenvolvimento histórico destas instâncias decisórias da universidade e os contextos e conjunturas nacionais que operavam nestes momentos.

Como já fora mostrado por Sguissardi⁷⁸, o primeiro estatuto da FUFSCar⁷⁹ só entraria em vigor em fevereiro de 1969; de acordo com o texto, o Conselho de Curadores desempenharia as funções do Consuni e dos outros órgãos colegiados superiores, na condição de “Comissão Organizadora”, até que a estrutura universitária alcançasse proporções para instalação efetiva dos conselhos e demais órgãos acadêmico-administrativos.

⁷⁸ SGUISSARDI, V. Opus cit., Pág. 143.

⁷⁹ Fundação Universidade Federal de São Carlos, pessoa jurídica que constitui a Universidade Federal de São Carlos.

Contudo, dado o caráter clientelista das relações entre os membros do Conselho de Curadores e o Regime Militar de 1964, o Consuni apenas entrou em funcionamento no ano de 1978, já na fase de distensão da ditadura. A razão para que o Conselho de Curadores fizesse cumprir o Estatuto estava na entrada em vigor da Lei nº 6.420, de 03/06/1977, a qual deu nova redação ao artigo 16º da Lei nº 5.540, de 1968, determinando que para escolha de dirigentes universitários (reitor e vice-reitor) fosse reunido um Colégio Eleitoral especial, constituído pelo Conselho Universitário e pelos órgãos colegiados superiores de ensino, pesquisa e extensão ou equivalentes, o qual deveria elaborar uma lista sêxtupla a ser encaminhada ao Ministério da Educação.

Da mesma forma, a universidade também passava pela lenta caminhada para a abertura democrática; relembre-se que para que houvesse a transição democrática do início dos anos 1980 o preço pago foi o da Lei da Anistia e de várias concessões às forças armadas, renunciando que o exercício do poder no Estado brasileiro, mesmo no contexto de governos civis, se ressentiria da sombra militar⁸⁰.

Assim, os políticos que neste ínterim ocuparam cargos estratégicos continuavam ligados aos militares ou ao empresariado industrial. Como já foi visto, as relações entre Ernesto Pereira Lopes, empresário e político São Carlense (UDN/ARENA) que ocupou cargos públicos eletivos de 1935 a 1975 (além de ter sido nomeado para o Conselho de Curadores da Universidade Federal de São Carlos) e os governos militares pós-1964 se coadunam com esta descrição.

Em 1977, a Portaria Ministerial 504 de 19/08/1977 aprovava um novo estatuto da universidade, que determinava a estruturação da UFSCar em órgãos constitutivos (departamentos), setoriais (centros) e suplementares. Originalmente havia três centros previstos: 1) – Educação e Ciências Humanas; 2) – Ciências e Tecnologia; 3) –

⁸⁰ Este tema será retomado no capítulo 3.

Letras e Artes; contudo, este último nunca se concretizou e o Centro de Ciências e Tecnologias se dividiu em dois, a saber, Ciência e Tecnologia e Ciências Biológicas e da Saúde.

Quanto ao Consuni, suas competências seriam fortemente limitadas pelas atribuições do Conselho de Curadores, fazendo com que a autonomia do colegiado superior da UFSCar sempre fosse uma bandeira tanto interna quanto externa, desde sua entrada em funcionamento.

No que diz respeito à representação dos corpos da Universidade no Consuni, apesar da legislação vigente possibilitar ao corpo discente 1/5 dos assentos na composição do conselho, o artigo 18, inciso IX do Estatuto limitava a representação discente a no máximo três representantes; não havia previsão alguma para representação do corpo técnico-administrativo.

Os demais membros do Consuni eram os seis chefes de departamento então existentes, três diretores e vice-diretores dos Centros, oito representantes do corpo docente, sendo dois por classe funcional – auxiliares, assistentes, adjuntos e titulares – e os responsáveis pela coordenação de órgãos suplementares⁸¹.

No mesmo período constituiu-se a representação sindical dos servidores da UFSCar – inicialmente conjunta, desmembrou-se em Associação dos Servidores-Administrativos/ASUFSCar (criada em outubro de 1977) e Associação dos Docentes/ADUFSCar (formada em fevereiro de 1978) – o que concorreu para que os recém-constituídos Consuni e Conselho de Ensino e Pesquisa/CEPe funcionassem efetivamente. Em 1983 já funcionavam o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino e Pesquisa e os Conselhos Interdepartamentais.

⁸¹ Os órgãos suplementares, que ficavam submetidos à uma Coordenação Geral eram os seguintes: Biblioteca Central, Divisão de Processamento de Dados, Divisão de Informação e Controle Acadêmico, Divisão de Educação Física e Desportos, Gráfica Universitária e Divisão Social (que englobava o Restaurante Universitário e Lanchonetes).

Em depoimento à Ignez P. Navarro, de 10/04/1995, o ex-reitor Newton Lima Neto afirmou sobre a organização do movimento docente no interior da UFSCar:

O autoritarismo era muito grande, [esta] era uma Universidade que tinha forte dependência política e econômica dos partidos da chamada ordem e do que se poderia chamar oligarquia local. [...] Nós resolvemos, então, como meio de aliar à luta por uma Universidade pública de qualidade, crítica, democrática, autônoma, criar a Associação de docentes, em 78. [...] Nós já tínhamos uma situação consolidada, com várias conquistas importantes internas [...]: concurso público, ascensão por titulação, plano de capacitação, criação de órgãos colegiados, luta pela anistia, necessidade de pesquisa e dedicação exclusiva, como núcleos fundamentais de uma Universidade de qualidade, que se poderia criar aqui e levar para o movimento nacional, [ou seja, a idéia] de uma Universidade produtora de conhecimento⁸²

De fato, a única entidade representativa que acompanhou a Universidade desde sua entrada em funcionamento foi o Diretório Central dos Estudantes/DCE, fundado em 1970; seu primeiro presidente, Oswaldo Baptista Duarte Filho, viria a se tornar professor na UFSCar, ocuparia o cargo de reitor em 2000 e depois se elegeria prefeito de São Carlos em 2009, pelo Partido dos Trabalhadores/PT.

Com o Conselho Universitário reunindo-se apenas duas vezes por ano, coube ao CEPe assumir o protagonismo das reivindicações e avanços que a Universidade demandava pelos seus representantes; assim, a partir de uma solicitação dos Centros e Departamentos canalizada em forma de reivindicação pelo CEPe para uma repartição equânime de verbas entre os departamentos acadêmicos houve a criação da CANOA – Comissão de Assessoria e Normas Orçamentárias e Administrativas, que viria a ser o embrião do futuro Conselho de Administração/CoAd, que surgiria em 2008.

⁸² NAVARRO, I. P. ANDES-SN: *Um sindicato de intelectuais, História e memória (1981-1984)*. Coleção Universidade e o Mundo do Trabalho. Cuiabá: ADUFMAT, 2001. Pág. 133.

O Conselho Universitário só ganhará pleno relevo na direção dos assuntos da comunidade acadêmica da UFSCar por ocasião da não-recondução do reitor Saad Hossne, em 1983, quando, apesar de eleito com mais de 70% dos votos do *campus* não foi reconduzido ao cargo por decisão da ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz⁸³.

Este episódio gerou um conflito entre o Consuni, o Conselho de Curadores e o Ministério da Educação que desembocou em diversos movimentos de protesto da comunidade acadêmica, Assembléias Universitárias, manifestos contrários aos atos da ministra e mesmo a ocupação da reitoria pelos estudantes; ao final, culminou com a vinda de um interventor para a UFSCar, o prof. Antônio Guimarães Ferri, naquela época vice-reitor da Universidade de São Paulo/USP.

Em fevereiro de 1984 assumiu a reitoria o prof. Munir Rachid, em cuja gestão o Conselho Universitário se engajaria na defesa do ensino superior público e luta pela garantia da autonomia das universidades no âmbito da Assembléia Constituinte.

Ainda em 1988, na sucessão do prof. Rachid haveria uma tentativa de ingerência nos órgãos de direção da universidade por parte do Conselho de Curadores; contudo, ao contrário do que ocorrera com o reitor Saad Hossne, desta feita o Conselho Universitário e a comunidade acadêmica saíram vitoriosos do embate, e iniciou-se na UFSCar uma nova relação com a Fundação e o Conselho de Curadores, que passou a exercer somente atribuições fiscais.

A UFSCar, naquele período, possuía a estrutura administrativa descrita no quadro 02, a qual evoluiu em função da trajetória entre um primeiro estatuto, de fevereiro de 1969⁸⁴, para um segundo e

⁸³ SGUISSARDI, V. Opus cit., pág. 218–235.

⁸⁴ Neste estatuto, o único órgão colegiado era o Conselho de Curadores, que acumulava as funções de todos os órgãos previstos para serem implantados nos anos

decisivo momento institucional em agosto de 1977, no qual já consta o início do funcionamento do Consuni, composto por três Centros (representados pelos diretores e respectivos vices), chefias e vices dos seis departamentos, oito representantes das categorias docentes (auxiliares/ assistentes/ adjuntos/ titulares), três representantes dos discentes e os coordenadores dos órgãos suplementares

QUADRO 2 – ESTRUTURA DA UFSCAR EM 1988

Órgãos de Direção	<ul style="list-style-type: none"> • Gabinete da Reitoria /Reitor e Vice-Reitor
Órgãos Colegiados	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Universitário/Consuni • Conselho de Ensino e Pesquisa/CEPe • Conselhos Interdepartamentais • Conselhos dos Departamentos
Órgãos Constitutivos e Setoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Departamentos acadêmicos • Centros
Órgãos Administrativos	<ul style="list-style-type: none"> • Comissão de Assessoria e Normas Orçamentárias e Administrativas /CANOA
Órgãos Suplementares	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca Central / BCo • Divisão de Processamento de Dados / DPD • Divisão de Informação e Controle Acadêmico/DICA • Gráfica Universitária • Divisão Social / R.U. e Lanchonetes • Divisão de Educação Física e Desportos

Fonte: Atas dos Conselhos superiores, 1988. Elaborado por R. C. Lana

Sobre este quadro administrativo cabe a seguinte observação: os conselhos superiores da UFSCar eram o Consuni e o CEPe, entendendo-se que o primeiro tinha estatuto hierárquico acima do segundo; a responsabilidade sobre os órgãos suplementares ficava a cargo de um servidor técnico-administrativo diretamente subordinado

seguintes; entretanto, como foi bem demonstrado por Sguissardi, não havia interesse político dos membros do C.C. em cumprir logo o estabelecido pelo Estatuto, pois tal implicaria em redução do seu poder de ingerência na UFSCar.

ao Gabinete da Reitoria, da mesma forma que a CANOA também se reportava ao Reitor.

Fica bem claro o quanto a estrutura geral da Universidade era centralizada no que diz respeito aos aspectos executivos cotidianos, explicando-se assim o interesse da comunidade acadêmica na reformulação da estrutura com a criação das Pró-reitorias e outras alterações que visavam acelerar os processos de gestão para atender demandas acadêmicas, de pesquisa, etc. A descentralização administrativa era um tema que encontrava apoio nas perspectivas que os representantes presentes às reuniões dos conselhos apresentavam e nas demandas que ali repercutiam.

De fato, as Pró-reitorias viriam a se viabilizar ao longo de muitas discussões que aparecem nas atas do Consuni, já desde a primeira sessão da 57ª reunião, de 03/03/1988, quando entra na pauta uma proposta de criação destes órgãos, que é encaminhada para análise da Comissão de Legislação e Normas, instância assessora daquele Colegiado. Retornando à pauta na terceira sessão da 57ª reunião, de 29/03/1988, acaba não sendo discutida devido à precipitação dos acontecimentos em torno da sucessão à reitoria, e registra-se a solicitação do conselheiro prof. Sílvio Botomé para que face ao processo sucessório da Reitoria fosse convocada reunião extraordinária do Consuni para deliberar sobre o assunto.

Embora o presidente do Consuni afirme que levará em consideração o pedido, o assunto só será retomado na 59ª reunião, em 06/04/1988, quando o colegiado delibera que, mediante o parecer:

(...) da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário, após votação, aprovar a Criação de Pró-Reitorias na Universidade Federal de São Carlos, nos termos do conceito geral de Pró-Reitorias, expresso nas páginas 06 e 07 da proposta apresentada pelo Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri. [...] Este assunto continuará em pauta, pois o plenário decidiu que serão encaminhadas cópias do Parecer sobre a deliberação acima aos

membros deste Conselho, para que apresentem sugestões quanto à estrutura e implementação de Pró-Reitorias na UFSCar. (sublinhado da autora)

Como foi possível a criação de várias pró-reitorias e o início de seu funcionamento ao longo de doze anos sem que o estatuto da universidade fosse modificado? A resposta está em que nas deliberações do Consuni que definiram as diretrizes para a matéria foi adotada a proposta apresentada por um dos centros, o CCT, na qual as pró-reitorias eram entendidas como assessorias da Reitoria, dispensando naquele momento, portanto, alterações estatutárias (Ata da terceira sessão da 59ª reunião ordinária, de 21/04/1988).

Observe-se que aqui também aparece com clareza a estratégia do colegiado em tentar contornar a ingerência do MEC em assuntos de gestão organizacional dos órgãos da UFSCar, pois qualquer alteração estatutária demandaria ser submetida à aprovação ministerial. Contudo, em 27 de outubro de 1988 o tema volta à pauta da 65ª reunião ordinária, com o esclarecimento jurídico de que não haveria como elidir a necessidade de solicitar alteração dos estatutos para incluir a criação das pró-reitorias; mesmo assim, o plenário vota pela aprovação das propostas de definição das atribuições das pró-reitorias; em 26/01/ 1989 é lido na 66ª reunião ordinária o informe da Reitoria dando ciência aos conselheiros do Parecer no. 1.264/88, do Conselho Federal de Educação, referente ao Processo no. 23001.001352/88-10, aprovando as alterações estatutária e regimental solicitada pela UFSCar, que permitiam a criação e implantação das Pró-Reitorias. Não obstante, este processo seria bastante complexo e tumultuado pelas medidas de restrição das funções gratificadas e cortes orçamentários e de pessoal que se enfileirariam na década de 1990, primeiro com o governo Collor e depois com a reforma do Estado proposta no âmbito do MARE⁸⁵.

Quanto aos cursos de graduação e pós-graduação, estavam em funcionamento naquela conjuntura de meados dos anos 1980 os

⁸⁵ Sobre esta problemática se retornará à discussão mais adiante no capítulo 3.

seguintes bacharelados e licenciaturas:

QUADRO 3 – CURSOS DE GRADUAÇÃO CRIADOS ATÉ 1988

Ano	Curso
1970	Engenharia de Materiais
	Licenciatura em Ciências (Extinto em 1974)
1971	Pedagogia
	Química (Licenciatura Plena)
	Física (Licenciatura Plena)
1972	Ciências Biológicas (Licenciatura Plena)
1974	Processamento de Dados (Extinto em 1986)
1975	Ciências Biológicas (Bacharelado)
	Ciência da Computação (Bacharelado)
	Matemática (Licenciatura Plena)
1976	Química (Bacharelado)
	Eng. de Produção / Materiais e Química
	Engenharia Química
	Estatística (Bacharelado)
1977	Enfermagem
Ano	Curso
1978	Física (Bacharelado)
	Matemática (Bacharelado)
	Engenharia Civil
	Terapia Ocupacional
	Fisioterapia

Fonte: Atas do Conselho de Ensino e Pesquisa;
elaborado por R.C. Lana

Como se vê, entre 1978 e 1988 não houve criação de novas graduações, embora as atas do Consuni registrem o processo de discussão entre a Prefeitura de São Carlos e a UFSCar no sentido da Universidade absorver dois cursos de graduação de uma autarquia universitária municipal, a saber, Biblioteconomia e Educação Física, o que só viria a ser completamente viabilizado na década de 1990, embora haja registro de negociação entre a universidade e os gestores

municipais desde o final da década de 1970⁸⁶. Em novembro de 1992 o presidente do colegiado informava que ao visitar o *campus* e ser consultado sobre este tema, o Ministro da Educação e do Desporto⁸⁷ posicionou-se da seguinte maneira:

ATA DA 94ª reunião ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – 26/11/1992 – PRESIDENTE: Prof. Dr. Munir Rachid.

*[...]ficou bastante sensibilizado com a proposta de incorporação dos cursos da FESC (Educação Física e Biblioteconomia) e em função disto encaminhou, através da Presidência da República, Mensagem Aditiva ao Congresso incluindo a UFSCar e o CEFET Maranhão para serem contemplados com novas vagas de docentes com vistas a permitir a criação desses dois cursos no período noturno, único critério para obter a autorização de criação de novas vagas. Disse que é muito complexa a tramitação dos pedidos de abertura de vagas, pois passa por muitas instâncias, a saber: UFSCar/ SESU/Ministro/SAF/Ministério do Planejamento/ Presidência da República/Congresso Nacional*⁸⁸. *O Projeto de Lei recebeu parecer favorável do relator, Deputado Paulo Mandarin, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara que, se aprovado pelo plenário, dotará a UFSCar de 19 novas vagas para docentes, sendo 5 em 1993, 4 em 1994, 6 em 1995 e 4 vagas em 1996. A documentação relativa a este assunto é anexo desta ata.* (sublinhado meu)

De maneira que neste caso se tem em boa medida uma idéia da morosidade e da tipologia das dificuldades em deslindar a burocracia e as ingerências políticas que emperravam a criação de novos cursos de graduação nas IFES – aprovada pelo Consuni em 1989 a absorção dos dois cursos pela UFSCar, só três anos depois foram reunidas condições para efetivar sua entrada em funcionamento.

⁸⁶ Conforme ficou registrado na ata da 70ª reunião do Consuni, de 05/10/1989, “a absorção dos dois cursos da Fundação Educacional São Carlos, pela UFSCar, está em discussão há 10 anos entre as duas entidades”.

⁸⁷ Na época, o ministro era professor universitário Murílio de Avelar Hingel, formado em História e Geografia pela UFJF; foi nomeado por Itamar Franco em outubro de 1992 e permaneceu até o final de 1994. Em janeiro de 1995 passou o posto ao professor de economia e ex-reitor da UNICAMP Paulo Renato Costa Souza.

⁸⁸ Eis aí mais um elemento de reiteração das inúmeras instâncias externas que intervinham em assuntos da universidades, reconhecidas pelo próprio Ministro da Educação à época.

No caso dos programas de pós-graduação, a situação era a seguinte:

QUADRO 4 – IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO ATÉ 1988

Programa	Mestrado	Doutorado
PPGERN – Ecologia e Recursos Naturais	1976	1976
PPGE – Educação	1976	--
PPGEEs – Educação Especial	1978	--
PPGCEM – Ciência e Eng. de Materiais	1979	1987
PPGQ – Química	1980	1987
PPGEQ – Engenharia Química	1982	--
PPGM – Matemática	1987	--
PPGCC – Ciência da Computação	1988	--
PPGF – Física	1988	--
PPGCSO – Ciências Sociais	1988	--
PPGFil – Filosofia	1988	--

Fonte: Atas do Conselho de Ensino e Pesquisa; Elaborado por R. C. Lana

No quadro 04 fica patente o direcionamento para o desenvolvimento da pesquisa na área de ciências exatas que caracterizou os dezoito anos iniciais do funcionamento da UFSCar, cuja exceção fica por conta apenas da área de Educação. Em especial os programas das áreas de Química e Engenharia de Materiais alcançariam destaque internacional graças às pesquisas consideradas de ponta e o funcionamento de laboratórios com projetos conectados às indústrias da região de São Carlos (reveja-se o que foi explicitado na nota de rodapé nº 76, à página 83).

Em 1984, reportagem publicada no Jornal “O Estado de S. Paulo” comparava os indicadores das universidades públicas paulistas federais e estaduais⁸⁹; a UFSCar aparecia com dezesseis cursos de graduação, aos quais correspondiam 2.495 discentes; seis mestrados e um

⁸⁹ *A Geografia do Ensino Superior – Suplemento Especial. O Estado de São Paulo, 25/11/1984 pág. 05. Anexo A.*

doutorado, que atendiam 227 pós-graduandos através de 467 docentes e 759 servidores técnicos-administrativos, distribuídos em 09 departamentos e três centros, mais a administração central da universidade e seus órgãos.

Estes dados indicam, em termos quantitativos, o porte da UFSCar, sua estrutura, órgãos acadêmicos e administrativos que na conjuntura dos anos 1980 se empenharam, através de ações dos órgãos colegiados, da mobilização da comunidade acadêmica e de seus representantes em sustentar as bandeiras de defesa da autonomia das universidades federais e do ensino superior público.

Compreender como se comportou o colegiado máximo desta IFES no transcorrer do lustro final da década de 1980, em seu caleidoscópio de entrecruzamentos de bandeiras políticas e ideológicas do período da Assembléia Constituinte, até alcançar as confrontações da primeira metade da década de 1990 e suas repercussões na trajetória interna da comunidade acadêmica será o foco da análise que se segue aos aspectos até aqui apresentados.

2 – ARTICULANDO REFORMAS: IMPACTO NO COTIDIANO UNIVERSITÁRIO DA UFSCar

Em consonância com as análises empreendidas até aqui sobre os documentos, a hipótese que se levanta pode ser delimitada pela investigação da coexistência histórica de duas estratégias de ação para implantar alterações na política administrativa do Estado brasileiro; a primeira e mais evidente seria pautada pelos “pacotes” de medidas direcionadas a promover “correções de rota”, isto é, mudanças que visariam remover, por intervenção direta do Poder Executivo, obstáculos à expansão capitalista nos mais diversos setores da sociedade. A segunda, menos óbvia, consistiria em intervenções através de medidas pontuais, justificada na maioria das vezes por argumentos alegadamente técnicos e dos quais os governos pós-1988 se serviriam em praticamente todos os casos para exercer o poder discricionário⁹⁰ do Estado ao gerir a máquina da administração pública.

Esta segunda estratégia predominaria nos governos federais durante a década de 90, sobretudo levando-se em conta que diversos segmentos das forças sociais e sindicais se articularam politicamente naquela conjuntura, conseguindo pontualmente derrotar e muitas vezes obtendo conquistas e manutenção de direitos sobre as pretensões

⁹⁰ Nesta ótica, o poder discricionário do Estado seria um fator pouco enfatizado na abordagem relativa à administração das universidades públicas federais, no que diz respeito à interferência de outros órgãos ministeriais nas atividades cotidianas das IFES, sejam elas atividade-meio ou atividade-fim. Desta maneira é preciso ter em mente que a existência de um enorme cabedal de normas, portarias, instruções técnicas, entre outros dispositivos advindos do Ministério da Educação e seus órgãos (para não mencionar outros ministérios e instâncias do poder central que regram os mais diferentes aspectos que influenciam no desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão do âmbito da comunidade acadêmica), representam um sem-número de ataques à autonomia das universidades públicas, na medida em que atropelam e constroem o exercício da auto-regulação, constituindo-se, portanto, em sucessivos desrespeitos à norma constitucional. A justificativa para este estado de coisas apóia-se na prerrogativa da discricionariedade para o exercício do poder público; resulta daí a brecha que permite lesões a direitos individuais ou coletivos, em nome de princípios de eficiência, normalidade, finalidade, razoabilidade e economia que orientam os atos da administração do Estado; ou seja, haveria uma interpretação jurídica de que o princípio discricionário seria limitado apenas por considerações de legalidade e legitimidade, ocasionando práticas corriqueiras no dia a dia do exercício do poder que resvalariam para o arbitrário.

governamentais advindas da primeira estratégia, já desde o período da escolha de representantes parlamentares para o Congresso Constituinte e mesmo durante a elaboração do texto constitucional.

Quanto a este segundo *modus operandi*, observa-se na década de 90 que aquilo que o poder executivo não logrou abertamente no que poderia ser chamado "campo geral do jogo político", compreendido aí o território de articulação no Congresso Nacional, buscaria alcançar de outras formas por meio da segunda estratégia citada; assim, no caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB assistiu-se a diversos movimentos⁹¹ por parte dos atores sociais e políticos que atuaram desde a promulgação da Constituição de 1988, visando incluir ou retirar da lei aqueles princípios e determinações pelos quais lutavam ou contra os quais combatiam (e as universidades federais estão dentro deste escopo), além de diversos *lobbies* por parte dos setores particular e confessional da educação.

Contudo, durante este processo até a aprovação final da LDB em 1996 (e mesmo após), não cessou a emanção cotidiana de portarias, regulamentos e outras normas exaradas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Federal de Educação⁹² (órgão extinto em 1994), intervindo diretamente no funcionamento das IFES; as atas dos colegiados superiores da UFSCar são um de retrato sem retoque desta realidade institucional da administração pública brasileira.

A título de exemplo, observe-se que o desenrolar das discussões presentes em algumas das atas do Consuni (80ª reunião extraordinária – 06/12/1990) sobre o novo estatuto da UFSCar, regimento da universidade e estatuto da Fundação/Conselho de Curadores (com a correspondente mobilização de discentes, docentes, técnicos administrativos e Reitoria, em sua atuação nos colegiados superiores) é uma

⁹¹ No caso, movimentos grevistas, campanhas para mobilizar opinião pública via imprensa, manifestos de órgãos sindicais e associações profissionais, entre outros. Serão mencionados especificamente alguns exemplos mais adiante, além do mapeamento exposto no Apêndice B.

⁹² Aborda-se questões relativas à atuação do Conselho Federal de Educação no item 2.1 deste capítulo.

seqüência de episódios⁹³ nos quais se apresentam os embates de visões nem sempre convergentes que existiam na comunidade acadêmica sobre as normas que deveriam pautar a vida universitária; sua concretização em propostas aprovadas ou rejeitadas democraticamente pelos conselheiros e a sistemática interferência externa sobre estas mesmas decisões através de medidas provisórias e outros instrumentos utilizados pela Administração central para ingerir nas IFES.

Esta conjuntura interna da UFSCar em 1990 espelha notavelmente a característica das ações governamentais deste período, que estaria na preponderância de normas técnico-administrativas sobre princípios legais que lhes seriam juridicamente superiores, traço que ocasiona diversos embates políticos e até mesmo judiciais protagonizados pelas entidades associativas, sindicais, partidos políticos de oposição e outros atores no campo do ensino superior, visando limitar a ação do poder executivo no que se caracterizava como um transbordamento das prerrogativas governamentais de administrar a “*res publica*”, colonizando autoritariamente o campo político pelo viés bu

⁹³ A tais episódios se refere o presidente do Consuni, prof. Newton Lima, na ata da referida reunião extraordinária: “Assunto: 2.2 – Análise do Decreto 99.740 e discussão referente ao encaminhamento de propostas de adequação do Estatuto e do Regimento Geral da UFSCar, do Estatuto da FUFSCar e da Reforma Administrativa (...) Aproveitou a Presidência a oportunidade para deixar registrado nas atas deste colegiado, em seu nome e em nome do Magnífico Reitor, posição formal da Reitoria de agradecimento aos senhores conselheiros, inclusive àqueles que já não pertencem mais ao Conselho, pela coragem que tiveram ao se confrontar com a Fundação, resistindo aos ataques à Universidade feitos por antigos membros do Conselho de Curadores, posição esta que possibilitou propormos importantíssima reforma dos Estatutos e que estabelecerá uma situação que é óbvia em toda universidade que é a de o seu reitor poder dirigi-la na plenitude de suas competências. Lembrou também que as entidades representativas da comunidade conjuntamente com o Conselho de Ensino e Pesquisa, tiveram importante papel na vitória hoje conquistada, estendendo seu agradecimento a eles e também os ex-reitores Saad e Munir Rachid que muito sofreram as agruras do conflito. Em seguida informou que o Decreto 99.740 que altera os artigos 5o., 6o., 7o. e o “caput” dos artigos 10 e 11 do Decreto 62.758 estabelece, entre outras, que o reitor será o Presidente da Fundação, sendo substituído em suas faltas pelo Vice-Reitor, que será o Vice-Presidente e que a Fundação e a Universidade deverão reformar seus Estatutos e Regimento no prazo de 60 dias de modo a adaptá-los às disposições deste Decreto, prazo esse que vence no dia 28 de janeiro do próximo (...) Ressaltou-se, entretanto, que as alterações a serem propostas deverão limitar-se às questões relacionadas aos aspectos de organização administrativa da Universidade, deixando as de caráter político a cargo de Estatuinte, que até o momento não concluiu seu trabalho. Para a reforma do Estatuto da Fundação, o Conselho Universitário deverá propor reunião do Conselho de Curadores”. (sublinhados meus).

rocrático-técnico.

No intuito de aprofundar o exame da hipótese formulada, apresenta-se a seguir um cruzamento de questões conjunturais hauridas das atas do Consuni e outras fontes de época no que se refere ao rearranjo político-ideológico no aparelho administrativo estatal e suas repercussões para as universidades públicas federais.

2.1 – Contextos acadêmicos, administrativos e político-sociais através das Atas: de 1988 até 1990

Para compreender com maior detalhamento os contextos e temáticas que se levantam a partir dos documentos desta pesquisa, apresentar-se-á como se configurava a distribuição estrutural de funcionamento dos órgãos de onde emanaram estas fontes, levando em conta sua inserção nos meandros centrais do aparelho de Estado. Neste sentido, julga-se útil apreciar as conexões organizacionais nas quais se acham dispostas as IFES em relação ao sistema de administração pública e seus órgãos. Assim, primeiramente considere-se a estrutura ministerial à qual estão atreladas as universidades federais:

FIGURA 2 – ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, COM ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES INTERRELACIONADAS

Fonte: Portal do Ministério da Educação, acesso em 12/05/2013.

OBS.: Refere-se exclusivamente às IFES, pois as universidades públicas estaduais são regidas pelos sistemas de educação próprios a cada estado da federação.

Conforme se observa no figura 02, a centralização no sistema federal de ensino superior é nítida; ainda que as IFES estejam vinculadas ao MEC diretamente, são também supervisionadas pela SESu⁹⁴, a qual por sua vez é subordinada ao Ministro da Educação e ao CNE. Desta forma, indiretamente se impõe à autonomia de gestão acadêmico-administrativa das IFES uma posição enfraquecida mediante sua situação na estrutura organizacional que o poder central lhes destina.

Cabe ainda uma palavra a respeito de quais são as atribuições do Conselho Nacional de Educação, criado pela lei nº 9.131/95 (em lugar do extinto Conselho Federal de Educação⁹⁵), pois este órgão

⁹⁴ A SESu/Secretaria de Educação Superior sofreu alteração de nomenclatura, como é corriqueiro ocorrer na administração pública brasileira em diferentes gestões governamentais, principalmente quando há reformas ou reestruturações de órgãos; anteriormente sua designação era SENESU (e com esta antiga nomenclatura aparece no contexto de alguns dos documentos analisados nesta tese).

⁹⁵ O Conselho Federal de Educação foi instalado em fevereiro de 1962, através da Lei nº 4.024, que transformou o anterior Conselho Nacional da Educação; era o principal órgão de assessoramento do Ministro da Educação no que diz respeito às políticas para as instituições de ensino superior públicas e privadas. De acordo com Durmeval Trigueiro, *“ainda em 1961 terminava a longa discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e era criado o Conselho Federal de Educação. Por convocação do Ministro Oliveira Britto, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Durmeval Trigueiro selecionaram os nomes que comporiam o Conselho recém-instituído, que se caracterizaria pelas posições doutrinárias diferentes, e até antagônicas, de seus membros. Começava a explosão desordenada do ensino superior brasileiro, a criação de faculdades muitas vezes atendendo a interesses políticos locais ou a um incipiente empresariado escolar mais atento aos lucros que à mobilização cultural, ao ensino e à pesquisa...”* [TRIGUEIRO, D. <<http://www.durmevaltrigueiro.pro.br/biografia1.htm>> Acesso em 15/05/2014] Em 1994, o órgão foi extinto, depois de denúncias de irregularidades e favorecimento de instituições universitárias pelo presidente do órgão, o advogado Manuel Gonçalves Ferreira Filho. Segundo reportagem publicada em 14/07/1994 pelo jornal *O Estado de São Paulo*, *“um levantamento preliminar em poder do governo indicou suspeitas de irregularidades em diversos processos de autorizações de cursos, arquivamento de sindicâncias e indeferimento de processos que cumpriram as exigências legais. A proliferação de cursos, muitos deles sem respaldo nas exigências mínimas para funcionamento, agravaram a situação do CFE. O Ministério da Educação (MEC) está informado também que o presidente do conselho, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, advoga em defesa das universidades particulares contra a União, ao mesmo tempo em que desempenha função pública”* (sublinado meu). Ainda de acordo com Saraiva, em outubro de 1994, o Conselho Federal de Educação foi transformado em Conselho Nacional de Educação e os conselheiros reunidos decidiram por unanimidade pedir abertura de sindicância para apuração das denúncias, mas o ministro Murílio Hingel decidiu não responder à solicitação dos Conselheiros e efetuou a extinção do CFE sem a sindicância ter apurado o caso. Entretanto, editou a Portaria MEC nº 1717, de 14/12/1994, criando uma Comissão de Sindicância composta por Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ), George Browne (UFPE) e Maria Luiza de Castro, Procuradora da UFRS. Não é conhecida a conclusão a que chegou o relatório final da sindicância, ou mesmo se ele existe, já que os estudos sobre a

também detém competência deliberativa sobre as IFES. O CNE possui atribuições normativas, deliberativas e de assessoria junto ao MEC e é composto por duas Câmaras de representantes, a do ensino básico e a do ensino superior.

Os conselheiros, em número de 12 para cada Câmara, são indicados em 50% pelo Presidente da República e os demais são representantes da sociedade civil, sendo que no caso do ensino superior estabeleceu-se pelo artigo 8º da lei nº 9.131/95 que metade destes seriam escolhidos com base em uma lista confeccionada por entidades nacionais tanto particulares quanto públicas que "*congreguem os reitores de universidades, diretores de instituições isoladas, docentes, estudantes e segmentos representativos da sociedade civil*". Dentre os conselheiros indicados por prerrogativa da Presidência da República está o Secretário de Educação Superior, incluído como membro nato.

Quanto às atribuições da Câmara de Educação Superior que importa enfatizar aqui estão: a análise e emissão de pareceres sobre questões relativas à aplicação de legislação educacional; deliberação sobre processos de avaliação, reconhecimento de cursos de graduação, mestrado e doutorado; credenciamento e descredenciamento de instituições de ensino superior; deliberação sobre os estatutos das universidades e o regimento das demais instituições de ensino superior⁹⁶.

É inevitável concluir, assim, que uma universidade pública federal tem sua prerrogativa de autodeterminação quanto aos seus estatutos e regimento – algo que deriva do princípio constitucional da autonomia – restrita pela atribuição do CNE de deliberar sobre esta matéria. Aí estaria mais um exemplo de como competências técnicas são instrumentos eficazes de controle e submissão das IFES a lógicas que lhes são externas.

extinção do CFE não fazem menção ao mesmo, apenas se referindo ao que vinha sendo veiculado na imprensa. SARAIVA, Suzana Barros Corrêa. *Conselho Federal de Educação (1961–1994): Uma trajetória Ideológica*. Tese de Doutorado. FE–UFRJ, 1999.

⁹⁶ Ou seja, poder de interferir na autonormação das universidades.

Por outro lado, as IFES sempre dependeram para seu funcionamento do repasse das verbas destinadas à pasta ministerial da Educação no orçamento federal aprovado anualmente e também das determinações de execução financeira deste pela SEDAP/ Secretaria de Administração Pública (antigo órgão vinculado ao Ministério da Administração, atualmente incorporado ao MPOG), de acordos com as pastas da Saúde (caso dos Hospitais Universitários) e da Previdência Social.

Ora, no período pós-Constituinte e na transição para o primeiro governo nacional eleito diretamente ocorreram alterações no financiamento do ensino superior relevantes para compreender o complicado jogo de equilíbrio político entre as reitorias e colegiados universitários das IFES, de um lado, e os gestores do poder executivo central, de outro. Diversos fatores conjunturais comparecem nesta dinâmica de cooptação do aparelho estatal aos rumos do mercado, como se pode ver pela citação deste trecho da ata, destinada às comunicações dos membros:

ATA DA 57ª REUNIÃO DO CONSUNI, 3ª SESSÃO – 29/03/88 – PRESIDENTE: Prof. Dr. Munir Rachid. O Prof. Dr. Valdemar Sguissardi⁹⁷ pediu permissão para ler um documento da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, intitulado "Contra o Aniquilamento da Universidade Pública", publicado hoje no jornal "Folha de São Paulo", esclarecendo que fazia tal leitura em plenário em função da campanha de difamação das universidades públicas federais e também pelas circunstâncias por que passam as IFES, principalmente a

⁹⁷ O prof. Valdemar Sguissardi, filósofo e educador formado pela UNIJUÍ, pesquisador da área da educação superior, ingressou na UFSCar em 1979, onde exerceu a vice-presidência e presidência da ADUFSCar, nas gestões de 1981 a 1983; também foi chefe de departamento, candidato à reitoria pelo movimento docente em 1984 e conselheiro do Consuni como representante titular dos professores adjuntos. Tendo se aposentado em 1993, publicou a obra "Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar" (já mencionada anteriormente) e manteve sempre participação notável na política relacionada ao ensino superior e na administração da UFSCar, seja por atuar como relator dos Planos de Gestão da Universidade desde 1984 até 2000 ou pelo desempenho no cargo de membro do Conselho Curador (após a reforma democratizante dos Estatutos que efetivamente o tornou órgão fiscalizador e pôs fim às intervenções e desmandos autoritários do período da ditadura civil-militar).

nossa Universidade. Tal documento será anexado ao final desta ata.

Este preâmbulo introduz o referido documento⁹⁸, no qual se pode ler diversos relatos de situações que estavam ocorrendo nas IFES, as quais se referem basicamente ao desrespeito quanto aos métodos democráticos de escolha dos dirigentes/reitores, evidenciando uma tentativa de reeditar o autoritarismo que foi a tônica do Regime Militar no trato com as universidades públicas; por exemplo, no seguinte trecho da mesma ata:

Começou uma escalada autoritária contra o processo de democratização nas IFES, com o governo rompendo o compromisso assumido publicamente por Tancredo Neves e mantido desde 1985 até agora pelo atual presidente da República, de nomear como reitor sempre o mais votado dos candidatos em eleições diretas na comunidade universitária. Na Universidade Federal da Bahia, os critérios acadêmicos e democráticos para escolha do reitor foram substituídos pelo clientelismo político-partidário, com a nomeação, por indicação de uma ala do Centrão, do quinto colocado nas eleições diretas realizadas pela comunidade. Diante do repúdio de professores, estudantes e funcionários à intervenção a que UFBA está, de fato, submetida, agentes da Polícia Federal, armados, ocuparam o prédio da reitoria, servem de escolta para o interventor, circulam em veículos da universidade. (sublinhados meus)

Além deste caso, narra-se também o que estava ocorrendo na Universidade Federal de Rondônia – UFRO (também conhecida como UNIR), que fora criada em 1982 e estava com reitor *pró-tempore* e preparando-se em 1988 para efetuar consulta à comunidade acadêmica para escolher o sucessor à reitoria de forma democrática: frustrando as expectativas o governo baixa outra nomeação para reitoria *pró-tempore*, o que subleva alunos, docentes e técnicos-administrativos, mobilizados pela defesa da democracia no espaço acadêmico; a reação não se faz esperar e o prédio principal do *campus* é ocupado pela Polícia Militar.

⁹⁸ ANDES. *Contra o Aniquilamento da Universidade Pública*. Publicado no jornal *Folha de São Paulo*, 29/03/1988, Caderno Cidades / Educação e tecnologia, pág. A-15 (Anexo B).

O documento ainda se refere aos decretos nº 95.682 e nº 95.683, ambos de 28/01/1988, os quais proibiam a realização de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos nas universidades federais e também a nomeação dos já concursados, a título de redução de despesas públicas, o que significava um verdadeiro desmonte de departamentos e cursos por todo o país, uma vez que não havia como substituir docentes aposentados, demissionários ou falecidos e centenas de alunos ficavam sem aulas. Em paralelo, na ata se denuncia a SEDAP (antigo Ministério da Administração), que abusava da discricionariedade ao adotar práticas como transferir para as IFES funcionários egressos de outros órgãos da administração pública sem concurso, rebaixar salários através de gratificações não-incorporáveis e adulteração do plano de carreira, com a finalidade de submeter administrativamente as reitorias das IFES. Ao final, a mesma ata conclui:

(...) Ocultando as principais causas dinâmicas do déficit público – o componente financeiro da dívida pública e o pagamento da dívida externa – o governo, após intensa campanha propagandística buscando responsabilizar os salários do funcionalismo federal pelo déficit, prepara-se para congelar salários suspendendo os reajustes pela URP. Com isso, ao lado do ataque ao funcionalismo, o governo pretende também atingir mortalmente as IFES, cujos docentes pretende-se forçar a abandonarem a universidade ou a se submeterem a agentes financiadores.

Impossível não assinalar no teor deste manifesto da ANDES a ação reacionária de parte dos membros do Congresso Constituinte⁹⁹, ou seja, daquela ala denominada “Centrão” a qual abrigava representantes da direita que esposavam a mesma visão sobre as universidades públicas predominante no período da ditadura militar, enxergando-as como instituições à disposição para atender práticas clientelistas e apadrinhamentos políticos, ao arrepio de toda e qualquer consideração de autonomia que a legislação reconhecia às IFES.

⁹⁹ Sobre a atuação dos partidos políticos e seus vieses ideológicos na elaboração da Constituição de 1988, no que diz respeito aos debates sobre questões da educação e das universidades, veja-se o item 2.1.1 deste capítulo.

Significativamente, na mesma página do jornal Folha de São Paulo (29/03/1988) em que se publicou o documento da ANDES, também constavam duas reportagens jornalísticas em sintonia com este debate sobre a democratização das universidades públicas federais e suas vicissitudes: uma delas se intitulava “*Em RO, docentes e estudantes estão em greve há 7 dias*” e informava que a greve de protesto se dava contra a nomeação de Álvaro Lustosa Pires, suplente de deputado estadual como reitor da UNIR, efetivada no dia 21/03/1988 pelo presidente José Sarney por indicação do governador de Rondônia, Jerônimo Santana (PMDB-RO); a outra, “*Legislação sobre escolha está no Senado*”, dava conta das marchas e contramarchas do famigerado projeto de Lei nº 313, proposto pelo Deputado Victor Faccioni (PDS-RS) que alterava a legislação sobre os dirigentes das universidades e introduzia a reeleição dos reitores, até então proibida, informando que já havia sido aprovado na Câmara em 24/03/1988 e seria lido naquela manhã de terça-feira, 29/03/1988 no plenário do Senado; contudo, dependeria de um acordo dos líderes das bancadas para tramitar com prazo reduzido, em regime de prioridade para entrar na pauta de votação, pois sem isso, “*vai engrossar a longa fila de projetos que não tem qualquer prazo definido para apreciação*”.

Ainda de acordo com a reportagem, o secretário-geral da Mesa Diretora do Senado havia dito no dia anterior que o projeto deveria ser votado assim que o Congresso retornasse do feriado da Semana Santa, cuja interrupção seria na quinta-feira daquela mesma semana; contudo, a assessoria do líder do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, descartava esta possibilidade do acordo das lideranças pela matéria ser polêmica e contar com muita oposição entre os senadores. Ao final da matéria, informava-se que na semana anterior, quando o projeto estava em tramitação na Câmara dos Deputados, o CRUB, a ANDES¹⁰⁰ e a FASUBRA – Federação das Associações dos Servidores

¹⁰⁰ E ainda antes deste interregno, na Ata da 57ª reunião do Consuni, de 03/03/1988 está registrado o pedido de inclusão na pauta de manifestação do colegiado sobre a escolha do reitor da UFBA, pelos profs. Carlos Lazarini e Tadeu Rantin; já na

das Universidades Públicas tinham se manifestado contrários à aprovação do projeto 313, e também que

Na atual fase dos trabalhos constituintes, a exemplo do que acontece na Câmara, as decisões do Senado são tomadas através dos votos dos líderes, já que é praticamente impossível reunir quorum para votação durante as sessões (no caso do Senado, 37 dos 72 parlamentares).¹⁰¹

Com isto parece ficar claro o elenco de dificuldades enfrentadas pelos movimentos de estudantes, servidores docentes e técnicos-administrativos e entidade dos dirigentes das universidades públicas; se na luta pela entrada na Constituição do princípio da autonomia e da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão foram bem sucedidos, o mesmo não se pode dizer sobre os processos democráticos e as garantias de recursos para a manutenção (sequer se cogitava expansão) das universidades federais, com vistas a alcançar efetivamente o status de um sistema de ensino superior público e federal; sobre este tópico retornar-se-á o foco no próximo capítulo.

2ª sessão desta reunião encontra-se a seguinte transcrição do telex 0192/88, encaminhado pelo reitor da UFOP nos seguintes termos: “A Reitoria da Universidade Federal de Ouro Preto é totalmente contra o Projeto de Lei Número 313 de 1988, do Sr. Victor Faccioni. No que o Projeto de Lei pretende aperfeiçoar a legislação vigente – ótimo, pois é sempre salutar fazer mudanças – introduz dispositivo casuístico quando passa a permitir a recondução ao cargo, do atual reitor. Todos devemos fazer força para que os atuais reitores sejam mudados na data prevista pelo fim do mandato (a ninguém deve ser permitida a perpetuação no cargo). O casuísmo incluso certamente tem endereçamento certo: proteção acintosa de apaniguado político do parlamentar que subscreveu o projeto original. É muito importante recordar acidente semelhante ocorrido em dezembro de 1979: Modificaram a legislação de então (eliminando a lista de nomes da Lei 6.420 e passando para o desígnio exclusivo do Chefe do Poder Executivo Federal a nomeação de Reitor em recrutamento amplo e irrestrito) para permitir a nomeação (em recondução), ao cargo de Reitor da UnB, do a época conhecido Senhor Azevedo. A nova Lei ficou conhecida como “Lei das Fundações”, e no que protegeu os interesses particulares do citado ex-reitor (nefasta memória), atribuiu completamente a vida institucional de outras 15 (quinze) Universidades-Fundações mantidas pela união (situação esdrúxula na qual esta instituição esteve arrolada por 5 anos, até dezembro de 1984). Esperamos que o Deputado integre, e com veemência, a oposição ao projeto de Lei 313 de 1988 e a qualquer outro que pretenda estabelecer a recondução de Reitor. Atenciosamente”. Neste mesmo diapasão, encontra-se transcrito o final do telex dos conselhos superiores e da reitoria da UFSCar aos parlamentares, também direto ao ponto: “... venho pedir não seja aprovado Projeto de Lei permite recondução de reitores nas Universidades Federais. Cordiais Saudações”.

¹⁰¹ Legislação sobre escolha está no senado. FSP, 29/03/1988.

Como ficou evidente no manifesto da ANDES, a preocupação com os salários dos servidores refletia a ameaça de que o governo, através da SEDAP e de outros órgãos ministeriais pudesse gerar uma situação de tal grau de insustentabilidade das atividades—fim nas IFES que estas se vissem obrigadas a se conformar com a perda de seus quadros mais qualificados, aceitar ingerências de agentes financiadores em suas decisões internas ou mesmo vir a abrir mão da gratuidade no caso mais extremo.

Se tais perspectivas ameaçadoras não se concretizaram naquela conjuntura, sem dúvida isto ocorreu pela ação dos movimentos sociais, dos sindicatos e entidades associativas, além da pressão pública de organizações profissionais, como por exemplo a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. E veio outubro de 1988, com a entrada em vigor da chamada “Constituição Cidadã”.

O texto constitucional de 1988 determinou a distribuição fiscal e de responsabilidades entre os entes federativos, promovendo uma descentralização que visava melhorar a gestão pública nos níveis municipal e estadual com um duplo movimento: dotar de eficiência o atendimento de demandas sociais locais pela delegação de competências aos membros do pacto federativo e proporcionar recursos tributários necessários ao atendimento destas demandas.

Entretanto, os governos que se seguiram à gestão Sarney adotaram estratégias para recentralizar recursos em caixa, majorando alíquotas de contribuições sociais (COFINS, PIS/PASEP) e criando outras, como foi o caso da CPMF. A razão disto está no fato de que estas contribuições não são passíveis de compartilhamento com os outros entes federativos. Assim, o peso destas contribuições na receita da União foi de 27,2% no ano de 1990 para 46,7% em 2001. Com isso, o governo federal elevou sua receita e pôde cumprir suas metas de superávits anuais. De acordo com dados do Ministério da Fazenda, a incidência destas contribuições no PIB foram:

**TABELA 1 – PERCENTUAL DAS CONTRIBUIÇÕES
SOCIAIS NO PIB / 1990–2001**

Peso das contribuições sociais na composição do Produto Interno Bruto (COFINS/PIS–PASEP/CPMF)	1990	1995	2000	2001
	2,81%	3,18%	5,73%	6,23%

FONTE: Ministério da Fazenda, 2002.

Convém lembrar que a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) foi criada pela Lei nº 9.311 de 1996, com a justificativa de prover receita adicional para financiar a saúde pública. Esta tática de financiamento do Estado através de estratégias fiscais ditos “provisórios” visava aportar recursos que permitissem implantar um “ajuste” das contas públicas que se coadunasse com as metas de inserir o Brasil no contexto das demandas capitalistas presentes na última década do século XX. Isto se traduz pela opção dos governos brasileiros a partir da década de 1990 em perseguir a obtenção de superávits primários, usando o aumento da carga tributária para alcançar esta finalidade, através de impostos que incidem sobre a massa de trabalhadores, que ao contrário da parcela dos mais ricos na pirâmide social, não tem como colocar seus rendimentos a salvo das intervenções estatais na economia. Por óbvio, estão inseridos nesse espectro de trabalhadores sem possibilidades de isentar-se destes impostos os funcionários públicos¹⁰², entre os quais incluem-se servidores docentes e técnicos-administrativos das IFES.

Destarte, as atas dos órgãos superiores colegiados da UFSCar, como foi indicado, trazem em seu bojo a expressão de diálogos políticos internos e externos à comunidade acadêmica, refletindo

¹⁰² Ao lado do fato dos funcionários públicos receberem seus salários por meio de folha de pagamento gerada pelo MPOG, o que impossibilita o uso de subterfúgios contábeis para escapar às taxações e impostos cobrados na fonte pagadora (algo que em tese é possível para os profissionais liberais e autônomos, por exemplo), o cruzamento de dados pessoais de patrimônio e financeiros do sistema bancário, além de dados de outros órgãos econômicos para atender às solicitações da Receita Federal em sua competência de barrar evasão de receitas completa o cerco à massa trabalhadora na garantia aos credores de que o Estado possui solvência em relação às suas dívidas.

questões políticas, corporativas e estratégias de ação que responderam a um universo maior de embates referentes às IFES neste interregno temporal.

O ano de 1988 é paradigmático neste sentido; em sintonia com o momento da ANC e a elaboração do texto constitucional, multiplicam-se as sessões de reunião, atingindo o número recorde de ocasiões em que os membros do Conselho Universitário estiveram reunidos. Convém explicitar, pois, a que instâncias universitárias correspondiam as representações com direito a voto no órgão colegiado máximo da UFSCar, ou seja, o Consuni.

Nas listas de assinaturas que finalizam estas atas encontram-se informações que possibilitam perceber como a estrutura da universidade foi se alterando em função do surgimento de novos órgãos acadêmicos e administrativos, que demandavam assento e representação nos colegiados.

Observa-se que nas atas do ano de 1988 (trinta e três, no total de registro das reuniões) aparecem as seguintes instâncias da universidade representadas:

- 1) Presidência / Vice-Presidência – posição ocupada pelo Reitor e Vice-Reitor; apenas com voto de desempate (Minerva);
- 2) Diretores e Vice-Diretores dos Centros – eram seis representações, uma vez que correspondiam aos três centros acadêmicos que existiam então, a saber: o CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas, o CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde e o CCT – Centro de Ciências e Tecnologia. Embora os diretores e vices tivessem assento no Consuni, cada Centro tinha direito a um voto no conselho;
- 3) Coordenação dos Órgãos Suplementares (COS) – assento ocupado pelo coordenador, que era um servidor técnico-administrativo, com direito a um voto;

- 4) Divisão de Informação e Controle Acadêmico (DICA) – assento ocupado pela chefia, no caso um servidor docente, com direito a um voto;
- 5) Divisão de Assuntos de Alunos (DAA) – assento ocupado pela chefia, no caso um servidor docente, com direito a um voto;
- 6) Chefias de Departamento – seis assentos ocupados pelos chefes com direito a mesma quantidade de votos;
- 7) Representantes do corpo docente, divididos em dois membros segundo as classes funcionais, a saber: dois pelos Professores Titulares, dois pelos Adjuntos, dois pelos Assistentes e dois pelos Auxiliares, com direito a oito votos;
- 8) Representantes do corpo discente, com três assentos e direito a três votos;
- 9) Representantes da Comunidade (externa) – Embora parecessem ter a mesma prerrogativa de número de assentos dos discentes, somente se constata pelas atas que não há assinaturas destes representantes antes de 28/03/1988, quando um pós-graduando tomou parte da reunião do Consuni e assina como representante da Comunidade. A explicação para esta aparente anomalia seria que a Associação dos Pós-Graduandos/APG não considerava que seus membros fizessem parte do corpo discente; em documento que a APG enviou à Secretaria dos Órgãos Colegiados/SOC pode-se ver que há uma clara intenção de qualificar o corpo discente apenas no âmbito da graduação, sendo que os pós-graduandos se auto-qualificam como “profissionais em pós-graduação”.¹⁰³.

¹⁰³ Um ofício da APG, dirigido ao Reitor Munir Rachid por ocasião das consultas à comunidade sobre como seria realizado o processo de escolha para sucessão na Reitoria, em 1988, apresenta uma explicitação deste entendimento que a APG

Como se pode notar, o Consuni se constituía em torno de 27 a 32 membros, variando o número em função de ocorrerem reuniões deste conselho em conjunto com o CEPe/ Conselho e Ensino e Pesquisa; vários membros tinham assento nos dois colegiados em virtude do cargo ocupado, como é o caso dos Chefes de Departamento, o que refletia o caráter da estrutura institucional enxuta próprio da UFSCar e que se converteu em uma espécie de mote para individualizá-la em relação ao universo das demais IFES, pelo apelido “a pequena notável”, isto é, pequena em estrutura e pessoal, mas com qualidade acadêmica reconhecida – são vários os momentos em que este caráter é mencionado nos documentos dos colegiados tanto como razão de orgulho da comunidade acadêmica quanto esgrimido como argumento para se defender de ataques às suas condições de funcionamento por parte do MEC e de outros órgãos da administração pública. Como exemplo, veja-se a reportagem publicada na revista *Veja* em 13/05/1981 sobre a UFSCar (Anexo C).

É bastante evidente nos documentos que há dois momentos distintos que refletem polarização dos conselhos no ano de 1988; um primeiro momento viria em continuidade dos debates sobre os procedimentos legais de escolha para sucessão ao cargo de Reitor, tanto internos à UFSCar e referido ao seu prolongado embate com o

pleiteava diante das instâncias dirigentes da universidade: argumenta a associação que os pós-graduandos seriam profissionais, pois muitos seriam filiados a entidades ou conselhos da profissão, como o CREA e o CREFITO, por um lado; por outro, o recebimento de bolsas que estavam atreladas a percentuais correspondentes aos vencimentos dos docentes sinalizaria uma vinculação de cunho profissional (a bolsa de mestrado correspondia a 70% do salário de um professor da classe Auxiliar e a de doutorado ao mesmo percentual dos vencimentos de um professor Assistente. Por esta argumentação, a consulta à comunidade acadêmica para que se chegasse à lista sêxtupla de candidatos a reitoria deveria adotar um fator de correção na proporção de $\frac{1}{4}$ (um quarto) para cada categoria que compunha o campus, segundo a APG: servidores docentes, servidores técnico-administrativos, discentes e profissionais de pós-graduação. Evidencia-se aqui uma estratégia de articulação dos alunos de Pós-graduação no sentido de alcançarem maior margem de representação no Consuni, visando obter espaço institucional para suas demandas específicas, descolando-as daquelas apresentadas pelos representantes discentes da graduação. Fonte: APG, Ofício 001/88 de 17/03/1988 – documento anexo à Ata da 58ª Reunião do Consuni/ 3ª sessão conjunta com o CEPe, em 30/06/1988.

C.C./FUFSCar – Conselho de Curadores¹⁰⁴, quanto externos à comunidade acadêmica e reportando episódios ocorridos em outras IFES, nas comissões parlamentares e grupos de trabalho que atuavam na ANC, enfrentamentos das entidades classistas docentes com o Ministério da Educação e assim por diante.

O segundo momento se inicia já na fase final da crise da sucessão ao reitor Rachid e é marcado pelas discussões e multiplicação de reuniões para estabelecer a estrutura de funções de confiança e gratificações no organograma institucional; este tema que vai se converter em catalizador nos debates do Consuni foi posto em pauta por solicitação da entidade classista dos professores, a ADUFSCar em final de agosto daquele ano, e endossado via assembléia docente, para reconsideração da forma de aplicação da legislação sobre as Funções de Confiança / Funções Gratificadas (FG/FC), dado o descontentamento geral da comunidade acadêmica com a decisão que fora tomada anteriormente, na 61ª reunião do Consuni, 2ª sessão, em 09/06/1988.

Nesta ata de reunião, dois pontos chamam a atenção: 1) Leitura da Portaria MEC 279/88, que suspende até a promulgação da nova constituição toda e qualquer alteração em estatutos e regimentos de IFES e 2) a deliberação sobre a legislação das funções de confiança (portaria MEC 474/87 e Decreto nº 95.689/88) e normas internas da UFSCar; a decisão tomada pelos membros do Consuni então foi de um realismo atroz – por um lado, a resolução aprovada expressou a rejeição da comunidade da UFSCar e seu posicionamento contrário às legislações do MEC e decretos citados, tendo em vista o entendimento de que se constituíam em ataques à autonomia e diversidade das IFES; mas pondera-se que se deve “*não obstante, submeter-se a estas legislações, pois não há como questionar a legalidade das mesmas*”.

¹⁰⁴ Lembrando que esse conflito entre os colegiados da UFSCar e as práticas autoritárias de seu Conselho de Curadores/Fundação Universidade Federal de São Carlos foi objeto central abordado na obra de Sguissardi, conforme foi apresentado no capítulo anterior desta tese.

Tratava-se de um verdadeiro pomo da discórdia; a UFSCar vinha ao longo dos anos, principalmente após 1983, se estruturando paulatinamente, a medida que seus colegiados discutiam questões e mapeavam necessidades de rearranjos administrativos e acadêmicos pleiteados pelos corpos da universidade ou demandados pela comunidade acadêmica em geral. Mas eis que com o advento do Governo Sarney, é imposta pelo Poder Executivo às IFES nova legislação e normas para o funcionamento administrativo e de seu pessoal acadêmico e técnico:

Art. 3º As universidades e demais instituições federais de ensino superior, estruturadas sob a forma de autarquia ou de fundação pública, terão um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para o pessoal docente e para os servidores técnicos e administrativos, aprovado, em regulamento, pelo Poder Executivo, assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor.

(...)Art. 6º Não haverá, para qualquer efeito, equivalência ou correlação entre os cargos, níveis salariais e demais vantagens do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata esta lei, e os cargos, empregos, classes e referências salariais dos atuais planos de classificação e retribuição de cargos e empregos dos órgãos e entidades da Administração Federal.

Parágrafo único. Os professores colaboradores das Universidades Fundacionais que tenham se habilitado através de processo seletivo de provas e títulos para ingresso na Instituição ficam enquadrados na Carreira do Magistério Superior, obedecidos os graus de suas respectivas titulações.

Art. 7º No prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta lei, o Ministério da Educação, em conjunto com a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, adotará as providências necessárias à aprovação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata o art. 3º desta lei". (Trechos da Lei 7.596, de 10 de abril de 1987. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras provi

dências¹⁰⁵). (sublinhados meus)

Evidentemente causou celeuma entre os servidores das IFES estas novas determinações legais; seu teor não deixa dúvida, o Executivo fez uso de sua força discricionária e passou por cima não só da autonomia das universidades públicas quanto ao seu arranjo institucional interno no exercício de funções burocráticas (as chamadas atividades-meio), como ainda promoveu um “trem da alegria” efetivando de uma canetada só professores colaboradores que não tinham ingressado por concurso público, mas apenas realizado um processo seletivo. E para finalizar, ainda delegou ao Ministro da Educação e ao Secretário de Administração a competência de fixar os parâmetros de funcionamento da nova legislação.

Ora, a comunidade acadêmica e suas entidades de classe, tais como o DCE e a ASUFSCar¹⁰⁶, além da ADUFSCar vinham debatendo estes temas no espaço dos colegiados, o que conduziu à elaboração de um planejamento institucional desde 1985 – fora um processo de negociações, por diversas vezes mencionado em atas, que teve como pauta questões de estruturação da universidade e que visou permitir o entendimento dos diversos grupos e atender seus anseios para se desenvolverem ao longo do tempo; natural, portanto, que as novas determinações do poder central desagradassem profundamente a estes atores, que viram suas articulações e interesses desmontados subitamente.

Dáí se compreende o pedido da ADUFSCar, endossado via Assembléia Docente, para reconsideração da forma de aplicação da legislação sobre as Funções de Confiança / Funções Gratificadas

¹⁰⁵ BRASIL. *LEI n° 7.596, de 10 de abril de 1987*. Legislação Federal, Biblioteca digital da Câmara dos Deputados. Disponível em: <www.camara.gov.br/sileg/integras/242167.pdf>, acesso em 20/09/2013.

¹⁰⁶ Esta era a sigla da entidade até 1992; com o reconhecimento no texto constitucional de 1988 do direito ao servidor público de sindicalização, converteu-se no atual SINTUFSCar – Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFSCar.

(FG/FC), em razão do descontentamento geral da comunidade acadêmica com a decisão tomada anteriormente na citada 61ª reunião. Tratava-se de uma estratégia de oposição: a ADUFSCar reconhecia que a lei não poderia deixar de ser acatada; contudo, avaliava-se que na forma de aplicação haveria espaço para recompor o que fora solapado, recuperando-se em parte o protagonismo na gestão da universidade.

A solicitação foi acatada, e o Consuni emitiu a seguinte resolução: constituir grupo de trabalho para reestudar a questão e, no prazo de trinta dias apresentar resultado da análise que subsidiasse nova decisão do colegiado, em reunião específica para tratar o assunto. Com o final do mandato do reitor Rachid e a tomada de posse do prof. Sebastião Elias Kuri, foi ganhando espaço a discussão sobre como seria feita a implementação da estrutura das funções gratificadas – de novembro de 1988 até o final do ano são quatro reuniões do Consuni com o propósito exclusivo de trabalhar sobre este assunto, em concomitância com a implantação das Pró-Reitorias, até então inexistentes no organograma da instituição¹⁰⁷.

Na primeira reunião dedicada a tal finalidade, chama atenção uma demanda¹⁰⁸ que a ADUFSCar endereça ao Consuni, pois seu teor demonstra cabalmente que não houve recuo nas tentativas de se opor à ingerência externa: em seu texto solicita máxima urgência ao colegiado para viabilizar os estudos de estruturação da UFSCar e que se dê continuidade à “luta pela revogação da Lei nº 7.596/87” (sublinhado meu).

Por outro lado ocorreu um outro efeito institucional na

¹⁰⁷ De acordo com o prof. Sguissardi, em relato oral à autora, a UFSCar vivia uma dinâmica naquele momento denominada “estatuinte”, pois havia que elaborar novas diretrizes administrativas e acadêmicas que fossem coerentes com as conquistas legais dos servidores públicos e com a redemocratização vivida pelo país – daí a intensidade das discussões e da frequência das reuniões em 1988 (33 sessões), número nunca mais alcançado na história da UFSCar até 2014.

¹⁰⁸ O ofício no qual se acha a demanda remete à ata da 63ª reunião extraordinária do Consuni, em 30/08/88, a qual se dedicou ao tema da implantação das funções gratificadas e distorções geradas pela Lei nº 7596/87.

UFSCar em virtude desta situação: com a decisão de implantar as pró-reitorias que haviam sido aprovadas em reunião no mês de abril, evidenciou-se a necessidade de reformular os estatutos da UFSCar (65ª reunião ordinária, em outubro/1988); na ocasião da apresentação do relatório final e estudo que o grupo de trabalho fez por determinação do Consuni e designação da reitoria para o caso das funções gratificadas, configurou-se um quadro de que a universidade necessitava reestruturar-se acadêmica e administrativamente, mediante o que fora apontado pelo estudo do grupo de trabalho. Nesse contexto aparece a expressão "Estatuinte", por analogia com o processo deflagrado na Assembléia Constituinte para elaboração da Carta Magna, recém aprovada.

Ao mesmo tempo, a reitoria apresentou outra proposta de reestruturação administrativa para atender ao que viera a ser solicitado pelas normas recentes do MEC e do Poder Executivo, ainda que com a ressalva de que era um documento preliminar, sem contemplar a parte acadêmica¹⁰⁹. Com a situação indefinida, gerou-se uma série de dúvidas e questões apresentadas e debatidas pelos membros do conselho, tendo sido aventada inclusive a opção da UFSCar implantar a estrutura das funções gratificadas conforme o que o MEC determinara, sem buscar alterá-la ou corrigir as distorções que provocaria na organização interna de vários setores da universidade. Contudo, prevaleceu ao final a decisão do Consuni de informar à SeSU/MEC que a universidade estava elaborando uma proposta de auto-reestruturação ampla e que neste ínterim solicitava que fosse deferida a proposta de

¹⁰⁹ Essa forma de tratar algumas questões com potencial polêmico nos colegiados parece ser característica das práticas políticas internas da UFSCar; mesmo havendo uma designação oficial para que uma comissão ou grupo de trabalho faça determinado estudo ou elaboração de propostas, no intuito de ser apresentado e deliberado pelos colegiados superiores, tanto a Reitoria quanto outros atores da universidade entendem que há espaço para apresentar versões próprias de alternativas para a mesma questão. Isto permite que se entreveja nas atas como as negociações entre grupos diferentes encontram suas expressões nas arenas dos colegiados, por vezes alcançando sucesso ou sendo derrotados, mas também logrando fazer recuar propostas avalizadas pela reitoria quando compreendidas como potencialmente desencadeadoras de desequilíbrio de poder no âmbito da comunidade acadêmica.

retificações das distorções que a Lei nº 7.596/88 provocara nas atribuições de funções gratificadas.

O que se depreende deste percurso é a dinâmica de negociações: tanto no espaço de caráter acadêmico e administrativo no interior da universidade quanto nas secretarias e outros órgãos da administração ministerial são empregados recursos de caráter burocrático e político para alcançar redução do que é imposto à comunidade, ou quando não é possível, pelo menos a amenização das regras a serem aplicadas, na expectativa de que outro fato venha a reverter ou tornar inócuo o que se desejava evitar.

Afloram nos documentos, ao lado de alguns temas internos da universidade que galvanizaram os colegiados, episódios e relatos que demonstram a conexão célere – em uma época ainda distante das comunicações virtuais – dos membros de conselhos, do CRUB e da ANDES¹¹⁰; de deputados e políticos, da ASUFSCar, DCE, ministros e secretários de ministérios. Esta verdadeira rede de informações nem sempre significava a certeza de que os colaboradores alcançariam seu intento; mas de certo configurava uma expectativa de solidariedade entre as IFES, representantes do poder legislativo e associações de classe, como se pode ver pelos seguintes registros:

ATA DA 58ª REUNIÃO CONJUNTA CONSUNI/CEPE/ 3ª SESSÃO, EM 24/03/88. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri

Verificando haver "quorum", o Sr. Presidente declarou a reunião instalada. Leu o Telex 9571, do Dep. Federal Aldo Arantes¹¹¹, solidarizando-se com a UFSCar na posição contrária ao projeto de Lei 313, e manifestando voto contrário ao mesmo: "... Peço-lhe por gentileza, transmitir aos integrantes dessa Universidade que votarei contra referido Projeto, por considerá-lo antedemocrático. Somente eleição direta para Reitores permite renovação e democracia universidades públicas brasileiras. Na Câmara dos Deputados e na Assembléia

¹¹⁰ Para dimensionar estas relações, reveja-se o quadro de relações interinstitucionais ao final deste trabalho, no apêndice A.

¹¹¹ O Deputado Federal Aldo Silva Arantes, natural de Anápolis, exerceu por quatro vezes mandatos parlamentares como deputado federal por Goiás, tendo participado da ANC; atualmente preside o PC do B estadual.

Nacional Constituinte sempre à disposição dessa Universidade.

ATA DA 58ª REUNIÃO CONJUNTA CONSUNI/CEPE/ 4ª SESSÃO, EM 28/04/88. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Munir Rachid

(...) foi aprovado na Câmara dos Deputados e que está dependendo de aprovação do Senado, o projeto de lei nº 313, com algumas alterações da proposta original, dentre elas, que a lista a ser enviada ao MEC seja tríplice e que seja enviada apenas 45 dias antes do término do mandato do Reitor. Disse que a ANDES, FASUBRA e CRUB encaminharam pedido, no sentido de que o projeto de lei não seja votado em regime de urgência. A Profa. Géria, Presidente da ADUFSCar, leu para o plenário o telex recebido da ANDES (...) O Prof. Munir disse que de qualquer maneira a UFSCar deve ficar preparada pois também existe a possibilidade de não mudar a legislação.

O que demanda atenção nos fatos relatados pelos documentos transcritos acima são duas particularidades: a diferença entre as datas das reuniões, de pouco mais de um mês, o que denota o ritmo das alterações que se sucediam no Congresso Nacional de então, de acordo com o que já foi exposto anteriormente; e o objeto do referido projeto de Lei nº 313, que ao debruçar-se sobre os procedimentos e prazos de escolha de reitores das IFES demarcava o momento de virada democrática no provimento dos cargos de dirigentes máximos destas instituições, ainda em fase de se afastar o “entulho autoritário” e seus restolhos encaustados nos dispositivos burocráticos e administrativos que visavam o controle do ensino superior federal.

Ao solicitar a retirada do regime de urgência para a votação do projeto, as entidades classistas visavam ganhar tempo para alterar o texto final e torná-lo mais favorável às demandas históricas por democratização na escolha dos dirigentes nas universidades públicas. A discordância, pois, não se dava no nível da necessidade de alterar as regras para escolha dos dirigentes, mas sim do modo pelo qual estas seriam alteradas – se não fosse possível alcançar uma fórmula democrática amplamente desejada pelas entidades associativas e sindicais, que no mínimo se barrasse qualquer retrocesso autoritário.

Ao lado destas lutas mais amplas pela autonomia e democracia nas universidades, das campanhas salariais que se batiam contra

as condições perversas que a conjuntura econômica e o cenário da hiperinflação impunham aos assalariados, era imperativo pugnar pela manutenção da qualidade no ensino superior público e gratuito, com base nos princípios fixados pelo texto constitucional:

*Art. 207. – As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*¹¹².

Com o artigo 207 incluía-se na legislação maior do país um dos pontos nevrálgicos para a mobilização que motivou o movimento docente: a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. No entendimento das associações docentes das IFES e de outras universidades públicas, como as estaduais paulistas, por exemplo, era pacífico o ponto de que a garantia da qualidade no ensino superior público dependia diretamente da manutenção do princípio da indissociabilidade tanto quanto da autonomia na gestão universitária.

Contudo, um breve rememorar de como a redação do artigo 207 chegou à sua forma final na CF de 1988 deixa entrever a dimensão do que estava em jogo e qual concepção sobre a autonomia universitária consagrou-se ao final. Tomando por base a atuação do professor Florestan Fernandes, eleito deputado constituinte pelo Partido do Trabalhadores¹¹³, encontra-se a seguinte justificativa para apresentação

¹¹² BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais n°s 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n° 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/1994*. 35. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

¹¹³ Como parte da estratégia política da esquerda nas eleições de 1986 para conseguir o máximo de cadeiras na Assembléia Constituinte foram lançados como candidatos diversos “notáveis” que compunham os quadros partidários de então; neste contexto se insere a participação de nomes como o de intelectuais e professores como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. De acordo com NEVES, Florestan Fernandes foi um dos mais participativos deputados constituintes, tendo apresentado 46 emendas sobre o tema Educação, distribuídas por 07 subtemas: Conceituação e organização do sistema de ensino; Ciência e Tecnologia; Universidade; Aposentadoria de professores; Formação de jovens (para a vida e para o trabalho); Lazer e desporto na formação do jovem; Formas de conhecimento. Sobre o subtema Universidade, apresentou 03 emendas, dentre as quais a emenda sobre autonomia, que seria a base para o texto constitucional definitivo. NEVES, M.A. *Florestan Fernandes: Sociologia e Política pela autonomia da nação*. RJ: IUPERJ, 2009.

de proposta de emenda 5447, de autoria dele à Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte, em julho de 1987:

*[A autonomia universitária] é uma prática freqüente e legítima e merece ser acolhida no texto constitucional, como um fator de reforço e de cristalização normativa de um processo decisivo de democratização, funcionamento e transformação das universidades.*¹¹⁴

Coerente com sua trajetória de uma vida de lutas pelas causas sociais e pela defesa da escola pública, poucos representantes saberiam tão bem como Florestan Fernandes buscar a inserção no texto constitucional da visão de autonomia universitária que emergira dos movimentos sociais e sindicais, através do Fórum da Educação na Constituinte¹¹⁵. A proposta de Emenda viria a receber o número 216 na Subcomissão VIII – A, sendo parcialmente aprovada com a seguinte redação:

As universidades e demais instituições de ensino superior gozam, nos termos da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, obedecidos os seguintes princípios:

*I – indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
II – padrão unitário comum de qualidade, indispensável para que cumpram seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do País;
III – gestão democrática, através de critérios públicos e transparentes, com participação de docentes, alunos e funcionários e representantes da comunidade na escolha dos dirigentes.*¹¹⁶

É instigante confrontar a redação da Emenda 216 e o texto do

¹¹⁴ NEVES, M.A. *idem*, pag. 94.

¹¹⁵ O Fórum da Educação na Constituinte congregava as seguintes entidades: ANDES, ANPAE, ANPEd, CEDES, CGT, ANDE, CPB, CUT, FASUBRA, OAB, SBPC, SEAF, UBES e UNE. De acordo com Mazzilli, “(...) ter sido a ANDES a entidade que propôs e organizou aquele Fórum, em cumprimento à deliberação da entidade aprovada no XIII Conselho Nacional das Associações de Docentes (CONAD), realizado em São Paulo nos dias 20 a 22 de junho de 1986, quando foi proposto que a ANDES buscasse articular a constituição de um Fórum que reunisse “profissionais da educação com o objetivo de aprovar uma plataforma consensual e encaminhamento unitários visando intervir na Constituinte”. MAZZILLI, S. A idéia de universidade no Brasil: participação do ANDES-SN na aprovação do art. 207 da Constituição Federal de 1988. In *Universidade e Sociedade*, Brasília, nº 47, 2011. Pág.118.

¹¹⁶ NEVES, M.A. *Opus cit.*

artigo 207 da Constituição de 1988, cujo teor transcreve-se mais uma vez abaixo:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Não apenas desapareceram do texto final as expressões “*e demais instituições de ensino superior*” e “*nos termos da lei*”, como também dois dentre os três princípios invocados para orientar a autonomia da universidade; por outro lado, surgiu uma alteração decisiva: em lugar de “*financeira*” encontra-se “*de gestão financeira e patrimonial*”. Toda a dimensão dos embates pela defesa da universidade pública de qualidade, da autonomia e das concepções sobre a natureza crítica do processo educativo que antecederam a entrada em vigor da Constituição Federal pode ser evocada na comparação entre os dois textos.

Note-se que o debate sobre a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão chegou ao Congresso Nacional já amadurecido pelo embate dos trabalhos do Fórum da Educação na Constituinte com as iniciativas advindas do âmbito governamental. O Ministério da Educação criara dois grupos de trabalho para consolidar as propostas governamentais que seriam apresentadas na Assembléia Constituinte; o primeiro, de 1985, denominou-se “Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior”, o qual endossou em seu relatório final a proposta da autonomia, compreendida como liberdade para que as universidades definissem o conteúdo do ensino, da pesquisa e da extensão.

O segundo foi o GERES – Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior, que surgiu em 1986 e cuja proposta defendia a exclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, argumentando que haveria possibilidade de separação entre “universidades do ensino” e “universidades do conhecimento”. O documento

do GERES¹¹⁷ causou intensas polêmicas na comunidade acadêmica, o que somou-se ao percurso de lutas das entidades e movimentos sociais pela universidade pública, gratuita e de qualidade, fomentando a pressão sobre os deputados constituintes para a inclusão do princípio no texto da Constituição, como de fato veio a ocorrer.

Entrementes, os princípios que estabeleciam o padrão unitário comum de qualidade e a gestão democrática para escolha de dirigentes com participação da comunidade externa à universidade não tiveram a mesma sorte, em parte devido à influência de alguns elementos característicos da realidade do ensino superior brasileiro, como é o caso das diferenças de concepções e aspirações que existem entre as instituições públicas e particulares, sejam estas últimas comunitárias ou privadas.

No caso de universidades particulares e comunitárias, com o fortalecimento das posições conservadoras através da ação dos deputados do Centrão que representavam esses interesses no Congresso Constituinte, acabou definindo-se como estratégia dos parlamentares de centro-esquerda a proposição de negociações e acordos que em relação à temática Educação resultou na elaboração de uma proposta conjunta que ficou conhecida como "Emenda".

Como parte destas concessões feitas pelos parlamentares dos partidos de esquerda estavam o abandono da exclusividade de aplicação de recursos públicos em escolas públicas e gratuitas; a oposição

¹¹⁷ Em seu relatório final, o GERES incluía uma proposta de Projeto de Lei para as universidades cuja visão de "autonomia" apresentava o seguinte teor: "*Universidade – entidade criada por lei, dotada de personalidade jurídica de direito público, de patrimônio e receita próprios, com autonomia para realizar atividades educacionais, científicas e culturais*" [...]Artigo 5o. *A universidade, em razão de sua autonomia no campo da criação, conservação, aplicação e transmissão do conhecimento, e de sua extensão à comunidade, fica sujeita apenas ao controle finalístico do poder Executivo. Parágrafo I – Para efeito do controle finalístico, a supervisão ministerial da universidade será exercida, nos termos desta lei, mediante: a) Aprovação dos planos plurianuais de desenvolvimento; b) Aprovação do Estatuto do Servidor da universidade e do plano de cargos, funções, salários e vantagens; c) Intervenção, após processo administrativo promovido pelo Ministério da Educação, mediante designação de Reitor pró-tem-pore*". GERES, *Relatório Final*. Brasília, 1986. Pag. 25–26. Sublinhado meu.

do grupo representante das instituições de ensino privadas também se opôs à exigência de implantação de carreira para o magistério e ao ingresso exclusivo por concurso público para todos professores. No dia 19 de maio de 1988 ocorreu a votação em primeiro turno no plenário do Congresso do texto do capítulo referente à Educação, Cultura e Desporto; a sessão aberta ficou lotada de manifestantes nas galerias e na área externa do Congresso, com presença majoritária dos defensores da escola pública.

Em síntese, o acordo costurado entre os deputados de esquerda e o Centrão restringiu indissociabilidade de ensino–pesquisa–extensão apenas às universidades (a pretensão anterior abrangia toda a educação superior), sendo que o segmento privado confessional conseguiu aprovar o repasse de recursos públicos para manutenção e expansão da sua rede em todos os níveis, embora tivesse que aceitar a prioridade da destinação dos recursos à escola pública. Quanto à iniciativa privada empresarial, logrou beneficiar-se da possibilidade de concessão de bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio e também autorizou-se a dedução dos gastos das empresas com o ensino fundamental de seus empregados e dependentes na contribuição ao salário educação; no assunto referente aos planos de carreira para professores aceitou-se a restrição destes unicamente à rede pública de ensino.

Ainda que se avalie que houve uma distância considerável entre as propostas do Fórum da Educação na Constituinte e o que foi aprovado no texto constitucional, a garantia do regime jurídico único, que era uma bandeira do movimento docente pela isonomia foi estabelecida para as instituições federais de ensino superior; o direito à sindicalização ficou garantido aos professores e o ingresso exclusivo por concurso público demarcou uma conquista em relação às tradicionais práticas clientelistas de contratação de docentes.

Porém, a sinalização era inequívoca: muito haveria que se fazer para impedir retrocessos nestes direitos e mesmo reformas da

Constituição, que já eram alardeadas ainda antes do processo constituinte ser concluído; como se pode notar pelas declarações de dois representantes parlamentares que atuaram em campos opostos:

Oitenta por cento desse projeto não atendem ao meu eleitorado. A Constituinte manteve o ensino superior gratuito, não deu independência completa ao Banco Central e tabelou os juros em 12% ao ano, o que tira do governo um importante instrumento de política monetária. Além do mais, o projeto é estatizante e restritivo do capital estrangeiro. O que o meu eleitorado deseja é geração de empregos e queda da inflação, e isso a nova Constituição não propicia. Evidentemente, alguns casuísmos aprovados, como a efetivação do funcionário público, atendem ao meu eleitorado, mas não a sociedade como um todo. Eu faria outro projeto. (Deputado Luiz Eduardo Magalhães, PFL – Bahia).

[...]

A minha maior vitória foi no texto referente à educação e a concessão de gratificação natalina aos idosos. Consegui também que os estados recebessem recursos para a manutenção de centros de pesquisas, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o texto aprovado sobre ciência e tecnologia. A nossa derrota foi a concessão de verbas públicas às escolas privadas. Agora, vamos tratar na preparação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (Deputado Florestan Fernandes, PT – SP).¹¹⁸

A ADUFSCar, que esteve filiada à ANDES até os primeiros anos no novo século, compartilhava ativamente da compreensão expressa por Florestan Fernandes, mobilizando-se constantemente no período pós-Constituinte; além de outros docentes da universidade que atuaram na entidade, o próprio vice-reitor e depois reitor Newton Lima Neto participou de três diretorias da associação¹¹⁹ e foi presidente da ANDES na gestão da entidade de 1986 a 1988 (inclusive participando do comando da greve de 1987, no movimento paredista que foi vitorioso ao conquistar a unificação de carreira dos servidores públicos).

¹¹⁸ *O balanço da Carta*, reportagem do *Jornal do Brasil* publicados em 02/09/1988, 1º Caderno, pág. 4-b

¹¹⁹ Newton Lima Neto foi primeiro-secretário na gestão inaugural da ANDES; de 1984 a 1986, secretário-geral na diretoria presidida por Luís Pinguelli Rosa.

Antes da ANDES, Newton Lima fora presidente da ADUFSCar e na década de 1990 participaria da criação de outra entidade, a ANDIFES – Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, a qual viria progressivamente se afirmando em papel semelhante ao CRUB, mas com um objetivo específico: alcançar a criação de um sistema de universidades públicas federais, através de uma lei orgânica que, reafirmando o artigo 207, fizesse cessar ou minuisse as ingerências da administração ministerial sobre as universidades públicas federais. No contexto das relações político-institucionais entre os setores público e particular no ensino superior, mediado pelos dirigentes das instituições universitárias, assinale-se que o surgimento desta nova entidade é impulsionado pela conjuntura de expansão acelerada das vagas e cursos superiores no país da década de 1990, culminando com a criação da nova entidade assim que as IES públicas deixam de ter uma hegemonia histórica no CRUB¹²⁰.

¹²⁰ Com a realização de um Simpósio Nacional de Reitores em Brasília, no ano de 1961, teve início uma articulação que resultaria primeiro no Fórum de Reitores, presidido pelo Ministério da Educação e que marcou uma fase inaugural da entidade; já no VII Fórum de Reitores em 1966, no Rio de Janeiro, aprovou-se decisão de formar um grupo responsável por dirigir os termos de criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; em abril daquele mesmo ano, em reunião da qual participaram 25 reitores, apresentou-se o texto e foi criada a entidade. Naquilo que se entende como uma primeira fase de funcionamento do CRUB ficou caracterizada a aderência da entidade ao projeto de reforma universitária da ditadura militar, pois a atuação do CRUB se pautou pela implantação do convênio MEC/USAID; este momento perdurou de 1967 à 1974. Com o encaminhamento da ditadura para seu final, abre-se um segundo momento nas atividades do CRUB, emergindo críticas à implantação da reforma universitária dos militares e logo inicia-se a participação nos movimentos de redemocratização da sociedade brasileira, atuando junto a outras entidades associativas da área da educação e movimentos sociais que estiveram presentes na elaboração da Constituição de 1988. Após a aprovação da LDB em 1996, a agenda da entidade se direcionou para a questão da autonomia universitária em seus aspectos institucionais, acadêmicos e financeiros – atinge então, no final da década de 1990 posição diametralmente oposta a da conjuntura de sua criação, em discordância frontal com o Ministério da Educação, que na época impôs decisões que cerceavam a autonomia das universidades. Outra mudança importante que interferiu no caráter da entidade foi a expansão do ensino privado na década de 90, que se encerrou a hegemonia das IFES no Conselho, por um lado, por outro provocou o surgimento de novas entidades associativas que espelham a pulverização do ensino superior no Brasil. O CRUB também acabou por refletir as alterações que o âmbito do ensino superior sofreu na década de 1990; a fragmentação do Conselho em quatro vice-presidências que correspondem às associações específicas (Universidades Federais, Particulares, Comunitárias e Estaduais/Municipais) é a tentativa de absorver internamente a divisão que ocorreu no setor universitário, com a conseqüente perda de espaço político deste órgão.

Na imagem extraída da edição comemorativa dos trinta anos de criação da ANDES pela revista “Universidade e Sociedade”, vê-se Newton Lima Neto durante a campanha salarial de 1987:

***IMAGEM 1 – REUNIÃO DO COMANDO NACIONAL DE
GREVE EM BRASÍLIA, 1987***

Fonte: Universidade e Sociedade, DF, ano XX, nº 47, fevereiro de 2011

Obs: Newton Lima é o primeiro à esquerda

Cabe, pois, buscar compreender mais de perto o contexto político nacional que determinava o retorno ao regime democrático, com o governo de José Sarney, as eleições de 1986 e as condições que facultaram os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

2.1.1 – Excursão sobre o processo da Constituinte

Com a redemocratização do país e a frustração resultante do fracasso do movimento das Diretas Já, em 1985 emergiram as discussões sobre como se desenvolveria o processo para a elaboração de uma nova carta constitucional. A controvérsia girou em torno de duas concepções diversas sobre como deveria se organizar o Poder Legislativo para atender ao que se esperava dele naquele momento: a) instalação

de uma Assembléia Nacional Constituinte (ANC) exclusivamente voltada à finalidade da confecção de uma nova constituição; ou b) a opção por um congresso dotado de poderes constituintes, às vezes denominado "Constituinte Congressual".

Em síntese, a diferença entre a primeira concepção e a segunda reside no fato de que a ANC exclusiva se dissolveria após a conclusão de seus trabalhos e a promulgação do texto constitucional, enquanto que o Congresso Constituinte permaneceria ativo depois da entrada em vigor da nova constituição, com seus parlamentares distribuídos entre a Câmara e Senado e continuando nos mandatos de representantes parlamentares, após o encerramento do encargo de representação constituinte.

Isto posto, deve-se ponderar que no contexto do então recente retorno da democracia, uma ANC exclusiva apresentava-se como bastante inconveniente para as forças políticas conservadoras que ainda se encontravam em posições de comando em estados, municípios e governo federal. Ao se definir por um Congresso Constituinte, abria-se a margem para que estes políticos compromissados com práticas eleitoreiras e concepções sociais retrógradas se elessem, deixando os candidatos que não compactuavam com as máquinas eleitorais em desvantagem.

Objetivava-se barrar a própria possibilidade do debate de mudanças estruturais profundas dentro do Congresso Constituinte; note-se que, em princípio, estava aberta inclusive a via da discussão sobre manter ou não o sistema bicameral dentro do poder legislativo no novo texto constitucional, isto é, a realização de uma reforma política (alguns juristas defendiam, por exemplo, a supressão do senado), algo que se inviabilizou ao triunfar a proposta do Congresso Constituinte, criado já sem a abertura de discutir suas próprias condicionantes legislativas e com tendência à reprodução de práticas clientelistas eleitorais.

Embora houvesse demandas de setores diversos da sociedade brasileira em favor da ANC exclusiva, a maioria dos parlamentares que decidiram sobre a matéria se alinharam às orientações do governo de José Sarney, de viés explicitamente conservador¹²¹.

As querelas em torno do processo que conduziria à nova Constituição Federal não eram novidade àquela altura dos acontecimentos; o jurista e historiador Raymundo Faoro colocara em causa a legitimidade do Poder Executivo para convocar a Constituinte, por um lado, e o formato de Congresso Constituinte, por outro:

Faoro qualificou como principais vícios a Constituinte não ser autônoma e ter sido convocada pelo Presidente José Sarney, “com base no ato institucional número 2.

Para ele, a Constituinte teria que ser convocada pelo Congresso. Contra a Constituinte que se transforma em Congresso após a promulgação da nova Constituição, Faoro disse que “não pode fazer a cama quem vai deitar-se nela.”¹²²

É oportuno recordar que o mesmo Faoro, que em 1977 havia assumido a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conduziria este órgão que inicialmente tinha apoiado o golpe de 1964 e posteriormente permanecido em silêncio durante os anos de chumbo, a um redirecionamento de postura política perante os acontecimentos que prenunciavam o final do Regime Militar.

¹²¹ Inclusive o parecer do relator da emenda da Constituinte, Dep. Flávio Bierrenbach (PMDB), que propunha a realização de plebiscito para decidir o tema em 15/03/1986, foi rechaçado e o relator destituído de suas funções, sendo tachado de “rebelde” pelos colegas de partido. Em sua defesa, publicada no Jornal do Brasil, ponderou que “*Fiz o que a opinião pública queria — desculpou-se Bierrenbach, que só arregimentou apoios do presidente da OAB, Herman Baeta, do PT e dos militares cassados*”. *Jornal do Brasil*, de 17/10/1985.

¹²² *Jornal O Globo*, em 11/09/1985. Anexo F.

Sob os auspícios da Aliança Democrática¹²³ e sofrendo constantes tentativas de influenciar nos trabalhos da ANC por parte do governo da “Nova República”, o processo constituinte abriu seus trabalhos em 01/02/1987, após mensagem presidencial que fora enviada ao Congresso em junho de 1985, propondo a convocação da ANC por Emenda Constitucional (o que se efetivou em 27 de novembro do mesmo ano) e as eleições dos representantes parlamentares¹²⁴ em 1986, os quais se distribuíram pelas comissões¹²⁵ em que a empreitada se dividiu. Este percurso duraria, ao final, 583 dias, tendo ocorrido um atraso de 325 dias em relação à previsão de conclusão dos trabalhos que existia no início do processo.

¹²³ A Aliança Democrática se constituiu em agosto de 1984 como uma coligação de forças políticas advindas do PMDB e da Frente Liberal com o objetivo de apoiar Tancredo Neves e José Sarney no comando do país através da conquista da Presidência da República; esse pacto alcançou formalização no documento “*Compromisso firmado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro com a Frente Liberal*”, assinado por Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, por um lado e por Aureliano Chaves, Vice-Presidente da República e Marco Maciel, Senador de Pernambuco, por outro.

¹²⁴ Os parlamentares foram eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986, sendo 487 deputados federais e 49 senadores, além de 23 dos 25 senadores eleitos em 1982, num total de 559 representantes. Ulysses Guimarães, deputado pelo PMDB de São Paulo, foi eleito Presidente na 2ª sessão da ANC, em 02 de fevereiro de 1987, por 425 votos a favor e 69 contra dados a Lysâneas Maciel, do PDT-RJ, além de 28 votos em branco.

¹²⁵ As etapas de desenvolvimento dos trabalhos da ANC foram: 1) Definição do Regimento Interno da ANC e recolha de sugestões de cidadãos, parlamentares constituintes e entidades; 2) Divisão em comissões e subcomissões temáticas (eram 24, agrupadas em oito comissões – correspondendo grosso modo aos oito títulos do texto final constitucional, de tal forma que ficavam 03 subcomissões reunidas para cada comissão); 3) Instalação da Comissão de Sistematização; 4) Apresentação do Anteprojeto de 501 artigos pela relatoria da ANC, em 09 de junho de 1987 e em 18 de novembro o encerramento das votações na Comissão, gerando o chamado “Projeto A” da Constituinte em 24/1/1987 (neste interregno de cinco meses vieram à luz e foram objetos das disputas de diferentes grupos o já citado Anteprojeto, dois substitutivos do Relator – um com 374 e outro com 336 artigos – e quatro Emendas, havendo duas na comissão de Sistematização (mérito e adequação) 5) Fase do Plenário, com votações em 1º turno de 24/11/1987 a 30/06/1988 e a instalação da comissão de Redação, em abril de 1988; 6) Fase da votação em segundo turno, iniciada em 05 de julho quando o relator entregou ao presidente da ANC o “Projeto B” e que se encerraria em 02 de setembro, com o documento convertido em “Projeto C” sendo passado à Comissão de Redação; 7) Entrega pela Comissão de Redação do documento com a redação finalizada para aprovação em turno único no Plenário, que ocorreu em 22/02/1987, fechando-se o processo com a cerimônia de promulgação em 05/10/1988.

Pode-se dizer que as forças políticas que predominavam no início da Constituinte eram a princípio uma composição de parlamentares¹²⁶ originada pela Aliança Democrática, isto é, pelo arranjo entre o PMDB e o PFL que deu suporte à “Nova República”; portanto, marcada por um viés de direita, conservador na maioria de suas posições sobre os temas que seriam debatidos nas comissões e plenário. Quanto aos partidos de esquerda, o PT elegeu 16 deputados; o PTB, 17; o PDT, 24; o PCB, 03; o PC do B, 04 e o PSB¹²⁷, 03 – ou seja, um número bem menos expressivo, ainda que compensado muitas vezes pelas posturas combativas nas comissões e no plenário.

No transcorrer do funcionamento da ANC, entretanto, ficaram evidentes dissidências internas das correntes de centro-esquerda do PMDB, em disputas por cargos-chave nas comissões e pelas relatorias, principalmente da Comissão de Sistematização, na qual o então senador Mário Covas conseguiu, por meio de negociações destas posições, exercer uma certa predominância através de um bloco de parlamentares que aderiram à sua liderança.

Desta forma, lograram ditar os rumos dos trabalhos ao longo de 1987, até o mês de novembro, quando os constituintes que não participavam deste grupo covista se agruparam e passaram a fazer frente aos demais, configurando um novo bloco parlamentar que ficou conhecido como “Centrão”; suas posturas políticas foram claramente marcadas pelas iniciativas conservadoras e que objetivavam retirar do texto constitucional em construção as pautas de conquistas sociais

¹²⁶ O PMDB detinha 260 das 487 cadeiras de deputado; no Senado, obteve 38 das 49 vagas que foram disputadas nas eleições de 1986, ficando com 45 das 69 cadeiras no total. Por sua vez, o PFL elegeu 118 deputados; somando as vagas conquistadas pelos dois partidos é fácil concluir pela maioria absoluta da Aliança Democrática no início dos trabalhos da ANC.

¹²⁷ A participação de partidos políticos na Assembléia Constituinte, após a reabertura política do país que possibilitou a criação de novas legendas e o ressurgimento de outras foi a seguinte: PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PFL – Partido da Frente Liberal, PDT – Partido Democrático Trabalhista, PDS – Partido Democrático Social, PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, PT – Partido dos Trabalhadores, PL – Partido Liberal, PDC – Partido Democrata Cristão, PCB – Partido Comunista Brasileiro, PC do B – Partido Comunista do Brasil, PSC – Partido Social Cristão e PSB – Partido Socialista Brasileiro.

incluídas pelas correntes de esquerda e seus representantes parlamentares.

No ano de 1988, a confrontação de forças dentro do Congresso Constituinte espelhou os embates de parlamentares que participavam do Centrão com outros representantes constituintes e bancadas que eram porta-vozes de diversos movimentos sociais, tanto de esquerda quanto de direita, em torno de temas candentes como a reforma agrária, direitos humanos, questões de direitos trabalhistas, entre outras. Ao final do processo, o texto constitucional acabou ficando aquém de muitas demandas que os parlamentares dos partidos de esquerda tentaram aprovar, porém apresentou diversos avanços em temas de relevância para a sociedade brasileira, como é o caso dos denominados “direitos difusos”. De tudo isto resultou uma Constituição que tem sua natureza e complexidade bastante debatida e questionada, desde o próprio momento de sua promulgação, quando aqueles que não ficaram satisfeitos com o que se estabeleceu nela começaram a se articular para pedir reformas do texto constitucional¹²⁸.

De acordo com Rocha:

*(...) hipóteses que pretendem explicar a extensão, o grau de detalhamento e as inconsistências presentes na versão final da Constituição pela combinação de uma sistemática de trabalhos legislativos ultradescentralizados com a lógica do cálculo político dos deputados e senadores – na pele de constituintes, mantinham inabalados seus interesses eleitorais em sua atuação na ANC. O texto final – extenso, detalhista, em que atendimentos corporativos são visíveis a olho nu – expressaria cabalmente o efeito dessas duas lógicas a operar nos trabalhos constituintes.*¹²⁹

Configurava-se, pois, um cenário de aglutinação de interesses políticos e ideológicos malogrados ou que se julgavam insufici

¹²⁸ Como ficou evidente no depoimento do deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) sobre o “balanço” dos trabalhos da Constituinte, referido anteriormente nesta tese.

¹²⁹ ROCHA, A. S. Genealogia da Constituinte: do Autoritarismo à Democratização. In *Revista Lua Nova*, São Paulo, nº88, 2013. Pag. 72-73.

entamente atendidos, no qual os mesmos atores que participaram da elaboração da Constituição se preparavam para empreender tentativas de afeiçoá-la a suas demandas por meio de emendas constitucionais e outros instrumentos jurídicos dos quais seriam useiros e vezeiros na década de 1990.

2.1.2 – As repercussões da nova Constituição no cotidiano dos colegiados

O ano subsequente à entrada em vigor da nova Constituição Federal também foi de muita agitação para o funcionamento dos colegiados na UFSCar, embora tenham ocorrido pouco mais que a metade das reuniões em relação à 1988; as pautas e discussões registradas nas atas são marcadamente direcionadas a apoiar ações da reitoria em gestões realizadas individualmente ou em conjunto com outros reitores junto ao MEC e outros órgãos de administração do poder executivo.

As temáticas, quanto às relações externas da UFSCar, giravam principalmente em torno de problemas que comprometiam as condições de funcionamento de cursos e pesquisas nas IFES, como aparece já na primeira reunião de 1989, na qual o vice-reitor Newton Lima Neto informa sobre reitor estar em Brasília para tratar de assuntos da universidade e reunião do CRUB; também se comenta a audiência dos reitores solicitando ao Ministro da Educação Carlos Santana que se posicione contrário à extinção do CEDATE (Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação – órgão do MEC dedicado a prover apoio à infra-estrutura física do ensino) e finalmente o reflexo da situação econômica da época mais pungente para os colegiados: a tarefa de deliberar sobre a distribuição orçamentária para 1º Semestre de 1989, com a observação da presidência sobre a trágica situação financeira da UFSCar, diante de diversos entraves das políticas econômicas federais que determinavam verba suficiente apenas para o

funcionamento da universidade por três meses.

Como se isto não bastasse, ainda dispunha-se da informação de que havia o risco de medida governamental ser baixada, congelando saldos remanescentes de 1988; a decisão do Consuni foi pela aprovação da proposta que a reitoria apresentou frente ao quadro desesperador, com a ressalva de que se ocorresse o pior cenário, isto é, o congelamento, já ficaria aprovada uma proposta orçamentária alternativa, encaminhada pela CANOA. A margem de manobra que existia neste momento se devia ao fato de que os reitores de universidades fundacionais, como era o caso da UFSCar, dispunham de possibilidade de se valer de rendimentos de aplicações financeiras via fundações e a legislação da época permitia que os saldos de um ano fossem repassados para os gastos do ano seguinte.

O que explica essa possibilidade em termos econômicos é o fato de que os rendimentos das aplicações financeiras (a chamada taxa de overnight), o câmbio e juros de caderneta de poupança neste período final da década de 1980 eram bastante alavancados pela hiperinflação, superando o 100% ao ano; somente no contexto deste momento de descontrole da economia e forte especulação se explica que os saldos de que a reitoria da UFSCar dispunha pudessem em alguma medida mitigar o que faltava no orçamento que o Governo Federal destinava às IFES.

Neste sentido, as atas das reuniões do Consuni em 1989 vão demonstrar nos seus debates o crescente depauperamento do financiamento que o Governo Federal imporá às IFES, em diversas modalidades de custeio de atividades, redução de verbas para a pesquisa e manutenção de equipamentos, além do nefasto panorama para seus recursos humanos: trata-se da crônica de uma asfixia institucional. Para compreender, veja-se a seguinte tabela que mostra os gastos do Ministério da Educação com as universidades federais:

**TABELA 2 – UNIÃO: ENSINO SUPERIOR / DISPÊNDIOS
GLOBAIS (EM US\$ 1.000.000)**

	1990	1991	1992	1993
– MEC	3.156	2.261	1.920	2.766
– Ensino	2.689	1929	1621	2.362
– Hospitais Universitários	454	322	293	395
– Demais Ministérios	230	282	122	332
TOTAL	3.386	2.544	2.042	3.098

FONTE: Batista, Edlamar, "Financiamento da Educação no Brasil: Dis-
pêndios Públicos Federais, Estaduais e Municipais com Educação, 1990–
1993", IPEA, Dez.1994.

Os dados que correspondem aos anos do Governo Collor (1990/1992) e Itamar Franco (1993) patenteiam a diminuição drástica dos gastos, que no pior ano da série (1992) apresenta redução da ordem de 40% em relação ao montante inicial. Explica-se tanto o teor das atas do Consuni, polarizadas pelas discussões sobre as medidas de contenção de gastos, que despencavam sobre as IFES e o funcionalismo público federal (o chamado Plano Collor, que objetivava ocasionar uma modernização da economia brasileira, além do congelamento dos salários e do confisco da poupança, anunciava a intenção de demitir 360 mil funcionários públicos, visando reduzir os gastos governamentais).

Ao lado deste cenário negativo, de acordo com Jacques Schwartzman, após a entrada em vigor da Constituição Federal, com as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases também apareceram questões sobre o financiamento do ensino superior, atreladas às orientações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, por meio de diretrizes de seus técnicos, que preconizavam políticas para a área da educação superior com foco no financiamento e gestão; assim:

Enquanto a distribuição de recursos do MEC para pessoal e manutenção básica se fazia de forma clientelista, especialmente a partir da metade da década de 80, os recursos para pesquisa e pós-graduação se faziam na

*base de projetos e avaliação, embora esta fonte começasse a minguar na década de 80*¹³⁰.

Era o prenúncio de um ciclo de medidas governamentais que operariam em mão dupla: por um lado, aumento do controle e de restrições sobre recursos para as IFES; por outro, tentativas de implantar avaliações e adoção de indicadores comparativos da eficiência do ensino superior brasileiro em relação ao panorama internacional¹³¹.

Evoque-se que se tratava de uma conjuntura político-econômica internacional de refluxo das concepções do Estado de bem-estar, com críticas ao custo de manutenção da máquina estatal e seus órgãos e exaltação do funcionamento do mercado com pouca ou mesmo nenhuma regulamentação; o estilo de vida dos chamados “yuppies”¹³² era o padrão considerado desejável pelas classes médias urbanas, com a transferência do Estado para o setor privado e empresarial da responsabilidade pelo atendimento a serviços e bens requeridos pela população em geral.

Este processo, visível mundialmente nos anos 80 e que tem como exemplos icônicos os governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, alcançou o Brasil no final daquela década e encontrou seu primeiro momento de inflexão com o governo de Fernando Collor de

¹³⁰ SCHWARTZMAN, J. Universidades Federais no Brasil – Uma avaliação de suas trajetórias (Décadas de 70 e 80). In *Doc. 43*, NUPES/USP, 1993. Pág. 01.

¹³¹ SCHWARTZMAN, J. Idem. *Passim*.

¹³² O termo “yuppie”, que deriva da sigla em inglês YUP (*young urban profesional*) foi cunhado em oposição ao termo “hippie” (o qual qualificou a recusa típica da juventude nos anos 60 em se submeter ao sistema econômico e ao “*american way of life*”); assim, denotava uma atitude individualista, traduzida em termos de comportamento competitivo profissional e financeiro, típica de jovens com educação universitária entre vinte e quarenta anos que atuavam como empresários e investidores no mercado de ações e que se identificavam com o ideal de “obter o primeiro milhão de dólares antes do trinta anos de idade”. O perfil ideológico desta geração, portanto, é essencialmente conservador, buscando a estabilidade material acima de tudo e valorizando determinados hábitos que simultaneamente refletissem uma visão informal das relações pessoais e o status de classe abastada alcançado. Outra marca do período era a ausência de preocupação ou responsabilidade pelas consequências sociais e ambientais em função da busca desenfreada pelo alcance destes objetivos econômicos.

Mello¹³³, o primeiro presidente civil eleito por voto direto popular depois do final da ditadura.

As medidas que foram adotadas por Collor e sua equipe econômica logo após a posse de seu governo encontraram relativa tranquilidade de início, ainda sustentadas pela popularidade da vitória eleitoral e pela esperança de que pudessem conter a escalada inflacionária¹³⁴ que sufocava a economia brasileira, levando à situação de caos, descontrole de gastos e depauperamento da produção, corroendo as economias dos assalariados.

Tendo em mente tal conjuntura econômica deletéria pode-se compreender que medidas como o congelamento de preços e salários, liberação do câmbio e nova moeda (cruzeiro), fim de incentivos fiscais para produtos brasileiros de exportação e agrícolas, redução da máquina administrativa com a extinção ou fusão de ministérios e órgãos públicos, demissão de funcionários públicos, aumento de preços dos serviços públicos e a abertura gradativa da economia brasileira à concorrência exterior, para não mencionar o confisco bancário (desconhecendo o direito constitucional à propriedade), mesmo provocando protestos, falências e descontentamentos foram tolerados inicialmente.

Contudo, é bom considerar o peso desempenhado pela campanha de marketing e o uso dos meios de comunicação nesse contexto de intervenção liberal na economia, pois foram instrumentos domina

¹³³ Fernando Collor de Mello, nascido em 12/08/1949 tornou-se o mais jovem presidente do Brasil; sua trajetória política iniciou-se em 1979, quando foi nomeado prefeito de Maceió pela ARENA, tendo depois se tornado Deputado Federal pelo PDS em 1982. Em 1986 filiou-se ao PMDB e se elegeu governador de Alagoas; mas logo passou para oposição ao então presidente José Sarney, desligando-se do partido e indo para o PRN-Partido da Reconstrução Nacional, quando renunciou ao cargo de governador para lançar-se candidato à presidência da República no pleito de 1989, tendo como candidato a vice o senador Itamar Franco. Em 1992 sofreu processo de impeachment devido às denúncias de corrupção política que envolviam seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, o que ocasionou manifestações públicas que culminaram com sua saída do cargo em 29/09/1992 e a posse formal de seu vice em 29/12/1992.

¹³⁴ Segundo dados do IBGE, a inflação anual em 1989 alcançou 1.764%.

dos perfeitamente pelo novo presidente da República, sem dúvida um político experiente em cultivar sua imagem de homem de ação.

Mesmo com vozes de oposição se elevando para questionar o panorama nacional que se delineava com o novo governo e seu plano econômico, as notícias veiculadas nos meios de comunicação davam ampla divulgação aos membros do primeiro escalão governamental, o que colaborava para apresentar as ações mais impopulares de forma neutra ou mesmo como inevitáveis. Assim, o plano econômico conduzido pela ministra da economia Zélia Cardoso de Mello foi aprovado pelo Congresso Nacional em questão de poucos dias.

As IFES, que já tinham se mobilizado em 1987 e 1989, com greves que alcançaram a conquista da isonomia entre as autarquias e fundações, aposentadoria integral para professores, criação e aplicação do Plano de Carreira previsto em lei a todas as universidades federais, liberação dos recursos¹³⁵ de O.C.C. (verbas de custeio e capital) e revogação de decretos que proibiam a contratação de pessoal se viram radicalmente ameaçadas por medidas de contenção de gastos e ingerência em seu funcionamento que partiram dos ministérios do Planejamento, da Educação e da própria Presidência da República.

De fato, no caso da UFSCar houve uma inversão de expectativas, pois mediante as conquistas que foram alcançadas nos dois movimentos paredistas citados, se havia dúvidas sobre como se daria o repasse de verbas em 1990, por outro lado acreditava-se em perspectivas razoáveis, como se percebe na comunicação feita pelo Vice-

¹³⁵ Exemplo do que se vivia naquela conjuntura, marcada por atribulações financeiras que atolavam os conselhos das IFES encontra-se na ata da reunião do Consuni de 10/08/1989, na qual o vice-reitor Newton Lima dá ciência aos conselheiros do telex enviado pelo Ministro da Educação ao Reitor da UFSCar, comunicando dificuldades no repasse de recursos, e pondera que “face à dificuldade financeira por que passa o MEC, o Ministro volta a adotar a política de repasse em duodécimos quando havia se comprometido a repassar recursos em décimos. Essa situação, continuou, traz profunda apreensão para nossa Universidade visto estarmos no limite da situação financeira que agora volta a se agravar. Informou então que, caso essa situação permaneça, a Reitoria irá convocar uma reunião do Conselho Universitário para rediscutir a decisão de não emprestar recursos próprios para cobrir o déficit financeiro”. (Sublinhado meu)

Reitor Newton Lima Neto:

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 23/11/89. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto
Se o governo realmente: cumprir compromisso assumido no sentido de ratear, entre as universidades, o fundo de verbas e taxas, a UFSCar vai receber uma substancial dotação orçamentária pois, em volume de recursos, se encontra na 2ª. colocação entre as 50 IFES a receber tais recursos. Não sabe, entretanto, se essa intenção vai se concretizar pois a situação financeira do governo e, especialmente do MEC, está bastante grave, em pré-falência. Esta situação das universidades vai ser avaliada na próxima semana, na Universidade Federal de Santa Maria, numa reunião promovida pelo Conselho de Reitores(...).” (Sublinhados meus).

Contemporize-se que não havia ingenuidade ou otimismo exagerado nesta apreciação sobre o tema, pois em outras oportunidades, mesmo com a situação econômica adversa tinha havido aportes de verba; da mesma forma, a questão do projeto de lei com as alterações de estatuto de pessoal das IFES, que estava em tramitação no Congresso, além da própria reforma administrativa interna levada a efeito pela comunidade acadêmica e colegiados da UFSCar sinalizava com perspectivas animadoras, apresentadas em dois trechos de ata:

ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 21/12/89. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto
A Presidência deu os seguintes informes: (...) do telex 1.305/89, de 06/12/89, encaminhado pelo Sr. Secretário de Recursos Humanos/SEPLAN, dando conta dos encaminhamentos dados aos anteprojetos de lei sobre o Regime Jurídico Único do Serviço Civil da União e do Sistema de Carreira do Pessoal Civil da União (...) que nenhuma medida a respeito será tomada antes das referidas decisões, prevalecendo as normas e regulamentos atualmente vigentes.
 [...]

Assunto: 3.2 – Reforma Administrativa – revisão. A Presidência esclareceu que, quando da implantação da atual estrutura administrativa da UFSCar, em janeiro deste ano, ficou estabelecido que, quando esta completasse um ano, iria se fazer uma análise e revisão da mesma e, se necessário, alterá-la em alguns pontos. No entanto, continuou, ao longo deste período legislação superior que interfere na estrutura da Universidade foi ou está para ser promulgada, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Regime Jurídico único e o Sistema de Carreira do Pessoal Civil da União, que

alterarão substancialmente os diplomas legais em vigor e as normas internas desta Universidade. (...). Face ao exposto e acatando proposta da Presidência, o plenário deliberou “que a revisão da Reforma Administrativa da UFSCar, implantada provisoriamente em janeiro deste ano, será feita na reunião ordinária deste Conselho no mês de junho de 1990, com base no diagnóstico que será elaborado pela Reitoria, com apoio de assessoria técnica externa à Instituição e levando em consideração a promulgação da legislação superior relativa à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Regime Jurídico único e Sistema de Carreira do Pessoal Civil da União que está em discussão, por força do disposto na Constituição Federal, no Congresso Nacional.

Nada disto veio a se concretizar, como logo descobriu a comunidade acadêmica da UFSCar, as demais IFES e o povo brasileiro quando se divulgou o pacote de medidas baixadas em 16/03/1990, o famigerado Plano Collor e o confisco da poupança. Somando-se às medidas de caráter econômico, o Consuni é informado em 16/05/1990, na 75ª reunião extraordinária, da determinação emanada pela presidência da República de um corte linear de 30% em todos os ministérios de pessoal do funcionalismo público federal, incluindo-se as IFES.

Na ata desta reunião encontra-se ainda o relato sobre a reunião realizada em 14/05/1990 (portanto dois dias antes, caracterizando a urgência do assunto) com o Ministro da Educação, da qual participaram também o Secretário de Ensino Superior Paulo Silvino e o Secretário da Administração Federal do Ministério da Economia João Santana, com a presença na reunião de órgãos da imprensa.

Em síntese, foi dito que para o governo não se tratava de uma “*decisão autoritária, mas uma decorrência da "autoridade" do governo*”; o Secretário João Santana, afirmou ser imperioso para o governo conter e reduzir o déficit público e que “*as universidades também serão obrigadas a cortar 30% das suas despesas com pessoal*”, apresentando a alegação de que disporia de dados pelos quais 70% do funcionalismo trabalha em atividade-meio e apenas 30% se dedica à atividade-fim, sendo objetivo do governo a reversão desse quadro, determinando “*a data de 18 de junho próximo para que tais medidas*

estejam efetivamente implementadas”. Na seqüência, o Presidente do CRUB discursa, rejeitando as medidas e invocando a autonomia universitária como princípio constitucional desrespeitado pelo governo, o que gera uma reação dura dos representantes do governo na mesma hora, e João Santana retruca que

ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 16/05/1990. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri

(...) as medidas têm que ser implantadas porque o governo entende que o setor privado foi “enxugado” devendo o mesmo ocorrer no setor público, (...) não aceitando a posição do CRUB de que o corte de despesas será o caos para as universidades, e colocando que estas têm que ser criativas e propor a redução de despesas sem prejuízos para as mesmas. Declarou ainda que o governo tem autoridade para garantir o corte de despesas e mandar dinheiro para pagamento de pessoal já com o corte calculado podendo então, as universidades, usar de sua autonomia e decidir em que atividades o aplicarão(...) Terminou seu discurso declarando que, se houver resistência às medidas, o governo vai para o confronto. (Sublinhado meu)

Aqui se encontra um exemplo cabal de que a discricionarieidade do Estado é só outro nome para a prática do autoritarismo administrativo. Em paralelo a toda esta crise que se abate sobre o setor público e as IFES, percebe-se que os conselheiros refletem de forma crítica nas atas sobre problemas similares que atingem o conjunto da sociedade brasileira e buscam táticas de oposição à crise generalizada e ao avanço da lógica dos mercados financeiros que se consolidaria a partir do momento final dos anos 1980.

2.2 – Regime Jurídico Único e os conflitos e demandas inerentes às IFES

Ainda dentro das discussões jurídicas e políticas sobre direitos sociais no momento subsequente à promulgação da Constituição Federal de 1988, a autonomia universitária, debatida tanto em seu aspecto acadêmico quanto burocrático-institucional, como foi visto,

tornou-se alvo de diversas leis, normativas e procedimentos reguladores que visavam alterar as configurações institucionais para os servidores públicos; as IFES se incluíam neste processo de lutas que se torna mais visível para a sociedade nos momentos de paralisações e greves (foram dez greves das universidades federais, entre 1987 e 2001, variando entre as mais breves – 23 dias de paralisação, em 1995 e a mais extensa e abrangente, em 2001, quando 52 IFES cruzaram os braços por 110 dias)¹³⁶. Em diversos momentos dirigentes das IFES, como o reitor da UFSCar, prof. Oswaldo Baptista Duarte Filho e seu vice-reitor, prof. Romeu Cardozo Rocha Filho, manifestaram-se tanto em reportagens quanto em colunas de opinião de periódicos nacionais em defesa do setor das universidades públicas¹³⁷.

Ao analisar algumas das pautas de greve do movimento docente através de seu sindicato, afloram os temas que impulsionaram debates e ações políticas das associações docentes; a questão da isonomia está entre elas. Muito simplesmente, demandava-se algo que parece elementar: que não houvesse diferença de remuneração entre servidores públicos federais que executassem as mesmas tarefas e que isto fosse garantido por lei.

Uma das causas de haver desigualdade nos percebimentos dos servidores docentes das IFES residia na diferença de estatuto jurídico entre autarquias e fundações, cujas razões históricas se discutirá mais adiante; esta situação era fonte de sentimento de injustiça e indignação bastante evidente entre os docentes e não se tratava de uma questão simples, pois envolvia peculiaridades que variavam entre cada

¹³⁶ Segundo dados do Jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 23/05/1995, Quadro “Panorama da Greve”, Primeiro Caderno/Brasil, pág. 02; reveja-se também o apêndice B.

¹³⁷ Veja-se nos Anexos D e E os fac-símiles de reportagem da FSP de 28/09/2001, caderno C, pág. 06, sobre a retenção dos salários e a coluna “Opinião do Leitor”, da FSP de 25/09/2001, na qual o reitor da UFSCar tece considerações sobre a contradição das políticas ministeriais do MEC e do Ministério da Ciência e Tecnologia, que impossibilitavam as universidades federais de atenderem às demandas de atualizarem suas condições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

universidade – o que, por outro lado, revelava a dificuldade de se estabelecer um sistema orgânico federal de ensino superior público: as IFES são instituições dotadas de princípios iguais na regulação de suas finalidades, porém a trajetória de cada uma delas é pontuada por práticas e deliberações internas que produzem características acadêmico-administrativas próprias.

Isto significa que há aquelas que possuem regras similares nas eleições para os cargos dirigentes, porém não adotam a mesma forma de ingresso de discentes; existem entendimentos divergentes entre os corpos da universidade quanto ao que deve ou não ser objeto de pleito para os técnicos-administrativos, para discentes e para docentes e assim por diante. Por tudo isto, a greve de 1987, da qual se obteve a conquista da aprovação da Lei nº 7.596, de 10 de Abril de 1987¹³⁸, que criou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 4.664 em 23/7/87, foi um marco na história das lutas dos servidores das IFES e respondeu por um avanço nos direitos trabalhistas do funcionalismo público.

Como se tem visto ao longo deste trabalho, o aparelho estatal federal e seu pessoal são regidos não pela CLT¹³⁹, mas pelos princípios do Direito Administrativo Público. Isto significa que muitos direitos e normas assegurados aos trabalhadores do setor privado não são aplicáveis aos servidores federais, deixando-os sempre sujeitos às injunções que os governos decidam impor, lançando mão sempre que desejam do poder discricionário para justificar suas decisões. Por isto a isonomia entre os servidores públicos é um princípio permanentemente sob ameaça, repetidas vezes desfigurado por decisões governamentais que atropelaram a letra da lei.

¹³⁸ Tanto assim que aparece nos documentos referida como “Lei da Isonomia”.

¹³⁹ Observe-se, contudo, que antes do advento da constituição de 1988 e do RJU havia pessoal nas universidades públicas contratados em regime celetista.

Desta forma, com a conjuntura favorável da fase de redemocratização do Brasil após 1985, as entidades associativas dos servidores buscaram ampliar suas conquistas, trabalhando junto a parlamentares e órgãos governamentais no sentido de conquistar um instituto jurídico com o qual pudessem consolidar direitos conquistados, reduzindo a margem da discricionariedade ou pelo menos possibilitando uma via de oposição à retirada de suas conquistas nos tribunais federais.

Assim, em uma quarta-feira de dezembro de 1990, da primeira página do Diário Oficial da União constava:

Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações pública federais. [...]
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
*Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei(...)*¹⁴⁰

Sob esta linguagem jurídica, característica do jargão usual no órgão de imprensa oficial do Estado brasileiro, abrigava-se tanto um ponto de chegada quanto um marco de embates presentes e futuros: a Lei nº 8.112, que ficaria mais conhecida como “Estatuto do Servidor Público Federal”; ou, de forma sintética pela sigla que representava a luta pela sua promulgação, isto é, RJU. – Regime Jurídico Único, que expressava assim a bandeira da luta pela isonomia e proteção de direitos de várias entidades classistas dos servidores provenientes dos mais diversos setores da burocracia estatal – e entre elas, a ANDES.

Como se pode notar, tratava-se da concretização do que fora disposto pelo artigo 39 da Constituição Federal de 1988¹⁴¹:

¹⁴⁰ Para a íntegra dos decretos nº 200/67 e nº 900/69, vide CRETELLA Jr., José. (Org.) *Reforma administrativa federal*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1974.

¹⁴¹ BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994*. 35. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

(...) Art. 39. À União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Determinava-se, pois, que houvesse um só ordenamento jurídico para os cargos do serviço público, eliminando assim, pela letra da lei, a desigualdade de tratamento de pessoal no bojo da administração pública.

Para compreender o alcance dos efeitos produzidos pela entrada em vigor do Estatuto do Servidor, entretanto, é necessário relembrar características das reformas administrativas do aparelho de Estado, além de outros momentos conjunturais da política nacional que repercutiram em aspectos específicos da relação do Poder central com os servidores públicos e as IFES.

Entretanto, ainda que a intenção aqui seja apenas retomar alguns aspectos estruturadores das alterações e ajustes da administração pública (o que inclui as IFES), necessário se faz rememorar a existência de outros fatores que complicam o funcionamento da burocracia brasileira, mesmo quando não se efetive uma análise detalhada dos mesmos.

Ora, na história das reformas de Estado no Brasil encaradas sob o ponto de vista do que é denominado como recursos humanos podem ser considerados três momentos de inflexão, quais sejam: a reestruturação do aparelho estatal promovida no período getulista, o conjunto de alterações realizadas pelos militares e o decênio de 1988 a 1998, compreendendo os impactos da Constituinte e das leis complementares, bem como das Emendas Constitucionais que entraram em vigor. Nesta trajetória, as normas do direito administrativo que regem os servidores públicos tiveram três versões que podem receber a qualificação de estatuto¹⁴²: uma em 1939 (Lei nº 1.711) e outra em 1952

¹⁴² A categoria “estatuto” caracteriza-se por configurar leis orgânicas, que regulam e normatizam o funcionamento normal de pessoa coletiva em atividades associativas ou trabalhistas.

(Decreto-Lei nº 1.713/Estatuto do Funcionário Público da União), sendo o RJU/Estatuto do Servidor de 1990 a terceira edição destas disposições legais.

No caso das universidades federais em sua história recente, o problema do *status* jurídico remonta à década de 60, com o decreto nº 200/67 e posteriormente, com o decreto nº 900/69, com o qual objetivou-se reestruturar o serviço público com a finalidade precípua de torná-lo mais flexível e menos sujeito aos entraves burocráticos que vinham se consolidando desde o período Vargas¹⁴³.

É nesse contexto que se explica o surgimento da pessoa jurídica das fundações¹⁴⁴; o seu caráter legal pressupõe um certo grau de independência na tomada de decisões sobre sua gestão e a atuação quanto às atividades-fim. Portanto, é coerente com o contexto político da década de 60 que as universidades públicas federais que apareceram então tenham sido concebidas como fundações, o que não significa que as contradições internas à legislação sob o efeito das práticas políticas clientelistas em divergência com a lógica do controle

¹⁴³ O texto do decreto 200, o qual dimensiona a reforma administrativa sob o regime militar sofreria alterações com a entrada em vigor da Lei nº 7.596, de abril de 1987, a qual enquadrava as fundações universitárias na Administração Pública Federal Indireta; no artigo 5º, Item IV, definiu-as como: “*entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes*” (sublinhado meu). Observe-se que se mantém na lei o princípio da autonomia, mas aqui com o qualificativo/redutor “administrativa”. CRETELLA Jr., Idem.

¹⁴⁴ Segundo Dalmo de Abreu Dallari, o que ocasionou o surgimento das fundações no âmbito do Estado brasileiro foi que “*a partir do final da década de sessenta, os governos militares, orientados por tecnocratas, passaram a utilizar a forma de fundação para a realização de diversos serviços públicos. Entre os motivos que inspiraram essa nova prática podem-se mencionar os seguintes: desejo de introduzir no serviço público as técnicas e a mentalidade da iniciativa privada; redução dos orçamentos públicos; busca de modos mais flexíveis de atuação para a realização de serviços públicos; criação de cargos altamente remunerados, muito acima dos padrões do serviço público, fugindo do problema da acumulação de cargos e do controle mais rigoroso das nomeações e dos gastos*”. DALLARI, D. A., Universidade, Estado e Autonomia, PP 7-13. In: BORI, C.M. et alii (Orgs.). Universidade Brasileira: organização e problemas. *Ciência e Cultura*, Vol. 37, no. 07 – Suplemento. São Paulo: SBPC/Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, junho de 1985.

burocrático não se achem presentes:

Contraditoriamente, a legislação brasileira aplicável à universidade reconhece, expressamente, a necessidade de autonomia e chega a prometê-la, negando-a, entretanto, por uma série de mecanismos de controle e contenção. Com efeito, a Lei federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, dispõe expressamente no Artigo 39:

*As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e de seus estatutos.” Entretanto, apesar dessa afirmação enfática, a autonomia, que é, essencialmente, a possibilidade de autogoverno, é retirada pela mesma lei nº 5.540, que desce a muitas minúcias sobre a organização e o funcionamento das universidades. Um dado importante, bem ilustrativo do cerceamento da autonomia universitária, é que essa Lei dispõe expressa e taxativamente sobre o enquadramento jurídico das universidades em termos de organização básica e relacionamento com a administração pública. Além disso, abre caminho para a aplicação de outras normas restritivas e não prevê como será assegurada a autonomia, o que leva, na prática, à negação de autonomia.*¹⁴⁵ (sublinhado meu)

Enfatize-se que as universidades federais, sejam autárquicas ou fundacionais, estão submetidas a pelo menos duas categorias de legislação: a que diz respeito ao aspecto organizacional/burocrático da administração pública civil e a que visa prover de normas e diretrizes legais o ensino superior público federal. Esta é uma condição de caráter estruturante para a existência destas instituições, pois embora a lei determine que o órgão ministerial de controle das IFES seja o Ministério da Educação, este não tem independência para tomar decisões que afetam as carreiras e salários dos servidores docentes e técnico-administrativos sem a autorização do Ministério do Planejamento.

Isto significa que ainda que haja considerações de caráter pedagógico e acadêmico para o ensino, ou mesmo condicionantes lógicos e sócio-administrativos para o exercício da pesquisa e da

¹⁴⁵ DALLARI, D. A., Idem, pág. 07.

extensão na universidade, os quais são o arcabouço para o exercício da autonomia pela comunidade acadêmica nos rumos de cada IFES, todo este *desiderata* acaba por ficar deslocado diante de decisões burocráticas que não os reconhecem por princípio, mas que detém o poder de constranger a realidade das universidades públicas federais a se adequar a uma lógica não-finalística que lhes é estranha.

Dito de outra forma, não existe um “código de direito educacional” ou um sistema pedagógico organicamente articulado para o ensino superior público federal, embora existam normas exaradas pelos Conselhos de Educação nos níveis federal e estadual, além daquelas expedidas pelo Ministério da Educação.

A coexistência conflituosa destes dois âmbitos (administrativo-burocrático e educacional) no cotidiano das instituições de ensino superior tem conduzido as atividades-fim da universidade pública brasileira a uma existência pautada por lutas incessantes de seus agentes internos (a comunidade acadêmica) e externos (associações classistas em nível nacional, entidades profissionais e de gestores, etc.), no sentido de preservar as bases humanísticas da educação diante do poder e dos interesses do mercado e de grupos econômicos, que atuam por intermédio da administração estatal e também dentro da própria comunidade acadêmica, quando nela encontram oportunidades de inserção de suas pretensões.

A pugna pelo padrão elevado na qualidade do ensino e pesquisa e que se reflete na extensão, enquanto bandeira dos movimentos sindicais pela universidade pública é uma expressão direta deste estado de coisas. Daí se observa que no RJU as tensões entre normas para os servidores federais apontam para estas contradições de normativas e princípios. Tome-se alguns elementos para análise:

A) natureza do serviço público e do vínculo do trabalhador, no caso denominado “servidor” – no advento do RJU espelha-se a distinção entre cargo e empregos públicos; enquanto que para ocupar o

cargo público a Constituição Federal determina que haja concurso público e o vínculo trabalhista é estatutário, o emprego público é regido pela CLT e neste modelo se enquadravam a maioria dos servidores das IFES até dezembro de 1990, quando o RJU entrou em vigor¹⁴⁶. Em diversas atas do Consuni de 1993 surgem questões debatidas pelos conselheiros que sofrem influência direta destas distinções jurídico-trabalhistas; e.g., nas atas da 97^a e da 99^a reuniões ordinárias, respectivamente em 13/05 e 29/07/1993, aparecem no expediente assuntos como discrepâncias de enquadramento funcional em redistribuições de servidor docente entre a UFSCar e a UFAL, revisão de enquadramento de servidores técnicos-administrativos, questionamento de aprovação e nomeação em concurso público de servidores inativos da própria UFSCar, entre outros. O que aflora destas discussões permite inferir que existiam várias aporias legais que propiciavam divergências de procedimentos entre as IFES.

A situação que existia, portanto, no âmbito das IFES era de desigualdade permitida pela legislação, que enquadrava os celetistas na chamada “tabela permanente”, o que gerava todo tipo de desequilíbrio nas remunerações entre funções semelhantes, sendo fonte de tensões constantes no ambiente de trabalho e levando ao desestímulo dos servidores prejudicados.

A luta pela isonomia se justificava, pois, em diversas frentes da relação do servidor com as IFES e o governo central já que sua inexistência refletia o menosprezo ao princípio de autonomia e até, paradoxalmente, se indagou sobre uma possível contradição entre autonomia e isonomia, como aparece na comunicação da conselheira profa. Tânia Lazarini, Diretora da Divisão de Assuntos de Alunos relatando reunião em Brasília da Secretaria de Ensino Superior/SESu com os representantes dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários, da qual trazia a informação que:

¹⁴⁶ Retornar-se-á esta temática no Capítulo 4.

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, 1ª SESSÃO, EM 05/10/1989. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto

(...) pelo que se pode inferir quanto ao encaminhamento, ao Congresso Nacional, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o entendimento de “autonomia das universidades”, pelo governo, é de que as mesmas poderão fazer o que quiserem com suas verbas; ou seja, tirar recursos da verba de manutenção para pagar pessoal e vice-versa, acabando com a isonomia.

Portanto, se a batalha pela conquista do Estatuto do Servidor / RJU tinha obtido ganhos e se encontrava em tramitação no Legislativo, nada assegurava que outras medidas legais não viessem a ameaçar sua existência. Observe-se que esta é uma tônica do serviço público, que demanda das associações trabalhistas e sindicatos do setor permanente vigilância sobre as propostas de alterações tanto articuladas pelo Executivo quanto no próprio Legislativo; assim, se o servidor desfruta da estabilidade no cargo público determinada por lei, por um lado, algo que é sempre mencionado como privilégio do serviço público em relação à massa trabalhadora, por outro ele se encontra sujeito à instabilidade da vontade dos governantes, o que se traduz em insegurança jurídica pois a história mostra que estes não se detém nem diante de princípios constitucionais nem do que a jurisprudência qualifica como “direito adquirido”.

B) Os deveres e proibições no exercício da função de servidor – no título IV do RJU – “*Do regime disciplinar*” estão os capítulos I – *Dos deveres*, II – *Das proibições*, IV – *Das responsabilidades* e V – *Das penalidades*. Aqui se encontram outros itens que são problemáticos, pois afrontariam princípios constitucionais, isto é, estariam em desacordo com normas que lhes são hierarquicamente superiores; veja-se por exemplo, o artigo 117, “*Ao servidor é proibido: (...) V – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição*”. Em se tratando do espaço acadêmico universitário, além de estar em desacordo com o princípio de liberdade de expressão também legitima uma interferência na desejável abertura do âmbito institucional ao convívio de opiniões contrá

rias sobre temas das mais diversas naturezas, e que no caso das IFES vão desde o plano técnico-científico até o da crítica ideológica.

Por sua vez, o relacionamento entre os servidores e a hierarquia superior fica patenteado no capítulo VIII – “*Do direito de petição*”, artigo 104, que assegura que o servidor tem direito a requerer dos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo; os artigos subseqüentes, do 105º ao 115º deste mesmo capítulo são dedicados a normatizar os prazos recursais aos procedimentos burocráticos, inclusive com fixação dos limites temporais e razões que ocasionam prescrição daquilo que foi requerido, os percursos internos que a tramitação deve seguir, etc.

Não há no texto todo do RJU espaço legal indicado ou mesmo insinuado para que os servidores públicos sejam tratados como categoria coletiva; o trato na lei é sempre individualizado, o que conduz à fragilização de um dos pólos da relação trabalhista; sob a máscara da tese da moralidade administrativa e da imagem ilibada que os servidores da administração pública devem ter (RJU, artigo 116, item IX – *manter conduta compatível com a moralidade administrativa*) soçobram as possibilidades de articulação dos interesses coletivos e da luta pelos mesmos.

Mesmo o direito de greve dos servidores públicos foi objeto de disputa entre a categoria e a administração pública, sendo necessário o pronunciamento da mais alta corte de justiça do país, o Supremo Tribunal Federal em 1996, para finalmente dirimir as dúvidas e gerar jurisprudência no assunto. Ainda assim é corriqueiro, especialmente em movimentos paredistas de duração prolongada¹⁴⁷, o questionamento por autoridades e órgãos da imprensa sobre a legitimidade das paralisações nas IFES.

¹⁴⁷ “*Funcionários da UFSCar fazem assembléia e podem encerrar greve*”. FSP, 12/06/1996, sétimo caderno, capa.

Neste sentido, o Apêndice B deste trabalho tem a finalidade de compor o cenário das reivindicações que estiveram presentes nas greves desde a década de 1980 e que atravessaram o decênio posterior até o novo século. Na coluna que corresponde aos resultados encontra-se em destaque as conquistas do movimento sindical que resultaram em efeitos mais duradouros ou que geraram ganhos com repercussões na defesa da autonomia das universidades e em relação a outros princípios trabalhistas defendidos pelos servidores federais (recordando que a comunidade acadêmica da UFSCar participou destas greves do período).

Este histórico das greves, suas pautas e resultados oferecem um quadro sem retoques do que sofreram os servidores das IFES e de como suas atuações políticas e sindicais se delinearam nas marchas e contramarchas da administração pública brasileira em sua relação direta de favorecimento dos interesses do mercado e a liberalização da economia que marcaram a década de 1990 e os anos iniciais do século XXI.

Desta forma, chama a atenção o retorno das reivindicações sobre temas ligados à isonomia de salários, a proliferação das siglas que se referem às gratificações (GED, GID, entre outras)¹⁴⁸ demonstrando a estratégia de rebaixamento dos salários, pois como ficara estabelecido no RJU, as gratificações são entendidas como “vantagens” e só se incorporam ao vencimento básico do servidor se assim o dispuser a legislação que criou a referida gratificação.

Levando em conta esta característica das gratificações, pode-se entender porque as mesmas foram instrumentos privilegiados pelos governos federais para não atender as demandas dos servidores por aumentos reais em suas remunerações e que resultassem em efeitos

¹⁴⁸ Lançar mão de gratificações foi um expediente corriqueiro na década de 1990 para que os governos escamoteassem as demandas por aumento salarial dos servidores públicos; assim, a GED se referia a Gratificação de Estímulo à Docência e a GID a Gratificação de Incentivo à Docência, exemplificando estas práticas prejudiciais à carreira dos professores.

sobre a aposentadoria, além de gerar distorções nos salários dos servidores que atropelavam a isonomia e permitiam desestruturar ganhos.

Como relatou o Prof. Sebastião Elias Kuri, em plena crise das medidas draconianas que o governo Collor desejava impor aos servidores, a seqüência de fatos e pronunciamentos feitos nas reuniões dos reitores em 11 e 12/06/1990 com o Secretário Nacional de Ensino Superior, em Brasília, demonstrou sobejamente a manipulação e o grau de desrespeito do Poder Executivo com as IFES:

ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA CONSUNI/CEPE, 3ª SESSÃO, EM 13/06/1990. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri.

Do Prof. Silvino Lopes: que a SENESU em nenhum momento se colocou contra as universidades e, portanto, é necessário desarmar os espíritos pois não há desvalorização do trabalho das IFES; que a SENESU também é contra o corte linear e está disposta a analisar caso a caso as propostas das universidades (...) que a GRIPE¹⁴⁹, para ele, é como o “bicho” do jogo de futebol, com uma diferença o docente ganha de qualquer jeito (...) que a SENESU está lutando por padrões de probidade em todos os órgãos do MEC (...), não sendo, portanto, a demissão de funcionários a meta do MEC mas sim a redução dos gastos com relação às funções de confiança (...) Em seguida manifestou-se o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) que colocou uma série de questionamentos ao pronunciamento do Secretário, entre eles o de que a implantação da GRIPE foi imposta pelo próprio governo, à revelia das universidades e das entidades de classe (...). Após estes esclarecimentos a Presidência comentou que os reitores presentes a essa reunião entenderam que a negociação a ser levada a efeito previa um corte de despesas, em média, da ordem de 15%, não incluía demissão de pessoal, que o tratamento da questão não seria linear, que seria observada a autonomia universitária, cada IFES apresentando individualmente sua proposta e que a negociação levaria em conta os dois parâmetros já citados, ou seja, enxugamento e eficiência. (sublinhados meus)

Mas este posicionamento da SENESU, que dava a entender uma amenização no tratamento anunciado anteriormente pelo governo

¹⁴⁹ A sigla refere-se à Gratificação de Incentivo à Pesquisa e Ensino.

em relação às IFES resultou em um completo anticlímax na reunião na continuidade da reunião com o MEC no dia seguinte:

(...) novo encontro com o MEC foi marcado para o dia 12, às 10 horas, de novo com a presença dos reitores e do Secretário Nacional de Ensino Superior. Nessa reunião disse o Secretário que a SENESU não tinha sido liberada pelo governo para negociar o corte de 30%, que os 15% de corte, em média, não estavam valendo; que o recuo nas demissões não estava fechado, pois, embora contra as demissões, o governo não as poderia descartar se o corte de despesas não atingir os 30% desejados; que autonomia não é o valor supremo do Estado, existindo, para este, outros valores superiores à autonomia (...) A Presidência colocou ainda que, segundo o MEC, a decisão final sobre as propostas das universidades vai caber à equipe econômica do governo.¹⁵⁰ (sublinhados meus)

Diante destes episódios lamentáveis, caberia perguntar se de fato prepondera na interlocução do Poder Executivo com as universidades públicas brasileiras o Ministério da Educação ou se este tem voz ativa apenas quando os ministros e técnicos do planejamento e da área econômica lhe concedem, magnânicos, a oportunidade.

2.3 – O caminho para a LDB: controle central *versus* autonomia universitária e o aprofundamento das contradições

De acordo com Cristovam Buarque¹⁵¹, especialista da área educação, as universidades brasileiras ainda não são parte de um sistema; haveria necessidade de um conjunto de normas para criar, regu-

¹⁵⁰ Ata da 75ª reunião do Consuni, de 13/06/1990.

¹⁵¹ BUARQUE, C. *A Universidade numa encruzilhada*. Relatório apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior + 5. Paris: UNESCO, 2003. Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, atualmente no segundo mandato como senador pelo PDT, é formado em Engenharia Mecânica e doutorado em Economia; intelectual e político pernambucano que atua na área da Educação. Foi o primeiro reitor eleito da UnB, na qual ocupou o cargo de 1985 a 1989. Ainda naquele ano, recusou-se a ser vice de Luís Inácio Lula da Silva nas primeiras eleições depois da ditadura militar. Da UnB saiu para ocupar o cargo de governador do Distrito Federal. Em 2003, foi nomeado ministro da Educação do primeiro governo Lula, sucedendo Paulo Renato Souza.

lamentar e dotar de organicidade um tal sistema, devendo este aplicar-se a todas as universidades, públicas ou privadas e incorporar todas as instituições que integram o sistema de produção do conhecimento superior – como por exemplo, os institutos de pesquisa, hospitais-escola e entidades assemelhadas de formação de nível superior.

O cerne do funcionamento desse hipotético sistema deveria ser a garantia de autonomia para cada instituição, articulando-se um encadeamento que fosse capaz de funcionar de maneira integrada, superando a fragmentação e dispersão que foram a tônica da vida universitária no Brasil da década de 90.

Mesmo contando com associações de dirigentes das instituições universitárias, como é o caso do CRUB (que como se viu anteriormente reúne universidades particulares e públicas, além das comunitárias), não se alcançou obter um pensamento crítico sobre a universidade capaz de superar a heterogeneidade entre as instituições, determinada sobretudo pelas exigências do mercado e amplificada a partir do momento em que o crescimento do setor privado foi favorecido pela hegemonia da visão liberal no Estado, o que ocorreu de 1990 em diante e se deu em proporção inversa ao encolhimento das IES públicas.

Tal panorama, que foi se consolidando no intervalo da entrada em vigor da Constituição Federal e a sanção da nova Lei de Diretrizes e Bases/LDB significou que os oito anos de tramitação do projeto desta lei foram marcados pela atuação de interesses conflitantes e pelo retorno de temáticas polêmicas do período da Constituinte; questões relacionadas ao financiamento da educação em todos os níveis, avaliação institucional interna ou externa e controle das instituições públicas e particulares pelo Estado, além da abertura legal para diversificação da organização administrativa-acadêmica de instituições de ensino superior, em função de demandas mercadológicas.

O que fora tão duramente criticado nos anos setenta, isto é,

o plano de instituir universidades ditas “de ensino”, voltadas apenas para formação do aluno de graduação e as que abrigam os programas de pós-graduação *stricto sensu*, recebendo verbas para laboratórios e produção de conhecimento avançado, ditas “de pesquisa” tornara-se até comedido diante das possibilidades que se abriram aos investidores em sintonia com o repasse de responsabilidades e atribuições de caráter público ao setor particular.

Nada a estranhar, pois se o Estado atuava no sentido de se eximir da manutenção e garantia de direitos e serviços que lhe competiam (saúde, educação, moradia, entre outros), então deveria oferecer contrapartidas aos empresários que assumiriam esse papel, readequando as normas legais e institucionais para permitir que a lógica financeira redirecionasse estas áreas e a lucratividade fosse a marca da desestatização. Do outro lado do campo de batalha estavam os servidores públicos, seus representantes classistas e parlamentares de esquerda, que compreenderam desde o primeiro momento o que estava em jogo, como prova o depoimento já citado do prof. Florestan Fernandes ao antever as agruras que marcariam o processo de elaboração e debates em torno do projeto de lei para a LDB.

O Consuni, ainda antes do final dos trabalhos do Congresso Constituinte, já era informado que os reitores haviam se reunido e elaborado subsídios tanto para o Plano Nacional de Educação quanto para a futura LDB; durante todo o ano de 1988 a UFSCar recebeu em suas reuniões de colegiados pedidos do CRUB dirigidos às IFES e universidades brasileiras no sentido de enviarem colaborações para embasar um posicionamento do setor quanto às demandas endereçadas à LDB. Assim, em agosto de 1989 ficou registrado em ata do colegiado que:

ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, 2ª SESSÃO, EM 22/03/1988. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Munir Rachid.

(...) o Conselheiro Luis Carlos Pavlu, membro da comissão constituída pelo Conselho Universitário para

proceder à coleta de sugestões das unidades acadêmicas como contribuição da UFSCar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (...) lembrou que várias propostas estão sendo encaminhadas ao Congresso Nacional e, por este motivo, a Comissão vai retomar seus trabalhos e definir o encaminhamento da questão. O Prof. Newton Lima Neto, Presidente em exercício desta reunião, esclareceu que nos dias 10 e 11 deste mês estará sendo realizada uma reunião da Associação das Universidades Federais Brasileiras exatamente para apreciar a proposta da Universidade Federal Fluminense referente à LDB, lembrando também que o assunto está no Congresso e sob a responsabilidade do Deputado Jorge Hage, para relatar". (sublinhados meus)

De fato, observa-se que na gestação da Lei de Diretrizes e Bases houve intensa participação dos mesmos setores sociais e entidades associativas que atuaram no processo da elaboração constitucional. São abundantes nas atas dos colegiados os relatos de episódios de interferência de personalidades políticas e da área da educação, com os mais variados matizes ideológicos na tramitação do projeto de lei inicial, de autoria do Deputado Octávio Elísio, depois relatado pelo parlamentar Jorge Hage: basta observar que acaba por se tornar predominante o projeto substitutivo do senador Darcy Ribeiro, base do texto final aprovado – em meio à efervescência da discussão no Congresso e nos órgãos do Poder Executivos, como o CFE e o MEC, além das manifestações empreendidas pela ANDIFES e pelos sindicatos dos servidores públicos da área da educação.

Pode-se analisar que haveria uma tensão interna ao texto da LDB (Lei nº 9.394/96) resultante da diversidade de instituições universitárias, por um lado, mas também em razão das mantenedoras de instituições universitárias estarem vinculadas a grupos econômicos e de capital financeiro com conexões internacionais, além das confessionais, ligadas a setores religiosos e visando defender parcelas de financiamento público para suas atividades específicas.

É necessário levar em conta que o setor particular das instituições de ensino superior passaram de menos de um terço de IES em atividade até a década de 60 para mais de dois terços após o crescimento ocorrido na década de 70; cabe frisar que a atividade principal

do setor é o ensino, com exceção de algumas universidades confessionais que realizam atividades de pesquisa.

Este crescimento do setor privado e a diversificação das instituições provocaram inversões na lógica do atendimento à demanda: o ensino gratuito das universidades públicas acabou por se tornar acessível quase que exclusivamente às classes mais abastadas, restando às parcelas da população desfavorecida os cursos pagos oferecidos pelas universidades particulares.

Neste contexto ocorreu a aprovação da LDB, na qual foram consolidados princípios já consagrados pela Constituição Federal – o artigo 54 ampliou o de autonomia, ao definir:

*(...) as universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.*¹⁵²

Ainda conforme o artigo 53 desta Lei, ficou assegurado no exercício da autonomia a possibilidade de cada instituição universitária "*receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas ou privadas.*" Um outro efeito da aprovação da LDB foi reacender as discussões sobre alterações na redação do artigo constitucional 207, que trata da autonomia universitária.

Em resumo, podem ser detectadas duas visões sobre o significado do princípio constitucional da autonomia para as universidades: a primeira entende que a Constituição necessitaria ser alterada para que o princípio de autonomia fosse estendido a outras instituições universitárias que não sejam somente públicas, atrelando a mudança da legislação a condições de competência e avaliação das universidades – posição defendida pelos sucessivos governos da década de 90 e também por especialistas na área da educação superior ditos “notáveis”, os quais vinham colaborado com a formulação das políti

¹⁵² BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 28/09/2012.

cas do Ministério da Educação¹⁵³; e a segunda que advoga a existência de uma organização fundada em princípios iguais para todas as instituições de ensino superior, mesmo levando em conta a diversidade e heterogeneidade destas.

Entretanto, como se verá, a política econômica imposta pelo governo Collor ocasionou outras conseqüências para o funcionalismo público federal e para as IFES. De maneira inesperada e da mesma forma que algumas outras universidades federais, a UFSCar veio a absorver parte do extinto IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, tanto patrimônio físico quanto de pessoal especializado, o que veio a ocorrer entre 1990 e 1991.

As atas da 76^a (07/06/1990) e 77^a (09/08/1990) reuniões ordinárias do Consuni trazem o relato do que se passou – outro lance na rodada de investidas contra os servidores públicos que a sanha pela “modernização” através do enxugamento do Estado promoveu no governo de Fernando Collor. Como já foi dito, fora determinado o corte linear de 30% do pessoal e no bojo do pacote de medidas baixadas também se incluiu a extinção do IAA, uma autarquia federal que fora criada por Getúlio Vargas visando controlar e dar diretrizes para a produção e uso do açúcar e do álcool em todo território nacional (na década de 1970, quando da crise do petróleo, ganharia também parte da responsabilidade pelo programa Pró-Álcool, que visava substituir a gasolina pelo etanol, reduzindo a dependência brasileira do mercado internacional deste combustível).

¹⁵³ Entre estes, por exemplo, está Eunice Ribeiro Durham, antropóloga e à época ocupando o cargo de Secretária Nacional de Educação Superior, sendo citada na ata da 88^a reunião ordinária do Consuni, em 2^a sessão, por ter publicado no jornal “Folha de São Paulo”, em 05/05/1992, um artigo intitulado “*Marajás e cientistas impolutos*”, no qual pronuncia-se contrária à manutenção do que considera “privilégios” indevidos que seriam concedidos aos servidores das universidades sem preocupação com os recursos públicos necessários para mantê-los e que proporcionariam distorções entre os vencimentos, corroendo a isonomia. Manifesta-se o vice-reitor Newton Lima Neto sobre o referido artigo, dizendo que “*Lamenta esses tipos de argumento e atitude*”, uma vez que “*na verdade, se tais ações têm tido decisões favoráveis na Justiça ocorrem em função da absurda quantidade de leis mal elaboradas e baixadas pelo governo federal, que criaram direitos legais e legítimos aos impetrantes na Justiça*” e também “*por absoluta responsabilidade e incompetência do Poder Executivo*”.

Com a extinção do IAA pelo Decreto nº 99.240, de 08 de maio de 1990 abriu-se uma crise quanto ao destino dos seus funcionários e patrimônio, pois havia unidades tanto nas regiões Norte-Nordeste quanto no Centro-Sul do país. Nesse panorama caótico, surgiu a oportunidade de que a UFSCar incorporasse as unidades do IAA no município de Araras e Piracicaba. No informe aos membros do Consuni, em junho, consta:

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 07/06/1990. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri.

(...) a Presidência solicitou ao Sr. Diretor do CCBS, Prof. Francisco T. Rantin, que desse informes sobre a reunião realizada na unidade de Araras do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), órgão extinto pela recente reforma administrativa do governo federal. Disse então o prof. Rantin que esteve (...) naquela unidade para um primeiro contato visando verificar interesse de ambas as partes em uma possível absorção do pessoal e instalações daquele instituto, comentando (...) do pessoal ali lotado, cuja maioria possui mestrado e/ou doutorado, alguns com pesquisa e estágio no exterior (...) poderão ser absorvidos pela Universidade, onde poderão desenvolver atividades na graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. A Presidência informou também que na reunião realizada há 15 dias atrás, com um grupo de pessoas do IAA de Araras e de Piracicaba, este também extinto, (...) decorrendo dessa reunião a criação de um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de absorção do IAA de Araras e Piracicaba”, formado por 2 membros de Araras, 2 membros de Piracicaba e 4 membros da UFSCar (Professores Newton Lima Neto, Silvio Paulo Botomé, Maria Helena A. de Oliveira e Souza e Dilson Cardoso). O Prof. Newton comentou que existem várias instituições interessadas no espólio científico desse instituto, havendo necessidade de trabalharmos rapidamente para evitar a demissão desses funcionários e empenho máximo no projeto de absorção dessa instituição, que reputa como magno empreendimento do ponto de vista acadêmico e científico e que mudaria substancialmente o perfil da UFSCar nesses campos(...).”.

Na reunião seguinte do Consuni, já aparece como ponto de pauta para votação a absorção do pessoal e um plano que fora proposto pelo grupo de trabalho para efetivar os procedimentos necessários à incorporação; no qual ficou estabelecido o “não desvio de recursos orçamentários ora destinados à UFSCar (tomando como base o orçamento/90 em valores reais) para implementação das novas atividades

decorrentes da incorporação”, além do envio de “*proposta ao MEC visando suplementação orçamentária de custeio para as atividades decorrentes da incorporação*”¹⁵⁴ (sublinhado meu).

Ironicamente, ainda em 1991, depois do anúncio em 14/03 da solenidade de inauguração do novo *campus* da UFSCar em Araras, tendo sido nomeado o prof. Sílvio Botomé para a direção daquele centro administrativo/acadêmico que passaria a integrar a universidade (CCA / Centro de Ciências Agrárias) em função da absorção das instalações do extinto IAA, surge o comunicado na 83ª reunião do Consuni de que, como a UFSCar não teve acesso à carga patrimonial do IAA, a instituição inventariante no caso, que foi a SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional) tomou “*para si alguns veículos (os mais novos), duas linhas telefônicas em Piracicaba e um microcomputador, alguns mobiliários*”. E como se tal desvio não fosse suficiente, os recursos que haviam sido obtidos com o corte de cana em área plantada em Araras, no montante de Cr\$ 6 milhões, em vez de serem destinados à UFSCar foram recolhidos e depositados para o Tesouro Nacional.

Isto gerou uma situação kafkiana na UFSCar, cujos colegiados haviam estipulado a condição de não destinar verbas da universidade para os dispêndios do novo *campus* como requisito para incorporação, já que se contava com os recursos que adviriam do corte da cana na área do CCA¹⁵⁵ para arcar com as despesas (até que se pudesse

¹⁵⁴ Ata da 67ª Reunião Ordinária do Consuni, em 09/08/1990. Presidência: Prof. Dr. Newton Lima Neto.

¹⁵⁵ “A Presidência informou que no último dia 21 teve a honra de assinar em São Paulo, na Coordenadoria Regional Sul do Planalsucar, o documento de incorporação do patrimônio móvel e imóvel do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool no Estado de São Paulo, um centro reconhecido de pesquisa em cana, açúcar e álcool, com competentes pesquisadores, a maioria deles com cursos de mestrado e doutorado, sendo que o patrimônio incorporado foi avaliado em Cr\$ 1 bilhão. A área física agregada soma 310 ha nas cidades de Araras, Anhembi, Valparaíso e Piracicaba e a área construída de 35.300m² (...) Esclareceu que o patrimônio do ex-IAA, principalmente o de Araras, encontra-se deteriorado face ao abandono de 10 meses e atos de depredação devendo ser recuperado trazendo não só retorno acadêmico mas também financeiro através de convênios com as usinas da região. A este respeito, informou que fez um acordo verbal com a Usina São João, de Araras que deverá posteriormente ser apreciado formalmente pelos colegiados superiores da UFSCar, sendo que esta já lavrou a terra da unidade daquele município, plantando, em época certa, as mudas de cana, recebendo em troca parte da cana produzida.”. Ata da 81ª reunião extraordinária do Consuni, em 24/01/1991. Presidência: Prof. Dr. Newton Lima Neto.

mandar as estimativas de custeio do novo *campus* na previsão orçamentária de 1992, pois para o ano de 1991 tal não fora possível), ver-se sem fonte de recursos para fazer frente à situação.

O remédio foi submeter aos colegiados a proposta de que se concedesse um empréstimo da conta da renda própria da UFSCar, para garantir o custeio do *campus* de Araras e que o mesmo deveria ser devolvido por ocasião do ressarcimento pelo Tesouro Nacional dos recursos obtidos com o corte de cana de açúcar indevidamente lançados.

De todas estas idas e vindas, se extraem conclusões que são bastante convergentes com a análise proposta por Nicolau Sevcenko, na qual encontra-se a síntese do que se passava em nível mundial com as relações sócio-econômicas e políticas na sociedade contemporânea, conjuntura em que a sociedade brasileira também submergiu:

Com a globalização, porém, essa situação mudou por completo. As grandes empresas adquiriram um tal poder de mobilidade, redução de mão-de-obra capacidade de negociação – podendo deslocar suas plantas para qualquer lugar onde paguem os menores salários, os menores impostos e recebam os maiores incentivos – que tanto a sociedade como o Estado se tornaram seus reféns. O tripé que sustentava sociedade democrática moderna foi quebrado. A situação se reconfigurou assim: se não se anularem as garantias sociais e o poder de pressão dos sindicatos e associações civis, os quais insistem em defender salários, direitos contratuais, condições de trabalho e cautelas ecológicas, a alternativa será a evasão pura e simples das empresas, o desemprego e o consequente colapso de um Estado sobrecarregado, incapaz tanto de pagar suas dívidas como de atender às demandas sociais. As grandes empresas podem desse modo obrigar o Estado a atuar contra a sociedade, submetendo ambos, Estado e sociedade aos seus interesses e ao seu exclusivo benefício. A excepcional capacidade de mobilidade, de instalações, recursos, pessoal, informações e transações é tal, que uma mesma empresa pode ter sua sede administrativa onde os impostos são menores, as unidades de produção onde os salários são os mais baixos, os capitais onde os juros são os mais altos e seus executivos vivendo onde a qualidade de vida é mais elevada. Em todos esses casos, as sociedades e os Estados por onde se distribuem essas

*diferentes dimensões da empresa saem sempre perdendo. É um jogo desigual, cuja dinâmica só tende a multiplicar desemprego, destituição, desigualdade e injustiça.*¹⁵⁶

Dentre outras tantas arenas desta luta, os colegiados da UFSCar também deixaram expresso em suas atas uma narrativa do que foi o conflito capital–trabalho no interior de uma comunidade acadêmica – e na condição de intelectuais, dolorosamente conscientes do processo em marcha.

¹⁵⁶ SEVCENKO, N. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha–russa*. 1a. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001. Pag. 31–32.

3 – AUTONOMIA DAS IFES EM COMPASSO DE ESPERA: DE 1991 A 2002

Chegava ao ápice, após longo debate que trouxe à luz a LDB em 1996, um período no qual a estratégia do governo federal seria reorganizada para empreender – através de artifícios legais que pulverizaram os objetivos da agenda política governamental em medidas provisórias, plano de reorganização da gestão pública e atos do poder executivo, entre outros instrumentos – a reestruturação do aparelho administrativo estatal segundo os princípios do chamado “paradigma gerencial”, consubstanciado na exposição de motivos de autoria de Luiz Carlos Bresser-Pereira¹⁵⁷, então à frente do MARE – Ministério da Administração e Reforma.

De 1995 até o final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o que se vê pelos documentos da administração federal publicados no Diário Oficial da União, reportagens em jornais de circulação nacional e as poucas atas das reuniões do Conselho Universitário da UFSCar é uma avalanche de medidas provisórias editadas e reeditadas, além de outras ações político-administra

¹⁵⁷ Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira nasceu em São Paulo, em 1934, sendo mais conhecido como Luiz Carlos Bresser-Pereira. Formou-se em direito pela USP e realizou estudos de pós-graduação em administração de empresas e economia, obtendo a livre-docência em economia pela USP. Professor da FGV-SP desde 1959, ocupou diversos cargos na administração pública estadual e federal (no governo de Franco Montoro foi presidente do BANESPA / Banco do Estado de São Paulo de 1983 a 1985 e secretário de Governo, de 1985 a 1987; no governo federal foi ministro da Fazenda em 1987, na gestão de José Sarney, quando respondeu pelo lançamento do pacote econômico que ficou conhecido como “Plano Bresser” e esteve à frente do ministério da Reforma do Estado/MARE no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, além de ocupar o Ministério da Ciência e Tecnologia nos seis meses iniciais do segundo mandato deste). Também atuou na área empresarial, tendo sido diretor administrativo do Grupo Pão de Açúcar de 1965 à 1983. Foi um dos fundadores do PSDB, em 1988 e recentemente, em 2011 anunciou seu desligamento do partido em razão do que avaliou como uma guinada ideológica à direita da qual discordava. Em uma de suas influentes obras teóricas “*Inflação e Recessão*”, elaborada com Yoshiaki Nakano, em 1984 abordou o problema da inflação residual. Sobre as implicações da passagem de Bresser-Pereira pelo MARE retornar-se-á ao tema mais adiante neste capítulo. Dados biográficos extraídos do site pessoal de Bresser-Pereira, disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=940>>. Acesso em 25/11/2013.

tivas de caráter variado que sufocam as IFES, reduzindo o espaço de autonomia das comunidades acadêmicas a uma esfera de registro de danos e às ações combativas das organizações de dirigentes e sindicatos no intuito de reverter o quadro desolador.

Para efeito comparativo, convém recordar uma vez mais que o número de reuniões do Consuni¹⁵⁸, tanto ordinárias quanto extraordinárias atingiu seu pico em 1988, motivado pela intensa participação das IFES no processo da Constituinte, descendo a um patamar que oscilou de dezesseis a treze reuniões entre 1989 e 1992, quando ocorreu o momento de inflexão na administração federal ocasionado pelo impeachment de Fernando Collor de Melo e o início do governo de Itamar Franco. O período ficou marcado nas atas do conselho superior da UFSCar pelo registro *ad nauseam* de escaramuças entre secretários e técnicos dos Ministérios da Educação e Desporto e da área econômica em reuniões com os reitores das IFES, ora ameaçando radicalização no corte de gastos e proibição de concursos para suprir casos de aposentadorias, demissões voluntárias e falecimentos, ora aceitando com benesses se houvesse ampliação de vagas nos cursos ou redução na demanda por recursos financeiros das IFES. A partir de 1993 e pelos cinco anos seguintes, as reuniões do Consuni se limitariam a quatro por ano; no período de 1998 a 2002 se manteriam entre três (2000) e seis (1998, 1999 e 2001) reuniões anuais, com a tendência ascendente retornando em 2002, após a greve das IFES de 2001 atingir proporções inéditas em termos de universidades que aderiram ao movimento paredista (52 instituições) e tempo de duração (110 dias), estendendo-se de 21 de agosto até 07 de dezembro daquele ano.

O objetivo aqui é compreender o espectro de atuação institucional, político e social em que a comunidade acadêmica da UFSCar se insere mediante a conjuntura acima esboçada e que será esmiuçada ao longo deste capítulo. Em concomitância, busca-se analisar a legis

¹⁵⁸ Conforme foi visto no gráfico 1, à página 69 desta tese.

lação e ações governamentais que afetaram a administração do aparelho de Estado, visando adequar a estrutura do poder executivo e as competências do legislativo e judiciário a um paradigma de gestão¹⁵⁹

¹⁵⁹ O Estado, enquanto organização que requer estruturas administrativas que o dotam de meios para a consecução dos seus fins sociais, econômicos e políticos é um espaço aberto a reflexões oriundas das teorias da administração, ainda que se reconheça seu caráter específico e se constitua na particularidade de um campo teórico voltado à administração pública. Nessa perspectiva, historicamente as justificativas para a promoção de reformas do aparato estatal sempre invocaram considerações extraídas de tais matrizes teóricas; dessa maneira, um autor influente na literatura da Administração como Idalberto Chiavenato (*Administração geral e pública*, 3ª ed. Barueri/SP: Ed. Manole, 2012) apresenta o desenvolvimento das estruturas administrativas do Estado brasileiro sob a perspectiva da lógica intrínseca às teorias gerais da administração, isto é, projeta no transcorrer das modificações que se sucederam ao longo do século 20 nos órgãos estatais razões de ordem técnica-finalística que se pretendem legítimas para responder às demandas cívicas, políticas e outras que se apresentam na interação sociedade civil e Estado. No contexto posterior à Segunda Grande Guerra, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, desenvolveu-se o entendimento de que a intensificação da lógica burocrática favorecia o estabelecimento de um modelo que tendia para a rigidez nos processos administrativos e ocasionava morosidade nas ações do aparato público, tanto quanto ocorria em empresas e organizações privadas. Ademais, para Chiavenato, com a crise do petróleo em 1973/74, atingiram seu limite as condições econômicas que permitiam sustentar o Estado de bem-estar social. Contudo, no caso da administração pública brasileira ainda haveria o agravante de que nela persistiam traços das práticas patrimonialistas (compreendidas como uma forma de privatização do Estado, dado o clientelismo, a corrupção, nepotismo, fisiologismo, entre outras); aliado a esta apreciação do autor, o cenário internacional que se desenrolava era de instabilidade e mudanças que conduziriam os países centrais ao que se denominou “capitalismo tardio”, demarcado pela forte interação das administrações públicas com o mercado financeiro e o desmonte das políticas estatais de desenvolvimento social. Daí a busca por mecanismos que visavam agilizar as ações da máquina administrativa pública, o que se traduziu em algumas tentativas de desburocratização ainda no período da ditadura militar: o decreto-Lei nº 200/67, o PND – Programa Nacional de Desburocratização, instituído pelo Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979, além de outras iniciativas de menor alcance que se esgotaram sem cumprir o objetivo pretendido. Na conjuntura dos anos 90, pois, emerge a tentativa de implantar no Brasil o modelo preconizado pelas teorias administrativas daquele momento para solucionar a problemática apontada, qual seja, reconstruir o Estado em suas estruturas administrativas por meio do que se denomina “modelo gerencial”. A idéia que mobiliza este novo modelo é pautada pela consideração de que se deve administrar o setor público de maneira similar ao privado, visando à eficiência e a satisfação do “usuário” (implica-se aí a “requalificação” do cidadão segundo a lógica do mercado); neste contexto, está inserida a compreensão de que o Estado deveria “devolver” à sociedade (leia-se: ao setor privado) áreas da economia (em particular o setor dos serviços) que não logrou atender adequadamente pelos padrões do mercado. Note-se que não se buscou justificar a redução da atuação do Estado nestas áreas (que englobam saúde, educação, moradia, etc.) através das privatizações em termos de “estado mínimo” ou atualizando a teoria liberal, mas sim com base em argumentos técnicos de eficiência e atendimento de condições que permitiriam suprir o dinamismo da economia e das relações sociais do fim de século. Assim, o que os militares não alcançaram obter totalmente na ditadura efetivou-se na década de 1990 sob o regime democrático, à luz de um discurso constituído por “argumentos técnicos” e pretensamente “neutros” em termos políticos, como se verá mais adiante.

e de política econômica consoante com as forças produtivas capitalistas e a evolução do quadro de relações econômicas internacionais que veio a ser amplamente reconhecido sob a denominação de globalização.

3.1 – Do Estatuto em vigor à sanção da LDB: 1991 a 1996

Como referido no capítulo anterior, já se podia antever no próprio final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte sinais das contradições que se apresentariam nos anos subsequentes quanto aos aspectos da política referente à administração pública federal e a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases. Desta forma, não foi algo inesperado que o terreno da educação superior pública aparecesse como um campo de embates, no qual se projetavam os interesses de diferentes grupos sociais e tendências ideológicas.

Considere-se que os movimentos do capital financeiro e das forças produtivas vinham pelo menos desde os anos 80 se configurando pelo caráter de fragmentação e rearranjo da produção industrial em territórios descontínuos, elidindo fronteiras e soberanias nacionais em busca da expansão das oportunidades de exploração e ampliação dos lucros; tudo isto sinalizava que um novo estágio do capitalismo estava emergindo e, portanto, haveria que reacomodar as relações entre os agentes econômicos nos novos cenários mundiais. Não surpreende, pois, que neste mesmo período países denominados periféricos viessem a apresentar trajetórias particulares que implicavam ajustes políticos e sociais em resposta ao quadro internacional macroeconômico que se apresentava.

No contexto do governo iniciado por Fernando Collor, e que posteriormente ao impeachment deste foi concluído sob a gestão de Itamar Franco percebe-se as atuações de associações de dirigentes e organismos sindicais das IFES (como a ADUFSCar) em um esforço para impedir a retirada de direitos trabalhistas conquistados na década

de 1980 – tanto em relação ao que dizia respeito à parcela dos servidores públicos federais civis quanto ao que era específico nas intervenções governamentais sobre o ensino superior público brasileiro.

Assim, tanto a ANDES quanto a ANDIFES concentraram esforços (traduzidos em documentos de congressos, grupos de estudo e de elaboração de projetos de lei) para intervir não só na formulação das diretrizes e regras que afetariam o funcionamento institucional das IFES, mas também no sentido de impedir a entrada em vigor de normas que configurariam retrocesso nas prerrogativas de autonomia acadêmica, administrativa e de gestão financeira estabelecidas pela Carta Constitucional.

Nas intermediações políticas que, iniciadas já durante o período do Congresso Constituinte, se intensificariam no período de 1989 até meados da década de 1990 por meio das representações sindicais e associações ligadas ao ensino superior no Brasil, foi amadurecendo a visão de que as universidades públicas federais se configuravam como um segmento institucional com demandas específicas, detentor de respeitabilidade e reconhecimento pela sociedade, o que lhes possibilitava ter voz e intervir no momento em que se elaborava o projeto de lei que iria reger a vida educacional da nação, isto é, a LDB.

No entanto as IFES, como organizações parte da administração pública federal, também necessitaram se mobilizar para defender a manutenção das condições indispensáveis ao seu funcionamento e consecução das atividades-fim; daí o progressivo descolamento da esfera de negociações integrada ao CRUB e fortalecimento das associações específicas ligadas ao contexto próprio do ensino superior público federal, quais sejam, a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de ensino superior / ANDIFES e os Fóruns de Pró-Reitores, que foram criados e se desenvolveram à medida que as IFES se reorganizaram acadêmica e administrativamente na década de 1980.

Como ficou registrado na ata do Consuni da reunião extraordinária de 31/08/1995, o então reitor Newton Lima Neto convidara o presidente da ANDIFES, Prof. Dr. Nestor Barbosa de Andrade para comparecer à referida reunião e explicitar aos conselheiros a posição da entidade quanto aos temas em discussão no cenário nacional do ensino superior naquele momento, isto é, a nova Lei de Diretrizes e Bases e a questão da autonomia universitária.

Tendo em vista que o prof. Newton Lima Neto era membro da ANDIFES, ficou a cargo dele explicar a questão da autonomia enquanto o prof. Nestor se incumbiu de apresentar o caso da LDB. O convidado iniciou com uma retomada dos episódios mais relevantes que antecederam o desenrolar da tramitação no Congresso Nacional daquele assunto, explicando que o projeto de lei permaneceu durante muitos anos sendo debatido na Câmara; depois de muitos obstáculos e momentos de superação dos jogos políticos, foi enviado ao Senado.

Andrade também enfatizou que, em toda essa trajetória o tema foi um aglutinador de entidades e segmentos da sociedade interessados na questão da educação. Ao tramitar no Senado ocasionou novamente um amplo debate com participações vários atores sociais, sendo seu relator o senador Cid Sabóia¹⁶⁰, o qual proporcionou muitas audiências coletivas e aceitava receber todas as entidades interessadas. Naquele momento havia um entendimento de que se houvesse vontade política dos senadores no substitutivo se chegaria a um projeto de lei.

Contudo, em dezembro de 1994, quando o projeto foi enviado ao plenário para votação quase foi aprovado, mas por falta de quórum e com a extinção da legislatura isto não ocorreu; ao se iniciar o ano de 1995 o projeto foi retirado do plenário graças a uma articulação do

¹⁶⁰ O senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB) é advogado e professor da UFC, além de membro da Academia Cearense de Letras. Exerceu mandato parlamentar de 1987 a 1995, quando atuou na proposta para a LDB. Fonte: Senado Federal, disponível em http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?cod-parl=1562, acesso em 23 de outubro de 2013.

Executivo, na qual se alegou inconstitucionalidade. A relatoria foi entregue então ao senador Darcy Ribeiro¹⁶¹, o qual:

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 31/08/1995. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto.

(...) fez uma artimanha nunca vista no Senado, ele pegou um pequeno aditivo do senador Florestan Fernandes que dizia respeito ao pagamento integral de bolsa de estudo e entrou com seu relatório, um novo projeto de lei alternativo que se contrapõe àquele de seis anos e meio de discussão com um aditivo ao projeto original. Como ele tinha todo o Executivo representado pelo MEC "às suas costas", ele ganhou força no Congresso. Quando o senador Roberto Requião, do Paraná, assumiu a presidência da comissão de educação, fez um acordo com o MEC para que o projeto tramitasse em tempo recorde. Aí foram vividos os piores momentos, pois o MEC viabilizava o seu projeto dentro do relatório Darcy Ribeiro (...) os reitores tentaram toda contraposição possível, através de uma única audiência pública havida, através de emendas (...) houve inclusive parcelas significativas do PMDB e até uma contraposição muito forte do senador Artur da Távola, líder do PDT. (...) Com o novo projeto de LDB e o número grande de novos membros no Congresso e com a base hegemônica que o governo conseguiu, tudo parecia ser muito fácil para aprovação (...) mas com a participação da senadora Emília Fernandes propondo a possibilidade do voto em separado, os trabalhos foram suspensos e idealizado um acordo suprapartidário.

¹⁶¹ Darci Ribeiro, mineiro de Montes Claros (1922–1997), professor universitário, antropólogo e político; foi docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e encarregado de planejar a montagem da Universidade de Brasília (UnB). Em 1961, com a inauguração da UnB, foi nomeado seu primeiro reitor e em 1962 assumiu o Ministério da Educação e Cultura, deixando a reitoria daquela universidade, sendo substituído por Anísio Teixeira. Em janeiro de 1963, por ocasião do retorno ao regime presidencialista, deixou o Ministério para assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Com o advento da ditadura, foi destituído de seus direitos políticos pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1) e demitido de seus cargos de professor da Universidade do Brasil e de etnólogo do SPI/Serviço de Proteção ao Índio. Em 1979, com a anistia, foi reintegrado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e em 1980 filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), elegendo-se vice-governador em 1982, na chapa encabeçada por Leonel Brizola. Em 1990 foi eleito senador pelo estado do Rio de Janeiro pelo PDT, tomando posse naquele que seria o único mandato legislativo de sua trajetória política; concentrou sua atividade parlamentar na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que, em homenagem ao senador fluminense, batizou-a de Lei Darci Ribeiro. Fonte: CPDOC/FGV, disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/darcy_ribeiro, acesso em 18 de setembro de 2013.

De fato, o prof. Nestor Barbosa de Andrade deixa bastante evidente em sua narrativa o quanto a disputa em torno de projetos ideológicos e políticos foi acirrada naquela conjuntura¹⁶²; quando se

¹⁶² Para rememorar a trajetória deste embate, conferir o relato: “Após a promulgação da Constituição de 1988, por iniciativa do então deputado Octávio Elíseo, foi apresentado na Câmara dos Deputados um Projeto de LDB. Este projeto (1258/88) refletia as discussões que já estavam ocorrendo no Brasil em diferentes Congressos, Encontros, Simpósios, Seminários, etc., que reuniam entidades representativas do setor educacional. A Comissão de Educação da Câmara realizou então, 40 audiências públicas, para a discussão do Projeto. Em agosto de 1989 surgiu o 1º Substitutivo do deputado Jorge Hage que incorporou 13 projetos parlamentares e as discussões realizadas nas audiências. Em fevereiro de 1990 surgiu, então, o 2º Substitutivo Jorge Hage que incorporou 978 emendas e mais de 2000 sugestões da sociedade civil organizada. Este Substitutivo foi ao Plenário da Câmara em 1991, onde recebeu 1.263 emendas e retornou às Comissões de Educação, Justiça e Finanças, buscando, em sua forma, refletir os anseios educacionais da sociedade brasileira. Em 1992, começou a ser comandado, por parlamentares ligados ao governo do então presidente Fernando Collor um processo de obstrução ao Projeto de LDB que tramitava, democraticamente, na Câmara dos Deputados. O Senador Darcy Ribeiro, junto com o então Senador Marco Maciel e, com a aprovação do MEC, apresentou um novo Projeto de LDB, no Senado Federal, desconsiderando o trâmite do Projeto original, na Câmara dos Deputados. Após o “impeachment” do presidente Fernando Collor, o então Ministro da Educação Murílio Avelar Hingel se pronuncia a favor do Projeto em tramitação na Câmara que, agora tendo como relatora a deputada Angela Amim, é aprovado naquela Casa, no dia 13/05/93. Ao dar entrada no Senado Federal, o Projeto oriundo da Câmara (PLC) recebe o nº 101/93 e seu Relator, Senador Cid Sabóia inicia o processo de discussão com a realização de audiências públicas e recebimento de emendas. Após amplos estudos e discussões o Senador Cid Sabóia teve seu Parecer de nº 250 aprovado em novembro de 1994, na Comissão de Educação do Senado, apresentando um substitutivo que mantém as linhas diretrizes do PLC 101/93 originário da Câmara. O mesmo foi incluído na Ordem do Dia do Senado em 30/01/95, mas não houve “quorum” para a sua apreciação no Plenário. Em 17/03/95, através de uma manobra regimental, o Substitutivo Cid Sabóia, que deveria ir ao Plenário, retorna às Comissões de Educação e de Justiça e Cidadania, e é considerado inconstitucional, através do Parecer do Senador Darcy Ribeiro, Relator nas duas Comissões (...). O Senador Darcy Ribeiro, então, retira de discussão o Substitutivo Cid Sabóia e apresenta uma nova proposta de LDB para o país, de sua autoria, sem qualquer consulta anterior a nenhuma instância representativa dos educadores. Para isto ele se utilizou do PL 45/91, de iniciativa do Deputado Florestan Fernandes, que trata da concessão de bolsas de estudo para os programas de Mestrado e Doutorado, já em trâmite no Senado Federal e, a ele, apensou o seu Projeto de LDB, numa questionável manobra regimental. Educadores de todo o Brasil protestaram e começaram a mobilizar-se contra aquilo que consideraram uma manobra e um desrespeito a todo o processo democrático (...) Insistiram na importância de se prolongar o tempo de discussão, considerando que se estava pretendendo ignorar todo o esforço de elaboração de muitos anos para favorecer o Substitutivo Darcy Ribeiro, recém elaborado. Mas, apesar dos protestos, o Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senador Roberto Requião mantém-se irredutível e tenta encaminhar, o mais rápido possível, o Projeto Darcy Ribeiro. No dia 05 de abril de 1995, a Presidência da Comissão de Educação do Senado recebe uma nova forma do Projeto Darcy Ribeiro que, como incorpora muitas das propostas do Governo, passa a ser conhecido pelos educadores como Substitutivo “Darcy/MEC II”. As críticas, partindo principalmente, das instituições de ensino público de

refere aos longos anos de debates sem chegar a um consenso, para então assistir toda a luta das entidades ser posta de lado por oportunismo político não está sendo de forma alguma exagerado. Muitas disposições legais apoiadas pelo MEC que estavam no bojo da discussão para aprovar a LDB se coadunavam com o projeto de reforma administrativa do MARE, introduzindo a lógica da administração gerencial no universo da educação brasileira em geral e de forma particular no ensino público.

No caso das universidades, com a “justificativa” de que o projeto de LDB que fora atropelado depois de seis anos de discussão seria muito detalhista, algo que configuraria uma má técnica legislativa, o governo federal atuou pela estratégia de adotar uma certa vagueza nas determinações sobre a questão do ensino superior, abrindo a porta a futuras intervenções que ampliassem a lógica do controle governamental e do mercado tanto no terreno das universidades públicas quanto das particulares. Contemporiza desta forma o prof. Andrade:

todos os níveis, e as pressões dos educadores, foram gerando algumas modificações no Substitutivo Darcy, dando origem às versões III, IV e V. O Senado, pressionado, abre emendas à LDB em trâmite naquela Casa. (...) Houve 57 emendas, dos Senadores, referindo-se indistintamente a um ou outro Projeto. (...) o Presidente do Senado, Senador José Sarney, esclareceu que elas foram apresentadas ao PLC 101/93. Mas, o Senador Darcy Ribeiro, ao apreciá-las, toma como referência o seu próprio Substitutivo, desrespeitando as "Questões de Ordem" levantadas pelos Senadores Jader Barbalho e Emília Fernandes. Apesar de todas as irregularidades, o Senador Darcy Ribeiro, como Relator da Comissão de Educação consegue aprovar o PLC 101/93, mas, na forma do seu Substitutivo. Votando, ainda, em seu Parecer, pela prejudicialidade do Substitutivo Cid Sabóia, bem como do PLC 45/91, onde havia, anteriormente, apensado o seu Projeto. O Substitutivo apresentado ao PL 101/93 é, basicamente, o mesmo que já havia sido por ele proposto, com pequenas modificações. Surge, então, o "Darcy VI". O que causa espanto é que este Substitutivo difere frontalmente, em sua essência, do PLC 101/93, por ele aprovado. No dia 28/06/95 a judicialidade do Substitutivo é aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e, apesar do protesto de alguns Senadores, em 31/08/95 é aprovado na Comissão de Educação do Senado. Vale relembrar que o Senador Darcy Ribeiro foi nomeado Relator das duas Comissões. Assistimos, então, perplexos, a um confronto inusitado, entre um Projeto que é fruto de seis anos de amplos debates, que, se não é o ideal de todos, pelo menos, traduz a reivindicações de muitos, com um outro de autor único, que só recentemente se submeteu a pouquíssimos debates, apenas sob grande pressão de outros parlamentares e dos segmentos organizados da sociedade civil". OTRANTO, C. R. “A Nova LDB da Educação Nacional: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança”. In *Revista da Universidade Rural – Série Ciências Humanas e Sociais*. Vol. 18, No. 1–2, Seropédica/RJ: EDUR/UFRRJ Dezembro/1996.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 31/08/1995. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto.

(...) neste projeto a questão da universidade é extremamente genérica, superficial (...) a abertura para esse processo do governo sobre a autonomia (vem) de uma maneira realmente muito rígida podendo chegar até a mesmo à organização não-estatal do ministro Bresser-Pereira.

Ainda lembrou que a ANDIFES optou pelo relatório do senador Cid Sabóia, mas devido às condições políticas não previa qualquer oportunidade para esta possibilidade e a tramitação daquele relatório estaria totalmente anulada, servindo apenas como um referencial de conteúdo, o qual se tentaria introduzir no substitutivo se o acordo suprapartidário proporcionasse um ambiente para negociações¹⁶³ mais desanuviado.

Na continuidade da reunião, a fala do prof. Newton Lima buscou recuperar a trajetória sobre a questão da autonomia desde o final do ano de 1994, quando ele se encontrava à frente da ANDIFES; relatou que em dezembro daquele ano ocorrera reunião com o economista Paulo Renato Costa Souza, que à época atuava como coordenador da proposta de governo, integrando a equipe de transição do governo federal e era cotado para assumir o Ministério do Planejamento. Este recebera o conjunto de reitores e os principais diretores da ANDIFES, além de presidentes de Comissões Temáticas, que lhe apresentaram um documento aprovado pela entidade depois de dois anos de discussão, o qual versava sobre a questão da avaliação das instituições universitárias, matriz de distribuição de recursos e a autonomia.

Naquela oportunidade solicitaram que fosse aberto o diálogo

¹⁶³ A esperança foi vã, pois a LDB só entraria em vigor sob o número 9.394, em 17 de dezembro de 1996. No capítulo da LDB dedicado à Educação Superior, com quinze artigos, do nº 53 ao 56 são estabelecidas diretrizes ao exercício da autonomia das universidades; contudo, o artigo 57 é uma evidente contradição, pois determina quantas horas o professor é obrigado a lecionar por semana, o que deveria ser de competência interna da cada instituição. Eis aí uma evidência do que se defende neste trabalho: por mais que se apregoe a autonomia da instituição universitária ela é continuamente assediada e suplantada pela lógica administrativa central.

com o Ministro da Educação, pois se sabia que o governo de Fernando Henrique Cardoso tinha uma proposta diferente sobre os mesmos assuntos. Em resposta, Paulo Renato Sousa teria respondido que não haveria problemas e que encaminharia o assunto ao futuro presidente e toda sua equipe, independente de quem fosse escolhido para ser Ministro da Educação.

Na sequência de fatos, Paulo Renato Sousa viria ser o ministro da Educação e não do Planejamento; o que o prof. Newton Lima narra a seguir é como o ministro da Educação, que já tinha conhecimento de todo o percurso realizado pela entidade que o procurara e do referido documento, adotou uma estratégia de marginalização dos dirigentes das IFES, privilegiando outras associações de reitores e atuando no sentido de desmoralizar o sistema federal de ensino superior.

Para tanto, desdobrou-se publicando artigos em jornais de circulação nacional, dando entrevistas em que expunha argumentos¹⁶⁴ que alegavam o excessivo custo do aluno, um pretenso esbanjamento de dinheiro pelas IFES (que teriam recursos de sobra além de excesso

¹⁶⁴ Veja-se a seguinte transcrição de um trecho do programa de entrevistas “Roda Viva”, exibido em 09/10/1995 pela TV Cultura, de São Paulo, no qual o ministro Paulo Renato Souza expressa claramente seu ponto de vista: *“Paulo Renato de Souza: A questão da gratuidade, eu acho que neste momento é uma falsa questão, a questão principal nesse momento é garantir que as universidades sejam mais eficientes no uso dos seus recursos. Nós achamos que há bastante desperdício dentro das universidades, e que não é culpa apenas da universidade. Eu acho que, em grande medida, é culpa do governo que, ao longo dos anos, levou as universidades ao desperdício. Hoje se uma universidade introduzir qualquer coisa para poupar algum dinheiro, o dinheiro não fica com ela, volta ao governo federal. Qual é o incentivo que ela tem? Então o que nós temos que buscar, em primeiro lugar, é uma maior eficiência no recurso público. E para isso, nós temos que levar a universidade pública à autonomia plena, como aconteceu em São Paulo. Fizemos um pacto pela autonomia total da universidade com o governo do estado. / Fernando Rossetti: [interrompendo] Só que isso só foi possível quando se vinculou uma parte da arrecadação à universidade./ Paulo Renato de Souza: Mas isso foi o critério em São Paulo, e hoje eu faria diferente. Eu acho seria muito melhor vincular não a um percentual da arrecadação, mas aos produtos. Qual é o projeto da universidade? Muito bem, isso aqui custa tanto, tanto e tanto. Nós damos o dinheiro para isso e a universidade se vira, faz o seu orçamento. [...]”* (Sublinhados meus). O acervo “Memória Roda Viva”, que reúne as entrevistas realizadas desde 1986 foi disponibilizado pela FAPESP, no link <<http://www.rodaviva.fapesp.br/>> . Acesso em 05/03/2013.

de pessoal), visando enfraquecer o prestígio das universidades públicas e seus representantes junto à sociedade brasileira. Em face desta campanha de difamação, os reitores ensaiaram uma reação, promovendo reuniões e convidando o ministro para que participasse das mesmas e discutisse as críticas que fazia ao sistema de educação federal e outros temas relevantes; porém, apenas o secretário de educação superior atendeu uma vez ao convite, mas não aceitou debater a autonomia e a questão do financiamento e das universidades federais.

A cartada seguinte neste jogo entre o governo federal e a ANDIFES foi dada pelo ministro Bresser-Pereira, com a apresentação do projeto de organizações sociais, o que foi entendido como uma proposta de privatização explícita das universidades federais brasileiras, além de atingir outros setores da administração pública. Após um período de afastamento do ministro Paulo Renato Sousa, em seu retorno o MEC altera a tática para lidar com os reitores, convidando-os para discutir a autonomia, mas excluindo as demais entidades de classe interessadas: ANDES, FASUBRA e UNE, que tinham tomado parte das discussões promovidas pelo ministro Hingel, antecessor de Paulo Renato Sousa, e que havia acolhido as manifestações destas mesmas organizações.

Relembrando acontecimentos de relevância sobre o tema, foi exposto pelo prof. Andrade o contraste entre o governo Itamar Franco em tratar do tema da autonomia com a situação que então se apresentava: se o ministro Hingel havia constituído um grupo (denominado Comissão Agenda Autonomia 94 e coordenado pelo MEC através do secretário da SESu), com participação dos interessados por meio de suas entidades de representação, o que congregou as associações já mencionadas e mais os reitores das universidades estaduais, particulares e confessionais, se encaminhando para uma descentralização negociada com os vários setores que compunham o ensino superior, o novo ministro da Educação, segundo se expressou o prof. Newton Lima, parecia mais um ministro do Planejamento na Educação e jogou por terra todo o trabalho que fora feito, desqualificando-o.

Ao final da reunião, finda a exposição do assunto realizada pelo prof. Andrade e pelo prof. Newton, o Consuni deliberou e votou por unanimidade a divulgação de documento da ANDIFES “Pela Autonomia Universitária” junto às diferentes unidades da UFSCar, solicitando que se posicionassem, além de incumbir a Reitoria de realizar evento sobre o tema e de marcar nova reunião conjunta dos conselhos para conhecer os posicionamentos da comunidade e deliberar sobre a matéria.

Este seria apenas mais um dos momentos nos quais o Consuni foi solicitado a se debruçar sobre este assunto de alcance nacional e que já tinha aparecido nas atas das reuniões anteriores a 1995. Contudo, o tema da autonomia é uma constante que se avoluma de ano a ano a partir de meados da década de 1990 nas pautas e ordens do dia; sobre estes processos internos da comunidade da UFSCar ao lidar com a questão se retornará mais adiante.

O projeto ideológico do governo Fernando Henrique Cardoso para a máquina estatal seria expresso também nos embates que visavam enquadrar o campo do ensino superior público e privado a uma dupla lógica: eficiência e controle. Para tanto, pode-se interpretar que pelo menos duas tentativas foram feitas, em concomitância com as ingerências perpetradas no processo de aprovação da LDB, a saber: a PEC nº 233-A de 1995 e a PEC nº 370 de 1996.

Enquanto muitas iniciativas de políticas públicas que foram propostas nos anos 1990 pelo governo Fernando Henrique não chegaram a se viabilizar em todo seu alcance, outras simplesmente foram abandonadas ou se desistiu delas. A pretendida reforma universitária oriunda deste momento conjuntural tem a característica de ser um amálgama de situações e contextos que se revezam em apresentar tais características, o que se observa na trajetória das PECs que visavam tratar deste assunto em particular e de seus correlatos, algo que deixou registro nas pautas das discussões do Consuni.

Assim, o debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 233-A tem origem em iniciativa do Poder Executivo, destinando-se a abordar questões referentes aos três níveis de ensino – fundamental, médio e superior. Seu raio de abrangência era amplo e definia detalhadamente a divisão de responsabilidades dos entes federativos quanto ao financiamento, especialmente o do ensino fundamental. Já ao abordar o ensino superior, a PEC nº 233-A abria duas frentes: a primeira que visava à questão da autonomia universitária; e a segunda que se dedicava a regular captação de variadas fontes de recursos para as universidades públicas, e.g. cobrança de mensalidades em cursos lato sensu, de aperfeiçoamento e extensão.

Contudo, previa uma alteração do texto constitucional do caput do artigo 207, acrescentando a ele, na regulamentação da autonomia a expressão "na forma da lei". Com isto ficava estabelecido que o princípio de autonomia constitucional não seria auto-aplicável, implicando em existir uma Lei Ordinária que provesse sua regulamentação.

No âmbito da Comissão Especial criada pela Câmara dos Deputados para apreciar o projeto ficou patente pela reação dos setores envolvidos que os dispositivos da PEC nº 233-A para o ensino superior não eram objeto de consenso, ao contrário daqueles que se referiam ao ensino fundamental. Desta forma o relator, deputado José Jorge¹⁶⁵, foi sensível ao clamor das várias entidades e outros parlamentares que se engajaram na disputa e indicou no seu voto que houvesse tramitação independente para as proposições que se referissem à autonomia universitária; assim surge a Proposta de Emenda à Constituição nº 370/96, para a qual foi relator da Comissão Especial o deputado Paulo Bornhausen¹⁶⁶.

¹⁶⁵ José Jorge de Vasconcelos Lima, ministro aposentado do TCU, ex-senador e deputado federal por Pernambuco; foi um dos fundadores do PFL e relator de uma das fases da tramitação da LDB.

¹⁶⁶ Paulo Bornhausen, advogado e político catarinense é filho do ex-governador de Santa Catarina Jorge Bornhausen; atualmente é filiado ao PSB, mas em 1995 era deputado federal pelo PFL.

As atividades da comissão iniciaram-se em outubro de 1996, repetindo a prática da comissão anterior de manter audiências públicas para ampliar o debate dos temas mais polêmicos. Foram discutidos resultados de pesquisa de opinião, estudos e consultas a especialistas da área de educação, havendo muita discussão sobre o Programa de Crédito Educativo e o financiamento do ensino superior em geral e não apenas do ensino público.

Ao elaborar o relatório final, o deputado Bornhausen destacou alguns fundamentos, a saber:

- a) Preservação da proteção constitucional da autonomia universitária;

Levou-se em conta o questionamento que sofreu o acréscimo da expressão "na forma da lei", devido ao fato de que representaria um rebaixamento do princípio da autonomia na ordem jurídica, pois deixaria o âmbito constitucional e passaria a pertencer aos assuntos regulados por lei ordinária, podendo ser modificado por qualquer outra lei. Dada esta consideração, a desconfiança e rejeição desta medida no meio universitário eram totais; portanto, o relator da PEC 370/96 posicionou-se pela substituição da medida polêmica por um novo texto.

- b) Estatuto jurídico especial das universidades federais;

Engloba os seguintes traços: liberdade na gestão de pessoal, reconhecimento das especificidades organizacionais, fiscalização e financiamento pelo Poder Público, orçamento global. A intenção do relator ao incluir estes tópicos no texto constitucional devia-se à necessidade de explicitar a referência no texto do caput do art. 207 da Constituição sobre "a autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial"; se fosse implantado como reforma constitucional representaria uma possibilidade de descentralização na administração das universidades federais.

c) Garantia de financiamento pelo Poder Público e criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior

Obter recursos para o ensino superior de forma regular e certa era tema candente na discussão sobre como se daria a passagem do modelo existente nas universidades federais e a proposta de IFES dotadas de ampla autonomia, inclusive para gerar e administrar suas receitas; neste aspecto em particular aparece o problema dos inativos e das fontes para seu pagamento. O relatório da Comissão Especial considerou que o artigo 168 da Constituição Federal era adequado ao tratamento do problema.

d) Expansão da autonomia universitária

Trata-se da inclusão no texto da PEC nº 370/96 de substitutivo com medidas que atendiam às pretensões das instituições particulares de ensino superior, particularmente com a aplicação da autonomia às instituições não-universitárias.

e) Crédito Educativo

Este item era entendido como essencial para garantir a expansão do ensino superior e assegurar alocação mais justa de recursos públicos para os estudantes; o substitutivo do relator destinava 10% dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino superior ao crédito educativo.

Os longos debates no parlamento que acompanharam a tramitação da PEC nº 370/96 se configuraram como espaço de participação e negociação entre os diversos setores interessados, com destaque para a ANDIFES, que protagonizou o ponto de vista das IFES graças à representatividade dos reitores eleitos naquele período; entre outros princípios que defendeu, está a visão sobre a avaliação (interna e externa) que foi dimensionada, pela ANDIFES, como um princípio indissociável ao da autonomia universitária.

Quanto à adoção da avaliação, a ANDIFES, ao aprovar esses princípios, os vinculava à defesa da universidade pública e gratuita

pautada pela indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão com o conceito de autonomia universitária. A atitude do MEC é entendida, assim, como uma ameaça ao modelo de universidade pública desejável para o País. Quanto à ANDES, esteve sempre em oposição à proposta da reforma universitária feita “por cima”, tendo por base para seu posicionamento de crítica o que seria o modelo neoliberal abraçado pelo governo do período; de forma semelhante posicionaram-se tanto a FASUBRA quanto a UNE.

Foram anos de diálogo e embates, com os diferentes envolvidos cedendo em alguns pontos e defendendo outros, até alcançar o ano de 1999, quando se chegou a um acordo que parecia atender aos atores participantes da discussão e que ficou definido no substitutivo do relator ao texto final da PEC nº 370/96. Ao MEC, portanto, interessava fundamentalmente a possibilidade de alterar o Art. 207 da Constituição, dado o entendimento da necessidade de aperfeiçoar a gestão administrativa e financeira das universidades públicas federais e de exercer um controle mais eficiente sobre o padrão de qualidade das universidades particulares.

No trecho da ata abaixo pode-se acompanhar a trajetória do envolvimento da UFSCar nesta conjuntura específica:

ATA DA 122ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 23/03/1999. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. José Rubens Rebelato.

Ordem do dia. Assunto: 3.3 – Relato dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Autonomia do Conselho Universitário. O Sr. Presidente informou que no âmbito da Andifes existe uma Comissão de Autonomia presidida pelo reitor Jader Nunes e tendo como relator o reitor desta UFSCar. (...) para proceder a adequação da proposta de lei orgânica (elaborada pela Andifes), à LDB e à reforma administrativa, bem como restringir sua abrangência apenas às IFES (...) considerando que haviam questionamentos de diversos dirigentes referentes às questões de conteúdo do anteprojeto de Lei Orgânica, a Andifes encaminhou para todas as IFES do sistema uma contextualização do referido projeto com versão revisada para que através da participação e do posicionamento dos conselhos universitários, os dirigen-

tes apresentem a posição de suas instituições ao Diretório para posterior sistematização das propostas pela comissão de autonomia da Andifes. Internamente, através do Ato Administrativo Consuni nº 348/96, foi constituída uma comissão, à qual foi atribuída a responsabilidade pelo trabalho de conscientização e discussão com os vários segmentos da comunidade universitária. O Prof. Dr. Oswaldo B. Duarte Filho, Presidente da Comissão de Autonomia da UFSCar¹⁶⁷, informou que desde 1997 a comissão vem organizando várias reuniões junto aos departamentos para discussão do tema autonomia com o objetivo de sensibilizar a comunidade sobre a temática importante para a universidade. Informou que a comissão criou uma homepage sobre autonomia e que contém a proposta de Lei Orgânica, parte da LDB (parte destinada à educação superior) e o Projeto de Emenda à Constituição – PEC 370, que se encontra no Congresso desde dez/97. Após, colocado em discussão, foram feitos alguns comentários relacionados ao tema e sobre a probabilidade de adesão das universidades (através de seus reitores) à proposta do governo. Ficou então combinado que através da comissão interna da UFSCar será solicitado aos conselhos universitários de outras IFES suas posições em relação aos aspectos da autonomia; dessa forma será facilmente identificado quando um reitor estiver defendendo na Andifes algum posicionamento diferente do que pensa o seu conselho universitário (...).” (Sublinhado meu)

Da reunião seguinte consta o seguinte informe:

ATA DA 123ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 16/04/1999. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. José Rubens Rebelato.

O Sr. Presidente comentou também sobre a reportagem veiculada pelo Jornal “O Estado de São Paulo”, onde o ministro Paulo Renato declarou que na sua opinião, entre as várias universidades em condições de aderir imediatamente à autonomia estava a UFSCar. O Sr. Presidente deixou claro que esta é uma opinião do ministro, pois em nenhum momento o reitor ou qualquer pessoa da administração da UFSCar emitiu ao ministro ou representante dele, qualquer opinião que não fosse as deliberadas neste Conselho.¹⁶⁸

Como se pode notar, o reitor da UFSCar deixa transparecer a preocupação em demarcar seu posicionamento frente ao ministro, sem

¹⁶⁷ Sobre esta comissão, vide Anexo G.

¹⁶⁸ O informe refere-se à reportagem publicada pelo OESP, intitulada: *Autonomia universitária poderá ser gradativa*, publicada em 13/04/1999, Caderno Geral, pág. A12 (Anexo H).

dúvida, mas principalmente enfatizando sua submissão aos rumos da questão encaminhados no âmbito do Consuni, pois o passado de ingerências pelo Conselho de Curadores e mesmo a lembrança da intervenção que a comunidade acadêmica sofrera era ainda memória recente e qualquer indício de aquiescência da reitoria a proposições desconhecidas ou rejeitadas por aquele colegiado poderia gerar situações de confronto extremas.

Por outro lado, a discussão sobre a possível aprovação de uma lei que regulamentasse a autonomia universitária era compreendida pelos membros do Consuni à luz das interlocuções promovidas pelas entidades representativas tanto internamente à UFSCar quanto em plano nacional – e assim, as manifestações do colegiado se pautavam pelo debate e deliberações que davam suporte às propostas advindas da ANDIFES, ANDES, FASUBRA e outras associações classistas envolvidas na questão.

Entrementes, quando afigurava-se que ocorreria a aprovação em plenário, o MEC sustou a tramitação devido ao veto que a equipe econômica impôs à garantia de recursos para as universidades, por meio de alteração do artigo 212 da Constituição Federal, que subvincularia 75% dos recursos previstos para educação na área federal.

Assim, acabou muito diferente da intenção inicial a primeira tentativa de reforma universitária promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso; no segundo mandato haveria novas ofensivas por parte do Executivo, pretendendo converter as universidades em "organizações sociais", como será detalhado mais adiante. Com a atuação dos conselhos universitários e reitores, além das greves¹⁶⁹ de docentes, funcionários e estudantes da UFSCar e de outras IFES estas iniciativas também foram alvo da oposição dos vários concernidos; contudo, ainda que bem sucedida sob vários aspectos não deteve a fragilização do ensino superior público.

¹⁶⁹ Como já foi apresentado no Apêndice B – Greves dos servidores das IFES de 1985 à 2002.

Para traduzir em termos orçamentários para o MEC, na relação comparativa dos programas pelos quais é distribuído o orçamento global da pasta, observe-se a seguinte tabela:

TABELA 3 MEC: DISTRIBUIÇÃO DO GASTO TOTAL POR PROGRAMA (1993–1999), EXPRESSO EM PERCENTUAL

Programa	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Administração do MEC	2,51	1,66	1,52	1,74	5,78	5,89	3,70
Ensino Fundamental	13,18	16,01	12,82	14,09	17,33	23,39	20,30
Ensino Médio	7,05	5,12	5,56	4,77	4,64	4,31	4,76
Educação Superior	46,00	44,19	45,36	44,86	44,74	39,83	45,52
Saúde	13,15	12,19	13,78	12,55	4,75	4,75	1,89
Previdência	14,94	16,57	16,20	17,51	18,63	18,29	19,42
Outros	3,17	4,26	4,77	4,47	4,12	3,54	4,40
Total MEC	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<i>Em R\$ de dez. 99</i>	10030,5	13857,1	13840,1	12559,1	12017,3	12988,7	12285,6

Fonte: SOARES, M.S.A. “A educação superior no Brasil”. IESALC/UNESCO, 2002.

Basta uma breve apreciação da tabela 03 para ver que de 1993 até 1999 o programa “Ensino Superior” sofre oscilações de volume de recursos sempre a menor, embora os totais expressos em reais tenham variado sempre positivamente em relação ao ano inicial da série. Deve-se também levar em conta o impacto de algumas variáveis históricas embutidas nos dados apresentados: 1) O aporte de recursos públicos para IES particulares e confessionais, especialmente através de linhas de financiamento destinadas aos cursos destas instituições e que ganham impulso depois da entrada em vigor da LDB, a partir de 1996; 2) A expansão das instituições privadas, que foi se acentuando ao longo do período, como indicam os dados na tabela 04, ao contrário do que ocorreu com as IES públicas cujo peso no sistema de educação superior como um todo foi reduzido paulatinamente:

TABELA 4 – PERCENTUAL DE IES POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

TIPO	Ano		
	1994	1998	2001
Públicas	25,6%	21,5%	11,9%
Privadas	74,4%	78,5%	88,1%

Fonte: MEC/Inep, Censo da Educação superior 2002. Sinopse Estatística 2003. Disponível em: www.inep.gov.br, acesso em 14/07/2013

Mesmo com perspectivas pouco animadoras para o setor público das IFES neste período, a UFSCar conseguiu abrir sete novos cursos de graduação na década de 1990, a saber: Ciências Sociais, em 1991; Engenharia de Computação, em 1992; Psicologia e Biblioteconomia, em 1994 e a Licenciatura em Letras foi autorizada pelo Conselho Universitário na 107^a reunião realizada em 13 de junho de 1995, iniciando suas atividades em 1996, juntamente com o curso de Imagem e Som – Bacharelado em Produção Audiovisual. Por fim, no ano 1999 foi criado o curso de Engenharia Física, iniciativa pioneira na América Latina.¹⁷⁰

Para entender como isto foi possível em um momento de tantas contenções de despesas, cortes de verbas e orçamentos contingenciados, além da problemática situação gerada por decretos proibindo abertura de concursos para o serviço público (inclusive para prover os casos de falecimento, aposentadorias ou demissão!) há que se lançar mão de uma análise das discussões no CEPe e no Consuni ao longo do desenrolar desta conjuntura.

O que se percebe, em primeiro lugar, é que os cursos que foram abertos enquadram-se em uma realidade acadêmica de relativo

¹⁷⁰ Conforme noticiou OESP, em 18/11/1999, Caderno A, pág. 17: “UFSCar quer formar engenheiros ‘polivalentes’ – Escola pretende lançar no mercado profissionais multidisciplinares. A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) acaba de criar o curso de engenharia física, que já será oferecido no vestibular deste ano. O objetivo é lançar no mercado “engenheiros polivalentes”, capazes de atuar em diversas áreas. Pioneiro no País, o curso é oferecido há 30 anos nos Estados Unidos(...)”

baixo custo para sua manutenção, inclusive se beneficiando de instalações (salas de aula, laboratório, biblioteca, etc.) que a UFSCar já possuía (caso da Computação, cujo departamento já existia desde 1972) e que o status jurídico de universidade fundacional proporcionava alguma margem de ação à Reitoria e a CANOA¹⁷¹ frente às necessidades agudas daquela conjuntura; em segundo, revela-se um empenho da comunidade acadêmica em manter a universidade em funcionamento e até mesmo em não deixar de atender demandas de diversos setores da sociedade são carlense e da região, em função dos quais havia compromissos anteriormente assumidos – por exemplo, o caso do curso de Biblioteconomia.

Na seqüência examinar-se-ão outros aspectos de reforma administrativa que atingiram a UFSCar e visavam não apenas as IFES, mas a administração pública entendida como um todo; trata-se de analisar a lógica que determinou o surgimento do MARE e suas componentes conjunturais, avaliando seu alcance e limites.

3.2 – Sob a égide da Reforma Bresser: alguns servidores são mais servidores do que os outros

Em 1994, com a vitória nas urnas de Fernando Henrique Cardoso e a preparação para a transição de governo, cresceu a expectativa sobre que mudanças seriam propostas para o país, depois que o problema da hiperinflação e descontrole da economia pareciam ter sido debelados pelo sucesso do Plano Real.

Naquela conjuntura entraria em pauta uma ofensiva política para abrir caminho ao que era qualificado como “retrocessos” presentes no texto constitucional de 1988¹⁷². Pela atuação do próprio presi

¹⁷¹ Esta peculiaridade já havia sido enfatizada pela reportagem da Revista VEJA em 1981. Vide Anexo C “A estrela dos Anos 80”.

¹⁷² BRESSER-PEREIRA. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=940>>. Acesso em 16/09/2013.

dente Cardoso, quando ainda era ministro da Fazenda na gestão de Itamar Franco, as perspectivas para os servidores federais não eram otimistas¹⁷³.

O ministro Bresser, em sua exposição de motivos para a proposta de reforma administrativa do Estado enviada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, assim introduz o assunto:

*Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a proposta em anexo de emenda constitucional, relativa ao regime jurídico da estabilidade dos servidores públicos civis. Esta proposta se complementa com outras três emendas, que terão por objeto, respectivamente, as diretrizes e princípios gerais da administração, a flexibilização do regime jurídico dos servidores e o tratamento equilibrado entre os três poderes nas prerrogativas relativas à organização administrativa e fixação de vencimentos.*¹⁷⁴ (Sublinhado meu)

¹⁷³ Entre as várias ações, manifestações e greves dos servidores públicos da educação no período de 1993–1995, a UFSCar esteve sempre presente através dos sindicatos dos docentes e dos técnicos–administrativos; assim, já havia ocorrido embates com o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique e os líderes dos movimentos paredistas tinham ciência de que não poderiam nutrir esperanças de ter as demandas atendidas, como se pode ver pelo informe do prof. Newton Lima na 103ª Reunião Ordinária do Consuni, em 24/03/1994: “(...) O governo também se empenhou, e conseguiu na revisão constitucional, a redução de 18,4% para 14,8% do índice de verba para a Educação a fim de viabilizar o Fundo Social de Emergência proposto pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso, que se comprometeu a reconstituir esse índice mas não mostrou nada de concreto até agora. Entidades civis como a ANDIFES, UNE, ANDES, FASUBRA, entre outras, lutaram mas foram derrotadas na ação de impedir a revisão do artigo da Constituição que reduziu o índice para a Educação. Tudo que era preciso foi feito nesse sentido, inclusive a busca do apoio da imprensa e a tentativa de mobilização da comunidade mas infelizmente o Fundo foi aprovado com o corte das verbas. Destacou a ação do Ministro Hingel, da Educação, que entretanto foi em vão. Como educadores saímos derrotados, concluiu, e hoje nos encontramos sem orçamento nem perspectivas.(...) PLANO FHC. Esclareceu que, entre outras medidas, o Plano de Estabilização Econômica proposto pelo Ministro da Fazenda prevê a estadualização das Universidades Federais, cujo objetivo é se livrar do ônus financeiro e repassar os encargos para os Estados. Comentou que, para São Paulo, o Estado mais rico da nação, nada significa acrescentar ao seu orçamento mais US\$ 35 milhões, mas para outros Estados, principalmente do Norte e Nordeste, esta é uma trágica decisão tanto para as IFES como, e principalmente, para a Educação brasileira. Esta é uma das situações críticas que ameaça a Universidade pública e que independe da Administração da UFSCar mas que mostra a necessidade de nos unirmos na luta contra as medidas governamentais, que são questões concretas que exigem a união de todos, uma vez que somos todos responsáveis pela defesa da educação pública, gratuita e de qualidade”. (Sublinhado meu).

¹⁷⁴ *Exposição de motivos à Proposta de Emenda Constitucional*, apresentada à Presidência da República por Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ministro da Administra-

Basta observar que embora se fale sobre a reforma do aparelho de Estado e quais seriam seus princípios, o início do documento é bastante direto ao sinalizar de quais ações se estava falando: na prática consistia em alterar o texto constitucional através de propostas de emendas constitucionais, naquilo que fosse necessário para retirar prerrogativas e direitos dos servidores públicos e garantir novas fontes de receitas para o Executivo.

Nesse intuito, o Plano Diretor da Reforma Administrativa invoca o conceito de “modernização da gestão”, o que não constitui propriamente novidade no discurso político brasileiro e costuma trazer implicações desastrosas para as classes trabalhadoras; relembre-se que historicamente a modernização se traduz em desigualdade e crescimento, o que deve ser bem compreendido como diverso de desenvolvimento. O próprio Bresser esclarece que:

(...) reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que no entretanto (sic) não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de “publicização”.¹⁷⁵

Neste excerto encontra-se bem definido o destino reservado pela Reforma Bresser às universidades públicas federais: instituições estatais destinadas a serem lançadas ao mercado; pouco importa o eufemismo “publicização” ou algo tão nebuloso quanto o conceito de “público não estatal” – no fundo nada mais é que uma forma de escamotear as obrigações e deveres que a lei maior assinala ao Poder Executivo.

ção Federal e Reforma do Estado, em 11/08/1995. Documento obtido no site pessoal de Bresser-Pereira, disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=940>>. Acesso em 25/09/2013.

¹⁷⁵ Bresser-Pereira, *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília, 1995. Pág. 12-13.

Para tentar compreender de que forma se estrutura esta estratégia, observe-se a figura 03, na qual o próprio Bresser-Pereira apresenta de maneira sintética o que seria a espinha dorsal do projeto de reforma administrativa que desejava ver implantada no Estado brasileiro.

De saída, se estabelecem distinções entre formas de administração (coluna direita da figura 03): a) burocrática, que estaria reservada ao setores estatais ditos “estratégicos” e b) gerencial, ou seja, aquela que é apontada por Bresser como a panacéia para o retrocesso que a “consagração da burocracia” pela Constituição Federal teria imposto ao Estado brasileiro.

Outra distinção basilar para a Reforma Bresser está na coluna central da figura 03, onde surge uma classificação das “formas de propriedade”, que substitui a dicotomia público/privado pela tripartição da propriedade em estatal/ pública não estatal/ privada. Fica evidente que a intenção é excluir determinados setores de atividades públicas do exclusivo estatal, já renunciando um viés de atribuições de responsabilidade que visa eximir o Estado de arcar com tarefas que lhe são constitucionalmente afeitas, transferindo para a iniciativa privada setores substanciais do que se convencionou denominar “Estado de Bem-estar social”, no qual o agente público zelava pelo provimento de direitos como saúde, educação, previdência, etc.

FIGURA 3 – RELAÇÕES ENTRE FORMAS DE PROPRIEDADE/ADMINISTRAÇÃO E OS SETORES ESTATAIS

	Forma de Propriedade			Forma de Administração
	Estatal	Pública não-estatal	Privada	Burocrática Gerencial
Núcleo estratégico Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos Ministérios, Ministério Público
Atividades exclusivas Regulamentação, Fiscalização, Fomento, Segurança Pública, Seguridade Social Básica
Serviços não-exclusivos <u>Universidades</u> , Hospitais, Centros de Pesquisa, Museus	Publicização →
Produção para o mercado Empresas Estatais	Privatização →

Fonte: BRESSER-PEREIRA. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, 1995. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=940>>. Acesso em 16/09/2013, pág. 47.

De acordo com a classificação que se vê na figura 03, apenas os setores do aparelho estatal qualificados como “núcleo estratégico” e “atividades exclusivas” são totalmente estatais; aos setores de “serviços não exclusivos” e “produção para o mercado” reserva-se a duvidosa qualidade de “propriedade pública não-estatal” (UFSCar e demais IFES entre elas), com a missão de “publicização” a ser cumprida por meio da adoção do modelo administrativo gerencial. Quanto às

empresas estatais, não há meias palavras: seu destino é a privatização pura e simples, o mercado é seu novo senhor.

A oposição frontal que as IFES irão promover aos desígnios do MARE o qual, de resto, também será confrontado por todos os setores do serviço público que são atingidos pela Reforma Bresser, mobilizando a sociedade civil organizada e as entidades associativas acabará por ter como resposta a estratégia do governo Fernando Henrique Cardoso de levar a efeito seus propósitos por meio de medidas provisórias sistematicamente reeditadas e decretos que forçavam as IFES a lidar com situações difíceis para levar a cabo suas atividades—fim; como se vê na reunião do Consuni de outubro de 1996, no informe do reitor que deixava o cargo, prof. Newton Lima, lastimando que o sucessor assumisse nas condições adversas daquele contexto:

ATA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 17/10/1996. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto.

Lamentou pesar pelo pacote do governo que desabou sobre os servidores públicos e sobre a sociedade brasileira através do autoritário mecanismo de medidas provisórias, instrumento que não é usado em nenhuma democracia; a Administração tomou conhecimento das medidas que visam diminuir o déficit público, reduzir o quadro de servidores e os benefícios dos ativos e inativos. (...). Com relação ao quadro de técnico-administrativos da UFSCar, a Secretária de Recursos Humanos, Maria de Lourdes informou, a pedido da Presidência, que através da MP 1524 de 11.10.96, foram extintos 19 cargos vagos da UFSCar e 137 foram colocados em extinção (...) O Sr. Presidente disse que haverá uma profunda modificação na vida institucional doravante; um conjunto de atividades da UFSCar deverá ser realizada por terceiros. (sublinhados meus)

E ao lado destas investidas do poder central contra os servidores, tramitavam as emendas da reforma administrativa no Congresso, juntamente com outra agressão aos direitos dos funcionários públicos: a alteração da previdência, que segundo Bresser,

(...) visam, a curto prazo, facilitar o ajuste fiscal especialmente nos estados e municípios, onde existe excesso de quadros, mas também na União no que diz respeito ao sistema previdenciário(...) Visam também,

através da definição de tetos para as remunerações dos funcionários ativos e para os proventos dos pensionistas, e através da exigência de projeto de lei para aumentos de remuneração nos três poderes, eliminar privilégios e desequilíbrios, que caracterizam o sistema remuneratório público brasileiro. Acompanhando a reforma constitucional será necessário aprovar no Congresso toda uma nova legislação infraconstitucional¹⁷⁶. (Sublinhado meu)

Não é exagero dizer que desde o momento em que o governo Fernando Henrique Cardoso cogitou fazer alterações na previdência social dos servidores públicos federais o efeito provocado alcançou proporções que tomaram rumos inesperados: entre os docentes das IFES, por exemplo (e de outras IES estaduais também) aconteceu uma corrida para requererem a aposentadoria, enquanto ainda era tempo para evitar ser lesado nos direitos adquiridos.

Na prática, professores que ainda ficariam muitos anos na academia lecionando, orientando e desenvolvendo pesquisas – ressalte-se que em algumas áreas acadêmicas é exatamente nesta fase da vida que o pesquisador alcança a maturidade intelectual – se aposentaram e acabaram migrando para as IES particulares ou mesmo indo para outras instituições fora do Brasil; muitos programas de pós-graduação de universidades privadas lograram, assim, ter entre seus membros do corpo docente pessoal altamente qualificado e que de outra forma dificilmente atuaria nessas instituições – e não se subentende aqui nenhum tipo de preconceito com o ensino particular; apenas constata-se que fora do ensino superior público é reduzido o número de instituições que investem em condições de pesquisa adequadas aos seus docentes e alunos.

Resta compreender como é que a reforma do MARE pretendia viabilizar a passagem das IFES para a situação de “publicização”; a fórmula para alcançar este intento foi cunhada também por Bresser–

¹⁷⁶ BRESSER-PEREIRA. Opus cit., pág. 50

Pereira: universidades públicas federais teriam o seu estatuto jurídico modificado, tornando-se as chamadas “Organizações Sociais”, isto é,

*(...) Entende-se por “organizações sociais” as entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária (...) As organizações sociais terão autonomia financeira e administrativa, respeitadas condições descritas em lei específica como, por exemplo, a forma de composição de seus conselhos de administração (...)*¹⁷⁷. (Sublinhado meu)

Convém assinalar a contradição que se apresenta nesta definição: se a organização social é regida pelo direito privado, como se poderia incluí-la em um caráter público, quiçá não-estatal? Evidencia-se aqui o engano disfarçado por uma terminologia que não resiste a uma análise mais acurada: a “publicização” seria uma espécie de privatização voluntária, pois a adesão ao modelo ficaria condicionada, no caso das IFES, à opção por adotá-lo, algo que deveria ser decidido pelos colegiados de cada instituição.

Com a aprovação e entrada em vigor da Lei nº 9.637, de 15/05/1998, passou a existir uma regulamentação que normatizava a qualificação de instituições que quisessem se tornar “organizações sociais”. Este advento de uma legislação que era totalmente oposta ao pensamento das associações sindicais e demais representações das IFES, como por exemplo a ADUFSCar, foi motivo de grande celeuma e debates pelos meios de comunicação em que se envolveram representantes de tendências divergentes dos meios intelectuais e acadêmicos¹⁷⁸ ligados às universidades, por um lado e figuras públicas engajadas no projeto ideológico do governo Fernando Henrique defendendo a posição do MARE, por outro.

O fulcro da questão era duplo: primeiro, as universidades deixariam de ter caráter estatal, algo que afrontava toda a trajetória

¹⁷⁷ BRESSER-PEREIRA. Idem, pág. 60.

¹⁷⁸ Como por exemplo, Hélió Trindade, Eunice Durham, Simon Schwartzman, Marilena Chauí, entre outros.

de lutas dos sindicatos e servidores docentes e técnico-administrativos das IFES pelo ensino público gratuito e de qualidade; segundo, haveria obrigatoriamente um contrato de gestão que regeria a execução das atividades-meio das universidades que aderissem, o que era entendido como privatização com o objetivo de flexibilizar os mecanismos de gestão públicos para entrada da lógica do mercado financeiro no campo do ensino superior público.

Nessa conjuntura de beligerância ocorrem as greves de 1996 e a de 1998; a primeira reivindicava a retirada do projeto de reforma da previdência e a segunda com a demanda pela autonomia – esta última com duração de mais de cem dias e participação de 46 IFES, entre elas a UFSCar.

Neste mesmo diapasão, a ANDIFES tomou posição contrária ao governo e pronunciou-se de forma crítica à maneira pela qual o projeto de extinção e recriação das IFES estava se desenrolando, com o MEC em atitude reativa e perdendo o protagonismo nas questões que concerniam à educação para outras pastas ministeriais. Insatisfeitos, os reitores solicitaram ao MEC que endossasse a rejeição das IFES à conversão em organizações sociais “publicizadas” (privatizadas), enquanto órgão máximo responsável pela educação brasileira, em nome do princípio constitucional de gratuidade do ensino público.

Mediante a unidade de ação demonstrada pelas entidades representantes das IFES e a oposição que foi mantida às pretensões governamentais, houve o recuo do MEC e a conversão do sistema federal de ensino superior em organizações sociais não aconteceu.

Todavia, o aceno à maior autonomia que fora embutido na proposta das organizações sociais não foi esquecido e outras tentativas de “modernizar” o setor estatal das IFES teriam como pressuposição este anseio manifestado constantemente pelos colegiados e dirigentes das universidades federais. Em 2000, a greve das IFES teve como uma reivindicação impedir o envio ao Congresso de um projeto

do MEC para conceder autonomia às universidades brasileiras, além de lutar para barrar também o Projeto de Emprego Público que o governo desejava aprovar e que possibilitaria a demissão de servidores federais por diversos mecanismos.

De outro ângulo, examinando particularidades no tratamento dos servidores públicos pelo Estado brasileiro, convém lembrar que apesar de mencionar diversas vezes os servidores militares como parte integrante do aparelho de Estado e incluí-los na classificação de “atividades exclusivas” (mas propondo que também adotem a administração gerencial), em seu plano de reforma da administração pública Bresser-Pereira não incluiu estes servidores nas propostas de alteração previdenciária ou mesmo em outras mudanças que integravam o pacote de medidas que deram expressão à reforma administrativa.

Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 18, em 05 de fevereiro de 1998 criou na prática uma distinção entre servidores civis e membros das forças armadas que não existia na Constituição Federal de 1988. Esta seria uma contradição interna ao projeto político de reforma administrativa do governo de Fernando Henrique Cardoso?

A questão é pertinente, posto que a tônica da retórica discursiva do governo de 1995 a 2002 primou por defender o enxugamento do aparato estatal – por exemplo, postulando a diminuição do número de ministérios, proibições de concursos públicos, extinção ou fusão de órgãos públicos, redução do contingente de servidores públicos civis sob o comando do Poder Executivo.

Na contigüidade desta análise, pois, passa-se a considerar elementos e dados que podem elucidar esta questão especificamente, visando compreender em um contexto mais administrativo a inserção das forças armadas nos governos democráticos pós-1985 (especificamente na década de 1990), a título de balizar a distância entre direitos

e obrigações trabalhistas que atingiam de forma desigual funcionários públicos civis e militares.

3.2.1 – Os “não-servidores”: o tratamento aos militares nos governos federais da década de 1990

Não se ignora o fato de que os servidores públicos, além do caráter das áreas específicas em que atuam são também divididos entre civis e militares quanto às características de carreira, havendo, entretanto, a necessidade de sempre levar em conta uma peculiaridade entre ambos: no caso das funções militares exercidas no âmbito da administração pública sempre espreita a sombra daquilo que Max Weber denominou "monopólio da violência", isto é, em nações cujo passado recente não se caracteriza pelas práticas democráticas e republicanas parece permanecer no ar o risco de ver um regime democrático¹⁷⁹ ser solapado por episódios autoritários em que as forças militares assumem o comando do Estado, instaurando regimes de exceção.

Assim, no período dos 10 anos que se seguiram à redemocratização do Brasil havia uma expectativa quanto à integração na normalidade do regime democrático que os setores militares assumiriam; observe-se, por exemplo, a participação de quadros militares em diversos setores dos governos democráticos, não se restringindo a atuar apenas na área da defesa propriamente dita.

Um exemplo de tal situação encontra-se no desempenho do

¹⁷⁹ Bresser-Pereira, em seu projeto de reforma do aparelho de Estado se posiciona sobre o lugar dos militares no serviço público da seguinte forma: “*O aparelho do Estado é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos Três Poderes, por um corpo de funcionários, e pela força militar. O Estado, por sua vez, é mais abrangente que o aparelho, porque compreende adicionalmente o sistema constitucional-legal, que regula a população nos limites de um território. O Estado é a organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, é o aparelho que tem o poder de legislar e tributar a população de um determinado território. (...)*” Ibidem, pág. 12.

general de brigada Romildo Canhim¹⁸⁰, o qual participou do gabinete militar no governo Sarney e retornou como ministro-chefe da poderosa SAF, a Secretaria da Administração Federal durante a gestão presidencial de Itamar Franco, na qual trabalhou para a criação da Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Públicos. Desta maneira, com o alcance da estabilidade econômica em meados da década de 90, parecia se confirmar o vaticínio de que a ingerência militar na vida republicana se reduziria ao papel estritamente demarcado pela legalidade.

Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, um editorial da Folha de São Paulo afirmava, em 1995:

*a expectativa ainda insegura de democratização, sujeita ao teste da substituição inesperada (e arriscada) de um presidente da República, Tancredo Neves, por outro, José Sarney, converteu-se afinal numa democracia consolidada.*¹⁸¹

Obviamente, o turbulento episódio do impeachment de Fernando Collor de Mello influenciou na frase do jornal e o temor pelo retorno ao passado de 20 anos do regime militar transparecia naquela reflexão; contudo, outro editorial jornalístico, desta vez do "O Estado de São Paulo" em 09/11/1996 pontificava que a Política de Defesa Nacional que Fernando Henrique Cardoso propunha significava "*que está consolidada a subordinação dos militares ao poder civil*".

¹⁸⁰ O General de Brigada Romildo Canhim nasceu em Cachoeiro do Itapemirim – ES, em 1933; graduou-se em 1956, na Academia Militar em Rezende-RJ e ainda coronel, comandou o 28º Batalhão de Infantaria Blindada e a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), ambos em Campinas. Foi Vice-Presidente da empreiteira Lix da Cunha, em Campinas e do Banco de Fortaleza S.A. (Banfort), em São Paulo, além de ter participado dos referidos governos federais ocupando postos de destaque, tendo sido também presidente da comissão especial que formulou o texto do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, posto em vigor pelo Decreto-Lei nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Dados disponíveis em <<http://www.fhe.org.br/>> e <http://www.dme.ufcg.edu.br/uame/administrativo/legislacoes_usuais/CodEtica.htm>, acesso em 17 de outubro de 2013 e Verbete CANHIM – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, acervo digital do CP-DOC/FGV, disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 18 de fevereiro de 2014.

¹⁸¹ FSP, 04/06/1995

O que há de contraditório nas afirmações dos periódicos mencionados acima aparece não só mediante o confronto com dados a respeito dos gastos militares do Estado brasileiro no final da década de 80, mas principalmente em relação ao que se observa nas ações governamentais endereçadas à área da defesa na década de 90. Assim, convém examinar alguns destes dados¹⁸² para dimensionar o papel que desempenhavam tais gastos no contexto brasileiro daquela época, para balizar seus significados em termos da reforma administrativa do Estado.

Considere-se que de um efetivo de 276.000 homens no último governo militar passou-se ao número de 313.000 combatentes, mesmo observando-se que o Brasil não tinha (como mesmo depois deste período não teve) participação em qualquer contencioso de fronteira ou mesmo em conflitos civis internos que justificassem este aumento de 13%, ao contrário do que era registrado em outros países vizinhos (comparativamente, a Argentina no mesmo período apresentou uma variação negativa do seu efetivo militar: de um corpo de combatentes de 108.000 passou a 73.000 homens, isto é, houve redução de 33%); sempre é bom lembrar que naturalmente um aumento de efetivo implica em aumento dos gastos de armamento e logística, entre outras despesas correlatas.

O impacto deste aumento do orçamento militar nas contas do governo federal pode ser mensurado também pela comparação com os recursos investidos em outros ministérios, particularmente os da área social; assim, no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreram mais investimentos na área militar do que nas áreas sociais: as pastas do Exército, Marinha e Aeronáutica receberam R\$489 milhões em comparação com os ministérios da área social – Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho – que foram contem

¹⁸² Os dados que serão apresentados sobre o assunto foram extraídos de: ZAVERUCHA, J. Militares e participação política no Brasil do final do século XX e início do XXI. In: *Revista da USP*, São Paulo, nº 49, março/maio de 2001 e de notícias publicadas em periódicos nacionais daquele período.

plados com R\$ 458,6 milhões. Estes números expressam recursos que efetivamente saíram do Tesouro Nacional.

Outro dado relevante refere-se ao que ocorreu com o orçamento federal no ano de 1999: inicialmente estava aprovado investimento de R\$ 1,9 bilhão para área social em contraste com R\$ 618 milhões para a área militar; entretanto as pastas militares lograram liberar de forma muito mais ágil os recursos orçamentários previstos e chegaram ao índice de 79,11% do que estava previsto enquanto que os ministérios da área social apenas alcançaram 24,47% do que havia sido destinado. Nesse descompasso, programas governamentais de erradicação do analfabetismo não receberam recurso algum.

Segundo Solano Nascimento¹⁸³, o ministério da Defesa no ano de 2000 foi a pasta que obteve o segundo maior orçamento da União, perdendo apenas para o da Previdência; também foi a pasta que recebeu o maior volume de recursos suplementares para investimentos, lembrando que se trata de verbas suplementares que devem ser destinados apenas a obras e novos projetos e não contemplam as chamadas despesas de custeio, as quais incluem os gastos com pessoal, entre outros. Assim, de um total de R\$ 1,8 bilhão que estava disponível para o investimento militar foi utilizado 94% do previsto, ou seja, 1,7 bilhão. Para efeito comparativo, observa-se que o ministério que menos investiu na área social foi a Educação, que usou R\$ 673 milhões do total de R\$ 1,1 bilhão que poderia ter investido, ou seja, 61%.

Poder-se-ia aventar a hipótese de que tais investimentos se justificariam em função da área militar e seu pessoal ter se ajustado à reforma administrativa do Estado na qual tanto se empenhou Bresser-Pereira, com o endosso do governo de Fernando Henrique Cardoso. Contudo a realidade passou bem distante disto: como mostram sobejamente as atas do Consuni, o congelamento de salários a que foram submetidos os servidores públicos civis e a penúria de recursos

¹⁸³ NASCIMENTO, Solano. *Defesa recebeu mais para investir do que área social*. FSP, Primeiro Caderno, página A-4, 21/01/2001.

fora destinada aos setores da administração pública "desqualificados" pela concepção da estrutura gerencial de estado defendida por Bresser-Pereira, o que não alcançou os militares.

Para exemplificar, observe-se que de acordo com reportagem de Felipe Patury¹⁸⁴, publicada na "Folha de São Paulo" de 21/10/1999, o Brasil mantinha na época em Washington e Londres 248 pessoas cuja incumbência exclusiva era a importação de armas, equipamentos e alimentação para militares, o que significava cinco vezes o número de homens que foram destacados para tomar parte na Força de Paz em Timor Leste, ou seja, 50 militares, além de corresponder a três vezes o efetivo de militares brasileiros participantes em diferentes operações no planeta. Além destes dados, na reportagem também se dava notícia do fato de uma telefonista da comissão da Marinha em Washington ganhar mais do que o presidente da República.

Se houver, por outro lado, uma comparação entre a legislação que rege os servidores públicos civis (como já foi visto, o RJU/Estatuto do Servidor) e o Estatuto dos Militares¹⁸⁵, de 09/12/1980, cotejando-se também o texto original da Constituição de 1988 e a Emenda Constitucional 18/1998¹⁸⁶, pode-se notar um triplo movimento, qual seja,

¹⁸⁴ PATURY, Felipe. *Brasil paga 'Tropa' de 248 no exterior*. FSP, Caderno 1, página 6, 21/10/1999.

¹⁸⁵ BRASIL. *Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980*. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: << <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6880-9-dezembro-1980-356681-norma-pl.html>>>. Acesso em 20/02/2013.

¹⁸⁶ BRASIL. *Emenda Constitucional nº 18, de 05 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre o regime constitucional dos militares. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc18.htm>>. Acesso em 13 de abril de 2014. Outras normas ainda em vigor que dizem respeito aos servidores militares surgiram também durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, regulamentando a carreira dos mesmos são: BRASIL. *Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001*. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm>>. Acesso em 28/10/2014 e BRASIL. *Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002*. Regulamenta a Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4307-18-julho-2002-472328-norma-pe.html>>. Acesso em 02/01/2014.

- 1) no início da década de 1980, ainda sob a ditadura civil-militar, entra em vigência a Lei nº 6.880/80, delineando claramente as atribuições, direitos e deveres dos membros das forças armadas na qualidade de funcionários do Estado e estabelecendo uma distinção com outros servidores públicos: “Art. 3º *Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares*”¹⁸⁷; (sublinhado meu)
- 2) na promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu texto original, a seção III intitula-se “*Dos servidores públicos militares*” e no artigo 42 rezava “*São servidores militares federais os integrantes das Forças Armadas...*”, além de na seção VIII (que trata do processo legislativo), subseção III – Das Leis, especificava no parágrafo 1º do artigo 61, inciso II, alínea C:

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:[...] II – disponham sobre:[...]c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade.

Daí se depreende que na letra constitucional originalmente aprovada em 1988 os militares estavam compreendidos na categoria de servidores públicos federais, ainda que com algum grau de especialidade garantido pelo Estatuto dos militares, pois estes diplomas legais não estavam em confronto;

- 3) Em 1998, com a aprovação da Emenda Constitucional 18, alterou-se a nomenclatura adotada na seção II (*Dos servidores públicos civis*) do capítulo VII (*Da administração pública*) do Título III (*da Organização do Estado*), que passou a ter a seguinte redação: “Seção II – *Dos servidores públicos*”, enquanto que a seção III (*Dos servidores públicos militares*) passou a ser denominada “*Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios*”; além

¹⁸⁷ BRASIL. Lei nº 6.880/80.

destas mudanças, no inciso II do § 1º, artigo 61 foi incluída a alínea f) “*militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva*” e no caput do § 3º que foi incluído no artigo 142 se lê: “*Os membros das Forças Armadas são denominados militares (...)*”.

Tudo isto corrobora a interpretação de que no intervalo temporal de 1980 a 1998 se desenvolveu um movimento de assegurar posição diferenciada dos servidores militares frente aos demais funcionários públicos (via Estatuto dos Militares), em vista da iminente redemocratização do país, seguido de uma etapa de redução desta diferenciação de direitos com a adoção das categorias de servidores civis e militares consagrada pela Constituição de 1988 e um retorno pendular à situação de “especialidade funcional” com a Emenda Constitucional nº 18/98. Neste sentido, em 1998 ocorreu um retrocesso frente ao que fora alcançado nas lutas dos movimentos sindicais pela isonomia do funcionalismo federal no período da Constituinte (e como visto, as universidades federais nela tomaram parte ativamente).

A partir destas informações pode-se relativizar a compreensão sobre os efeitos da reforma administrativa e do enxugamento da máquina estatal em setores diversos do funcionalismo público federal pelo governo de Fernando Henrique Cardoso – o que também não seria discrepante com a permanência de práticas corporativistas/clientelistas mesmo no contexto de uma pretensa modernização do Estado brasileiro.

Contudo, a bem da verdade não é próprio dizer que não houve qualquer medida de reforma administrativa quanto aos militares empreendida no governo Fernando Henrique Cardoso; por meio de emenda constitucional efetivaram-se reformas que não foram originalmente contempladas por Bresser-Pereira.

Uma delas foi a criação do ministério da Defesa – em dezembro de 1996 fora lançada a Política de Defesa Nacional/PDN, que reconhecia como principais ameaças à segurança do país o crime organizado e o tráfico de drogas, em linha com a intenção de Fernando Henrique de acabar com a figura de ministros militares; com a pretensão da Argentina de propor à ONU uma rotatividade na ocupação de cadeira do Conselho de Segurança, o que viria a se confrontar com os interesses diplomáticos brasileiros, precipitou-se a criação do Ministério da Defesa, ainda com muitas questões essenciais ao funcionamento do órgão sem resolução junto aos dirigentes militares das três armas¹⁸⁸.

Tanto foi assim que observa-se naquele período o Exército adquirir diversos tanques (que são equipamentos incompatíveis com essa política, pois se destinam a guerras convencionais e não ao combate ao narcotráfico ou à repressão da criminalidade). Desta mesma forma a Marinha também ignorou a PDN, ao negociar em 1997 com o Kuwait a compra de vinte aviões de ataque A-4; argumentando que tais naves necessitavam de um novo porta-aviões, foi levada adiante a compra do “Foch”, um porta-aviões francês rebatizado para “São Paulo” que não se enquadraria completamente na política de defesa nacional do governo federal¹⁸⁹, pois além de também não atender de forma ágil e eficiente a defesa da costa brasileira, implica em gastos maiores para operação e manutenção do vaso de guerra.

O objetivo aqui não é fazer uma análise profunda das discrepâncias entre o tratamento de servidores públicos civis e militares, mas antes estabelecer um contraponto pela compreensão da distância entre o que era a intenção da reforma promovida pelo MARE e da política de redução do Estado na década de 1990 e o que de fato ocorreu na implantação destas mudanças projetadas frente aos diversos setores da administração pública aos quais eram endereçadas.

¹⁸⁸ ZAVERUCHA, J. Opus cit., pág. 37.

¹⁸⁹ ZAVERUCHA, J. Idem, pág. 38.

Assim, parece ser razoável afirmar que se a Reforma Bresser foi em alguma medida bem ou mal sucedida, isto deve ser atribuído a aspectos históricos e conjunturais (práticas políticas enraizadas na cultura brasileira, participação de movimentos sindicais e outras organizações sociais) que atuaram de formas diferenciadas, matizando o alcance das mudanças que visavam dotar o setor público brasileiro de um perfil administrativo gerencial. O atendimento dos interesses militares, como foi visto, seria um exemplo dos meandros nos quais a execução da reforma administrativa enveredou, alcançando alguns de seus objetivos por um lado e por outro desviando-se destes pelas concessões políticas que ocorreram, superando a desejada implantação da lógica gerencial na gestão do Estado brasileiro.

No caso das universidades públicas, a ofensiva da reforma administrativa visando implantar o modelo gerencial se deu em termos de cobranças quanto ao que seriam os “produtos” que a sociedade receberia do meio acadêmico e que justificariam o aporte de verbas a cada instituição de ensino superior, de acordo com padrões de “produtividade acadêmica”. Esta terminologia não deixa margem a dúvidas: o universo administrativo/fabril, seja em versão fordista ou taylorista é a referência do que se desejava para a execução das atividades—fim no meio universitário; pesquisa, ensino e extensão devem ser avaliadas e mensuradas segundo o escopo produtivista – neste sentido, a entrevista¹⁹⁰ do ministro da educação Paulo Renato Souza é absolutamente coerente e afinada com o projeto da reforma administrativa do MARE quando se refere às universidades federais e o que o governo Fernando Henrique Cardoso esperava delas.

Não por acaso os principais programas e ações deslança

¹⁹⁰ Reveja-se a nota 163, na página 172 deste capítulo, na qual está a transcrição de um trecho da entrevista que o ministro Paulo Renato Sousa concedeu ao programa Roda Viva, em 1995.

dos pelo Ministério da Educação neste período¹⁹¹ visam dois objetivos entrelaçados: fiscalização com viés hierarquizante (através de mecanismos de avaliação externa e interna às IFES) que propunha critérios capazes de gerar dados comparativos entre as universidades com base em produtividade de docentes e eficiência quantitativa, expressa no prazo e número de alunos atendidos e assim estabelecer um “ranking” para distribuição de verbas e recursos; e intervenção indireta em nível individual pela política de “remuneração oculta” aos mais produtivos, por meio de um sistema “bolsas produtividade”¹⁹² àqueles que demonstrassem capacidade de atingir índices considerados ideais pelas políticas ministeriais.

Assim, em 05 julho de 1996 foi divulgado pelos jornais o resultado da avaliação de 1.546 cursos de pós-graduação pela CAPES¹⁹³, sendo que muitos foram reprovados ou decaíram nos conceitos de excelência; o ministro Paulo Renato Sousa atribuiu o fato ao maior rigor que o MEC impusera nos critérios de avaliação, a saber, exigência de maior número de publicações por docentes e redução de prazos para conclusão de mestrados e doutorados. O ministro ainda recomendou que os programas com as piores notas “*fechassem ou promovessem mudanças radicais*” conforme declaração publicada no OESP de 05/07/1996.

Note-se que tal divulgação se deu antes que os coordenadores dos programas de pós-graduação pudessem oferecer recurso pe

¹⁹¹ Entre julho e dezembro de 1996, além das alterações na avaliação da pós-graduação nacional, foram regulamentados pelo Ministério da Educação o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras e neste âmbito implementado a prova para os concluintes de cursos de graduação, que na época foi chamada de “Provão”; mesmo com a tentativa frustrada da UNE em derrubar judicialmente esta avaliação, além dos boicotes à prova promovidos pelo movimento estudantil em diversas universidades, o mecanismo veio a se consolidar como ferramenta de aferição de resultados dos cursos de graduação (bacharelados e licenciaturas) em nível nacional e atualmente recebe o nome de ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

¹⁹² Abordar-se-á o assunto no Capítulo 4.

¹⁹³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão regulador da Pós-Graduação vinculado ao MEC. Vide Figura 02 na página 97.

dindo revisão do conceito final da avaliação e o ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica aparece na reportagem como exemplo da piora geral do nível da pós-graduação; a UFSCar também é citada na reportagem: *“Na Federal de São Carlos em doutorado foram dois conceito A, 3 bons e 1 regular. Em mestrado, foram 6 excelentes, 7 bons e 1 regular”* (sic).

Contudo, como foi contemporizado nesta mesma reportagem pelo próprio presidente da CAPES à época, Abílio Baeta Neves, os critérios de avaliação haviam sido alterados em 1994/1995, o que não deixou tempo hábil para adaptação dos programas de pós-graduação a eles; isto evidencia a má-fé do MEC na interpretação sobre a piora dos cursos de mestrado e doutorado e a pretensão de justificar a ingerência do Ministério da Educação sobre as universidades públicas e particulares.

No mesmo diapasão seguiu a política de adotar uma forma de avaliação nacional para a graduação, re-operacionalizando o Inep¹⁹⁴; de órgão que fora criado em 1937 para organizar documentos técnicos sobre questões pedagógicas e depois quase extinto no governo de Fernando Collor, tornou-se o braço do MEC para consolidar os resultados dos procedimentos avaliativos em um banco de dados nacional, ainda que com o objetivo de impor padrões “de maior rigor” ao ensino superior brasileiro. O processo teve por inspiração adaptar a avaliação que a CAPES fazia da pós-graduação desde a década de 1960 para o nível dos bacharelados e licenciaturas, a qual era apontada como exemplo de prática gerencial bem sucedida, mas que necessitava de “aperfeiçoamento”.

Somado a este panorama de ações de centralização e ataque à autonomia das universidades, a retirada de direitos trabalhistas dos

¹⁹⁴ Como se vê na Figura 02 na página 97, o Inep/ Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais é um órgão vinculado ao MEC e que responde pelas questões de avaliação de cursos, estatísticas e dados sobre o ensino no Brasil, tanto público quanto privado. Entre as ações de avaliação que tiveram início na década de 1990 além do ENADE estão o ENEM / Exame Nacional do Ensino Médio e o ENCCEJA/Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

servidores públicos e ao realinhamento das IFES em consonância com interesses do mercado financeiro é algo que se tivesse ocorrido de forma plena na década de 1990 franquearia novos espaços de atuação para os grandes investidores internacionais e representava interesses em proporcionar um *aggiornamento* do Brasil em sintonia com a fase do capitalismo predominante no final do século XX. O processo nas universidades só não atingiu sua amplitude máxima¹⁹⁵ naquela conjuntura pela oposição desenvolvida através de greves, atos de protestos e diversas formas de manifestação¹⁹⁶ nos meios de comunicação promovidos pelos movimentos sociais de esquerda, atuação de sindicatos de docentes, da ANDES e da FASUBRA, associações de aposentados e inativos do serviço público e do movimento estudantil.

A absorção destes movimentos de acomodação e oposição às demandas do poder central e do mercado se apresentaria de forma heterogênea dentro do sistema federal de ensino superior; na UFSCar pode-se perceber que através das deliberações de seus conselhos se consolidou um entendimento de que os mecanismos de avaliação interna e externa na universidade poderiam ser apropriados para fortalecer sua identidade e sustentar suas demandas, frente às investidas de órgãos ministeriais e de agências governamentais que interferem no cotidiano das IFES.

¹⁹⁵ A atuação do INEP como órgão gerenciador das avaliações no ensino superior brasileiro não parou de crescer desde então, inclusive abrangendo aspectos da área da pós-graduação, não mais exclusiva da CAPES; pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu-se o SINAES/ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que se sustenta em três eixos: avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes. Dentro destes eixos encontra-se e.g. o Censo da Educação Superior, que colige os dados nacionais dos cursos de graduação, presenciais, tecnológicos e à distância; a Avaliação Institucional, por meio de dados fornecidos pelas instituições de ensino superior em formulário eletrônico e a verificação, *in loco*, da realidade institucional, dos seus cursos de graduação e de pós-graduação (especialização), da pesquisa e da extensão; e o IGC / Índice Geral de Cursos, que é a média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição obtidas nos procedimentos avaliativos do SINAES, inclusive as notas do ENADE.

¹⁹⁶ No Apêndice B (Greves dos Servidores das IFES de 1985 a 2002) consta a greve de 1998, que durou 103 dias, professores da UnB chegaram a fazer greve de fome por onze dias, com várias interrupções de diálogo por parte do ministro Paulo Renato Sousa; ainda assim, o movimento alcançou que o Congresso Nacional aprovasse lei concedendo 48% de gratificação sobre os salários.

Contudo, é forçoso refletir que esta adoção de alguns dos mecanismos de controle no intuito de apropriar-se deles para se opor ao poder central da administração pública representou em alguma medida uma docilização das IFES, algo que não passou despercebido pelas comunidades acadêmicas e expressou-se nos discursos de suas associações de docentes, sindicatos e agremiações de estudantes.

3.3 – A lógica da reforma nas IFES: um MARE que não é *nostrum*

Ao examinar as pretensões do MARE para reestruturar o aparelho administrativo estatal, com atenção para as especificidades das IFES, é válido lembrar um pouco do que foi apresentado no início deste capítulo sobre algumas características inerentes ao pensamento gerencial e administrativo; a tônica do procedimento para enquadrar toda e qualquer instituição sob algum modelo que não obrigatoriamente deriva de observações empíricas, constitui um experimento bastante perigoso por ser desvinculado de situações concretas e até mesmo irresponsável em alguns casos, o que não parece incomodar os especialistas no assunto, malgrado a profusão de estudos que apontam as mazelas destas situações.

Tendo esta reflexão presente, observe-se como o MARE atuou de maneira similar ao *modus operandi* acima descrito ao abarcar as IFES e lançar-lhes determinações ao arrepio de suas identidades e trajetórias. Já neste ponto avulta um primeiro engano: pressupor que a legislação provê uniformidade ao objeto concreto que visa normatizar, isto é, pressupõe-se que o ideal (lei) se ajustará perfeitamente ao real (caso)¹⁹⁷.

Como já se analisou antes, a justificativa para a “publicização” das IFES se apóia na presunção de que ao se converter em “or

¹⁹⁷ A distinção hegeliana entre o real e o ideal apresenta relevância para esta discussão, pois é nesta linha que se compreende toda crítica de Marx a este conceito e sua superação através da *práxis*.

ganização social” uma universidade como a UFSCar se beneficiaria, por adquirir o “direito à dotação orçamentária”, se obrigando a celebrar um contrato de gestão com o Poder Executivo que lhe concederia mais autonomia, acarretando, entretanto, mais responsabilidades para os seus gestores. Por outro lado propunha-se:

*(...) um controle social direto desses serviços por parte da sociedade através dos seus conselhos de administração. Mais amplamente, fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação da sociedade tanto na formulação quanto na avaliação do desempenho da organização social, viabilizando o controle social.*¹⁹⁸

E completa-se com a afirmação de que o Estado continuará a bancar financeiramente a instituição, mas a sociedade será chamada a contribuir neste financiamento através de doações e compra de serviços. De onde se extrai que a tradução para o bom português destas diretrizes se dará pelo fim da gratuidade de todo e qualquer serviço não exclusivo, a saber: saúde, educação e por aí vai.

Qual é o sentido geral, maior, de todas as diretrizes para a reforma do aparelho de Estado que o MARE propõe, independente de que forma de propriedade ou administração implique, que setor seja enquadrado? Em uma palavra: atender com eficiência e qualidade o “cidadão-cliente”, diminuindo o custo do serviço prestado. Há aqui um pressuposto que subjaz ao raciocínio: de que cidadão e cliente se equivalem. Nada mais esdrúxulo, mas também revelador de que a fundamentação do aparelho administrativo do Estado deveria se reger pelo rifão: o cliente tem sempre razão.

O esvaziamento do sentido pleno da cidadania em favor da redução “clientela” aponta a incapacidade destas políticas em conceberem atores sociais concretos e a eles se endereçarem; mas pior que isso, desnuda a conclusão inevitável de que só há uma forma do indivíduo se relacionar com o Estado nesta concepção: através da media

¹⁹⁸ Bresser-Pereira. Opus cit., pag. 46-47

ção econômica, da absolutização das trocas mercantis, pois nada existe fora do mercado.

Neste contexto tão ao sabor do capitalismo tardio, para as IFES soou a hora do perigo maior e assim foi reconhecida pelos seus colegiados e dirigentes, por seus técnicos, alunos e professores que identificaram no canto da sereia que prometia autonomia em troca de um contrato de gestão a profundidade do abismo que aguardava os que aceitassem o convite.

3.4 – A discussão da autonomia universitária na UFSCar

Em 1996 a UFSCar já estava enfronhada nos debates sobre a autonomia universitária, tema que comparecia regularmente às pautas dos seus colegiados superiores. Com o aguçamento da questão pela tentativa de reforma universitária e as medidas tomadas pelo MARE empreendidas no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Consuni havia deliberado remeter as questões para o debate e posicionamento de suas unidades:

ATA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 17/10/1996. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto.

(...) O Sr. Presidente disse que este assunto foi discutido informalmente, devido a falta de quorum, em uma reunião conjunta dos Conselhos Universitário e de Ensino e Pesquisa. O encaminhamento principal na ocasião foi de que dada a decisão da ANDIFES de rejeição ao projeto da PEC 233 e a construção de um projeto de lei orgânica, considerando a conjuntura de um presumível confronto com o executivo, verificou-se a importância interna e externa de agir no sentido da conscientização do que está em jogo; internamente foi proposto constituir uma Comissão do Conselho que ficaria responsável pelo trabalho de conscientização das questões afetas ao tema da autonomia universitária. Na ocasião o Cons. Reginaldo, vice-diretor do CCT sugeriu que a Comissão tivesse representação dos 4 centros devido a peregrinação que será feita nos departamentos; o Cons. D'Alkaine pediu, na ocasião, como deferência ao novo Reitor, que esta proposta fosse construída pelo Vice-Reitor, Prof. José Rubens. O Sr. Vice-Presidente

apresentou uma sugestão que contempla as pessoas sugeridas pelo Reitor e as sugeridas por ele, e esta Comissão será formalizada hoje para poder iniciar os trabalhos. A pedido do Sr. Presidente o Prof. José Rubens indicou os nomes das pessoas que irão compor a comissão.

No intuito de sistematizar o processo, portanto, cria-se uma comissão com a incumbência de promover a conscientização da comunidade acadêmica acerca das questões referentes ao tema "Autonomia Universitária"; eram seus membros:

- Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho – Presidente
- Prof. Dr. Francelino Lamy de M. Grando
- Prof. Dr. Reginaldo Santana Figueiredo
- Prof. Dr. Carlos Ventura D'Alkaine
- Profa Dr. Maria Waldenez de Oliveira
- Prof. Dr. Edson José de A. Leme
- Aluno Paulo Sérgio Maroti
- Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri – Assessor interno
- Prof. Dr. Valdemar Sguirssardi – Assessor externo

Na ata da 115ª reunião ordinária, de 16/01/1997, já aparece um informe sobre os trabalhos da comissão de autonomia, dando conta das reuniões que são realizadas em nível departamental, ponderando que haverá necessidade de interrupção pela entrada no período de férias e reiterando aos chefes de departamento que incentivem os docentes e técnicos a participarem do processo de discussão.

Pode-se afirmar pelo teor das atas do Consuni que o movimento de engajamento da comunidade na discussão sobre autonomia vai amadurecendo ao sabor dos embates que se sucediam no nível ministerial e do Congresso, pois a tramitação da PEC nº 370, como se observou, ocasionou uma série de situações geradoras de conflitos; na fala do Vice-Reitor Prof. Dr. Duarte Filho dirigida aos conselheiros,

vê-se que a proposta de autonomia de gestão de recursos humanos das IFES foi assim tratada:

ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 22/05/1997. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. José Rubens Rebelato.

(...). Quanto a autonomia de pessoal, ele não aceitou a proposta da ANDIFES de tirar a gestão de pessoal do MARE, portanto deverá continuar vinculado ao MARE com interferência direta na gerência de pessoal. Na realidade percebe-se que a proposta de autonomia se for aprovada da forma que foi encaminhada trará sérios transtornos para as universidades.

Como se percebe, o tom das discussões vai se tornando sombrio; e na Reunião Extraordinária do dia 04/05/1998, o Prof. Dr. Carlos V. D'Alkaine “(...) *ênfatizou também a necessidade de que este colegiado se reúna mais vezes para discussão de assuntos que se façam necessários, como por exemplo, sobre Autonomia Universitária.*”

Também nesta reunião o representante da ADUFSCar, Prof. Dr. Gil Vicente ao informar sobre negociações de salário faz o seguinte comentário:

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 04/05/1998. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. José Rubens Rebelato.

(...) o governo se utiliza das distorções salariais existentes entre as IFES do país para não dar um percentual linear para todos, mas a verdadeira razão está relacionada com a Autonomia Universitária, que deverá ser implantada no próximo ano, onde o governo pretende excluir os recursos orçamentários relativos aos salários de toda negociação futura da autonomia das universidades(...).

Com o rumo das discussões se avolumando pela insatisfação que a atitude do MEC e demais ministérios envolvidos ocasionava, em 09 de junho de 1999 foi apresentado o relatório das atividades da Comissão, com o seguinte teor:

O presente relatório reporta as reuniões realizadas em 1.999. Optou-se por esse recorte pois, neste ano colocou-se em discussão mais detalhadamente (seja

pela comissão, seja pelos participantes da comunidade) as propostas da ANDIFES, do MEC e a da autoaplicabilidade, as quais, atualmente, se colocam no cenário da Autonomia Universitária. As reuniões realizadas em 1.999 foram as seguintes:

- 17/03/99 – Anfiteatro da Reitoria, de 14:30 às 16:00 hs; 26 participantes: 11 professores, 12 funcionários, 1 aluna e dois sem identificação de categoria*
- 23/03/99 – Anfiteatro Área norte, de 14:30 às 16:00 hs; 6 professores*
- 24/03/99 – Anfiteatro do Campus de Araras 15:00 às 18:00 hs; 45 participantes.*
- 11/05/99 – Anfiteatro da Reitoria, de 14:30 às 16:00 hs; 3 professores.*
- 18/05/99 – Anfiteatro da Área Norte, de 9:00 às 12:00 hs; 5 participantes.*
- 21/05/99 – Anfiteatro do Campus de Araras, de 14:30 às 18:00 hs; 40 participantes.*
- 26/05/99 – Anfiteatro Florestan Fernandes, de 12:00 às 14:00 hs; aproximadamente 100 alunos.*
- 01/06/99 – Anfiteatro Florestan Fernandes, de 19:30 às 20:30 hs; aproximadamente 60 participantes.*
- 08/06/99 – Anfiteatro Florestan Fernandes, de 10:00 às 12:00 hs, aproximadamente 300 participantes.*

Depreende-se pelos dados apresentados acima que houve um razoável interesse no debate e o coordenador da comissão, Prof. Dr. Oswaldo Duarte Filho resolveu adotar uma sistemática para conduzir as reuniões, desenvolvendo um roteiro que se compunha dos seguintes tópicos:

1. Objetivos da comissão de autonomia do Consuni e da reunião;
2. Histórico das reuniões anteriores;
3. Histórico da Autonomia Universitária iniciando pela Constituição, passando pela PEC-370, LDB, reforma administrativa, concluindo com a proposta de adequação da Lei de Orçamento das Universidades (LOU) da ANDIFES para uma Lei Orgânica da Autonomia (LOA) e, a partir de maio, as diretrizes do MEC.

Também relatou que nas reuniões realizadas até o dia 21/05, foram distribuídos os seguintes documentos: "Informações para discussão sobre autonomia universitária", de autoria da comissão e "Lei Orgânica da Autonomia: proposta de um anteprojeto de lei", da ANDIFES.

A comunidade, de acordo com o relatório, expressou sua preocupação em dois sentidos, a saber, o que se podia entender pela proposta do MEC e quais eram os pontos mais polêmicos daquela da ANDIFES. Como exemplo, veja-se um questionamento efetuado sobre a reforma proposta pelo governo:

*O MEC argumenta que o seu modelo trará eficiência para as IFES. Para entrar no mérito dessa questão precisamos responder: o que é produzir ciência com eficiência? Autonomia para que produzirmos que tipo de resultados? Autonomia deveria ser buscada para construirmos uma Universidade socialmente referenciada com avaliação social dos seus resultados. Deveríamos realizar um fórum institucional para definição do projeto político-acadêmico da UFSCar.*¹⁹⁹

Ainda hoje estas perguntas continuam pertinentes; o que aparece de relevante neste questionamento não é somente a percepção bastante consciente da conjuntura adversa que exasperava a comunidade acadêmica e que foi expressa nele, mas principalmente a proposição de uma solução pela via do debate, pela construção coletiva de um fórum de aprofundamento das discussões sobre a autonomia.

Porém o andamento da luta pela autonomia esbarraria novamente na perspectiva inconclusiva que sempre voltava a assombrar as IFES: não haveria autonomia no sentido dado pela Constituição Federal enquanto as atividades-meio das universidades públicas estivessem em pastas ministeriais alheias ao MEC, ponderando-se que até o próprio orçamento da área da educação era sistematicamente alvo da ingerência dos ministros da área econômica.

¹⁹⁹ *Relatório da Comissão de autonomia do Consuni*, documento disponível nos arquivos da SOC.

A greve das IFES de 2000 sustou a pretensão do governo Fernando Henrique Cardoso de outorgar uma lei de autonomia execrada pelas universidades e suas representações classistas; em 2001 o movimento paredista teve o mérito de reivindicar a substituição de um projeto de lei por grupos de estudo junto ao governo que pudessem discutir aspectos para propor um projeto de LOA – Lei Orgânica de Autonomia para as universidades federais, tendo por base o projeto que a ANDIFES consolidou nas reuniões com os dirigentes das entidades associadas.

A UFSCar ainda participaria intensamente destes processos, pois a comunidade acadêmica enfrentou o período de greve e participou ativamente das gestões da ANDIFES através da atuação do reitor Oswaldo Duarte Filho. Por outro lado, as chapas que concorreram à direção da ADUFSCar, nas três eleições de 1999 até 2002 adotaram o nome “Autônoma, Democrática e Independente”²⁰⁰, em perfeita sintonia com o momento de luta vivido.

3.4.1 – Tempo de recomeçar: novos rumos para a luta pela autonomia

Depois que a ANDIFES reafirmou os princípios de indissociabilidade ensino–pesquisa e extensão em um anteprojeto de “Lei Orgânica das Universidades”, apresentou-o aos demais atores envolvidos na questão como uma proposta alternativa de reforma da universidade, sem que com isso fosse alterado o dispositivo constitucional da autonomia.

O anteprojeto pretendia criar um regime jurídico especial no âmbito do Direito Público para os professores universitários; garantir o financiamento das instituições públicas de ensino superior e o controle das instituições privadas. Em seu capítulo III, artigos 5º, 6º e 7º, enuncia qual é a visão de autonomia que se pretende alcançar:

²⁰⁰ Veja-se Apêndice A.

Art. 5º A Universidade Pública Federal goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 6º A autonomia da Universidade Pública Federal visa a garantir a liberdade de pensamento, a livre produção e transmissão do conhecimento e a autogestão racional de seus recursos e meios para o fiel atendimento aos princípios e às finalidades, estabelecidos nesta Lei.

Art. 7º A autonomia administrativa e a autonomia de gestão financeira e patrimonial decorrem e estão subordinadas à autonomia didático-científica, como meios de assegurar a sua efetividade. ²⁰¹

De saída já se nota algo de relevo: a hierarquia entre as esferas da autonomia, prevalecendo a que se refere às atividades-fim sobre as demais. Outra característica interessante deste anteprojeto é a proposta para constituir efetivamente um sistema de universidades federais, inclusive com um Conselho Superior responsável pela integração das instituições afiliadas em diversos níveis das organizações.

Por outro lado, ainda deixa em aberto a questão referente ao Plano de Carreira dos servidores, a ser estabelecido em lei especial, mas fixa diretrizes para o que deve ser objeto da legislação complementar, através da manutenção do princípio de isonomia e estabilidade; progressão na carreira por avaliação de desempenho, consagrando o princípio do mérito e por fim reafirma a nomeação para cargo permanente exclusivamente mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

Em suma, o anteprojeto tenta manter todas as conquistas das IFES em seu texto, referindo-o ao artigo 207 da Constituição Federal e indo além. Esta iniciativa só reveste seu significado pleno ao se ter em conta que a ANDIFES se fortaleceu muito politicamente desde o final da década de 1990; este patrimônio de respeitabilidade e reconhecimento foi forjado não só nos conselhos de cada uma das IFES

²⁰¹ ANDIFES. *Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais*. Proposta de um Anteprojeto de Lei. Rio de Janeiro, Agosto de 2002. Foi neste documento da ANDIFES em que se alcançou a definição em termos de projeto de lei em 2002 (Anexo I).

associadas, como ficou evidenciado pelas atas do Consuni da UFSCar, mas também nas reuniões, fórum de pró-reitores, gabinetes de deputados e senadores, recepções e cafés com os mais diversos interlocutores políticos.

A era Fernando Henrique Cardoso se fechou em 2002 com grandes perdas de direitos e retrocesso administrativo para os servidores públicos e universidades federais; não obstante, nas IFES se aguardava o advento, a partir de então, da abertura para possibilidades de desenvolvimento e correção de desigualdades sociais no horizonte de um novo governo ideologicamente não alinhado com o anterior. A título de exemplo, o programa de Ações Afirmativas²⁰² que hoje está consolidado no âmbito da UFSCar seria inconcebível no contexto brasileiro da década de 1990, marcado por uma concepção meritocrática que se recusou a enxergar a necessidade de correção das injustiças sociais e históricas como forma de prover igualdade de condições para aferir o mérito; e por outro lado, impraticável no caos econômico da década de 1980.

Também se observa pelo Apêndice A, no qual se mapeou a trajetória de alguns docentes da UFSCar que se tornaram quadros dirigentes em âmbito sindical e de gestão universitária/inter-universitária (além de político-partidário e de representação no legislativo e executivo), que as relações administrativas e políticas da universidade exibiram muitos entrelaçamentos em nível municipal, estadual e mesmo nacional, ao longo do período estudado nesta pesquisa; compreende-se que estas conexões refletem na realidade as formas de in-

²⁰² O programa de ações afirmativas da UFSCar foi objeto de discussão na comunidade acadêmica já no início dos anos 2000, sendo um tema incluído nos debates para reestruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional/ PDI, deslançado pelo Consuni em 2002, a partir de demandas de outros conselhos e entidades. Em resumo, entendia-se que a universidade pública deveria dotar-se de maneiras para assegurar o acesso e a permanência em seus quadros discentes de sujeitos socialmente e historicamente excluídos, como afro-descendentes e indígenas, além dos oriundos de escolas públicas com carência econômica comprovada. Atualmente tornou-se uma secretaria diretamente ligada à reitoria.

tervenção nas questões administrativas, trabalhistas e acadêmicas percebidas como legítimas pelos representantes da comunidade universitária, inclusive como estratégias para a defesa de bandeiras e ideais compartilhados com outros grupos sociais que perseguiram objetivos afins. A autonomia universitária terá sido talvez a demanda mais representativa que foi compartilhada e defendida na prática, ao longo dos quatorze anos em todas estas instâncias de atuação.

Contudo, a ameaça das práticas enraizadas na cultura política do Brasil é um espectro sempre à espreita: muito do que não se logrou fazer no período da ditadura civil-militar, em plena vigência do autoritarismo e do atropelo dos direitos humanos, trabalhistas e civis, se fez por outras vias nas democracias pós-1985 e as IFES continuam à mercê de ingerências em sua autonomia a qualquer tempo – é isto que os documentos dos colegiados gritam a todos que os quiserem escutar.

4 – A UFSCAR: ENTRE REALIDADE E A BUSCA DA AUTONOMIA EM UMA COMUNIDADE ACADÊMICA

Para prosseguir na senda do capítulo anterior, importará agora levantar questões para examinar a organicidade do sistema público de ensino superior, algo que parece ser um tópico de discussão recorrente em debates nos documentos da UFSCar e de outras entidades associativas, como a ANDES, a ANDIFES e a SBPC, já mencionadas.

Qual seria a justificativa para que as universidades públicas se articulassem em uma organização dotada de caráter autônomo, com capacidade de autogestão e de produção de suas próprias normas? Por que a sociedade e o Estado deveriam custeá-las? Embora isto seja determinado pela Constituição Federal de 1988, necessário é ponderar que após mais de vinte e cinco anos transcorridos parece ser evidente que a conjuntura da qual o texto constitucional emergiu sofreu muitas mudanças e o debate sobre a educação pública de nível superior se recolocou sob diferentes prismas nesse transcurso de tempo. Assim, a resposta a estas questões não é tão óbvia e demanda que se desdobrem diversos aspectos para uma análise das implicações inerentes ao problema.

De início, falar sobre o papel da educação superior e de instituições universitárias como a UFSCar no contexto maior da sociedade brasileira implica em mencionar pressupostos sobre o que se espera obter destas organizações educacionais em termos de fins e resultados de seu funcionamento (simplificando: em que a manutenção do ensino superior público pelo Estado traz vantagens à população do país, seja quanto ao acesso à oportunidades de ascensão social, apresentação de novas soluções para problemas locais, regionais e nacionais, seja induzindo mudanças de diversas ordens em função do espaço acadêmico proporcionar condições de sociabilidade que não são en

contradas em outras esferas sociais, individuais ou coletivas).

Contemporize-se que o já referido impacto das políticas econômicas e da configuração hegemônica do capitalismo financeiro nas duas últimas décadas do século XX impôs suas exigências e foi capaz de gerar alterações na maneira como as lideranças brasileiras responderam a esta problemática, como foi visto no capítulo anterior.

Ainda nesta linha de raciocínio, o aporte de financiamento para sustentar as universidades públicas implica em garantir a manutenção de um ambiente e de atividades que se diferenciariam do contexto social geral pela colocação até certo ponto “em suspenso” de situações corriqueiras nas quais opera normalmente a lógica político-econômica dominante, possibilitando assim enxergar alternativas de respostas a problemas, comportamentos, configurações normativas e muitas outras questões que seriam dificilmente abordadas e tratadas com profundidade em outros espaços e instituições públicas ou particulares.

Disto decorreria seu potencial subversivo, no melhor sentido que o termo pode ter, isto é, de pensar a realidade sempre como possibilidade de alternativas, em sua multiplicidade de versões nos mais variados campos de conhecimento. O espaço acadêmico público deveria, pois, ser caracterizado intrinsecamente pela garantia e estímulo ao pensamento livre e divergente, pela tolerância às diferenças de comportamento e opinião.

Também se infere daí a necessidade de contar com pessoal dotado de qualificações específicas para que na universidade pública as problemáticas alcancem níveis de conhecimento avançados ao serem tratadas; de instalações adequadas para que as repostas e as perguntas pudessem ser formuladas e testadas, seja no campo das ciências exatas, biológicas ou das humanidades. Contudo, as experiências de reforma universitária tanto na ditadura civil-militar quanto na década de 1990 pelas legislações aprovadas sempre visaram interferir em ter

mos de resultados quantitativos nas IFES, ainda que a retórica dos discursos invocasse constantemente razões de aumento da qualidade e busca de padrões internacionais.

O que se oculta é que os referidos “padrões internacionais” dizem respeito à introdução da lógica da concorrência no meio acadêmico, traduzindo-se em termos de investimento e retorno quantitativos: relação entre número de docentes e alunos atendidos, fluxo de trabalhos finalizados em programas de pós-graduação, obrigatoriedade de publicar em periódicos com índice de impacto na comunidade internacional, medida pelo número de citações do trabalho pelos pares etc.

Quando a UFSCar entrou em funcionamento, em 1968, o modelo fundacional para universidades federais já fora concebido pelos tecnocratas a serviço do regime militar no intuito de atender os ditames mercadológicos²⁰³, aos quais as universidades autárquicas não poderiam principalmente por limitações oriundas de sua configuração jurídica. A idéia da reforma do Estado que surgiu naquele momento se atrelava à noção de modernizar sem necessariamente produzir alterações na estrutura decisória da administração pública (o Decreto-Lei nº 200/67 oferecia uma lógica similar à da organização das empresas multinacionais daquele período, descentralizando tarefas burocráticas/repetitivas e resguardando as decisões estratégicas e políticas à cúpula do poder²⁰⁴).

Todavia, na UFSCar a afirmação institucional de suas estruturas colegiadas no período de redemocratização e na Nova República acabou por consolidar práticas de decisão coletivas, com representatividade de segmentos da comunidade acadêmica ou mesmo por con

²⁰³ Vide a citação de Dalmo de Abreu de Dallari na nota 143, página 143 do capítulo II.

²⁰⁴ Conforme analisado por Carlos Osmar Bertero, já em 1976. BERTERO, C. O. Mudança organizacional e processo decisório. In *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 16, n. 2, pag. 29-40, Abril de 1976. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901976000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de maio 2012.

sultas diretas e paritárias dos três corpos da universidade²⁰⁵. Isto se manifestou em um sentido mais evidente no episódio do interventor Ferri, como foi exposto no primeiro capítulo. Neste sentido, existiria uma tendência histórica no comportamento institucional visando des-centralizar competências, preferencialmente formando grupos de trabalho para fornecer pareceres e informar os espaços de discussão coletivos, para dividir as responsabilidades na tomada de decisões.

Da forma como apontou Navarro em sua obra²⁰⁶, o corpo docente das universidades representa em alguma medida um coletivo de intelectuais²⁰⁷, alguns dos quais reivindicam politicamente o reconhecimento da sua capacidade de interferir nos rumos das políticas nacionais universitárias e nas instituições em que atuam. Alguns, com maior disposição para o jogo sindical e político passam de uma carreira profissional na universidade em que desempenhavam o papel de professor-pesquisador para os cargos diretivos e burocráticos que assumem, muitas vezes indo do sindicato ligado ao partido político para funções do poder executivo, legislativo etc.

Como se vê pelo apêndice A, também destas práticas encon

²⁰⁵ Mesmo havendo percentuais previstos em lei que concedem ao corpo docente representação majoritária nos conselhos, vigora na UFSCar a tradição de realizar consulta paritária à comunidade acadêmica quando são escolhidos dirigentes em diversos níveis (coordenação de cursos de graduação e pós-graduação, chefia de departamentos, diretoria dos centros, reitoria), sendo posteriormente efetuada a ratificação do nome consagrado pela consulta conforme os procedimentos legais exigem. Assim, coexistem uma prática de fato e outra de direito que só se explicam em vista da trajetória histórica desta instituição.

²⁰⁶ NAVARRO, I. P. *ANDES-SN, Um sindicato de intelectuais*. Cuiabá: ADUFMAT-SSind, 2001. *Passim*.

²⁰⁷ A acepção de intelectuais implica em consequências político-ideológicas nos moldes em que o problema foi pensado por Gramsci; a distinção intelectual orgânico/intelectual tradicional reflete o engajamento frente às questões de formação das classes sociais e a manutenção da hegemonia pelas classes dominantes. Concorde-se, pois, com a leitura proposta por Nosella: “*Em suma, se autonomia no sentido de neutralidade científica, obviamente não existe, é indispensável, entretanto, captar o sentido histórico do intelectual tradicional (clero, escritores, professores, filósofos etc). Com efeito, a vinculação destes com a tradição científico-profissional lhes confere um diferencial e um prestígio que se traduzem numa potencialidade política que o intelectual orgânico não possui*”. Nosella, Paolo. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. In: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 223-238, Jan/Abr 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

tram-se vários exemplos na UFSCar. Outras universidades públicas, sejam federais ou estaduais apresentam padrões semelhantes, como é o caso do ex-reitor da UNESP, prof. Herman Voorwald, que depois de deixar a reitoria se tornou secretário de Estado da Educação de São Paulo, cargo que ocupa desde 2011; ou mesmo o prof. Roberto Leher, que foi presidente da ANDES na gestão 2000–2002 e assumiu recentemente (maio de 2015) a reitoria da UFRJ.

Pode-se montar uma lista bastante alentada de ex-professores de universidades que assumiram funções técnicas e políticas e passaram a exercer papéis relevantes no desempenho de seus mandatos, quer como parlamentares ou no âmbito executivo. Interessa aqui ressaltar o reconhecimento que está previsto na Constituição Federal que o cargo de professor, quando exercido por servidor público, comporta acumulação com outro cargo docente ou de funções técnicas-especializadas, contanto que não haja conflito de horário. Isto apenas corrobora o que já vem se delineando pelos exemplos citados, isto é, que a lei, ao reconhecer nos servidores docentes capacidade de exercer competências especializadas que vão além da burocracia, indiretamente lhe dá razão em seu pleito por autonomia fundada no mérito do conhecimento.

Tendo isto em mente, relembre-se a marca distintiva da centralização do poder na administração pública brasileira, marcada pela tradição ibérica em suas raízes e com o autoritarismo exacerbado na história recente da ditadura civil-militar; este é o solo dos conflitos que atravessam a existência diária das IFES, pois exatamente sobre a fonte da sua autonomia, isto é, seu corpo funcional, se exercem inúmeras restrições burocráticas que provém de instâncias externas à instituição: na prática, a universidade apenas intermedeia a relação trabalhista de seus servidores, pois as decisões mais críticas que afetam diretamente as carreiras, os direitos e deveres, a seguridade social, etc., estão em mãos alheias.

Então, a autonomia das IFES para com o seu quadro funcional é puramente instrumental e nunca plena ou mesmo exercida sem questionamentos. Outra observação interessante está na questão das distinções que a legislação faz quanto ao que significa ocupar um cargo público: conforme é entendido pelas doutrinas jurídicas, agente público é toda pessoa que presta serviços ao Estado, tendo vínculo trabalhista com a administração pública ou não e de forma permanente ou temporária. Dentre as categorias de agentes públicos da administração estatal brasileira estão os agentes administrativos, a qual subsume todos os que vinculando-se a entidades governamentais (fundações, empresas públicas, autarquias, etc.) por relações profissionais se subordinam à hierarquia da instituição e ao regime jurídico do órgão em que estão lotados.

Estas definições que são embasadas pela Carta Constitucional²⁰⁸ trazem implicações que foram objeto de celeuma diversas vezes na UFSCar de 1988 até 1997; por exemplo, no artigo 37 está determinado que os cargos, empregos e funções públicos são acessíveis aos brasileiros e nas universidades públicas do país sempre houve presença de professores estrangeiros, na maior parte das vezes como convidados (o que não representaria problema algum, em princípio), mas que ocasionava conflitos em razão de haver participação dos mesmos em concursos para cargos efetivos de docência e pesquisa.

Em reunião do Consuni do início da década de 1990 encontra-se na pauta o tema “*situação funcional dos servidores estrangeiros*”, pois o assunto era candente em diversas IFES que sofriam questionamentos legais e exigia-se solução também na UFSCar. O caso era que com a prerrogativa da autonomia presente no artigo 207 da Constituição Federal, muitos reitores entendiam poder admitir professores e pesquisadores vindos do exterior em seus quadros funcionais; porém, com a edição do RJU ficou proibida a participação de cidadãos es

²⁰⁸ Trata-se aqui principalmente das disposições nos artigos 37 a 41 da Constituição Federal de 1988, que compõem as seções I e II do capítulo VII – Da administração pública.

trangeiros em concurso para o serviço público brasileiro, determinando ainda que os que já se encontravam contratados não poderiam assumir funções administrativas, sendo alocados em quadro funcional a parte, em extinção à medida que os cargos fossem ficando vagos. O reitor, então, esclareceu os conselheiros que:

ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 23/05/1991. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto.

[...] também que os conselhos superiores da UFMG com base nos artigos 59 e 207 da Constituição Federal decidiram permitir o ingresso de cidadãos estrangeiros na universidade e passando para a égide da Lei 8.112 os integrantes da carreira e que foram colocados em quadro à parte. Idêntica decisão será apreciada pelo Conselho Universitário da Universidade de Brasília, sendo a UFSCar a terceira universidade brasileira a tomar esta decisão. Explicou que o Reitor da UFSCar tem conhecimento de que ele é administrativa e legalmente responsável pela medida a ser tomada mas, mesmo assim, assume correr o risco, invocando a legitimidade da medida. Lembrou que, aprovada a medida proposta, os concursos serão abertos à participação de cidadãos estrangeiros, podendo ocorrer algum óbice legal em função de eventual recurso de algum candidato que se sentir prejudicado, implicando em uma provável suspensão temporária do concurso por decisão judicial, sendo um risco que vale a pena correr dada a legitimidade da decisão. Ficou também esclarecido que a decisão hoje a ser aprovada atinge somente os servidores estrangeiros com visto permanente no país. (Sublinhado meu)

Como se pode ver, desde a entrada em vigência do Estatuto do Servidor, em 1990, já havia discordâncias entre as normas que determinavam o regime jurídico do funcionalismo federal e as prerrogativas de autonomia das IFES; depois das comunicações e informes da referida reunião do Consuni, os conselheiros tomam posição:

[...] Ao final dos esclarecimentos prestados pela Presidência, o plenário aprovou, por aclamação a seguinte resolução: ‘O Conselho Universitário da UFSCar, com fundamento no artigo 59 da Constituição Federal, que trata da igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros residentes no país, e no gozo do direito ao exercício da autonomia universitária consignado no artigo 207 da Carta Magna, RESOLVE: Será admitida inscrição de professores estrangeiros com visto permanente no país, nos concursos públicos de provas e títulos para ingresso na Carreira do Magistério Superior

da UFSCar. [...] Os professores estrangeiros com visto permanente no país, integrantes da Carreira do Magistério Superior da UFSCar serão submetidos ao regime da Lei 8.112/90, de 12 de dezembro de 1990. [...] Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário. (Sublinhado meu)

A UFSCar, em agosto de 1990 tinha revogado uma alínea de sua resolução 53/89, que dispunha sobre os editais de concursos para o magistério superior, a qual impossibilitava que estrangeiros tomassem parte nos certames. Desde esta revogação, pois, havia professores oriundos de outros países compondo os quadros funcionais da universidade – o que também ocorria em outras IFES; daí a necessidade de resolver a questão para não perder bons pesquisadores e docentes, principalmente em um momento de crise política e econômica nacional que incidia pesadamente sobre todos os aspectos da vida acadêmica.

A fragilidade jurídica fica patente quando, na 96ª reunião ordinária, de 25/03/1993, o conselheiro Nelson Studart manifesta aos demais membros do Consuni sua surpresa ao ficar sabendo da apresentação de uma representação contra a UFSCar na Procuradoria da República em São Paulo por contratar professores estrangeiros para seus quadros; o Presidente informa então que a UFSCar estaria tratando do problema juridicamente não desejando a divulgação do tema para não gerar polêmica, afirmando que esta questão seria apresentada em reunião plenária do CRUB e da ANDIFES.

No transcorrer desta reunião e de outras na qual o tema retornou à pauta, aparece a informação de que a denúncia à Procuradoria teria partido de um candidato a concurso interno para ascensão funcional²⁰⁹, cujo certame fora objeto de questionamento tanto quanto à

²⁰⁹ Como se viu nos capítulos anteriores, precedendo o RJU, havia a chamada “Lei da Isonomia” – Lei nº 7.596/87, que criou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), integrado não só pelos cargos efetivos e empregos permanentes, estruturados e em sistema de carreira, mas também pelas funções de confiança (§ 19 alíneas “a” e “b” art. 39); a vigência desta lei ocasionava distorções salariais e também não era vedado que se fizessem concursos internos nas universidades para transformar cargos que exigiam escolaridade de nível médio para aqueles de nível superior, o que acarretava evidentes ganhos salariais. Porém, com a Constituição Federal de 1988 o expediente do concurso interno tornou-se ilegal.

legalidade dos procedimentos de avaliação dos candidatos quanto ao concurso em si mesmo junto ao MEC e outras instâncias externas à universidade; o denunciante, sabendo que tal interpelação fora realizada por pessoa aparentada com docente de nacionalidade estrangeira que lecionava na UFSCar, retaliou fazendo por sua vez a representação contra a presença de estrangeiros no serviço público. Não admira, pois, que nas discussões sobre este caso o reitor Newton Lima sempre argumenta no sentido de que tais pendengas acabavam por enfraquecer a autonomia das IFES, alimentando suspeitas de que os gestores universitários se valeriam de tal prerrogativa para acobertar ilegalidades em seus atos.

Estes episódios balizam o que significava exercer estas prerrogativas de autonomia na década de 1990, em que possíveis ingerências surgiam – e.g., requerimento apresentado ao Consuni, nestes termos:

ATA DA 97ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, em 13/05/1993. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto.

[...] enviado à Reitoria pelo cidadão José Cláudio Barriguelli no qual solicita informar se existem servidores de nacionalidade estrangeira ocupando nesta data (30/04/93) cargos em comissão e caso afirmativo, qual sua nacionalidade, cargos que ocupam, data da nomeação/exoneração, valor da gratificação DU outro tipo de pagamento, autoridade que nomeou, se existe parecer da PJ sobre a legalidade ou não do ato de nomeação e se o Reitor da UFSCar tem ciência do teor da Decisão 73/92 do TCU[...].

Além da solicitação ser pouco usual na dinâmica do Consuni, causou indignação, pois como comenta o reitor Newton Lima sobre o caso, nesta mesma reunião, ser

[...] grave o teor do requerimento(...), já que não só questiona a decisão deste Conselho como também um movimento a nível nacional para permitir que cidadãos estrangeiros possam ingressar no serviço público, inclusive com a simpatia do Congresso Nacional.

Não há exagero na afirmação do reitor, pois a legislação seria realmente alterada pela Emenda Constitucional 11, de 1996, que de

terminava o acréscimo destes dois parágrafos ao artigo 207: (...)§ 1º *É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.*; § 2º *O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica*". Com isto ficou resolvida a questão do ponto de vista legal, porém há que se reconhecer que na prática houve servidores estrangeiros que acabaram por deixar seus cargos, inconformados com a precariedade da situação profissional²¹⁰ – inclusive na UFSCar; alguns deles, no entanto, retornaram aos quadros das IFES após a entrada em vigor da Emenda Constitucional 11.

A trajetória dos quadros funcionais nas universidades públicas, sua formação, qualificação e desenvolvimento profissional são temas diretamente conectados ao da reforma administrativa do Estado e da autonomia universitária. No caso da UFSCar o que se vê pelos documentos dos conselhos é um duplo movimento: por um lado, a preocupação dos dirigentes e representantes dos colegiados em conseguir manter na universidade pessoal de alto nível de especialização (o que incluía os estrangeiros), para garantir a qualidade das atividades—fim mesmo diante do rebaixamento de salários e piora das condições para o exercício da pesquisa e do ensino; por outro, a busca de espaços políticos e obtenção de recursos financeiros junto ao MEC e outros órgãos, para tentar trazer à realidade um combalido exercício da autonomia universitária.

Uma simples comparação entre a tentativa de reforma da administração pública levada ao Congresso por Fernando Collor de Mello, que através da mensagem 523 de 1991 enviara uma proposta de Emenda à Constituição (conhecida como “Emendão”, foi desmembrada por decisão técnica da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara

²¹⁰ Caso do Prof. Dr. Terrie Ralph Groth o qual manifesta-se no Consuni, com autorização do colegiado, na 96ª Reunião Ordinária, sobre o problema dos servidores estrangeiros e uma denúncia à Procuradoria da República em São Paulo contra a UFSCar, ponderando que tal denuncia prejudicava não só sua carreira, mas a de todos os professores estrangeiros contratados pela UFSCar. O professor Groth deixaria a UFSCar em 1996 e passaria a lecionar na UnB.

dos Deputados em cinco distintas propostas de emendas constitucionais, a saber: a) ajuste fiscal; b) desregulamentação da economia; c) poder advocatório do Supremo Tribunal Federal; d) remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante e proibição da comercialização de sangue; e e) reforma universitária), e o Plano Diretor proposto por Bresser-Pereira e tocado pelo MARE mostra que há poucas discrepâncias entre os objetivos a que se propunham e um ponto convergente inquietante: a reforma da legislação dos servidores públicos e das universidades.

Na Exposição de Motivos²¹¹ Interministerial nº 411, de 03/10/1991, a equipe de governo de Fernando Collor de Mello deixa claro quais são os fins que almejam e como pensam obtê-los:

(...) Senhor Presidente, para a construção de um País moderno, dinâmico, com preços estáveis e onde prevaleça a justiça social, é indispensável que sejam criadas condições que facilitem um ajuste fiscal duradouro, conciliando-o com eficiência da administração pública. É fundamental também remover os entraves institucionais que impedem a mudança do perfil de intervenção do Estado que prevaleceu no período de constituição do capitalismo brasileiro, bem como aqueles que restringem uma maior concorrência na economia nacional.

(...) as propostas encaminhadas à apreciação de Vossa Excelência, no sentido de abrir espaço para a iniciativa privada e reduzir as restrições ao capital estrangeiro, reafirmam e fortalecem a responsabilidade do setor público no que diz respeito à provisão e à qualidade dos bens de consumo social.

(...) A presente Emenda busca diferenciar a situação dos servidores integrantes das carreiras típicas de Estado e valorizá-los, estipulando para os demais servidores concursados prazo maior de efetivo exercício para a aquisição da estabilidade. Estatui ainda que a disponibilidade implicará vencimento proporcional ao tempo de serviço e prevê compensação pecuniária para o servidor, em caso de exoneração imotivada.

A situação atual das universidades federais está a requerer reformas profundas no sentido de superar seu arcaísmo, a baixa produtividade e a ineficiência e a melhorar-lhes qualitativamente o desempenho. Nesse

²¹¹ BRASIL. Exposição de Motivos Interministerial 411, de 03 de outubro de 1991. Documento que integra o dossiê da PEC 59/91. Disponível em: << <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169346>>>. Acesso em 21/02/2012.

sentido, busca-se atribuir-lhes maior autonomia e conferir-lhes natureza jurídica própria. Serão destinadas às universidades públicas, para o financiamento de suas despesas, parcelas fixas dos recursos da União destinados à educação. Eventuais gastos adicionais correrão à conta de fontes alternativas de financiamento obtidas pelas universidades através da necessária interação com a comunidade. (Sublinhados meus).

O que há de tão diferente entre o que estava sendo defendido pelos membros do governo Collor de Mello e que não alcançou a aprovação congressual (a PEC nº 59/91 foi arquivada) e o que se seguiu por toda a década de 1990 e também nos primeiros anos do novo século? E em que medida naquela década se realizou aquilo que com os decretos nº 200/67 e nº 900/69 se pretendia alcançar, sob os auspícios da ditadura civil-militar? Entre o período militar do pós-64 e a reforma administrativa do MARE, incluindo as tentativas de alterações constitucionais mal sucedidas que a precederam, há muito mais em comum do que se poderia imaginar – por exemplo, o discurso da modernização das estruturas, justificando-se pela necessidade de inserir o país na ordem mundial do capital financeiro.

Veja-se que modernização implica mudanças, mas não revolução²¹²; não se trata de abolir as estruturas para refazê-las. Modernizar, antes de tudo, tem por objetivo o crescimento, mas não necessariamente o desenvolvimento²¹³, que são coisas distintas – crescer não significa alterar os padrões de distribuição de riqueza, que é a chave para o desenvolvimento. Sem dúvida é uma ironia histórica que um importante intelectual brasileiro responsável pela teoria da dependência tenha se tornado o governante que implantou uma reforma do Estado ao sabor da globalização econômica.

Desta forma, apresenta-se a seguir alguns apontamentos sobre o significado destas relações na UFSCar durante a década de 1990,

²¹² Como foi bem discutido na obra *Universidade brasileira, reforma ou revolução?*. FERNANDES, F. Ed. Alfa-ômega, 1979. Passim.

²¹³ Algo que os brasileiros puderam experimentar na década de 1970, quando o ministro Antonio Delfim Netto defendia que o “bolo” tinha que crescer para depois ser dividido.

visando retomar a hipótese de que aquilo que não foi alcançado pelo governo central por meios diretos se fez de forma pulverizada a partir da chegada ao poder de gestões com alinhamento às demandas do capitalismo no final do século XX. Nessa conjuntura, a noção de “capital humano” assume relevância para interpretar o processo que se desenvolveu nas universidades públicas e o que isto significou para a UFSCar.

4.1 – A riqueza da universidade: formação e qualificação dos quadros funcionais

Um dos sentidos para existência de uma universidade pública está em que esta permite reunir em uma instituição de estudos e pesquisa pessoal especializado que se dedique às mais variadas áreas do conhecimento e que haja condições para desenvolvê-las, independente dos interesses econômicos e de mercado. Se não fosse assim, muitos campos de estudo, sejam afeitos às áreas das ciências exatas, humanas ou biológicas não encontrariam lugar para seu desenvolvimento em instituições particulares, em geral muito mais direcionadas em suas atividades—fim por questões como demandas de empregabilidade de seus egressos, custo de manutenção de cursos e sua infraestrutura, procura de áreas dada pela relação candidatos/vagas, etc.

Basta observar os dados do Censo da Educação²¹⁴ para ver que a concentração percentual de vagas no ensino superior brasileiro (incluindo-se aí todas as categorias administrativas das instituições de ensino superior), no período de 1990 a 2002, é bastante concentrada em cursos como Direito, Pedagogia e Administração, que responderiam por mais de 50% das vagas oferecidas em cursos de nível superior.

²¹⁴ Dados do MEC/INEP. Censo da Educação, 1991–2007. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/centso-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>>. Acesso em 02/12/2014.

Por outro lado, a questão das formas de organização jurídica das IES também incidiu dramaticamente neste panorama, com a entrada em vigor do Decreto nº 2306 (19/8/1997)²¹⁵, que em seu artigo 1º abriu a possibilidade de que mantenedoras de universidades particulares possam assumir qualquer das formas jurídicas admitidas em direito, de natureza civil e comercial. Também diz que se constituídas como fundações serão regidas pelo Código Civil Brasileiro (art. 24) e com isto, permitiu-se às IES particulares efetuar alteração de estatutos, podendo decidir entre ser entidade de natureza civil ou comercial; ainda se valendo destas disposições legais, passaram a se enquadrar estas mantenedoras em duas possibilidades, a saber, as que respondem por instituição sem fins lucrativos e as com finalidade lucrativa em sentido estrito. Estas últimas se submetem, portanto, a um regime de legislação comercial no que se refere aos encargos trabalhistas, fiscais, etc.; em outras palavras, são entidades comerciais.

Ao iniciar a década de 1990, o sistema nacional de ensino superior brasileiro computava um contingente de 1.540.080 alunos matriculados, expandindo-se até a virada do século para 2.694.245. Para que estes números possam ser bem interpretados, é preciso inserí-los no contexto de sua representatividade quanto ao universo populacional do país. Assim, considerando os dados do censo demográfico²¹⁶ nacional de 2000, de uma população total de 170 milhões de habitantes, apenas 5.890.631 declararam ter tido acesso ao ensino superior, dos quais 5.485.710 conseguiram concluir o curso em nível de

²¹⁵ BRASIL. *Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997*. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306impressao.htm >. Acesso em 01/02/2014.

²¹⁶ BRASIL. IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000: Características da População e dos Domicílios: Resultados do universo*. Disponível em: << <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/> >>. Acesso em 15/06/2014.

graduação e 302.043 eram portadores de títulos de pós-graduação, incluindo-se neste número mestres e doutores.

Estas estatísticas significam que mesmo com o aumento de alunos verificado no ensino universitário do Brasil de 1990 até 2000 a possibilidade de acesso a uma educação superior continuava restrita a uma parcela de menos de 3,5% da população, e que é ainda menor se for levada em conta a titulação de pós-graduação (0,18%).

Por outro lado, a questão da qualidade oferecida nos cursos se mostra precarizada pelas considerações já expostas acima sobre as formas de manutenção das IES particulares – tendo em mente que no ano 2.000 a divisão das vagas em ensino superior por dependência administrativa, após as alterações de legislação ocorridas nos anos 1990 que foram discutidas nos capítulos 2 e 3, correspondia à 70% do sistema de ensino; também se deve lembrar que no caso específico das IFES o financiamento provido pelo MEC envolve gastos com pessoal, ativo e inativo, e outros custeios e capital (OCC).

Tudo isto conduz a uma das questões importantes para compreender a imbricação da dimensão administrativa na viabilização de aspectos acadêmicos para docentes e técnicos de uma universidade como a UFSCar, que está em perceber como se dá a relação entre a formação destes quadros funcionais e a evolução que podem alcançar durante a vida profissional em termos de carreira, cargos que ocupam e funções que desempenham, já que é em razão de todas estas condições que se observa a qualidade alcançada nas atividades–fim.

Na década de 1990, com a deterioração das condições de financiamento e manutenção das IFES pelo governo federal observou-se tanto um movimento de aposentadorias dos docentes e técnicos–administrativos mais experientes e qualificados destas instituições, por vezes demissões a pedido bem como também ocorreu um fluxo destes profissionais para universidades particulares, principalmente naquelas em que havia alguma estrutura de pesquisa, pois em termos de nível salarial superavam sensivelmente o que era pago pelo sistema

público federal. Nas atas do Consuni são frequentes as preocupações expressas por conselheiros sobre esta problemática e a tabela 05 apresenta alguns indicadores desta realidade desfavorável:

Tabela 5 – Indicadores da UFSCar (1984–2004)

Anos	1984	2004
Graduandos	2.495	5.834
Pós-graduandos	227	870
Docentes	467	558
Servidores Técnico-administrativos	759	699
Cursos de graduação	16	27
Cursos de Doutorado	01	15
Cursos de Mestrado	06	20
Departamentos	09	30

Fontes: OESP, 25/11/1984; Relatório de Atividades da UFSCar/2004.
Elaborado por R.C. Lana

Estes números são índices do que ocorreu com o quadro funcional da UFSCar e seu alunado neste intervalo de vinte anos e não deixam de refletir a tendência geral das políticas governamentais que atingiram as IFES: o número de discentes e de cursos mais que dobrou e na pós-graduação praticamente quadruplicaram as vagas (os departamentos seguiram esta mesma linha de ação); entretanto, o número de docentes cresceu muito pouco proporcionalmente a estes indicadores e o número de servidores técnico-administrativos diminuiu.

A explicação para esta redução não está só do lado dos servidores docentes e técnicos; nos governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso ocorreram muitas pressões pela redução do tamanho da máquina estatal, refletindo-se as mesmas sobre as universidades públicas – decretos proibindo contratações e realização de concursos, contingenciamento de vagas, retenção de autorizações para reposição de aposentados e demissionários (inclusive

com estímulo do governo, com programa de demissão voluntária), extinção de vagas para funções diversas nas IFES e assim por diante. Em reunião de setembro de 1990 pode-se ver no ponto de pauta 3.4 – *“provimento efetivo das vagas ocorridas no exercício de 1990”* o esclarecimento dado pelo reitor aos conselheiros:

ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 06/09/1990. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri.

[...] segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor, "os cargos ou empregos civis de provimento efetivo cuja vacância ocorrer em 1990 só podem ser preenchidos até um limite de 50%". Segundo dados do SRH contamos no momento com 5 vagas de pessoal técnico-administrativo e 3 vagas docentes (...) Com relação às vagas docentes esclareceu-se que está se propondo o seu preenchimento através da contratação de professores substitutos(...) O conselheiro Arno R. Schwantes colocou que o PPG-Genética e Evolução, aprovado hoje neste Conselho, já nasce prejudicado em função da demissão de um funcionário técnico-administrativo, tendo a Presidência colocado que o cerne do problema é a lei que lamentavelmente nos impõe essa situação, lembrando que estamos preenchendo vagas efetivas de docentes com professores substitutos, com sérios prejuízos acadêmicos para esta Instituição. Colocou também que a Universidade como um todo está sendo penalizada, pois está crescendo e, ao contrário do que deveria ser, está repondo apenas 50% das vagas administrativas. (Sublinhado meu)

Por quê e como a UFSCar se expandiu mesmo diante um cenário tão desfavorável em termos de perspectivas de financiamento e condições para manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão? Relembrando que, por ser uma universidade fundacional, a administração universitária dispunha de possibilidades legais para gestão de verbas e recursos próprios, isto é, que eram gerenciadas no âmbito da CANOA e aplicadas seguindo determinações condicionadas à aprovação do Consuni e do Conselho de Curadores. Nas atas é frequente encontrar pontos de pauta nos quais os conselheiros decidem sobre utilização de fundos e aplicações financeiras, para cobrir despesas da universidade que o costumeiro atraso no repasse de verbas do MEC para as IFES deixaria a descoberto.

Por outro lado, a UFSCar podia captar recursos por meio de convênios e projetos de pesquisa e extensão, intermediados pela sua Fundação de Apoio Institucional / FAI. Isto permitia pensar em crescimento institucional, porém dependia de que houvesse um docente/pesquisador ou técnico responsável ou grupo de pesquisa articulado na universidade para propor estas ações e se responsabilizar pelo andamento, coordenar bolsistas e estagiários, prestar contas e elaborar relatórios ao final. Portanto, o gargalo sempre esteve na possibilidade de contratar mais pessoal, algo que estava fora das esferas de decisão internas à academia, pois devia ser demandado ao Ministério da Educação e ao Planejamento sem garantia de atendimento de espécie alguma.

Objetivando um olhar mais compreensivo sobre este tema, veja-se que a administração pública admite possibilidade de existência de servidores ocupando cargos efetivos, em comissão, e também de empregados públicos e temporários; é o conceito de precário que se contrapõe ao de estabilidade, pois pressupõe-se que o servidor público aprovado em concurso para um posto efetivo tenha, após passar pelo período probatório, garantias de permanência no cargo para poder exercer suas tarefas e atividades com impessoalidade, eficiência, economia e ao abrigo de coações por parte de superiores ou de pressões externas à administração pública.

No caso do emprego público e do contrato temporário, o primeiro somente pode existir para preenchimento de funções civis em empresas governamentais e os temporários apenas por excepcional interesse público. A diferença é que o trabalhador temporário assina contrato com prazo pré-determinado para seu término e tem direito a algumas condições previstas no Estatuto do Servidor, enquanto que o empregado público é regido por contrato de trabalho por tempo indeterminado e rege-se pela CLT.

A regulamentação do emprego público em termos legais se deu pela Lei nº 9.962/2000, ainda na esteira das reformas da adminis

tração pública propostas pelo MARE e apesar da Constituição Federal determinar que os empregados públicos sejam admitidos por concurso é sabido que a direção superior de empresas governamentais é exercida por empregados públicos que ocupam a função sem terem cumprido a exigência admissional. Como exemplo tem-se as diretorias de empresas como a Caixa Econômica Federal, além de assessorias e consultorias de órgãos congêneres.

De tudo isto extrai-se que a política de pessoal que foi paulatinamente implantada na década de 1990 na administração pública, por mais que os servidores públicos federais lutassem para eliminar distinções e fazer vigorar a isonomia de direitos e deveres entre funções iguais, moveu-se em sentido oposto; ter a possibilidade de contratar a título excepcional, com prazo determinado foi o expediente que restou aos reitores quando se proibiu realizar concursos para a reposição das vagas de docentes efetivos.

Funcionando como se fosse um “exército de reserva”, estas possibilidades de contratar e demitir a qualquer momento e assim atender precariamente as atividades-fim nas IFES foram decisivas no encolhimento do contingente de professores e técnicos administrativos no universo dos servidores federais. Ao lado desta configuração complexa, serão examinadas outras peculiaridades do exercício profissional no serviço público.

4.1.1 – Carreira, salário e funções comissionadas na UFSCar: conflitos e distorções da década de 1990

Os servidores públicos federais, como se viu, contavam desde antes da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 com uma carreira determinada pelo PUCRCE e regulamentada pela Portaria Ministerial nº 9.475 de 28/08/1987, além do próprio RJU a partir de dezembro de 1990. Porém, como a questão da autonomia universitária

era entendida inclusive como capacidade de cada IFES se auto-organizar institucionalmente, era um constante foco de dissabores e conflitos na UFSCar a discussão sobre as determinações legais que diziam respeito à carreira e às funções comissionadas, em particular a remuneração aos cargos de direção ou CD e às chamadas funções de confiança ou FC.

Havia inclusive um entendimento do movimento docente nacional sobre as FC e as CD, que as considerava incorretas tanto do ponto de vista da estrutura proposta para atribuí-las quanto da consideração que substituiriam o salário, quebrando a isonomia entre cargos. Assim, a 91ª reunião extraordinária do Consuni, em 11/06/1992, é convocada para tratar do tema na UFSCar em função de denúncias de corrupção feitas à Procuradoria Geral da República envolvendo a Reitoria e a atribuição das funções comissionadas.

Sobre o tema pronunciam-se representantes do DCE, manifestando a posição dos discentes em assembléia contra a manutenção das FC/CD e propondo uma comissão proporcional dos três corpos da universidade para apurar fatos; a representante da ADUFSCar, depois de expor a visão do movimento docente sobre as FC/CD, ponderou outra questão que era a irredutibilidade dos salários, defendendo que apenas os servidores que já tinham recebido as funções comissionadas quando de suas nomeações permanecessem recebendo as mesmas, até o fim do exercício do cargo. Também o sindicato dos servidores técnicos se posicionou, nos seguintes termos:

ATA DA 91ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 11/06/1992. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Sebastião Elias Kuri.

[...] O servidor Antonio Donizeti, diretor do SINTUFSCar, disse que a entidade encaminhou ao C.U. (Consuni) um documento contendo denúncia formal contra a reitoria na questão das FC/CD. Entende que a irredutibilidade salarial pode ser correta, mas não o é na forma em que foi feita aqui na UFSCar, argumentando para isso que a assembléia da categoria entende também que os servidores fazem jus a vários benefícios retirados por ocasião dos recentes planos econômicos, entre eles, a URP, o Plano Verão etc.

A reunião prossegue com várias ponderação sobre o tema em concordância com os argumentos expostos; outras posições, como a do conselheiro Prof. Dr. Nelson Studart, que enfatizou o problema da distorção salarial, isto é, dois cargos idênticos com salários diferentes, afirmando que a questão que em sua opinião estava subjacente era a do cálculo da gratificação pelo maior salário, o que acabava por gerar desestímulo aos servidores que exerciam as atividades-fim na instituição.

O prof. Studart ainda referenciou o assunto, lembrando que quando fora enviada Medida Provisória pelo Executivo ao Congresso Nacional extinguindo as FC e as CD e substituindo-as apenas por funções gratificadas (FG), houve um lobby por parte de algumas IFES com os parlamentares e as FC não foram extintas, convertendo-se em CD.

Na conclusão dos esclarecimentos, o então Vice-Reitor Newton Lima expressa sua posição, dizendo que:

[...] a legislação foi imposta, contrariamente à nossa vontade, apesar de termos lutado arduamente para que a estrutura das IFES não fosse feita de cima para baixo, desrespeitando as especificidades das instituições. Lembrou também que perdemos a luta pela gratificação dos vice-diretores de centros, coordenadores de laboratórios, secretárias de departamentos, entre outros. Mais ainda, que a legislação sobre a matéria é uma verdadeira colcha de retalhos, um emaranhado de arranjos para acertar a situação de uma ou algumas IFES, gerando, aqui na UFSCar, distorções e problemas internos. Citando como exemplo do absurdo a que se referiu, disse que a legislação foi baixada num momento em que o vice-reitor da UFPE assumia o cargo de reitor e, nessa condição, passou a ganhar menos do que quando era vice. Continuando a manifestação, afirmou que a legislação não foi baixada pela CANOA, a qual teve apenas que adequá-la internamente, cuidando para não gerar ilegalidade ou ilegitimidade e, na sua opinião, devemos, enquanto instituição, ratificar de maneira clara e contundente nossa posição contrária a ambas gratificações, entendendo que elas privilegiam a área administrativa em detrimento da área acadêmica.

Mais uma vez configura-se um exemplo cabal da interferência de gestões alheias às IFES e as mazelas que causavam; durante a

reunião são citados vários casos referentes à situação das funções comissionadas como verdadeiro pomo da discórdia em Santa Catarina, na UFRJ, na UnB e em Sergipe; como ficou expresso nas deliberações ao final da 91ª reunião, quando a UFSCar decide manter a decisão da CANOA e:

[...] ratificar a posição histórica dos colegiados desta Universidade, contrária às estruturas de funções de confiança impostas pelo governo federal, uma vez que: ferem a autonomia universitária, secundarizam o papel das administrações acadêmicas, desconhecem as especificidades de cada IFES, geram e/ou agravam distorções na estrutura administrativa das IFES.

E como pela manifestação do Vice-reitor Newton Lima pode-se ter uma impressão de que as atividades-meio estariam de alguma forma privilegiadas nesta conjuntura, aborda-se a seguir o caso específico das vicissitudes enfrentadas pelos servidores que as desempenhavam.

4.1.2 – Problemas nas atividades-meio sob a política de enxugamento da administração pública dos anos 1990

A UFSCar, como qualquer outra instituição de ensino superior necessita para atender suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão que também sejam providas as chamadas atividade-meio, quais sejam, as que respondem por fornecer condições adequadas àquelas finalísticas; desta forma, incluem-se nessa categoria:

- A) Viabilidade financeira para todas as atividades da universidade;
- B) Adequabilidade e atendimento de espaços físicos institucionais (e.g., bibliotecas, laboratórios, salas de aula, refeitório, auditórios, sanitários, etc.);
- C) Políticas de acesso e permanência de discentes na universidade;
- D) Estrutura e gestão organizacional administrativa e de pessoal;

E) Planejamento estratégico institucional.

Naturalmente as atividades–meio fornecem condições para que a pesquisa, o ensino e a extensão se realizem; e estas atividades–fim por sua vez são interdependentes da qualidade do acervo bibliográfico disponível, da segurança e acessibilidade nos espaços, que por sua vez dependerão da sustentabilidade financeira e do planejamento institucional, e assim por diante.

Eis porque a redução drástica de pessoal técnico–administrativo das IFES, que os governos federais patrocinaram na década de 1990, foi responsável por situações de tensão e conflitos internos na UFSCar. A então Secretaria Geral de Recursos Humanos/SRH era o órgão que fornecia aos conselheiros a medida do desfalque funcional nas atividades–meio, que se agravavam e repercutiam no Consuni ao contrapor os diretores dos Centros e os representantes dos sindicatos em um cabo de guerra, como exemplifica bem o ponto de pauta “*Análise da decisão da CANOA de contratação de serviços de terceiros para limpeza de áreas físicas do “campus”*”, debatido em 1992: a na 95ª reunião ordinária, em 17/12/1992:

ATA DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 17/12/1992. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto.

[...] Conforme esclarecido no início desta reunião, o reitor da UFSCar comprometeu-se com a Presidência da FASUBRA de rediscutir, no colegiado máximo da instituição, a decisão da CANOA (Comissão para Assuntos de Natureza Orçamentária e Administrativa) de contratação de serviços de terceiros para execução de serviços de limpeza em determinadas áreas físicas da universidade, já que houve manifestação contrária dessa decisão por parte do sindicato dos servidores técnico–administrativos. A Presidência, em decorrência, concedeu a palavra ao Presidente do SINTUFSCar, servidor José Luís Sundermann, que assim se manifestou: ‘que há muito tempo falta funcionários e materiais/equipamentos no setor de limpeza, considerando cruel e perversa essas condições de trabalho’ Não obstante, os funcionários deliberaram contra a decisão de se contratar empresa para esse fim solicitando que essa questão seja discutida antes com os funcionários da limpeza e demais segmentos da categoria. Concluiu dizendo que

se levar-se em conta apenas a falta de funcionários a universidade toda será privatizada.

Esta leitura da situação efetuada pelo representante sindical era compartilhada em parte por outros conselheiros, que entretanto ponderavam que os serventes da UFSCar, em sua maioria eram ótimos funcionários porém já estavam com idade avançada, alguns apresentando-se doentes e a possibilidade de ter aumento de funcionários por meio de contrato terceirizado liberaria estes servidores para tarefas que exigiam mais qualificação; a esta argumentação respondeu o Diretor do SINTUFSCar:

[...] que a questão é política, que as empresas privadas não atendem satisfatoriamente, pagam baixos salários e só visam o lucro, afirmando ser preciso preservar o serviço público, os servidores de qualidade e lutar para que as instituições públicas sejam servidas por funcionários públicos.

Após vários questionamentos sobre a não-reposição dos quadros de servidores, por parte de outros membros do conselho, inclusive do Centro de Araras sobre a diferença de tratamento do governo entre as vagas deixadas por docentes e as dos funcionários técnico-administrativos que se aposentavam, vinham a falecer ou saíam do serviço público, que ocasionava toda a situação de tensão que ali se debatia, intervém, ainda na mesma reunião, o reitor Newton Lima:

[...] A Presidência colocou que sempre lutou, e vai continuar lutando, pelo descongelamento das vagas e expansão do quadro de pessoal das universidades, ressaltando que a situação dos serviços de limpeza aqui na UFSCar se tornou praticamente um caos, caracterizando desumana a situação que hoje vive o setor, que conta com vários servidores doentes. Disse também que a falta de higiene no local de trabalho é absurda e igualmente desumana para todos. Que a CANOA aprovou tal decisão face à emergencialidade da questão e ao clamor da comunidade nesse sentido, não significando de maneira alguma terceirização do serviço público. Disse mais, que não se pode priorizar a ideologia em função da solução humana do problema – tensão, stress e doenças – e que se os serventes de limpeza, por acaso, estão assustados com a decisão é porque falsas questões foram passadas para eles. Quanto à questão dos equipamentos de limpeza, informou que ela vai ter prioridade n. 2 aqui neste Conselho.

O Consuni ao final do debate decide manter a proposta da CANOA e contratar uma empresa para os serviços de limpeza; por mais que o reitor Newton Lima negasse, contudo, a terceirização das atividades—meio estava em marcha na administração pública e a promessa do reitor ficou apenas nas boas intenções.

Alguns anos depois, em 17 de outubro de 1996, quando o mesmo professor Newton Lima, na qualidade de reitor preside sua última reunião do Consuni, realizada em Araras, pois seu sucessor (prof. Rebelatto) havia sido empossado no dia anterior em Brasília e ainda não assumira o cargo, o que se vê é outro teor em seu pronunciamento aos conselheiros:

ATA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 17/10/1996. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Newton Lima Neto.

[...]Lamentou (sic) pesar pelo pacote do governo que desabou sobre os servidores públicos e sobre a sociedade brasileira através do autoritário mecanismo de medidas provisórias, instrumento que não é usado em nenhuma democracia; a Administração tomou conhecimento das medidas que visam diminuir o déficit público, reduzir o quadro de servidores e os benefícios dos ativos e inativos. (...) Com relação ao quadro de técnico-administrativos da UFSCar, a Secretária de Recursos Humanos, Maria de Lourdes informou, a pedido da Presidência, que através da MP 1524 de 11.10.96, foram extintos 19 cargos vagos da UFSCar e 137 foram colocados em extinção: almoxarife 1, auxiliar de cozinha 1, contínuo 1, copeiro 1, cozinheiro 1, motorista 1, operador de máquina de construção civil 1, pedreiro 1, recepcionista 1, servente de limpeza 6, servente de obras 1 e vigilante 3; os cargos de motorista, vigilante e servente de limpeza foram extintos os que estavam vagos, mas o quadro não foi colocado em extinção na UFSCar". (Sublinhado meu)

Mais correto seria dizer que o quadro ainda não fora colocado em extinção, pois no final da década de 1990 deixou de existir, permanecendo apenas os servidores que ainda não tinham se aposentado, entre eles os motoristas do ônibus da UFSCar, que fazia os deslocamentos para pesquisas e atividades de campo, transportando os discentes. Quanto a outros veículos oficiais da universidade foram baixadas determinações para que os próprios docentes e outros servidores

tivessem autorização para dirigí-los, exigindo da universidade novos arranjos entre servidores efetivos e terceirizados para manter serviços como transporte de professores e palestrantes convidados, membros externos de banca de concurso para cargos efetivos, defesas na pós-graduação, etc.

Neste sentido, a face mais agressiva da reforma administrativa e sua política de enxugamento do quadro de servidores se voltou para as atividades-meio; os números não permitem engano, a redução do quadro funcional responsável pelas atividades-meio impactou as IFES dramaticamente; na UFSCar, se seus efeitos foram responsáveis pela deterioração de aspectos variados da vida acadêmica, também impactaram na redução das reuniões do Consuni – como se viu pelo Gráfico 01, na pág 69.

De 1994 até 2000 estão os anos em que o colegiado menos se reúne – tratava-se das restrições que pela política da reforma administrativa incidiam na autonomia financeira, de pessoal e política das IFES; os esforços da comunidade acadêmica, então, se direcionaram para buscar caminhos para suas demandas, embora em 1997 o déficit de servidores técnico-administrativos na UFSCar tenha atingido o número de 93 vagas, o que superava 10% da força de trabalho destinada a atender as atividades-meio. Em tempos democráticos era um arrocho de fazer inveja ao período militar.

4.1.3 – Recorrência de práticas autoritárias em tempos democráticos: o caso Sundermann

Embora seus cursos tivessem entrado em funcionamento em 1970, nos chamados “anos de chumbo”, isto é, na fase tida como a mais dura do regime civil-militar, a UFSCar enquanto espaço institucional desde cedo se caracterizou historicamente pela pluralidade de atores que conviviam diariamente e visavam concretizar seus ideais

no âmbito de uma IFES inserida no espaço do interior paulista e marcada pela busca da superação de obstáculos políticos, sociais e econômicos dentro e fora dos seus *campi*.

Disto decorre que neste ambiente institucional mais aberto aos debates – que é próprio da academia e das lides intelectuais – viessem a coexistir, em diferentes graus de composições e divergências, expressões ideológicas e políticas. No período em que a ditadura entrava em declínio, o movimento estudantil que fora sufocado estava se reestruturando; o DCE da UFSCar era uma das entidades de IES que participavam ativamente desta retomada do movimento e viria a tomar parte diretamente de episódios importantes daquele contexto da abertura política.

A corrente político-ideológica que predominava no DCE em fins da década de 1970 era a Convergência Socialista, que derivara da Liga Operária (1972–1976); naquele período eram organizações na clandestinidade, mas que viriam a ser base para a fundação do PT.

Um exemplo claro é o do militante Celso Giovanetti Brambilla; natural de São Paulo, ingressara como estudante de graduação no curso de Engenharia Civil da UFSCar, em 1974 – contudo, como era prática entre vários militantes, optou por se proletarizar²¹⁷ e foi trabalhar como operário na Mercedes Benz e na Caterpillar de São Bernardo do Campo. Em 28 de abril de 1977, junto a outros cinco estudantes e ativistas²¹⁸ protagonizou o episódio em que foram detidos por um mês e torturados (Brambilla perdeu a audição em um dos ouvidos pelo fato da tortura perfurar-lhe o tímpano²¹⁹) por fazer panfletagem comemorativa do Primeiro de Maio em São Bernardo – fato que

²¹⁷ A proletarianização era uma forma de militância, pois visava difundir idéias das correntes de esquerda entre os operários, compartilhando de suas vivências e politizando-os.

²¹⁸ Os demais envolvidos eram: Márcia Bassetto Paes, Ademir Mariri, Fernando Antonio de Oliveira Lopes, José Maria de Almeida e Anita Maria Fabri.

²¹⁹ JOSÉ, E. *A boneca Raimunda e a tortura*. Carta Capital, publicado em 10/11/2008. Disponível em <<<http://www.cartacapital.com.br/economia/a-boneca-raimunda-e-a-tortura>>> Acesso em 02/08/2013.

serviu de estopim para deflagrar os primeiros eventos de massa no Brasil pela anistia e o fim das torturas e da ditadura.

Importa contemporizar que tanto tendências políticas de esquerda quanto de direita coexistem no espaço da universidade e por vezes se compõe para dar voz às suas demandas, através das representações classistas e institucionais. Essas práticas de convivência de posições políticas opostas configuram o equilíbrio democrático institucional penosamente reconquistado e ainda sujeito a revezes, mesmo após o final do período da ditadura civil–militar. Na UFSCar, a conexão entre muitos de seus discentes, servidores técnicos–administrativos e docentes com partidos políticos e movimentos sociais aparece de forma bastante explícita²²⁰ e não raro se estendia para além do espaço da universidade.

Neste sentido, um fato marcante para toda a comunidade da UFSCar e os servidores técnicos–administrativos em particular durante esta conjuntura de meados dos anos 90 foi o assassinato, em 12 junho de 1994, do presidente da entidade classista SINTUFSCar, José Luis Sundermann, e sua esposa, Rosa Sundermann, como se vê na imagem 02. O casal foi morto à noite, na sala da residência em que moravam, com tiros disparados na cabeça e foram encontrados pelo filho mais velho no início da madrugada, quando este retornou para casa. Na época especulou–se que os possíveis assassinos estariam espreitando o local para cometer o crime; o fato é que houve grande comoção em São Carlos, com atos públicos e passeatas cobrando rigor nas investigações.

²²⁰ No caso dos docentes, o Apêndice A – Gestões da ADUFSCAR/relações ANDES/ANDIFES – 1978 /2002 – fornece vários exemplos.

IMAGEM 2 – – CASAL SUNDERMANN, S/D.

Fonte: Portal do PSTU. Disponível em:
<http://www.pstu.org.br/conteudo/>. Acesso em 15/10/2013.

Os dois eram militantes do recém-criado PSTU e atuavam nas lutas trabalhistas na região, contrapondo-se a grupos políticos e oligarquias como a dos usineiros de cana de açúcar. Em 1990 e 1993 haviam participado da direção das greves dos cortadores de cana da região, na usina Ipiranga, em Descalvado (município da região de São Carlos).

Como representante dos servidores técnico-administrativos no Consuni, José Luís Sundermann figura em atas em fins da década de 1980, com apresentação de propostas pela então ASUFSCar e também em ações de confronto por ocasião das greves; em 1988, o Consuni, em sua 59ª reunião delibera sobre o documento final de uma comissão de sindicância para apurar fatos ocorridos na greve do ano anterior, em que José Luís Sundermann é parte envolvida, por ter retido chaves de um espaço institucional, mantendo-o fechado²²¹. O colegiado termina por lançar um comunicado à coletividade em que condena atos de abuso e violência, após deliberar e aceitar a ponderação do reitor de que devia ser levado em conta o contexto político das

²²¹ Nos documentos este episódio aparece com a seguinte designação na Ata nº 57, Reunião Ordinária do Consuni, 2ª Sessão, em 22/03/1988: “*Informou que estão à disposição dos interessados na Secretaria dos Órgãos Colegiados, os seguintes documentos: (...) Processo 002075/87-33 – Comissão de Inquérito para Apurar Sobre a Retenção de Chave do Portão que dá Acesso às Dependências da DPO/Garagem/BSG – Portaria GR 506/87 ‘Comissão Cadeado’*”.

ocorrências.

Além de atuar no SINTUFSCAR, José Luís Sundermann trabalhava como servidor público da Universidade Federal de São Carlos e participava como dirigente da FASUBRA. Sua esposa Rosa era dirigente da Convergência Socialista²²² na região e havia sido eleita para a direção Nacional do PSTU, pouco tempo antes de seu assassinato.

A ação da polícia no esclarecimento do caso desde aquela época tem se caracterizado por uma investigação inconclusiva e pela recusa em tratar o caso como um crime político. Apesar dos inúmeros pedidos de acareações, audiências para ouvir testemunhas e diligências (investigações com deslocamento policial)²²³ feitos pelos advogados que acompanharam o caso²²⁴, a investigação nunca ocorreu de forma transparente, permitindo que a impunidade perdure até hoje.

Outro exemplo das circunstâncias peculiares que envolvem o caso está no fato de que as fotos da cena do crime foram “veladas” (queimadas) misteriosamente, e mesmo o pedido de participação da polícia da capital nas investigações foi negado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública; suspeitas do assassinato, além de recair sobre pistoleiros e usineiros da região que seriam responsáveis por

²²² A Convergência Socialista nasceu da Liga Operária e esteve presente nas greves que ocorreram no ABC Paulista, em 1978. A organização foi responsável pela primeira reunião pública de socialistas ainda durante a ditadura, em 1978. Tratava-se de uma corrente política minoritária interna do PT, que foi expulsa do partido por desobediência às regulamentações do campo majoritário em 1992 e deu origem ao PSTU, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. Aglutinou também outras correntes excluídas do PT naquele mesmo ano. Seu ato de fundação foi realizado em um congresso no ano de 1993.

²²³ Por razões desconhecidas, a jurisdição sobre o caso não ficou em São Carlos, mas sim sob a responsabilidade do Delegado Regional de Araraquara à época, Luiz Roberto Ramada Spadafora, o que obrigava os investigadores a se deslocarem para realizar as diligências.

²²⁴ Como foi exposto pelas reportagens *Sindicalista e mulher são mortos em S. Carlos*, publicada na FSP de 13/06/1994 e *Dois sindicalistas são mortos em São Carlos*, em OESP de 13/06/1994 (Anexo J); um ano depois, sem solução para o crime, foi publicada na FSP a matéria *Sindicato pede solução para caso Sundermann*, no caderno Cidades, pág.10, de 11/06/1995 (Anexo K). Em 1997, a FSP noticiou um ato de protesto promovido no saguão da reitoria da UFSCar pelo SINTUFSCar e por partidos políticos, reclamando da falta de solução do caso três anos após o ocorrido. FSP, 12/06/1997, Caderno Ribeirão, pág. 04.

encomendar o crime, também implicavam delegados e pessoas ligadas à polícia. Tais suspeitas sobre a identidade dos possíveis mandantes conduziram aos usineiros da região, particularmente a industriais ligados à Usina Ipiranga, cujos trabalhadores participaram da greve dirigida por Rosa e José Luis Sundermann. Um pedido formal de investigação sobre os usineiros, feito pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, foi ignorado.

Além da execução do casal, que continua sem esclarecimento até hoje, também marcaram o cotidiano da UFSCar no período a greve nacional de 52 dias (as universidades paralisaram suas atividades de 19 de abril a 09 de junho de 1994), além de outra greve nacional com duração de 24 dias (de 09 de maio a 2 de junho 1995), por melhores salários e condições de trabalho. Durante este período também foi aprovada em assembléia do sindicato a realização de um processo de auditoria para averiguar um *“possível roubo pela Diretoria da época e, se comprovada a denúncia, a destituição dos membros da mesma; caso contrário os acusadores deveriam ser expulsos do quadro de associados do SINTUFSCar”*²²⁵.

A polêmica, contudo, não prosperou e a entidade trabalhou no sentido de opor-se às medidas governamentais que atingiam o serviço público federal; ocorreram manifestações contra o plano de reforma administrativa Bresser-Pereira e o governo de Fernando Henrique Cardoso, além da oposição aos cortes de verbas para as IFES. O ápice das ações pode ser situado no contexto da greve nacional que durou 22 dias – de 29/4/1996 a 20/5/1996 – em defesa do serviço público, contra as reformas do governo FHC e pela reposição salarial.

No período de 1996–1998, as atividades sindicais dos técnicos-administrativos foram marcadas pela adesão à greve de 24 horas no dia 17/4/1997 e pelo envio de caravana a Brasília em apoio à Mar-

²²⁵ SINTUFSCar. *Dados sobre o histórico da entidade*. Disponível em: <http://www.sintufscar.org.br/osindicato.php>. Acesso em 21/06/2013.

cha Nacional dos Sem Terra. Por outro lado, também foi enviada caravana a Ribeirão Preto para ato público pela absolvição de José Rainha Jr²²⁶, além de ida à Vitória (ES) para participar de protesto em frente ao Tribunal em que se realizaria o referido julgamento do líder do MST.

Neste interstício ocorreram paralisações em 26/9/1997, em protesto pelo aniversário de 1.000 dias sem reajuste salarial do funcionalismo público federal; atos nos dias 18 e 19/3/1998, com caravana e acampamento em Brasília por ocasião da votação do segundo turno da reforma previdenciária (bem como em 1º de abril, “Dia nacional da mentira do governo FHC”). Também em 1998 o SINTUFSCar participou da luta em defesa da Universidade Pública e por pressão dos movimentos sociais foi derrotada, no Congresso Nacional, a PEC nº 370, a qual tratava da Autonomia Universitária e que trazia uma viés de privatização para as instituições universitárias públicas. Derrotou-se, também, a tentativa do Governo Federal de acabar com a paridade entre trabalhadores ativos e aposentados; porém não se conseguiu impedir totalmente a Reforma da Previdência.

Entre 2000 e 2002, depois de muitos anos sem reajuste, o governo tenta retirar a GAE, gratificação que representava 160% sobre o salário básico. A greve iniciada em 25 de julho de 2001 foi a maior já feita em termos de adesão nacional e também local. Os servidores pediam em suas reivindicações um reajuste de 75,48%, referentes às perdas dos últimos sete anos, incorporação da GAE aos salários, manutenção do RJU, abertura dos concursos públicos. Ocorre então a radicalização na negociação por parte do governo, que em outubro corta os salários, mas ainda assim a greve se sustenta, embora com muito a perder pelo lado dos trabalhadores. Sucedeu que naquele mesmo outubro alcançou-se em alguma dimensão a vitória, com a incorporação da GAE para ativos e aposentados, novas contratações com

²²⁶ José Rainha Jr, capixaba de São Gabriel da Palha era líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/ MST, até 2007. O MST é um movimento social e político que defende a reforma agrária no Brasil como sua principal bandeira.

a exigência de abertura de concurso público e a manutenção do RJU.

Esta enumeração de ações vinculadas aos movimentos classistas presentes na UFSCar tem por objetivo assinalar contextos específicos de demandas das IFES em relação aos demais servidores públicos federais, quer sejam ocasionadas por reação a determinações do Poder Executivo julgadas abusivas, quer propositivas e/ou defensivas de algum direito²²⁷ ou ganho que se buscava naquele momento. Necessário é reconhecer que muitas vezes as negociações e contrapropostas durante a greve se mostraram instrumentos mais eficazes para os propósitos do governo do que dos trabalhadores, protelando indefinidamente os desenlaces das reivindicações e esvaziando o movimento pelo cansaço. Tal estratégia de anulação da capacidade de pressionar o governo que a ANDES e a FASUBRA possuíam tornou-se corriqueira em anos vindouros.

No intuito de perscrutar alguns sentidos que adquiriu a reforma administrativa de Bresser-Pereira especificamente para as IFES, já que esta foi móvel eficiente para desencadear ações e mobilização de entidades em diversos níveis políticos e sociais, analisar-se-ão alguns pressupostos apresentados no Plano Diretor para um dos “serviços não exclusivos”, isto é, a educação superior, quanto às fontes de financiamento de suas atividades—fim.

4.2 – Ciência e Tecnologia: sobre o financiamento à pesquisa e seu desenvolvimento na UFSCar

Rememorando o que já foi exposto, diversos ministérios, agências e órgãos dentre os vários que compõem a Administração pú

²²⁷ Por exemplo, a questão da “linha única no contracheque”, uma bandeira defendida historicamente pelo movimento dos docentes e que representaria a expressão na prática da isonomia entre os servidores das IFES que ocupassem cargos iguais, foi algo que conduziu à compreensão da ANDES de que todas as concessões governamentais de aumento por via de gratificações eram um desrespeito à esta trajetória das reivindicações pelo movimento docente.

blica são responsáveis por direcionar e impor normas técnicas, portarias e outros procedimentos burocráticos às IFES, interferindo no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de inúmeras formas e restringindo assim o espaço da autonomia universitária, seja por critérios de concessão de verbas em editais ou outros dispositivos que obrigam docentes e alunos a se pautarem por uma lógica que não é a do espaço acadêmico.

Se os servidores técnicos-administrativos das IFES são principalmente atingidos por ingerências do MEC e do MPOG, que os alcançam em suas lides cotidianas e obrigações na execução das atividades—meio da universidade, não raro a existência de prazos e o cumprimento de condições de apoio de pessoal técnico em projetos de pesquisa e extensão também acabam por repercutir sobre a vida profissional destes. Contudo, os alvos mais constantes desta interferência são os docentes, a quem se destina o fardo de atender as exigências de editais, condições de produtividade e burocracia que os constroem enquanto buscam realizar suas atividades—fim na academia.

Desta forma, além da CAPES, o Ministério da Ciência e Tecnologia diariamente interfere nas IFES através de ações das suas secretarias, conselhos e entidades vinculadas, tais como sua empresa pública, a FINEP/ Financiadora de Estudos e Projetos²²⁸ e de sua fundação, o CNPq/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (anteriormente denominado Conselho Nacional de Pesquisa). Como a atividade de pesquisa, acentuadamente na pós-graduação, é a interface através da qual estas ações de controle e interfe-

²²⁸ Criada em 1967, era subordinada ao Ministério do Planejamento e se destinava a atender projetos e programas do Regime Militar para a modernização e desenvolvimento tecnológico do país, contando com recursos do BID e dos acordos USAID. Na reforma administrativa do Estado pela ditadura civil-militar, com o decreto-Lei nº200/67, surge a figura da “empresa pública”, na qual a FINEP foi enquadrada. Com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1985, a FINEP passou a vincular-se a este ministério. A partir de 1998, a criação dos fundos setoriais permitiu que se articulassem no âmbito da FINEP as áreas acadêmicas e suas instituições de ensino e pesquisa com empresas que atuassem no segmento atendido em cada fundo, como por exemplo: CT Agro (agronegócio), CT Petro (petróleo), CT Espacial, etc.

rência se exercem, apresentar-se-ão alguns elementos para subsidiar a análise.

Na tabela 06 pode-se observar a expansão das matrículas nos programas de pós-graduação nos dois períodos do governo de Fernando Henrique Cardoso; comparando com os números referentes à pós-graduação na UFSCar que aparecem na Tabela 05 à página 230, pode-se ter uma idéia da pressão pelo crescimento²²⁹ que foi exercida sobre o sistema nacional de pós-graduação, particularmente no caso das IFES.

TABELA 6 – CRESCIMENTO DE MATRÍCULAS EM PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL (1996–2002)

Número de alunos matriculados em curso de pós-graduação no Brasil				
Ano	Mestrado	Doutorado	Mestrado profissional	Total
1996	45.622	22.198	0	67.820
1997	47.788	24.528	0	72.316
1998	50.816	26.828	0	77.644
1999	56.182	29.998	862	87.042
2000	61.735	33.004	1.879	96.618
2001	62.353	35.134	2.956	100.443
2002	63.990	37.728	4.350	106.068

Fonte dos dados: CAPES. IV PNPG/Plano Nacional de Pós-Graduação 2005–2010.

Ainda segundo os dados da CAPES,

O segmento público é responsável por 82% da oferta dos cursos de mestrado e por 90% dos cursos de doutorado. Por sua vez, o segmento privado cresceu de forma expressiva na pós-graduação, passando de 87 cursos

²²⁹ De acordo com dados do IV PNPG/ Plano Nacional de Pós-Graduação 2005–2010, o número de titulados no mestrado aumentou em 757% e o de doutorado em aproximadamente 932%, no período de 1987 a 2003. Disponível em: << <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>.>>. Acesso em 25/09/2014.

*para 346 no mestrado e de 44 para 96 no doutorado, no período de 1996 a 2004. (...) Considerando todas as áreas, em 1991 titulavam-se em média apenas 0,084 doutores por cada docente, enquanto em 2003 este índice passou para 0,318, o que corresponde a um aumento superior a 278% no período*²³⁰

Chega a ser rebarbativo falar sobre a carência de recursos financeiros para que as universidades públicas possam cumprir suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; entretanto, esta insistência no tema tem sua razão de ser, pois por trás deste permanente estado de coisas está a dinâmica mercadológica e concorrencial que instala entre os professores universitários e pesquisadores da academia de todas as áreas de conhecimento o conformismo às regras de entidades como a FINEP e o CNPq; pois é por tais fontes de financiamento que são compelidos a concorrer para manter as atividades de suas respectivas áreas de conhecimento e mesmo alcançar condições de progressão funcional.

O nome do jogo imposto à academia é competição; seu eufemismo é “mérito”. Para que não reste dúvida de que é este o caso, observe-se o que foi exposto com clareza solar por Bresser-Pereira, ao comentar o caso das universidades norte-americanas para servir de paradigma à reforma das instituições de ensino superior públicas no Brasil:

Ao tomar a decisão de iniciar um processo de avaliação objetiva da qualidade dos cursos superiores, através da exigência de exames ao final de cada curso, o governo FHC, através do Ministério da Educação, promove uma reforma tão simples quanto extraordinária das universidades brasileiras: começa a transformá-las em universidades competitivas. (...) De acordo com o princípio básico de uma administração moderna, o controle se realiza não através da exigência de processos rígidos, mas da avaliação dos resultados (...) as fundações e o próprio governo tomam conhecimento dessas avaliações, que influenciam suas decisões de concessão de auxílios ao ensino e às pesquisas. Em consequência, as universidades são levadas a uma competição permanente, buscando sempre ter os melhores professores e pesquisadores em seus quadros, exigindo forte carga de

²³⁰ CAPES. IV PNPG 2005–2010. Pag. 28–35 Disponível em: << <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>.>>. Acesso em 25/09/2014

*trabalho de seus alunos.*²³¹

Difícil imaginar maior transparência ao expressar os objetivos que a reforma administrativa das universidades almejava sob os auspícios da nova ofensiva do controle central sobre as IFES; a mensagem é direta: sem produção não haverá pagamento. Mas quais seriam estes produtos? Quem os demanda, como são remunerados constitui outra face da ingerência do Estado sobre as atividades—fim da academia, por meio de órgãos de financiamento à pesquisa e projetos de desenvolvimento.

A dinâmica funciona assim: o docente ou pesquisador precisa de um laboratório (ou de livros, estrutura para um experimento, etc.) e a universidade não tem dinheiro para bancá-lo — aliás, que não haja esta verba na universidade destinada para tal finalidade é algo já pressuposto — de forma que o interessado se dirige a alguma agência de financiamento em busca de um edital ou de programa de fundos de apoio à pesquisa em fluxo contínuo. Caso seja atendido e receba o recurso que pediu, habitualmente constará no processo uma cláusula de contrapartida da instituição universitária para aportar ao projeto contemplado (que pode ser de diversas naturezas, por exemplo, existência de espaço físico vinculado ao projeto, garantia de pessoal especializado ou não para as atividades financiadas, às vezes estagiários, secretários ou mesmo técnicos de laboratório).

Aí começam as particularidades desta relação das agências de financiamento públicas com as universidades; para situar com mais detalhes, apresenta-se o caso do CNPq²³², que representa bem o caráter

²³¹ BRESSER-PEREIRA, L. C. *A universidade competitiva*. Jornal de Brasília, publicado em 29 de março de 1995. Disponível em: <<<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=737>>>. Acesso em 30/08/2013.

²³² Com o surgimento em 1948 da SBPC/Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ganhou impulso a iniciativa de criar um órgão governamental na área de desenvolvimento de ciência e tecnologia, em formato de conselho de pesquisas, o que viria a se concretizar em 1951 com a sanção de Getúlio Vargas à Lei que estabelecia o Conselho Nacional de Pesquisas, como autarquia ligada à Presidência da República. Seu objetivo era “*promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras*”; em 1985, com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia passou a vincular-se a este órgão, sob a forma de fundação. Disponível em: www.cnpq.br. Acesso em 21/02/2014.

desta relação por deixar claro, até na nomenclatura de suas formas de conceder financiamento, que antes de tudo se trata de uma relação capital/trabalho.

4.2.1 – O CNPq e as bolsas produtividade: *gentrification* na academia

Conceder o benefício de uma bolsa de estudos ou de pesquisa não é propriamente uma novidade nem invenção da história recente do país; desde o século XIX, para não recuar muito no tempo, o Imperador Pedro II concedia bolsas para que artistas talentosos fossem à Europa estudar e aperfeiçoar-se com mestres franceses, retornando depois ao Brasil com obras de arte produzidas no período e tornando-se expoentes da cena artística nacional – caso de vários pintores conhecidos, como Pedro Américo e Almeida Jr., entre outros. Portanto, nesse mesmo espírito, a concessão de bolsas de estudo no caso da formação de pós-graduação para programas de mestrado e doutorado é entendida como uma política de indução à qualificação de alto nível, que proporcionaria à Nação contar com profissionais de alto gabarito e por conseqüência alcançar avanços em áreas de conhecimento nas quais haja carência destes recursos humanos.

Em nível nacional, tanto o CNPq quanto a CAPES mantém linhas de concessão de bolsas de estudo. No caso da CAPES, que se subordina ao MEC e responde pelo controle da qualidade dos programas de pós-graduação brasileiros, a política das concessões avalia a cada três anos os indicadores de competência em que se baseia a nota alcançada pelos mestrados e doutorados no país; o estímulo à melhoria do desempenho de cada programa se dá pela quantidade de bolsas concedidas pela agência: quanto maior a nota, mais bolsas e recursos são aportados²³³. A FAPESP/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a FAPEMIG/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e a FACEPE / Fundação de Amparo à pesquisa de Pernambuco são agências estaduais congêneres à CAPES, porém se cons

²³³ Importa aqui observar que quanto maior a nota que o Programa de Pós-Graduação obtêm nas avaliações trienais da CAPES, maiores serão os recursos financeiros repassados pela agência de fomento. Programas considerados de excelência (atualmente notas 6 e 7) recebem aportes que podem ultrapassar em mais de 10 vezes o que é destinados àqueles com avaliação cujas notas correspondem a 3 e 4.

tituem em regime jurídico de fundações, como se vê pelas designações adotadas.

Estas fundações também tem políticas de concessão de bolsas e usualmente utilizam os critérios de avaliação da CAPES para pré-selecionar os programas e pesquisadores que lhes endereçam pedidos de auxílio diversos (para participação em reuniões científicas, bolsas de iniciação científica, apoio para compra de equipamentos, etc.); além disso, adotam o sistema de avaliação por pareceristas *ad hoc* para decidir sobre quais pedidos atendem “critérios de mérito” para receber os recursos. Quanto ao CNPq, o controle se exerce:

- 1) pelos grupos de pesquisa certificados institucionalmente e por um cadastro de currículos vitae centralizado em base de dados virtual, a chamada Plataforma Lattes. Preenchido por cada pesquisador, docente, aluno de graduação ou de pós-graduação, técnico-administrativo, é o mais abrangente instrumento de controle e avaliação das atividades de docência, pesquisa e extensão no país, repercutindo seus efeitos até em relação ao controle de arrecadação fiscal da Receita Federal, pois existe uma interligação do que é declarado no Currículo Lattes com a base de dados da Receita (através do número do CPF). Cada pesquisador é responsável pelo que consta do seu Currículo Lattes e deve declarar-se ciente das penalidades legais por informes inverídicos a cada envio de alteração dos dados que fizer;
- 2) Pelo sistema de aferição da produtividade de cada pesquisador/docente, no qual se computa não só em quantos e em quais periódicos²³⁴ publicou artigos científicos, mas quantas teses e disserta

²³⁴ Aqui se revela também a estreita ligação entre as dinâmicas de avaliação e controle dos órgãos financiadores do governo federal: através do QUALIS CAPES, um sistema criado em 1998 para classificação de publicações científicas em uma hierarquia de valorização dada por estratos (A1, A2, B1, B2, B3, B4 e C), os trabalhos publicados por docentes, pesquisadores, discentes, etc. são avaliados e convertem-se em elementos de justificação da concessão de bolsas e auxílios, dentro de uma lógica produtivista evidente e que se encontra em consonância com as diretrizes para a Educação Superior que emergiram no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Tanto é assim que para obter a bolsa pesquisa do CNPq na **categoria 2**, “*em que não há especificação de nível, será avaliada a produtividade do pesquisador, com ênfase nos trabalhos publicados e orientações, ambos referentes aos últimos 5 (cinco) anos*”. CNPq, Norma para bolsas no país. Disponível em <http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10_157/100343#16061> Acesso em 03/04/2015. Sublinhado meu.

ções orientou, quantas iniciações científicas e bancas de trabalho de conclusão de curso fez, que projetos de pesquisa coordenou, se tem patentes registradas em seu nome, entre outros requisitos a preencher. Em função do alcance pelo pesquisador dos índices fixados por comissões de especialistas em cada área do conhecimento lhe é concedida a chamada “bolsa–produtividade” e qualquer pessoa, ao acessar aquele Currículo Lattes é informada logo abaixo do nome do pesquisador de que se trata de um “bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq”.

Para entender do que se trata, é necessário mencionar como o pesquisador/docente chega a ter condições para receber esta qualificação da agência. Pelos critérios do CNPq, a bolsa de produtividade em pesquisa (PQ) se destina aos “*pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos*”²³⁵; e a destinada ao pesquisador sênior (PQ–Sr), por sua vez, é:

*destinada ao pesquisador que se destaque entre seus pares como líder e paradigma na sua área de atuação, valorizando sua produção científica e tecnológica, segundo requisitos e critérios normativos.*²³⁶

Ambas importam no recebimento de valores mensais entre R\$1.100 e R\$1.500,00, por períodos que variam de 36 a 60 meses em função do enquadramento do pesquisador nas categorias do benefício, a saber: só aqueles com doutorado concluído a mais de oito anos podem aceder ao nível 1; e a subclassificação em letras (1–A, 1–B, 1–C e 1–D) depende da avaliação de membros dos comitês de assessoramento do CNPq, escolhidos pelo Conselho Deliberativo da agência após ouvir a comunidade científica em cada área de conhecimento, e que para distribuir as bolsas devem levar em conta:

²³⁵ CNPq. Norma para bolsas no país. Disponível em <http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100343#16061>. Acesso em 03/04/2015.

²³⁶ CNPq. Anexo I/ Norma para bolsas no país. Disponível em <http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100343#16061>. Acesso em 03/04/2015.

*Mérito científico do projeto; relevância, originalidade e repercussão da produção científica do proponente; formação de recursos humanos em pesquisa; contribuição científica, tecnológica e de inovação, incluindo patentes; coordenação ou participação em projetos e/ou redes de pesquisa; inserção internacional do proponente; participação como editor científico; gestão científica e acadêmica.*²³⁷

A aparente representatividade e maneira meritocrática de tratar este processo fica comprometida quando se sabe que o número destas bolsas PQ e PQ-Sr é limitado em quotas fixadas pela Diretoria Executiva do CNPq por área de conhecimento, e assim fica pendente a concessão/renovação destas bolsas das avaliações dos consultores de comitês de assessoramento, o que vai implicar na entrada de relações políticas e pessoais nas decisões, especialmente em áreas com menor número de pesquisadores nas quais é grande a possibilidade de existência de conflitos de interesse nas atribuições dos auxílios.

Ao lado destas considerações, impõe-se perguntar em que medida essa política de bolsas de pesquisa do CNPq não constitui uma prática de possibilitar obter rendimentos isentos de tributação e complementar salários reconhecidamente deprimidos pelos docentes nas universidades públicas; em outras palavras, seria mais uma forma de romper a isonomia entre os servidores docentes por meio da interferência de políticas que seguem a lógica de órgãos externos às IFES, depauperando a autonomia financeira sob a máscara do mérito.

Quanto à penetração da lógica de competição internacional nas avaliações da produção dos docentes e pesquisadores é necessário um comentário mais detalhado. De início, como já se mostrou, o sistema QUALIS promove uma competição entre os autores para conseguir publicar em revistas científicas situadas nos estratos A e B, a fim de melhorar a avaliação individual quanto ao chamado “esforço docente” no caso de docentes das IFES, isto é, o nível de sua produtividade acadêmica, mensurada em termos de “produtos” (textos publicados).

²³⁷ Idem.

Em decorrência do aumento da quantidade de programas de pós-graduação desde 1996 a demanda por periódicos com Qualis A, B e até mesmo C foi drasticamente intensificada. Por outro lado, começou a incidir também sobre as publicações exigências de absorção nos índices bibliométricos e bases de periódicos internacionais – bases SciELO, Redalyc, SCOPUS, ISI, JCR, etc.

Uma amostra do que isto representa pode ser vista na Tabela 7, a qual cobre vinte e um anos de registros de publicações dos pesquisadores brasileiros pelo índice bibliométrico do ISI / Institute for Scientific Information em nível mundial:

Tabela 7 – Crescimento das publicações científicas brasileiras em periódicos de circulação internacional, segundo o índice bibliométrico ISI

Artigos indexados pelo ISI – Institute for Scientific Information / 1980 a 2002			
Ano	1981	1992	2002
Brasil	1.923	4.650	11.423
Percentual em relação à América Latina	33,2%	40,0%	43,6%
Percentual em relação ao Mundo	0,42%	0,74%	1,51%

Fonte: CAPES. IV PNPG 2005–2010. Disponível em:
<http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao.>>.>
 Acesso em 25/09/2014

Em números totais, a produção brasileira multiplicou por cinco no período, enquanto que triplicou em relação aos percentuais da América Latina e do restante do mundo. Neste mesmo intervalo de tempo, contudo, o financiamento vindo do governo federal caiu muito, pois não se pode esquecer que embora os números do Gráfico 4 pareçam oscilar pouco, o sistema nacional de pós-graduação passava por expansão significativa:

Gráfico 4 – Total de investimentos federais em pesquisa e desenvolvimento versus matrículas na Pós-Graduação

Fonte: Dados extraídos de Helene, AF; Xavier, 2006²³⁸.
Adaptados por R. C. Lana.

Desta maneira completa-se o panorama das estratégias de intervenção do poder administrativo central sobre as instituições de ensino superior brasileiras; “*publish or perish*”, publicar ou morrer à míngua, na versão das agências financiadoras e do sistema de avaliação do MEC e do MCT. A autonomia das IFES em termos didáticos-científicos se assemelha mais a uma miragem neste cenário regido pelos ditames do produtivismo e da concorrência.

Pode-se esperar relevância acadêmica desta produção em massa? A resposta parece ser: dificilmente. Até porque é notório que muitos pesquisadores dividem e subdividem seus trabalhos em partes para maximizar o número de publicações que derivarão delas – tática inclusive apelidada de “ciência salame” (*salami science*): fatiar a pesquisa para publicar em tantas partes quanto possível e assim engordarem seus Currículos Lattes. Na verdade, o critério da avaliação apli

²³⁸ HELENE, André Frazão; XAVIER, Gilberto Fernando. Financial support of graduate programs in Brazil: quo vadis?. In: *Braz J Med Biol Res*, Ribeirão Preto, v. 39, n. 7, p. 839–849, July 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-879X2006000700001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22/07/2014.

cado passa simplesmente a corresponder a uma equação de três variáveis, quais sejam, citação do artigo por outros pesquisadores, número de trabalhos publicados e status do periódico em que o artigo foi publicado; trocando em miúdos, nada que não se resuma à quantidade na soma zero deste cálculo nefasto.

4.3 – A UFSCar e as perspectivas dos anos 2000: um cenário de incertezas

Em seus anos iniciais, a UFSCar se caracterizou por ser uma instituição federal de ensino superior de qualidade reconhecida, graças ao percentual elevado de qualificação do seu corpo docente e de técnicos-administrativos, além de ser a única IFES no interior do estado de São Paulo; entretanto, encontrava-se em um território que contava com outras instituições de ensino superior públicas, pois no seu município-sede já existia a EESC-USP/ Escola de Engenharia de São Carlos, de onde vieram alguns dos acadêmicos responsáveis por assessorar a entrada em funcionamento da universidade federal em instalação.

Em função desta cooperação, uma das tendências na criação de cursos pautou-se pelo compromisso da UFSCar em não sobrepor cursos já existentes no município ou em localidades próximas. Outra característica foi a preferência dada inicialmente aos cursos da área de Ciências Exatas, visando corresponder a demandas no campo tecnológico e científico; posteriormente, na criação de novos cursos operou a lógica da organização de grupos de docentes que já estavam atuando em cursos e departamentos, dadas as condições que foram discutidas, compreende-se que na década de 1990 estes novos cursos só foram possíveis com a maximização do uso de recursos materiais e o comprometimento do pessoal que já era “da casa”.

A pesquisa, por sua vez, se inicialmente esteve mais conec

tada às demandas da prática profissional de alunos de cursos de graduação, com os estágios e da realidade da existência de um parque industrial em São Carlos, o qual visava conectar-se à pesquisa universitária para evitar a obsolescência, passou nos anos 1990 a responder às políticas de financiamento e ao alinhamento da pós-graduação brasileira, no sentido de integrar-se às políticas de avaliação e controle segundo padrões e índices internacionais, preconizados por entidades como o Banco Mundial.

Importante lembrar que com a absorção do IAA, convertido no *campus* Araras, surge em 1991 o Curso de Engenharia Agrônômica; graças a esta circunstância precipitada pela política privatista e de enxugamento do Estado promovida pelo governo Collor, a UFSCar, além de aumentar seu patrimônio físico e ganhar instalações laboratoriais que não teria como construir de outra forma naquela conjuntura, ampliou seu pessoal em termos de pesquisadores altamente qualificados e expandiu-se através da incorporação desse centro de pesquisa no município de Araras.

As ampliações de cursos e vagas de graduação, de programas de pós-graduação *stricto sensu* e das atividades de extensão pela UFSCar no final da década de 1990 sinalizavam que a comunidade acadêmica entendia que para manter sua identidade inicial de universidade de porte reduzido, mas com capacidade de pesquisa e geração de inovações, era necessário não se deixar absorver pela situação político e econômica que lhe era adversa, cedendo onde não fosse possível se opor às injunções controladoras e mandatos da administração central, mas mantendo-se firme o quanto conseguisse para preservar suas prerrogativas de autonomia, cada vez mais cerceadas.

Neste sentido, havia se entendido que o dinamismo das ações originadas dentro do ambiente institucional da UFSCar funcionaria como uma estratégia de preservação do que a universidade prezava, isto é, sua independência e autonomia em relação a órgãos e normas que lhe eram estranhas. Assim, no final da década de 1990 já aparece

nos documentos do Consuni notícias de estudos para a implantação de um novo curso da UFSCar, longe dos *campi* de São Carlos e Araras; seria algo em consonância com as preocupações ambientalistas²³⁹ e também contemplaria aspectos de melhoria de qualidade de vida para a localidade selecionada, em região de São Paulo com baixo índice de desenvolvimento humano.

Nesta perspectiva, encontra-se em discussão pelo Consuni em 2001 o seguinte ponto de pauta:

ATA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 27/04/2001. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Romeu Cardozo Rocha Filho.

Apreciação dos relatórios finais elaborados pelas comissões designadas para estudar a possibilidade de implantação de cursos de graduação e de um Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Sustentável, na Fazenda Ipanema, em Iperó, região de Sorocaba.

O primeiro membro do conselho que se manifesta sobre este assunto é o prof. Alberto C. Peret, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, ponderando que tendo em vista a sugestão da comissão para criar cursos de graduação na área de ciências biológicas, que em si mesma seria louvável constituiria uma grande contradição fazê-lo, pois o curso de ciências biológicas existente em São Carlos padeceria de problemas de toda ordem – professores se aposentando sem possibilidade de reposição de pessoal, equipamentos obsoletos, docentes comprando material para aulas com dinheiro próprio pela penúria a que o MEC reduziu as universidades federais.

Responde a ele o prof. Romeu Cardozo Rocha Filho, Vice–

²³⁹ No início da década de 1990 tinha ocorrido a Conferência Rio 92, importante encontro internacional sobre a questão ambiental (vários Chefes de Estado compareceram e o presidente Fernando Collor de Mello transferiu a capital da República para o Rio de Janeiro durante o evento; a segurança da cidade ficou sob a responsabilidade das Forças Armadas). Deste encontro de líderes e ambientalistas saíram documentos com metas a serem atingidas pela comunidade internacional, com a finalidade de buscar novas maneiras de interação econômica, social e ambiental que visassem a sustentabilidade do planeta para gerações futuras; dentro outros instrumentos, surgiu a Agenda 21. A UFSCar absorveria estes princípios no planejamento institucional de 2002 e também na criação de seus novos campi (Sorocaba, em 2005, e Lagoa do Sino/Buri, em 2011).

reitor e membro de uma das comissões de estudo do assunto, afirmando:

(...) que conforme consta no relatório, foi de entendimento da comissão que o início de quaisquer das atividades subentende a destinação de orçamento extra pelo MEC, em virtude do orçamento e quadro funcional atuais já serem exíguos para as atividades desenvolvidas nos dois campi já existente.

Ainda é esclarecido aos conselheiros pelo Prof. Dr. Gil Vicente, o qual recupera as informações sobre o assunto para explicar como surgira a demanda para estes estudos, que por:

(...) ser aquela região extremamente carente de ensino público e que conta com o apoio muito grande da população no sentido de que exista no local uma universidade pública. A idéia inicial era de que ela fosse oferecida pela via estadual, mas como o orçamento das estaduais provém de uma parte do ICMS do estado, seria muito difícil convencer as três estaduais existentes a vir a dividir essa fração com uma quarta universidade. Então a idéia é que seja criado um novo campus autônomo da UFSCar, para que o mesmo seja orçado e não um centro como é o caso de Araras. Comentou ainda que a idéia é legal, desde que a partir de uma aprovação deste Conselho do conceito em si de criação de um novo campus, e que se pressione o governo federal, nas instâncias competentes, para que isso venha a ocorrer em um futuro momento.

Vários conselheiros se manifestam após estes dados, sempre expressando dúvidas quanto às garantias sobre de onde sairiam os recursos para bancar o novo *campus*, mostrando-se céticos e receosos quanto a contar com a fonte de financiamento governamental. É nítido, pelo teor das intervenções o quanto os membros do colegiado se sentem inseguros na decisão, apesar de reconhecer a validade e relevância da proposta e dos estudos efetuados pelas comissões. O argumento do pioneirismo em estruturar um *campus* não em torno da noção de áreas de conhecimento em termos tradicionais, mas sobre uma proposta interdisciplinar pautada pelo conceito de sustentabilidade também foi exposto, de certa forma invocando o mesmo espírito que tinha levado a UFSCar a outras ampliações de cursos e vagas mesmo naquele período difícil.

Tomando a palavra na continuidade da reunião, o prof. Romeu Cardozo explica aos conselheiros:

[...] informes relativos ao local onde pretende-se instalar o novo campus, como área construída existente, recursos necessários estimados pela comissão para implantação do campus e procedeu às explicações sobre a escolha dos cursos sugeridos para serem ministrados no campus em questão. Colocou que existe uma série de detalhes que precisam ser negociados. Portanto, enfatizou ser entendimento das duas comissões que há necessidade de um estudo mais aprofundado e que as comissões se posicionam de forma que seja analisada a possibilidade e o interesse de se abrir um novo campus, sendo que, qualquer manifestação quanto ao mérito está rigorosamente vinculada à necessidade de recursos extras, pois não há a menor condição da UFSCar, com os recursos humanos e orçamento que dispõe atualmente, abrir um terceiro campus, à revelia de, ou sacrificando estes, pois como é de conhecimento de todos, existem seríssimas dificuldades para o funcionamento desses dois campi.

Como se nota, também o prof. Romeu Cardozo usa de muita cautela ao defender a proposta de que se dê anuência do Consuni ao projeto de criação de mais um *campus*; o que pode ser percebido com clareza é que a lógica de surgimento de novos cursos a partir de grupos de docentes que atuam em diversos cursos e se articulam para novas possibilidades de graduações está presente neste contexto. De fato, pode-se observar a dinâmica deste processo ao longo da reunião, que culmina com a seguinte decisão:

Encerradas as manifestações, colocado em votação, com uma abstenção, o colegiado aprovou o mérito das propostas referente à implantação de cursos de graduação e de um Centro de Ciências e Tecnologia para a Sustentabilidade na Fazenda Ipanema, em Sorocaba. Foi também estabelecido prazo de 30 dias para que os centros se manifestem sobre as propostas em tela. Após, não havendo objeções maiores, a Reitoria deverá realizar contatos com os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente para viabilização da proposta aprovada.

Corre o tempo e o assunto fica sem continuidade, pois o governo respondera à demanda da UFSCar dizendo que não havia orçamento para tal despesa; até que em dezembro de 2004, durante as co

municações da presidência ao Consuni, o prof. Oswaldo Baptista Duarte dá notícias sobre o plano de expansão do ensino superior:

ATA DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 17/12/2004. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho.

Lembrou que em 2001, este Conselho havia aprovado uma proposta que visava a implantação de um campus na região de Iperó, proposta esta que não se concretizou devido à falta de perspectiva de crescimento do sistema público federal à época. Recentemente, com a proposta de expansão, o projeto aprovado pela UFSCar anteriormente foi retomado, mas com a possibilidade de que o campus seja instalado em Votorantim ou outra cidade também da região. Comentou que para esta expansão, o governo está propondo convênios pelo período de quatro anos, para garantir plena instalação dos campi, sendo que os recursos humanos e financeiros serão previamente fixados.

Na reunião seguinte do Consuni é aprovado o seguinte ponto de pauta: “*Proposta de criação do campus da UFSCar na região de Sorocaba*” e depois de ponderar ao conselho que haveria recursos financeiros vindos do governo que asseguravam a viabilidade da proposta, o reitor passa para a deliberação do conselho:

ATA DA 152ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSUNI, EM 04/03/2005. PRESIDÊNCIA: Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho.

(...)colocado em votação, por unanimidade dos membros presentes, o colegiado manifestou-se favoravelmente à criação de um campus na região de Sorocaba, bem como autorizou o Reitor da UFSCar a proceder as negociações necessárias, com vistas à implantação desse novo campus da UFSCar.

O desfecho deste episódio produz um contraste atroz com as circunstâncias relatadas em 2001; na verdade, sem muitas opções para defesa da autonomia, da manutenção de condições de funcionamento e de resguardar seu pessoal docente e técnico-administrativo, restou à UFSCar voltar-se para si mesma em busca de caminhos coletivos para um futuro incerto.

Exatamente nesta conjuntura final do período de governo de Fernando Henrique Cardoso se desenrolam as ações internas da

UFSCar para reelaborar seus estatutos e construir um Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI, visando planejar os diversos setores e coordenar princípios e demandas da comunidade acadêmica, pois a realidade daquele momento o exigia.

Ao lado destas questões muito próprias, a UFSCar se alinhou com a ANDIFES na luta pela Lei Orgânica das IFES e em defesa do ensino superior público; a greve das universidades públicas em 2001 marcou uma virada nas políticas da administração central para as instituições federais de ensino superior.

Entretanto, a nova conjuntura que se abriu encarregou-se de consagrar, agora sob um viés político de centro-esquerda, todas as estratégias de controle e avaliação que viriam a ser ampliadas. Da luta pela autonomia universitária restou o anteprojeto da ANDIFES para criar um sistema federal de ensino superior específico para as IFES, formulado em 2002, porém deixado em estado de latência em virtude dos novos tempos.

PALAVRAS FINAIS

Para o encerramento desta investigação, retomar-se-ão aspectos discutidos na tese, refletindo sobre alguns temas de análise e suas implicações, além de explorar dificuldades de caráter material, metodológico e aporias teóricas. Entende-se que na perspectiva do estudo privilegiado aqui, isto é, análise dos registros documentais do Conselho Universitário da UFSCar, muitas vezes se alcançou questões que remetem às discussões teóricas de maior amplitude, como por exemplo, as que buscam pensar sobre a história do tempo presente e seus limites de datação, abrangência de temas, restrições conceituais, etc.

Ao se desenvolver uma narrativa para os eventos mapeados no material documental, emergiram inconsistências que assim são percebidas caso se adote um olhar finalístico ou mesmo teleológico para o processo histórico; não foi essa a intenção desta pesquisa, pois interpreta-se o devir histórico como dinâmica processual que não se fecha. Cabe, pois, buscar-lhe os sentidos e significados pontuais que dialogam com as linhas de força em seu desenrolar, e assim tentar reconstruir conjunturas em que a multiplicidade de caminhos se achava presente, antes que houvesse o desenlace de cada situação pontual.

Esta foi uma das preocupações que orientaram a análise empreendida; neste sentido, o uso de estruturas administrativas e noções burocráticas/jurídicas por indivíduos e grupos sociais diversos reflete a percepção que os mesmos tiveram sobre as lacunas e ambiguidades presentes nos dispositivos de controle em momentos distintos e como se serviram delas na busca de objetivos específicos. Recorde-se o caso da estrutura das funções de confiança, no qual claramente se percebe tanto a apropriação dos atores governamentais, para desarticular a unidade interna dos servidores públicos das IFES, quanto o viés de

oposição de que estes últimos foram capazes ao manipular a aplicação do referido dispositivo de remuneração que soterrava a busca da isonomia entre funções.

Entretanto, caberia inquirir em que medida os episódios de quebra das expectativas habituais em relação ao comportamento esperado nas relações entre os órgãos do governo central e as universidades públicas configurariam uma série de rupturas nas estruturas institucionais, o que conduziria no decorrer do tempo a eventos de maior impacto, traduzindo-se em mudanças de repercussão mais dilatada no contexto do aparelho de Estado.

Esta possibilidade de investigação é um caminho que demandaria pesquisas de maior vulto, afastando-se portanto do que constituiu o foco deste trabalho, mas ainda assim apontando para futuras inquietações e rumos a percorrer. Outras perguntas que orbitam os problemas enfrentados nesta tese ficaram em situação semelhante, isto é, como um referencial de problemas a serem enfocados por novas interpretações.

Nesta apreciação, a sucessão de embates entre associações sindicais e de dirigentes das IFES com as políticas de governo da década de 1990 conforme foi apresentada, parece representar um processo que dirige-se à articulação de um projeto político para estabelecer um sistema de universidades federais dotado de ampla autonomia, em resposta ao autoritarismo experimentado dentro de estruturas jurídico-administrativas centralizadoras, malgrado o advento da redemocratização. Para uma análise de maior fôlego sobre tal desenrolar de acontecimentos seria necessário expandir os limites de objeto e temporais que balizam este tema, incluindo aí períodos e atores que extrapolam o demarcado pela base documental.

Necessário se faz contrabalançar a força desta afirmação ponderando que outras variáveis se apresentam tanto como atenuantes quanto como complicadoras no decurso de tempo examinado através

das atas do Consuni. O engajamento de indivíduos por meio de seus grupos de identidade, como são não só as associações de discentes e os órgãos classistas, mas mesmo os departamentos universitários e cursos acadêmicos, acaba trazendo para o contexto de embate vieses corporativos e ideológicos, conduzindo à sobreposição de interesses nem sempre convergentes.

À esta configuração correspondeu muitas vezes uma anulação do efeito de tais rupturas, até pelo caráter reacionário de agentes governamentais e mesmo de servidores públicos que assumiram posições divergentes, conduzindo a rearranjos de forças e prolongando conjunturas problemáticas. Veja-se o caso das denúncias à Procuradoria da República contra práticas trabalhistas/administrativas adotadas pela UFSCar e os atores que respondem pelas mesmas quanto às suas filiações coletivas para se observar um exemplo concreto. Isto quer dizer que as variações entre avanços e retrocessos na manutenção de práticas políticas parecem deslocar-se entre representantes de interesses diversos, até mesmo de forma paradoxal e nem sempre se exercendo de cima para baixo.

A perspectiva da narrativa histórica que foi buscada no estudo dos documentos, pois, visou extrapolar o caráter de ação dos indivíduos pela inserção destes em redes sociais de relações múltiplas; foi devido à esta opção metodológica que se levantou nas biografias pesquisadas principalmente o enfoque relacional que as trajetórias de vida permitiam mapear, através da participação de atores individuais em órgãos de representação política e partidária, classistas, de caráter ideológico, empresarial, militar, etc. Desta maneira, o apêndice A constitui uma amostra das intersecções de âmbitos de atuação que perpassaram a UFSCar e outras instâncias do poder público, tanto em nível local, estadual e federal quanto em funções executivas ou legislativas.

Porém, é adequado que se reconheça honestamente um dos limites deste trabalho, ou seja, a incompletude de um estudo sobre as

configurações de redes de relações internas ao aparelho estatal e sua interação com os quadros intelectuais brasileiros em alguns momentos da história recente. Poderia se falar em um mandarinato de burocratas, ao se assumir a compreensão de que no aparato estatal funcionários de níveis técnicos alcançam sobrepor suas decisões de caráter pontual a ditames legais superiores? Em que sentido e em que contextos ou conjunturas? Estas indagações permanecem por se investigar e são possibilidades instigantes.

Confrontando-se os dados da pesquisa, também se pôde observar que a periodização adotada permitiu entretecer a interpretação dos documentos com análises de caráter superestrutural sobre a sociedade brasileira. Com o final da ditadura civil-militar e o processo de redemocratização do país, estrutura-se a dinâmica de emergência do bloco histórico caracterizado pelas ligações com o capital internacional e pela construção de um pensamento social hegemônico, o qual difundiu-se através do discurso que propunha a inserção do Brasil no âmbito dos países desenvolvidos, sintonizando-o com os processos sócio-econômicos que vinham ocorrendo desde o final da década de 1970 em países como Inglaterra e Estados Unidos.

Neste viés, e contando com o apoio de intelectuais de prestígio na sociedade brasileira, percebe-se claramente que a entrada em vigência de instrumentos e legislações de controle, avaliação e financiamento das universidades públicas, notavelmente no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, foi etapa decisiva para consolidar a hegemonia destas diretrizes econômico-culturais. Da mesma forma se podem ler as propostas de emendas constitucionais que visavam abrir o setor do funcionalismo público executivo às formas das relações trabalhistas requeridas pelas dinâmicas capitalistas do final do século XX; como se afirmou no corpo do trabalho; nada mais nada menos que o conflito capital/trabalho se mostrando no próprio interior do aparelho administrativo do Estado brasileiro.

Em razão deste contexto mais amplo é que se apresenta a conclusão de que a estratégia política dos governos federais desde meados dos anos 1980 e também na década de 1990 seguiu duas linhas de ação: uma, por meio de ações políticas e econômicas ostensivas, denominadas “pacotes” ou “planos” – em geral, um conjunto de medidas visando implementar espaços de abertura à entrada da lógica do capital internacional na economia brasileira - e outra que se caracterizou pela multiplicação de medidas pontuais, em geral providas de justificativas técnicas, contudo visando a mesma finalidade da primeira.

Como se pôde acompanhar pelos periódicos e outras fontes de época, além de análises em artigos científicos e materiais bibliográficos, foi pela segunda linha de ação que os governos daquele período lograram sucesso; a multiplicidade destas interferências, em primeiro lugar, ajusta-se melhor às tradições da administração brasileira, pois permite que agentes e órgãos governamentais mantenham alguma margem de interpretação e discricionariedade ao aplicar a norma ao caso. Observe-se que também aí se oferece abertura de possibilidades às injunções do corporativismo, do clientelismo e do fisiologismo, o que torna compreensível a cooptação de dirigentes e servidores públicos para objetivos do Poder Executivo.

Nessa linha de interpretação, é importante ressaltar que historicamente as configurações das redes de relação na sociedade seguem motivações variadas e peculiares; são ativadas tanto por intuítos corporativos quanto de ordem ideológica, restringem-se em função de objeções de parentesco ou de crença e pelas mesmas razões também podem ser exercidas em casos diferentes.

O campo relacional da administração pública e das IFES não está excluído desta consideração e assim, os contextos situacionais em que se deram os embates analisados na pesquisa são caracterizados por teias de interdependência nas quais os indivíduos buscam se in-

serir para satisfazer suas necessidades e desejos. Entretanto, ocorreria um desbordar para o terreno da psicologia ao se tentar um mapeamento destas questões no escopo temporal que foi adotado; é necessário perceber que tais móveis das ações, na maior parte das vezes, dificilmente poderiam ser recuperados pelos dados documentais de que se dispõe e se fugiria da proposta teórica escolhida para análise.

Destarte, é plausível compreender-se o período imediato ao encerramento da ditadura civil-militar como uma conjuntura de emergência de planos e vontades conflitantes de setores sociais e instituições diversas, visando direcionar o processo histórico em devir – algo que culminou no transcurso de elaboração da Constituição de 1988 e no primeiro governo eleito pelo voto após o retorno à democracia, crivado pelas turbulências econômicas e pelo evento do impeachment; também aqui se pôde acompanhar pelas fontes documentais a atuação de grupos ligados ao ensino superior, quer público, quer particular.

Entretanto, este período também se incluiria na interpretação mais abrangente como momento de estruturação de condições pelas quais se tornariam possíveis o predomínio do planejamento da ordem social por grupos hegemônicos, pelo menos desde 1990. Considera-se que dialeticamente, a partir de etapas históricas em que o processo social apresenta-se mais disperso e desarticulado, ocorreria a emergência de grupos políticos e sociais que alcançam a disseminação de sua agenda própria de valores em termos de medidas e diretrizes projetadas no todo social.

O limiar final da periodização nos documentos refere-se ao momento em que a configuração social e econômica alcançada na década de 1990 chega a uma inflexão, com a substituição do grupo político no poder desde 1994. A alteração nas políticas do governo federal para o ensino superior, a partir de 2002, indicava esta guinada de rumo expressa nas atas do Consuni em termos de expectativas auspiciosas e esperanças de atendimento às demandas reprimidas.

Por esta peculiar conjuntura do início do século XXI parece insinuar-se um movimento ampliado de negociações entre diferentes atores nas IFES, movimentos sociais e outros grupos de interesses, através do qual veio a culminar com a elaboração do anteprojeto sobre autonomia pela ANDIFES, após pelo menos uma década de discussões e embates. Por outro lado, o anteprojeto da LOA também pode ser visto como um ponto de chegada nos processos de confronto tanto entre os reitores e conselhos de diferentes IFES quanto em relação às entidades classistas, assim como se percebe que reflete sinais das divergências internas entre seus grupos constituintes. Eis aí outra porta aberta para pesquisas sobre a convivência interna de diferenças ideológicas nas comunidades acadêmicas, o que ficará para futuros desdobramentos deste trabalho.

Mediante todas estas ponderações é que se torna irônico constatar que mais de dez anos transcorridos desde 2002, ainda não foi tratada a sério pelos governos federais a demanda pela autonomia universitária (não da forma que as IFES tanto batalharam para obter); aliás, muito pelo contrário. As práticas intervencionistas de vários ministérios e seus técnicos/burocratas nas IFES, descritas nos documentos e fontes de época continuam a ocorrer; o viés autoritário sobreviveu ao final da ditadura civil-militar, pois sua vertebração está entranhada em poderes incrustados nas estruturas de gestão dos diversos escalões do aparelho administrativo, na prerrogativa dos atos discricionários, na predominância do argumento técnico sobre qualquer consideração de bom senso ou justiça.

Necessário se faz enfatizar o interesse que outras pesquisas sobre a atuação das instituições federais de ensino superior no estado de São Paulo teriam para refinar uma compreensão destes elementos entrecruzados, aportando novos olhares sobre a história administrativa brasileira em seu caráter sistêmico e político. Compreender como as múltiplas relações entre as esferas do poder estadual, municipal e federal se entretecem nas instituições de ensino superior constitui uma temática que demanda investigações ainda por se fazer.

Uma palavra precisa também ser dita sobre o registro destes processos internos aos órgãos colegiados de universidades, o que implica na permanência e guarda de acervos documentais como aquele que permitiu a realização desta investigação. Embora na maior parte das vezes os próprios gestores das universidades não percebam, o acesso a tais fontes, sua existência em condições adequadas para conservação e disseminação pode ser decisivo para valorização de aspectos das atividades-meio e das atividades-fim das instituições acadêmicas, não só no que diz respeito ao universo da própria comunidade acadêmica local mas também para um escopo mais amplo de pesquisa, como se procurou mostrar em alguma medida. Parece que no transcorrer deste trabalho restou evidenciado que ainda ficaram muitas possibilidades a explorar, veredas que assomam da floresta de documentos aguardando quem se aventure a percorrê-las.

É nesse sentido que se inserem os arquivos físicos depositados na Secretaria dos Órgãos Superiores da UFSCar, cujos documentos totalizaram quase 2.800 páginas de registros oriundos dos Conselhos desta universidade, apenas para o período abrangido pela pesquisa; representam em sua totalidade um cabedal inestimável de dados, nos quais permanecem latentes as possibilidades para leituras diversas da realidade institucional universitária, entrecruzando-se com a trajetória de outras instâncias da administração pública brasileira.

As formas históricas recentes de atuação do Estado brasileiro, sem dúvida o principal agente social na história do país ainda é tema carente de estudos e que possui lacunas instigantes, merecedoras de olhares multidisciplinares sobre seus variados aspectos. Neste sentido, a história das instituições públicas é um sub-tema deste universo de pesquisa que foi contemplado na tese por meio do estudo sobre a UFSCar; contudo, não é a única possibilidade de abordagem nem tem pretensão de esgotar a análise deste campo.

Outros entrelaçamentos possíveis de problemas referentes às práticas cotidianas na administração da UFSCar seriam aspectos de

registros de memória de seus servidores docentes e técnicos-administrativos, em suas relações pessoais/trabalhistas/acadêmicas com a instituição universitária, algo que está além do escopo que foi privilegiado, pois optou-se pelos aspectos das configurações relacionais, como já explicitado. Por outro lado, a existência de depoimentos e entrevistas disponíveis em formato documental foi utilizada sempre que seu aporte contribuiria para esclarecer aspectos da problemática abordada.

Portanto, foi à luz desta interlocução entre as atas dos colegiados da UFSCar e as análises teóricas comentadas acima que se entendeu a possibilidade de questionar a noção de “modernização institucional” enquanto discurso de grupos no poder que produziu o mascaramento do conflito capital-trabalho no âmbito de uma instituição pública de ensino superior, pois se encontram nas fontes documentais relatos que denotam uma incoerência interna aos elementos de autonomia próprios do cotidiano institucional universitário, o que seria manifestação das contradições trazidas pelas formas capitalistas contemporâneas, em termos das exigências que o mercado faz às finalidades educacionais.

Por outro lado, defende-se que a herança burocrático-administrativa converter-se-ia em uma espécie de “sistema de freio e contrapeso”, sendo apropriada pela oposição dos trabalhadores ao poder centralizador do Estado para garantir conquistas trabalhistas dos servidores públicos, mas também sendo portadora de práticas que carregam distorções advindas da cultura política brasileira, e.g. o corporativismo, o fisiologismo e mesmo a persistência de traços autoritários nas relações institucionais dos órgãos da administração pública direta e indireta. O caso do Conselho Curador da UFSCar é exemplo ímpar desta realidade.

À guisa de consideração final, permita-se uma reflexão sobre a existência de campos em disputa por diferentes grupos e projetos ideológicos no exercício do poder governamental, em uma busca pela

manutenção de seus valores e sua difusão no corpo social, valendo-se para tanto dos órgãos institucionais. Mediante esta premissa, forçoso será admitir-se que a UFSCar, ao lado de outras universidades federais, constituiu-se desde o início de seu funcionamento em alvo primário de tais interesses, como bem registraram seus órgãos colegiados.

No espaço das IFES refletiram-se, pois, as contradições de uma sociedade ainda em busca da superação de um passado autoritário recente, na qual a coexistência de práticas governamentais intervencionistas e burocráticas atuaram ao sabor de configurações de interesses diversos. Um jogo de contrários que situou em campos opostos reforma administrativa do Estado e a luta pela autonomia das universidades públicas federais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Legislações e Documentos Oficiais

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais n°s 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n° 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/1994. – 35. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **DECRETO n° 2.306, de 19 de agosto de 1997**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306_impressao.htm . Acesso em 01/02/2014.

BRASIL. **DECRETO n° 4.307, de 18 de julho de 2002**. Regulamenta a Medida Provisória no 2.215–10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis n°s 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4307-18-julho-2002-472328-norma-pe.html>>. Acesso em 02/01/2014.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL n° 18, de 05 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o regime constitucional dos militares. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc18.htm>>. Acesso em 13 de abril de 2014.

BRASIL. **LEI n° 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior. In Ensino Superior, org. Guido Ivan de Carvalho, 4.a ed. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.** Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm>>. Acesso em 28/10/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 28/09/2012.

BRASIL. **Relatório Meira Mattos**, Revista Paz e Terra. Rio de Janeiro, 9: 199-242, outubro de 1969.

Livros

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro.** 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 348p.

ARIÈS, P. **História da morte no Ocidente – da Idade Média aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 291p.

ATCON, R. P. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira.** Rio de Janeiro: MEC/DESU, 1966. 43p.

BOCCARA, Paul. **Étude sur le capitalisme monopoliste d'État, sa crise et son issue.** Collection Économie et Société. Paris: Éd. Sociales, 1973. 456p.

BOSCHI, Renato Raul. (Org.) **Corporativismo e desigualdade – a construção do espaço público no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991. 146p.

CHEPRAKOV, V. A. **El Capitalismo Monopolista de Estado.** Moscou: Editorial Progreso, 1958. 367p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração geral e pública**. 3ª ed. Barueri/SP: Ed. Manole, 2012. 544p.

CRETELLA Jr., José. (Org.). **Reforma administrativa federal**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1974. 153p.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007. 300p.

DUARTE, P. **O processo dos rinocerontes – Razões de defesa e outras razões...** São Paulo: s.c.e., 1967. 223p.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. Porto Alegre: Globo, 1976. 2v. 750p.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira, reforma ou revolução?** 2ª Ed. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1979. 272p.

GRAMSCI, A. **Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura**. Torino: Riuniti, 1991. 257p.

KIMINAMI, C. S.; PIVESSO, M. R.; ROCHA FILHO, R. C (Orgs.). **30 anos de pós-graduação na UFSCar: multiplicando conhecimento**. São Carlos: EDUFSCar, 2007. 230p.

LÊNIN, Vladimir. **A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la**. Original de 1917. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947. 48p.

MARTINS, L. **Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil: uma visão geral**. Brasília: ENAP, 1997. 61p.

MOTTA, F. C. P. **O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 116p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 448p.

NAVARRO, I. P. **ANDES–SN: Um sindicato de intelectuais, História e memória (1981–1984)**. Coleção Universidade e o Mundo do Trabalho. Cuiabá: ADUFMAT, 2001. 805p.

NEVES, Maria Aparecida. **Florestan Fernandes: Sociologia e Política pela autonomia da nação**. RJ: IUPERJ, 2009. 132p.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 146p.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. Organizado por Sérgio Miceli; tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003. 452p.

RÉMOND, R. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 464p.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Publit Edições, 2007. 177p.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. 1a. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001. 140p.

SGUISSARDI, V. **Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar**. São Carlos: EdUFSCar/Estação Liberdade, 1993. 262p.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974. 228p.

TRUZZI, O. **Café e indústria. São Carlos: 1850–1950**. 3ª Ed. São Carlos: EdUFSCar/Imprensa Oficial, 2007. 203p.

WEBER, M. **Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva**. Tomos I e II. Revisão técnica de Gabriel Cohn – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 580p.

Capítulos de Livros

SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano**. São Paulo: DIFEL, 1986, pp. 211-45.

Dicionários

ABREU, A. A. et al. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 3º vol. 6211p (os 3 volumes).

BELOCH, I. e ABREU, A.A. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930–1983**. Rio de Janeiro: Ed. Forense–Universitária; FGV/CPDOC; FINEP, 1984. 2º vol. 6211p (os 3 volumes).

Artigos

BERTERO, C. O. Mudança organizacional e processo decisório. In **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 16, n. 2, pag. 29–40, Abril de 1976. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901976000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 de maio 2012.

BORI, C.M. et alii (Orgs.). Universidade Brasileira: organização e problemas. In **Ciência e Cultura**, Vol. 37, no. 07 – Suplemento. São Paulo: SBPC/Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, junho de 1985.

BOSCHETTI, V. Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: Construção do Ideário da Universidade de Pós-64. In: **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.27, pag. 221–229, setembro de 2007.

COSTA, Emília Viotti da, E. A dialética invertida: 1960–1990. In: **Revista Brasileira de História**, Vol. 14, nº 17, pag. 09–26, 1994.

DALLARI, D. A., Universidade, Estado e Autonomia. In: BORI, C.M. et alii (Orgs.). Universidade Brasileira: organização e problemas. In: **Ciência e Cultura**, Vol. 37, no. 07 – Suplemento, pag. 7–13. São Paulo: SBPC/Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, junho de 1985.

HELENE, André Frazão; XAVIER, Gilberto Fernando. Financial support of graduate programs in Brazil: quo vadis?. **Braz J Med Biol Res**, Ribeirão Preto, v. 39, n. 7, p. 839–849, July 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-879X2006000700001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22/07/2014.

MAZZILLI, S. A idéia de universidade no Brasil: participação do ANDES–SN na aprovação do art. 207 da constituição Federal de 1988. In **Universidade e sociedade**. Brasília/DF, ano XX, nº 47, pag 110–120, fevereiro de 2011.

NOSELLA, Paolo. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. In **Educação & Sociedade**. Vol. 26, n. 90, pag. 223–238, Campinas, 2005.

OTRANTO, C. R. A Nova LDB da Educação Nacional: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança. In **Revista da Universidade Rural – Série Ciências Humanas e Sociais**. Vol. 18, No. 1–2, p. 57–71, Seropédica/RJ: EDUR/UFRRJ Dezembro/1996.

ROCHA, A. S. Genealogia da Constituinte: do Autoritarismo à Democratização. In **Revista Lua Nova**, nº 88, pag. 29–87, São Paulo, 2013.

ROSANVALLON, P. de. Por uma história conceitual do político. Tradução de Paulo Martinez. In **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 15, nº 30, pag. 09–22, 1995.

SCHWARTZMAN, S. Pela Eliminação da Estrutura Corporativa da Educação Superior Brasileira. In **Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais (BIB)**, Pag. 37–41, Rio de Janeiro, 1985.

ZAVERUCHA, J. Militares e participação política no Brasil do final do século XX e início do XXI. In **Revista da USP** nº 49, pag. 30–39, São Paulo, março/maio de 2001.

Teses e Dissertações

BUENO, Adriana Helena. **Contribuições do programa de mentoria do portal dos professores – UFSCar: auto-estudo de uma professora iniciante**. São Carlos: UFSCar, 2009. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação).

CELESTE FILHO, Macioniro. **A institucionalização do Turismo como curso universitário**. Pontifícia Universidade de São Paulo, 2002. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação).

MARTINS, José do Prado. **Estudo da evasão escolar de alunos da graduação da Universidade Federal de São Carlos**. São Carlos: UFSCar, 1984. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação).

OLIVEIRA, Maria Waldenez. **Educação popular e saúde: processos educativos em práticas sociais**. São Carlos: UFSCar, 2013. 267f. Memorial descritivo, inédito.

SARAIVA, Suzana Barros Corrêa. **Conselho Federal de Educação (1961–1994): Uma trajetória Ideológica**. Tese de Doutorado. FE–UFRJ, 1999. 234f. Tese (Doutorado em Educação).

Fontes Documentais

BATISTA, Edlamar, **Financiamento da Educação no Brasil: Dispendios Públicos Federais, Estaduais e Municipais com Educação, 1990–1993**, IPEA, Dez.1994.

BRASIL. ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. **O processo histórico da elaboração do texto constitucional: mapas demonstrativos**. Brasília: Câmara dos Deputados / Coordenação de Publicações, 1993, em 03 volumes.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=25&data=11/12/1980>>. Acesso em 10/07/2012.

BRASIL. **Exposição de Motivos Interministerial 411**, de 03 de outubro de 1991. Documento que integra o dossiê da PEC 59/91. Disponível em: << <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169346>>>. Acesso em 21/02/2012.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2000: Características da População e dos Domicílios: Resultados do universo**. Disponível em: << <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>>. Acesso em 15/06/2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. CNPq. **Anexo I/ Norma para bolsas no país**. Disponível em <http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTA_NCE_0oED/10157/100343#16061>. Acesso em 03/04/2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. CNPq. **Norma para bolsas no país**. Disponível em <http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTA_NCE_0oED/10157/100343#16061>. Acesso em 03/04/2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CAPES. **IV PNPG 2005–2010**. Disponível em: << <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>.>>. Acesso em 25/09/2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. **Censo da Educação, 1991–2007**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>>. Acesso em 02/12/2014.

BUARQUE, C. **A Universidade numa encruzilhada**. Relatório apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior + 5. Paris: UNESCO, 2003.

FERRI, M. G. (org) et al. **Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FFCL/USP, 1968. [s.p.]. (Documento da Coleção Especial Florestan Fernandes/BCo–Biblioteca Comunitária da UFSCar, São Carlos).

SCHWARTZMAN, Jacques. **Universidades Federais no Brasil – Uma avaliação de suas trajetórias (Décadas de 70 e 80)**, Doc. 43 – NUPES/USP, 1993.

UFSCar/SOC. **Atas das reuniões dos Conselhos Superiores de 1987 a 2002**. Arquivo da Secretaria dos Órgãos Colegiados, Reitoria da UFSCar, São Carlos.

UFSCar. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – Aspectos acadêmicos – Documento Base – Subsídios para discussão**. São Carlos: UFSCar, 2002.

UFSCar. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. São Carlos: UFSCar, 2004.

UFSCar/SOC. **Relatório das atividades da Comissão de Autonomia**. Arquivo da Secretaria dos Órgãos Colegiados, Reitoria da UFSCar, São Carlos, 09 de junho de 1999.

UFSCAR. **Relatório de atividades da UFSCar/2004**. São Carlos: UFSCar, 2004.

Entrevistas Publicadas

FERRAZ JR. Bento Prado Almeida. Bento Prado debate sua obra. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25/06/2000, Caderno Mais, pag. 05-12. Entrevista a Ricardo Musse.

Artigos de Jornal

ANDES, in **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO**. Contra o aniquilamento da universidade pública. Publicado em 29/03/1988, Informe Publicitário, Educação e Ciência, pág. A 15.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A universidade competitiva. **JORNAL DE BRASÍLIA**, publicado em 29 de março de 1995. Disponível em: <<<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=737>>>. Acesso em 30/08/2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A universidade competitiva. **JORNAL DE BRASÍLIA**, publicado em 29 de março de 1995. Disponível em: <<<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=737>>>. Acesso em 30/08/2013.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Marajás e cientistas impolutos. In **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO**. Publicado em 05/05/1992, pag. 03.

JORNAL DO BRASIL. O balanço da Carta. Publicado em 02/09/1988, 1º Caderno, pág. 4-b.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Sindicalista e mulher são mortos em S. Carlos. Publicada em 13/06/1994, Caderno Nordeste, pag. 01.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Alô, Alô Marciano. Publicado em 04/06/1995, Opinião, pág. 02.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Sindicato pede solução para caso Sundermann. Publicado no caderno Cidades, pág.10, de 11/06/1995.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Ato pede solução para caso Sundermann. Publicado em 12/06/1997, Caderno Ribeirão, pág. 04.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Funcionários da UFSCar fazem assembléia e podem encerrar greve. Publicado em 12/06/1996, sétimo caderno, capa.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Ministro diz que não pagará grevistas. Publicado em 28/09/2001, caderno C – Ribeirão, pág. 06.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Painel dos Leitores. Publicado em 25/09/2001, pág. 03.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. A Geografia do Ensino Superior – Suplemento Especial em 25/11/1984, pág. 05.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Dois sindicalistas são mortos em São Carlos. Publicado em 13/06/1994, Caderno C, pag. 06.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Planalto prepara extinção do conselho de educação. Publicado em 14/07/1994, Caderno A, pag. 14.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Cai índice de excelência na Pós-Graduação. Publicado em 05/07/1996, Geral, pág. 16.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. A política de defesa nacional. Publicado em 09/11/1996, Editorial, pág. 3.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. UFSCar quer formar engenheiros ‘polivalentes’ – Escola pretende lançar no mercado profissionais multidisciplinares. Publicado em 18/11/1999, Caderno A, pág. 17.

JORNAL O GLOBO. Faoro acha que Congresso é que tinha que convocar Constituinte. Publicado em 11/09/1985, pág. 10.

JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA. Opinião. Publicado em 04/10/1988, pag. 05.

JOSÉ, E. A boneca Raimunda e a tortura. **CARTA CAPITAL**, publicado em 10/11/2008. Disponível em <<<http://www.cartacapital.com.br/economia/a-boneca-raimunda-e-a-tortura>> Acesso em 02/08/2013.

NASCIMENTO, Solano. Defesa recebeu mais para investir do que área social. **FOLHA DE SÃO PAULO**, Primeiro Caderno, página A-4, 21/01/2001.

PATURY, Felipe. Brasil paga ‘Tropa’ de 248 no exterior. **FOLHA DE SÃO PAULO**, Caderno 1, página 6, 21/10/1999.

Documentos Eletrônicos

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Exposição de motivos à Proposta de Emenda Constitucional, apresentada à Presidência da República por Luiz Carlos Bresser-Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, em 11/08/1995.** Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=940>>. Acesso em 25/09/2013.

CPDOC/FGV. **Biografia de Darcy Ribeiro.** Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/darcy_ribeiro. Acesso em 18 de setembro de 2013.

FAPESP. **“Memória Roda Viva – Entrevista com Paulo Renato Costa Souza”.** Disponível em: <<http://www.roda.viva.fapesp.br/>>. Acesso em 05/03/2013.

SENADO FEDERAL. **Biografia de Cid Sabóia.** Disponível em: http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1562, acesso em 23 de outubro de 2013.

TRIGUEIRO, D. **Biografia**. Disponível em: <http://www.durmevaltrigueiro.pro.br/biografia1.htm>. Acesso em 15/05/2014.

UFSCar. **PPGCEM/ Homepage do Programa de Pós-Graduação em engenharia de Materiais**. Disponível em: www.ppgcem.ufscar.br/historia, acesso em 15/10/2014.

Imagens

ANDES-SN. Em algumas imagens, parte dos 30 anos do ANDES-SN. In **Universidade e sociedade**. Brasília/DF, ano XX, nº 47, fevereiro de 2011, pag. 214-230. Fonte da imagem: Arquivo ANDES, s/a.

PSTU. Foto Casal Sundermann. In **Portal do PSTU**. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/conteudo/>. Acesso em 15/10/2013. Fonte da imagem: Arquivo PSTU, s/a.

APÊNDICES

APÊNDICE A – GESTÕES DA ADUFSCAR/RELAÇÕES ANDES/ANDIFES – 1978 /2002

Gestão	Período	Presidente	Vice-Presidente	Intersecções Políticas E Associativas	Relações Com ANDES	Relações Com ANDIFES/CRUB
Cons- trução	1978 – 1979	Yedda de Carvalho	Benedito R. de Moraes Neto		Anos de estruturação do movimento docente nas ADs e articulações para o surgimento da entidade nacional, a ANDES – realização do Congresso Nacional de Docentes Universitários/Pauta: Criação da entidade Nacional	Reitor da UFSCar/ representante no CRUB: Luiz E. de Magalhães
Linha de Pas- se	1979 – 1980	Newton Lima Neto	Wolfgang Leon Maar	Newton Lima Neto viria ser prefeito e deputado federal por São Carlos, pelo PT		Reitor da UFSCar:/representante no CRUB: Willliam Saad Hossne antes de assumir a reitoria, Hossne tinha ocupado o cargo de Diretor da FAPESP de 1975 a 1979
Linha de Pas- se 80	1980 – 1981	Newton Lima Neto	Wolfgang L. Maar			
Linha de Ata- que	1981 – 1982	Flávio Augusto Picchi	Valdemar Sguissardi	O 1º Tesoureiro foi Oswaldo Baptista Duarte Filho, o Barba, que era oriundo do movimento estudantil, tendo sido o primeiro presidente de DCE na década de 1970	Criação da ANDES Secretário Geral foi Luiz Pinguelli Rosa (UFRJ) e o 1º secretário na gestão inaugural da ANDES foi Newton L. Neto	
Linha de Ata- que 82	1982 – 1983	Valdemar Sguissardi	Flávio Augusto Picchi	Após o longo embate entre os colegiados superiores/ Reitoria e o Conselho de Curadores pelo efetivo controle da universidade, tendo se encerrado a disputa com a vitória dos colegiados /Reitoria, Sguissardi publica livro analisando os aspectos do autoritarismo que pautaram os episódios. De 1994 a 2004 seria membro do Conselho de Curadores, já com o estatuto reformado e exercendo apenas o papel de órgão fiscal. Seria o responsável pela redação dos Planos de Gestão das Reitorias da UFSCar de 1984 até 2000.	Presidência da ANDES foi exercida por Luiz Pinguelli Rosa e Newton Lima Neto foi o Secretário Geral	Reitor da UFSCar:/representante no CRUB: Willliam Saad Hossne antes de assumir a reitoria, Hossne tinha ocupado o cargo de Diretor da FAPESP de 1975 a 1979

Gestão	Período	Presidente	Vice-Presidente	Intersecções Políticas E Associativas	Relações Com ANDES	Relações Com ANDIFES/CRUB
Correnteza	1983 – 1984	Maurício Roriz	Francisco José da Costa Alves		Presidência da ANDES foi exercida por Luiz Pinguelli Rosa e Newton Lima Neto foi o Secretário Geral	Ano da intervenção: Reitor-Interventor: Antônio Guimarães Ferri
Em Defesa da Universidade	1984 – 1985	João Carlos Pedrazzani	Odécio Cáceres		Presidência foi exercida por Maria José Ribeiro (UFJF), que tinha sido 2ª tesoureira da gestão anterior; o vice foi Carlos Martins (USP/UFSCar) Martins seria secretário da Prefeitura de S. Carlos na gestão de Newton Lima Neto	Reitor da UFSCar:/representante no CRUB: Munir Rachid
Universidade Sociedade	1985 – 1986	Roberto de Campos Giordano	Oswaldo Mário Serra Truzzi	Oswaldo Truzzi tornou-se gestor da EDUFSCar		
Participar	1986 – 1987	Gil Vicente R. de Figueiredo	Paolo Nossella	Gil Vicente foi um articulador da dissidência que levou à saída da ADUFSCar do ANDES-SN e fundou o PROIFES, em 2004 – federação “chapa branca” de sindicatos docentes”	Presidência da ANDES exercida por Newton Lima Neto	
Participar 87	1987 – 1988	Géria Maria Montanari Franco	Paolo Nossella	Géria Montanari Franco viria a ser a 3ª Secretária na gestão da ANDES de 1994/1996 Géria filiou-se ao PT em 1986, disputando as eleições para vereança em 1992, 1996 e 2000	Presidência da ANDES exercida por Newton Lima Neto	Reitor da UFSCar:/representante no CRUB: Munir Rachid
Reencontro	1988 – 1989	Oswaldo Baptista Duarte Filho	Roberto Tomasi	Roberto Tomasi seria Pró-reitor de Graduação na gestão do Reitor Oswaldo Baptista Duarte filho, em 2001	Presidência: Sadi dal Rosso (UnB) Vice: Carlos Eduardo Malhado Baldijão (USP)	Reitor da UFSCar/representante no CRUB: Sebastião Elias Kuri Vice-reitor: Newton L. Neto

Gestão	Perí- odo	Presi- dente	Vice- Presidente	Intersecções Políticas E Associativas	Relações Com ANDES	Relações com ANDIFES/CRUB
Fortale- cer a Univer- sidade	1989 – 1990	Bruno Pucci	Pedro Ferreira Filho			
Estado de Alerta	1990 – 1991	Pedro Ferreira Filho	Telma Simões Matsukura		Presidência: Carlos Eduardo Malhado Baldijão (USP) Vice: Marco Antônio Sperl de Faria (UNIMEP)	
S.O.S. Univers idade	1991 – 1992	Ana Luiza Rocha V. Perdigão	Lea Bea- triz T. Soares			
Por Algo Mais	1992 – 1993	Pedro Ferreira Filho	Ana Luiza Rocha V. Perdigão	Em 1992, Gil Vicente foi candidato à prefeitura de São0 Carlos	Presidência: Márcio Antônio de Oliveira (UFJF)3ª tesoureira: Joana Neves (UFPB)	Newton Lima Neto eleito Reitor da UFSCar Vice-reitor: José Rubens, Newton Lima Neto presidiu a ANDIFES em 1994/1995
ANDES de ANTES	1993 – 1994	Francisco José da C. Alves	Carlos Alberto Olivieri			
Moment os	1994 – 1995	Carlos Alberto Olivieri	Paulo Ig- nácio F. Almeida	Paulo Ignácio Fonseca de Almeida atualmente é professor aposentado e presidente da FAI–UFSCar	Luiz Henrique Schuch (UFPel) Vice: Anamaria Beck (UFSC)	
Fortale- cer a Adufs- car	1996 – 1997	Roberto Tomasi	Adriana Sparenber g Oliveira	Em 1996, Gil Vicente propõe coligação municipal entre o PT e o PSDB, apoiando a candidatura a prefeito do tucano Paulo Altomani	Maria Cristina de Moraes (UFRN)	José Rubens Rebelatto eleito Reitor da UFSCar Vice-reitor: Oswaldo Baptista Duarte Filho
Partici- pe! Ação	1997 – 1998	Marília Leite Washing- ton	Gil Vicente Reis de Figueired o	Newton Lima Neto candidatou-se à Vice-governador na chapa de Marta Suplicy ao governo de SP, em1998		

Gestão	Período	Presidente	Vice-Presidente	Intersecções Políticas E Associativas	Relações Com ANDES	Relações com ANDIFES/CRUB
Particip e Mais. Mais. Ação	1998 – 1999	Marília Leite Washington	Gil Vicente R. Figueiredo	O 2º Secretário, Emerson Pires Leal (PMDB) viria a se tornar vice-prefeito de São Carlos em 2009, na chapa que venceu as eleições com Oswaldo Baptista Duarte Filho sendo o prefeito pelo PT	Renato de Oliveira (UFRGS)	José Rubens Rebelatto eleito Reitor da UFSCar. Vice-reitor: Oswaldo Baptista Duarte Filho
Autônoma, Demorática e Independente	1999 – 2000	Gil Vicente R. Figueiredo	Emerson Pires Leal	Newton Lima Neto preside o diretório municipal do PT		
Autônoma, Demorática e Independente	2000 – 2001	Gil Vicente R. Figueiredo	Emerson Pires Leal	Newton Lima Neto vence as eleições para prefeito e Géria Montanari elege-se vereadora, ambos pelo PT	Roberto Leher (UFRJ)	Oswaldo Baptista Duarte Filho eleito Reitor da UFSCar; Vice: Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil Presidiu a ANDIFES em 2005 (seria reeleito, ficando à frente da instituição até junho de 2008, quando se candidatou a prefeitura de São Carlos pelo PT)

Gestão	Período	Presidente	Vice-Presidente	Intersecções Políticas E Associativas	Relações Com ANDES	Relações com ANDIFES/CRUB
Autônoma, Demorática e Independente	2001 – 2002	Emerson Pires Leal	Amarílio Ferreira Júnior	Em 2004, tanto Newton quanto Géria seriam reeleitos. Ela também viria a ser Secretária municipal de Educação na segunda gestão de Newton	Roberto Leher (UFRJ)	Oswaldo Baptista Duarte Filho eleito Reitor da UFSCar; Vice: Maria Stella Coutinho de Alcântara Gil Presidiu a ANDIFES em 2005 (seria reeleito, ficando à frente da instituição até junho de 2008, quando se candidatou a prefeitura de São Carlos pelo PT)
						A UFSCar é a única IFES que já presidiu por três vezes a ANDIFES (até 2015)

APÊNDICE B – Greves dos servidores das IFES de 1985 a 2002

Ano	Duração	IFES em Greve	Reivindicações	Resultados
1985	45 DIAS 10/08 a 23/09	16 universidad es fundações	Reposição salarial de 38,5%, reajuste salarial igual ao INPC do semestre, implantação de reajuste trimestral, adicional de 5% a cada quinquênio, adicional DE não inferior a 50%, 5% de produtividade, aposentadoria integral, verbas para custeio e capital das IES fundacionais no montante de 954 bilhões de cruzeiros	O MEC comprometeu-se a elaborar um novo Plano de Cargos e Salários para as IES fundacionais, com isonomia salarial, a entrar em vigor em jan./86. (Com o novo plano de cargos e salários, algumas categorias de docentes em algumas fundações tiveram, em 86, ganho superior a 50%)
1987	44 dias 25/03 a 07/05	45 IFES (autarquias e fundações)	Adoção do Plano Único de Carreira para as IES federais, proposto pela ANDES; isonomia salarial plena aos docentes das autarquias e fundações, segundo a tabela salarial proposta pela ANDES; aposentadoria integral; verbas de custeio e capital no valor de 20,3 bilhões de cruzados, para retornar aos níveis de 1973; revogação da proibição de contratação de pessoal nas IES federais	Aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 7.596, de 10 de Abril de 1987, criando o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE). Em 23/7/87, o Decreto nº 4.664 regulamentou a Lei nº 7.596/87. A nova tabela salarial teve efeito financeiro retroativo a abr./87.
1989	66 dias 08/05 a 13/07	42 IFES	Verbas para OCC correspondendo a 27,8% do orçamento global das IFES; revogação da proibição de contratações e abertura de concurso público para atender às necessidades das IFES; reposição salarial, de abr/89, de 59,74%, acrescido do índice de custo de vida (ICV) do DIEESE; reajuste mensal dos salários; aposentadoria integral; carreira única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus; regulamentação integral e aplicação imediata do PUCRCE em todas as IFES.	Reposição salarial de 30% aos Servidores Públicos Federais em geral, em maio/89. Em julho, o governo se comprometeu a liberar verbas para a manutenção das IFES, a título de suplementação, no montante de 453 milhões de cruzados novos, a preços de abr./89. O plano de carreira dos docentes recebeu algumas alterações: o incentivo de DE para os docentes do 3º grau, passou de 40 para 50% sobre o salário base; para os docentes de 1º e 2º graus das IFES, este percentual passou de 25 para 30%; a progressão horizontal de um nível para outro da carreira passou de 4 para 5%. O governo autorizou a contratação, para o conjunto das IFES, de 760 docentes e de 1340 servidores técnico-administrativos.

Ano	Duração	IFES em Greve	Reivindicações	Resultados
1991	107 DIAS 05/06 a 20/09	48 IFES	Recomposição dos Salários aos Valores Reais De Abr./90, Implicando Numa Reposição De 44,38%; Incorporação Aos Vencimentos Dos Docentes Das Perdas Salariais Provocadas Pelos Planos Econômicos "Bresser" (26,06%), "Verão" (26,05%) E "Collor 1" (93,54%); (Reajuste Total Reivindicado: 640,39%); Repasse Para As IFES do Saldo das Verbas Previstas No Orçamento/90 E Dos Recursos Estabelecidos No Orçamento/91, Em Valores Reais; Abertura De Concurso Público Para Preencher Vagas Existentes Nas IFES e Para Expansão Do Quadro De Pessoal, Com A Imediata Contratação Dos Selecionados; Escolha Dos Dirigentes Das Ifes Por processo de eleições diretas e democráticas, esgotando-se o processo no interior das IFES; garantia de repasse para a ANDES – SN das contribuições dos docentes por ela representados (direitos sindicais), conforme a Constituição Federal.	Rejeição pelo Congresso Nacional da MP n. 296/91, a qual excluía docentes e servidores das IFES e diversas outras categorias de Servidores Públicos Federais dos reajustes propostos pelo governo; reajuste salarial geral aos Servidores Públicos Federais de 20% e correção da tabela de vencimentos dos docentes das IFES (e de outras categorias) pelo Projeto de Lei nº 1390/91, em jul./91: para os docentes, este reajuste variou de 51,8% (para Prof. Auxiliar 1 regime de 20 h) a 77,45% (para Prof. Titular com DE e doutorado); em set./91, os docentes das IFES conquistaram novo reajuste (nova tabela) com o PL n. 1611/91, resultando num índice de aumento que variou de 20% (para Auxiliar 1, 20 h, sem pós-graduação) a 48,8% (para Prof. Titular, com DE, tendo doutorado).
1993	28 dias 13/05 a 11/06	23 IFES + servidores federais	Política salarial com reajustes mensais; incorporação da gratificação aos vencimentos; fim das distorções no processo de isonomia entre os três poderes; plano Nacional de capacitação docente; reajuste de 106,8% para os servidores.	Reajuste de 85% dos salários dos servidores; reajustes quadrimestrais (80% da inflação) antecipações bimestrais (50% da inflação); negociação de um plano de carreira; ficaram pendentes de decisão setorializada: falta de isonomia interna e a reposição das aulas
1994	34 dias 23/03 a 27/4	5 IFES + outra AD's (greve parcial	Posição unitária da classe de contraposição às investidas que o governo Itamar e as elites que lhe davam sustentação vinham fazendo contra os interesses da maioria da sociedade brasileira; forçando uma legítima e danosa Revisão Constitucional e um Ajuste Fiscal que provocou perdas salariais	Abertura da negociação em torno da isonomia entre os três poderes; negada a inclusão das emendas do movimento sindical na MP – 482; legitimação do direito de greve no serviço público.

Ano	Duração	IFES em Greve	Reivindicações	Resultados
1995	23 DIAS 09/5 a 31/05	07 mil docentes paralisados / 60 mil Técnicos (Dados da Folha de SP 23/5/95)	Controle social das empresas e do serviço público; defesa da previdência pública e das aposentadorias por tempo de serviço; política salarial; rejeição do substitutivo do Senador Darcy Ribeiro p/ a LDB e aprovação da PLC 101/93; reintegração dos demitidos na Reforma Administrativa do governo Collor	Afastada a possibilidade de privatização das instituições públicas; resgate do substitutivo do Senador Cid Sabóia, que foi ao plenário do Senado Federal junto com o substitutivo do Sen. Darcy Ribeiro.
1996	56 dias 16/04 a 20/06	45 IFES	Reajuste de 46,19%; retirada dos Projetos de reforma da Previdência Administrativa	STF decide que SPFs tem direito à greve, que deve ser regulamentada pelo Congresso Nacional; recuo na ameaça do Governo de corte de ponto e demissões; recuo na posição de enviar ao Congresso o Projeto de Autonomia das Universidades; promessa de discussão sobre mais contratações e verbas para as IFES
1998	103 dias 02/04 a 13/07	46 IFES	48,65% de reposição salarial; preservação da qualidade do ensino público; autonomia às universidades na implementação do Plano de Incentivo à Docência (PID).	Ganharam 60% das gratificações previstas na lei Federal (GED – Gratificação de Estímulo à Docência).
2000	87 dias 24/05 a 17/07	31 IFES	Isonomia salarial; reajuste de 63,68 % das perdas; fixação da data-base em 1º de maio; reposição salarial imediata; consolidação das carreiras específicas a partir do Estatuto do Serviço Público; incorporação das gratificações sem discriminação dos professores aposentados e do ensino de 1º e 2º graus.	Barrou o Projeto de Autonomia do MEC para as Universidades brasileiras; barrou o envio ao Congresso do Projeto de Emprego Público, do Governo Federal; inclusão da elevação da massa salarial na LDO.

Ano	Duração	IFES em Greve	Reivindicações	Resultados
2001	110 dias 21/08 a 07/12	52 IFES	Alteração do Percentual De Titulação De 50% Para 72% Para Doutores, De 25% Para 36% Para Mestres, De 12% Para 18% para especialistas e de 5% para 9% para aperfeiçoamento; equiparação da GID à GED; extensão de 60% da GID aos inativos das carreiras de 1º e 2º graus; avaliação e carreira docente; paridade e isonomia de vencimentos entre ativos e inativos; recomposição do quadro funcional das IFES.	Reajuste salarial de 12% a 13% no salário base; 3,5% de aumento para todos os funcionários públicos; repasse de 60% da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) aos professores inativos; contratação de dois mil professores ao longo 2002.. Criação de grupos de discussão para estudar mudanças na carreira acadêmica e autonomia universitária.

Fontes: Atas dos conselhos da UFSCar e diversos periódicos de circulação nacional; elaborado por R. C. Lana

ANEXOS

ANEXO A – A Geografia do Ensino Superior – OESP 25/11/1984

O mapa de hoje: escolas superpostas

O mapa do futuro: universidades regionais

A geografia do ensino superior

IRANY NOVAH MORAES

"O sistema universitário paulista atende 449.552 alunos com 31.467 docentes e 14.364 servidores administrativos. Deste contingente os governos da União, do Estado e de 27 municípios são responsáveis por 80.202 alunos (17,84%) com 12.938 docentes (41,11%) e 19.640 funcionários (62,41%).

A rede oficial oferece 384 cursos de graduação e 581 de pós-graduação, sendo 347 em nível de mestrado e 234 de doutorado.

O Estado tem três Universidades, a USP — Universidade de São Paulo, a Unicamp — Universidade de Campinas, e a Unesp — Universidade Estadual Paulista — Júlio Mesquita Filho, enquanto a União mantém a UFSCar — Universidade Federal de São Carlos e a EPM — Escola Paulista de Medicina. Ao lado desse contingente, há outro de unidades isoladas localizado em 27 municípios. Estas estão sob a forma de autarquias especiais ou fundações de direito público. Todas essas unidades são de ensino superior e uma delas está estruturada como Universidade. Este grupo é subordinado ou juridicionado pelo Conselho Estadual de Educação.

A localização no mapa de cada uma das unidades referidas mostra, a uma simples visão panorâmica, algumas distorções. A mais evidente delas é a total falta de planejamento na distribuição das unidades. Há superposição de áreas entre Universidades, grande multiplicidade de cursos em municípios próximos e até no próprio município.

É fácil aceitar muitas das consequências nefastas, devidas a esse fato. O estudo global analisando o contingente federal, estadual, municipal e particular revela dados que mostram a gravidade da situação.

O permanente inconformismo, peculiar ao professor universitário, fica mais aguçado ao analisar o flagrante paradoxo como pujança da USP e resultados precários de certas soluções. A busca de algumas de suas causas levou-me a reflexões. Certa feita, em 1982, vi uma reunião de Colegiado ser interrompida, quando problemas magnos eram debatidos, devido

ao horário de fechamento de postos de gasolina, pois muitos de seus membros teriam que vencer centenas de quilômetros para retornar à sua cidade. Entrei por essa estrada e fui estudar também esse fator. Publiquei na ocasião na revista *Problemas Brasileiros*, XX (221):41-21, 1983, *Incongruências do Sistema Universitário Paulista*.

A USP está distribuída no Estado de São Paulo com unidades na Capital, Piracicaba, São Carlos, Ribeirão Preto, Bauru, Pirassununga e Itu, além de bases marinhas no litoral e seu navio na costa brasileira. A Unicamp tem unidades em Campinas, Piracicaba e Limeira. A Unesp tem unidades na Capital, em São José dos Campos, Guaratinguetá, Rio Claro, Botucatu, Franca, São José do Rio Preto, Marília, Assis, Araçatuba, Presidente Prudente e Santa Fé do Sul. O contingente federal está localizado em São Carlos e na Capital. A responsabilidade governamental é maior do Estado (60,45%) e menor da União (5,20%) enquanto os municípios têm em 34,34%.

A rede oficial — União, Estado e município — localizada no mapa — revela a desorganizada interposição de áreas. Em alguns locais, mesmo fora da Grande São Paulo chega a haver tripla superposição (mapa 1).

O sistema universitário paulista atual pode ser visualizado panoramicamente quanto ao número de seus cursos de graduação e pós-graduação e respectivos alunos bem como número de departamentos, docentes e funcionários pelo quadro nº 1.

Farei algumas considerações sobre a relação aluno/professor e aluno/função apenas para uma visualização mais descomplicada do problema, mas nem por isso menos séria e nem tecnocrática como interpretam os teóricos da educação, mas bem sentida pelos professores que dão aula mesmo.

Dos números apresentados merece destaque, para um primeiro diagnóstico da situação, o estabelecimento do índice obtido pela relação aluno/docente. Os americanos e ingleses vangloriam-se de suas universidades quando elas têm um professor para cada dez alunos. A USP tem hoje 6,85. Tal valor não significa diferença para melhor

A proposta do professor
Irany Novah Moraes:
redistribuir as universidades
em seis regiões

ao confrontar com o tido como número ideal, pois não se está considerando o regime de trabalho. Pois a USP tem três regimes: Turno Parcial (12 horas semanais), Turno Completo (24 horas semanais), Tempo Integral (40 horas semanais com dedicação exclusiva). Estes números estão-se modificando dia a dia. Há tendência para a passagem de maior número de professores para os regimes de maior dedi-

cação à USP e consequentemente está havendo um progressivo esvaziamento do Turno Parcial.

Evidentemente, o índice 17,12 encontrado no ensino municipal mostra que a distorção é grande. A realidade ainda é pior pelo fato de, praticamente, não haver naquele contingente professor em regime de Tempo Integral.

Merece atenção, também, na análise dos dados apresenta-

dos, a existência da pós-graduação apenas no ensino oficial do Estado e da União. Ela é uma garantia de produção científica ou muito mais ainda de gerar novos pesquisadores.

Os dados referentes a alunos, docentes e funcionários de cada um dos contingentes relacionados entre si mostram índices reveladores de distorções. Assim, o índice aluno/docente varia de 2,92 (Federal) para 18,22 (Particular) passando pelo Estadual de 5,86 e Municipal 17,41 (Quadro nº 2).

Fazendo-se o mesmo confronto de índices agora com a resultante da relação aluno/função vê-se a grande discrepância entre os das Universidades Estaduais (7,62) e o Particular (53,80). Nota-se que o Federal está (11,41) bem próximo do Estadual e o Municipal (36,46) com tendência para o lado do Particular (Quadro nº 2).

É fácil compreender que com desproporções tão grandes as situações devam ser diversas. No Ensino Estadual há sete vezes mais funcionários técnico-administrativos do que no Particular. Este oferece menos empregos, não tem quase pesquisa e também na sua grande maioria o serviço prestado à comunidade é restrito a algumas poucas unidades.

Para refletir com esses dados procurei sentir onde estavam os impulsos sociais responsáveis pela dispersão tão grande contrapondo-se ao mesmo tempo com a existência de locais de concentração. Assim, estudei: 1) o tamanho urbano, 2) a evolução da população, 3) o fluxo-gráfico de intensidade de trânsito das rodovias e 4) o dígrafo de fluxo de chamadas telefônicas mais intensas de todo o Estado de São Paulo.

Tudo esse estudo conduziu-me a pensar que o problema deve ser encarado dinamicamente e que as soluções encontradas deverão ser logo revistas para aprimoramento. A proposta de hoje deverá ser aperfeiçoada na próxima década.

Proposta

Apresento como sugestão a regionalização do ensino superior.

Proponho que se reorganize o Sistema Universitário Paulista no Estado de São Paulo criando seis universidades, sendo duas metropolitanas e as demais

abrangendo todas as regiões do Estado (Mapa nº 2).

Dentro dessa ideia, elas poderiam ter os seguintes nomes que, por si só, já indicariam sua localização e, de certa forma, algumas vezes até preservariam seus nomes atuais, respeitando sua tradição, como já pensava o dr. Júlio de Mesquita Filho. Elas seriam: 1. Universidade de São Paulo, que manteria o que ela tem na Capital em três campi: o da Cidade Universitária, o do Araçá e o do Largo São Francisco; 2. Universidade da Grande São Paulo, que somaria esforços da Escola Paulista de Medicina (Federal) com a unidade da Unesp em São Paulo, e as Municipais de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Santo André e de Osasco; 3. Universidade de Campinas que, além do que tem atualmente em Campinas, Piracicaba e Limeira, receberia a Unidade da USP em Piracicaba, as da UNESP em Araraquara e Rio Claro e as Municipais de Piracicaba, Jundiaí, São José do Rio Pardo, Bragança e Araras; 4. A Universidade de Ribeirão Preto teria os contingentes provindo da USP em Ribeirão Preto e São Carlos, outro da UNESP localizado em São José do Rio Preto, Jaboticabal, Franca e Ilha Solteira, a UFSCar e as Unidades Municipais de São Carlos, Franca, Catanduva, Mococa, Votuporanga, São João da Boa Vista, Barretos, Fernandópolis e Santa Fé do Sul; 5. Universidade de Bauru reunindo a parcela da USP em Bauru, da Unesp em Botucatu, Marília, Presidente Prudente, Assis, Araçatuba e das Municipalidades de Bauru, Avaré, Adamantina, Presidente Prudente, Marília, Penápolis e Jauá e 6. Universidade do Vale do Paraíba, pelo arrolamento de parte da Unesp em São José dos Campos e Guaratinguetá e as estruturas Municipais de Taubaté e Cruzeiro.

O perfil de cada uma das seis Universidades assim reagrupadas ficaria, hoje, com dimensões razoáveis e com quase todos os índices mais próximos dos tidos como satisfatórios (Quadro nº 3).

Os núcleos de desenvolvimento das novas Universidades parecem suficientemente bem estruturados e maduros para a liderança proposta e, assim, conseguir elevar o nível de todo

ANEXO A - A Geografia do Ensino Superior - OESP 25/11/1984

O Estado de S. Paulo, 25/11/84

Suplemento Especial A Universidade Página 5

SISTEMA UNIVERSITÁRIO PAULISTA						
SITUAÇÃO ATUAL:	USP	UNICAMP	UNESP	UFSCAR	ESPE	MUNICIPAIS
CURSOS	148	21	68	16	3	109
ALUNOS*	33.113	6.472	8.900	2.493	1.678	27.564
MESTRADO	201	21	32	6	38	0
DOUTORADO	154	19	24	1	33	0
ALUNOS PÓS	10.426	3.836	789	227	973	0
DOCENTES	9.813	1.776	2.219	467	1.468	12.139
DEPARTAMENTOS	189	19	139	9	63	632
FUNCIONÁRIOS	10.135	6.842	3.526	739	3.226	822
f = ALUNO/DOCENTE	6,85	3,70	4,01	5,34	1,30	17,12
f = ALUNO/FUNCIONÁRIO	3,26	1,11	2,52	3,28	0,32	33,50

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE INSTITUIÇÃO					
TIPO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
ALUNO	3.887	48.716	36.112	367.066	495.781
DOCENTE	1.296	7.121	1.713	20.153	30.283
FUNCIONÁRIOS	321	6.197	826	6.823	13.167
f = ALUNO/DOCENTE	2,99	6,86	21,12	18,22	16,29
f = ALUNO/FUNCIONÁRIO	12,11	7,86	39,12	27,06	27,30

PROPOSTA DE REDISTRIBUIÇÃO EM SEIS UNIVERSIDADES						
UNIVERSIDADES	USP	UNICAMP	UNESP	UFSCAR	ESPE	MUNICIPAIS
CURSOS	148	21	68	16	3	109
ALUNOS*	27.663	11.758	19.132	10.563	10.798	9.010
MESTRADO	181	21	32	6	38	0
DOUTORADO	154	19	24	1	33	0
ALUNOS PÓS	6.593	3.836	5.052	1.860	339	136
DOCENTES	3.616	1.776	3.311	2.696	1.496	207
DEPARTAMENTOS	112	19	121	153	153	70
FUNCIONÁRIOS	6.042	3.849	6.100	2.939	2.390	728
f = ALUNO/DOCENTE	7,43	6,82	5,77	5,30	7,31	43,62
f = ALUNO/FUNCIONÁRIO	6,84	3,41	3,18	4,95	4,31	12,47

Sugestão: reorganizar o sistema

o conjunto que a ele vai-se aglutinar. Veja-se que a Unicamp passando de 6.472 alunos para 19.132 tem capacidade de dar ao conjunto sua tônica.

Conclusão:

A problemática é de tal monta que, acedido, exige, com urgência, esforço conjunto dos governos da União, do Estado, dos municípios envolvidos e de toda a comunidade para encontrar e adotar medidas corretivas. A permanência das coisas como estão é perpetuar desperdícios, esbanjar recursos materiais e humanos e garantir cada vez mais a precariedade de resultados. A canalização de verbas de várias origens para múltiplos centros resultará, certamente, em menor eficácia no seu aproveitamento. O mesmo ocorrerá com os recursos humanos, dependendo esforço maior que o necessário para a manutenção de um sistema que caminha, progressivamente, para o anacronismo.

Impõe-se a reorganização do sistema. Ela deve ou pelo menos pode partir do critério geográfico para propiciar racionalização do trabalho e, assim, minimizar as despesas e aumentar a eficiência. As escolas particulares deverão ser envolvidas no sistema público exigindo sua participação nos colegiados quando debatarem problemas de qualidade de ensino e de aprimoramento de métodos. Acredito que tudo isso dará um fluxo mais livre à circulação de

idéias. Esses aspectos levarão a um nivelamento por cima, trazendo benefícios reais ao ensino, à pesquisa e à prestação de serviços à comunidade.

Chamo a atenção para a comunidade em geral e em particular à universitária para que se conscientize da situação e que leve os governos federal, estadual e municipal a conjugarem esforços para salvar a Universidade paulista de tantos males de que ela padece. Males esses que seus professores bem os reconhecem, seus alunos sentem, mas que a miopia de muitos não deixa enxergar e que poucos têm coragem de confessar...

A idéia de reformulação deverá obedecer a alguns pontos fundamentais para garantir o êxito que se espera. Tudo que for feito deverá ser sempre analisado à luz de certos princípios que levem a: 1. preservar a autonomia universitária; 2. fortalecer a instituição pela sua produção científica; 3. valorizar o do-

cente, criando mecanismos que estimulem o progresso na carreira pela sua qualificação universitária; 4. estabelecer maneira de aprimorar permanentemente o ensino; 5. voltar a instituição para a comunidade que a cerca e 6. desburocratizar a máquina administrativa.

Dois aspectos fundamentais devem ser feitos: 1. deve-se ter em mente que a Reforma do Sistema Universitário Paulista deve ser planejada de forma ampla e com grande flexibilidade e prevenção sua instalação progressiva. Nessas circunstâncias poderia adquirir-se experiência nesse tipo de "transplante" e desta maneira aprimorando-se os métodos para as implantações posteriores. 2. Tudo será em vão se não for preservada a autonomia universitária. Uma forma de preservá-la talvez seja a de que os Reitores sejam eleitos diretamente pelos seus Conselhos Universitários e que eles reunidos constituam um Conselho Estadual dos Reitores e que seu presidente, eleito entre eles próprios, seja o elo de ligação com o governo. Essa sim sena a forma mais democrática de garantir a autonomia de fato, para a Universidade Paulista.

As seis, ou quantas forem, universidades que vier a ter o Estado de São Paulo, realmente autônomas, terão condições de preparar a geração que vai cuidar do Brasil no próximo milênio, pois elas serão a fonte de criatividade permanente para garantir uma qualidade de vida melhor para o brasileiro.

DEBATE

A proposta de Montoro chega ao plenário

O moderador Oliveira S. Ferreira iniciou, no debate da manhã, a discussão em torno da proposta de divisão das universidades no Estado de São Paulo, formulada pelo governador Franco Montoro na abertura do seminário e também defendida pelo professor Iray Novaes Moraes em sua conferência. A seguir, trechos do debate com o professor Iray:

Oliveira S. Ferreira — Há uma coincidência entre o espírito de sua proposta e o espírito da proposta do governador Franco Montoro? Iray Novaes Moraes — Há uma coincidência. Porém, na hora em que se jogam os dados é preciso uma repartição mais harmônica. Vejamos: a Universidade de Campinas está bem estruturada e ela pode crescer; a USP, que tem 33 mil alunos, não vai diminuir tanto. A perseguição da USP é o seu gigantismo — e o gigante é o sujeito que é desproporcional. O ensino particular, por sua vez, tem de participar do sistema universitário. As universidades particulares têm de se beneficiar dos colegiados das universidades estruturadas.

Miguel Rêde — Eu estou de pleno acordo com a idéia de regionalização. Desejo, no entanto, fazer uma ponderação: a regionalização não pode ser feita tão somente à luz dos dados quantitativos e numéricos, porquanto na Universidade já há uma violência social e histórica. Como, por exemplo, seria possível desvincular-se da USP a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, à qual está ligada por uma longa tradição histórica e também por laços científicos? Há uma série de fatores que devem ser levados em conta. O quantitativismo já tem feito muito mal a este país.

Ernest Hamburger — O critério exclusivamente geográfico e excessivamente simplista. Eu não sou, por parte de universidade, professor da USP, uma vontade de que a USP fosse dividida. Acho altamente positivo que o governo pense no sistema universitário paulista como um todo e tente fazer um planejamento. Mas um planejamento mais sofisticado. Os reitores nos transmitir uma visão otimista sobre a situação da universidade, particularmente da Unicamp e da USP. Realmente há muito do que nos orgulhamos. São universidades, sob muitos pontos de vista, excelentes. Mas penso que, ao pensarmos a reorganização da universidade, não temos de passar um pouco adiante de somente achar que tudo está bem; nós temos de ver as coisas que não estão bem.

Iray Novaes Moraes — O professor Hamburger falou da visão otimista da universidade. Na verdade, todos nós sabemos das dificuldades que a universidade está passando e nem haveria clima para uma reunião como esta, nesta altura, se estivesse tudo tão bom com a universidade: tanto dinheiro, tanta tranquilidade, tanta produtividade... Nós encontramos uma situação de um aluno que não quer aprender, de um professor que não quer dar aula. Isso não é uma crise? Isso é pior que uma crise por falta de dinheiro: isso é uma crise moral, uma crise muito mais grave. É o caso que se tem de falar. É o critério geográfico. Eu lamento, mas tive apenas meia hora para falar do assunto. Foi recentemente para o Estado de São Paulo um estudo da pós-graduação e mostrei que na área de Humanas havia 51% de evasão. Então, o que adianta matricular, na pós-graduação, uma quantidade tão grande de alunos se não é para nada, vão se perder? Nas áreas Biológicas, Científicas e de Exatas a evasão é pouco menor, mas, mesmo assim, ainda é muito grande. O que está acontecendo? Ninguém está querendo ver: não é a pós-graduação que eles querem — eles estão à cata de especialização, de aperfeiçoamento. A Universidade não oferece isso.

Wanderley Messias da Costa (da Associação dos Geógrafos) — Eu quero fazer algumas observações a respeito do documento-discussão, do sr. governador do Estado, que prevê uma reorganização do sistema universitário paulista e, por analogia, também as colocações feitas pelo professor Iray. Eu falo em nome pessoal, mas falo oficialmente em nome das associações docentes das três universidades paulistas. Em primeiro lugar, com relação ao quadro de crise, os docentes inicialmente têm a dizer

Ernest Hamburger

que reconhecem a existência de uma grave desarticulação no sistema universitário paulista. Mais do que a eventual dispersão geográfica das atividades universitárias, o que nos assusta — isto sim — é o alto grau de dispersão justamente da vida acadêmica e o alto grau de desarticulação que se verifica não apenas entre as três universidades, o que me parece evidente, mas dentro de cada uma, a nível de unidades e, fundamentalmente, a nível de departamentos. E, segundo, que do nosso ponto de vista, qualquer estratégia de articulação administrativo-funcional, como medida que vise a uma necessária integração desse sistema, deveria considerar as medidas administrativo-funcionais em busca de uma melhor racionalidade na gestão desse sistema. Julgamos que a rearticulação administrativo-funcional deve ser a porta de entrada, o coroadamento de um amplo processo de transformação profunda em cada uma das instituições. Essa seria, a nosso ver, uma condição prévia. Finalmente, com relação ao projeto de descentralização-regionalização, quero dizer que, apesar de geográfico e de conteúdo profundamente o Estado de São Paulo, não posso me considerar inteiramente ao lado do professor Iray com relação às suas propostas, ao seu diagnóstico e à sua avaliação a respeito da distribuição espacial, regional e territorial das atividades universitárias do Estado. Modernamente, ao contrário do que se dizia há quase um século, se insiste que deve interessar ao geógrafo muito mais a sociedade que habita os lugares e que cada vez mais se desloca, se homogeneiza, deixa de se relacionar verticalmente com os lugares e passa a se relacionar horizontalmente com todos os lugares, com os níveis de fluxos que alocações escala internacional. Me parece que esse raciocínio seria adequado a qualquer projeto que inclua a universidade, que se deseja universalizar, enquanto instrumento que expresse realidades nacionais e cada vez menos locais. Não existe demanda "geografizada" para o ensino superior no Estado de São Paulo. Portanto, não se pode falar em universidades regionais.

Iray Novaes Moraes — Eu sabia que ia aparecer uma geografia crua. Mas não fiquei triste com o que ele (Wanderley) falou não, porque ele disse que está tudo desarticulado e eu também concordo; da reorganização administrativa, eu já alterei que pode sair mais uma secretaria, mais uma burocratização. Isso é o perigo.

(A citação, pelo professor Iray, de uma pesquisa indicando que 51% dos alunos da USP são filhos de analistas, provocou certa polêmica no auditório. Uma das contestações foi feita pelo professor Ugoiza Borges, da Unesp, que pediu um esclarecimento, afirmando que "a estatística contradiz totalmente o conhecimento que tenho da USP, há 12 anos".

A resposta do professor: Iray Novaes Moraes — Esse dado de 51% nasceu de um questionário que eu assumi a diretoria de saúde da universidade eu fiz aos alunos ingressantes. Esse questionário foi posto no computador. E a veracidade dele está no seguinte fato: ninguém dá um demérito para o seu pai, muito menos dizer que ele é analista ou de curso primário. Agora, o interessante é que esses dados foram confirmados no ano seguinte. E aos quatro anos em que fiquei ali, quando o professor Rêde foi reitor, eu mantive esse levantamento, que não se alterou.

ANEXO B — Contra o Aniquilamento da Universidade Pública — FSP 29/03/1988

FOLHA DE S. PAULO

Terça-feira, 29 de março de 1988 — EDUCAÇÃO E CIÊNCIA — A. 15

Diretor do CTA quer adiar programa espacial por 3 anos

Do Sescal de Vale do Paraíba

O maior-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos Boavista Accioly, 56, diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), órgão do Ministério da Aeronáutica situado em São José dos Campos (105 km a nordeste de São Paulo), defendeu ontem, em entrevista exclusiva à Folha, um adiamento de três anos no prazo da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB). Segundo ele, o cronograma original da missão, que previa o lançamento do primeiro satélite nacional no ano que vem, "dificilmente será cumprido".

Para o diretor do CTA, a "data não tem tanta importância", já que "nem os recursos (de pessoal e financeiros) planejados, nem os equipamentos necessários, estão disponíveis".

De acordo com o diretor do CTA, a "data possível" para o lançamento dos dois primeiros satélites nacionais, com os recursos hoje disponíveis, seria o ano de 1992.

Inpe recebe notícia com surpresa

Do Redução

"Esta notícia me fez sentir quase um desmaio". Assim reagiu Aydonio Carriell, diretor da MECB do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe, em São José dos Campos) ao ser informado de que o brigadeiro Luiz Carlos Accioly havia proposto o adiamento por três anos do programa. "O Inpe não considera vantajoso nem tem interesse em um adiamento de três anos", afirmou Carriell, 42. O diretor da MECB acha que, em 1992, outros países da América do Sul poderão já ter lançado seus satélites, deixando o Brasil para trás.

Segundo a divisão de atribuições do governo para a liberação de verbas suplementares, porque "tem confiança" em que os recursos alocados para o projeto serão suficientes para o lançamento dos dois primeiros satélites, o governo e o maior interessado no desenvolvimento da MECB e Inpe não se opõem.

Quando a deficiência de pessoal, o diretor do CTA, disse que o órgão precisa contratar mais com técnicos este ano, para se juntarem a outros que já trabalham na missão. Segundo Accioly, dentro de dois ou

três anos, o CTA terá que dobrar seu pessoal envolvido com o desenvolvimento do VLS. Por enquanto, o órgão continua "amarrado" à determinação do governo, que proibiu contratações em nível federal.

As dificuldades enfrentadas pelo CTA contrariam um compromisso assumido publicamente, no final do ano passado, pelo presidente José Sarney, de garantir um discurso emocionado sobre "recursos para a missão espacial" e que "o primeiro satélite nacional seria lançado em 89". O discurso foi feito na inauguração do Laboratório de Foguetes e Testes, do Instituto de Pesquisas Espaciais, também em São José dos Campos, onde está sendo montado e testado o primeiro satélite nacional.

Além disso, o brigadeiro Accioly anunciou que no segundo semestre deste ano serão iniciados os testes da nova base nacional de lançamento de foguetes, que está sendo construída em Alcântara, no Maranhão. Segundo ele, o CTA terá que desenvolver os foguetes da família Sonda (2 e 3).

O diretor do CTA afirmou que os testes são para capacitação do pessoal que irá trabalhar nas instalações, que, em parte, será deslocada da Base do Inferno, em Natal (RN). É a partir da base de Alcântara que deverá ser lançado o primeiro satélite nacional.

O foguete Sonda-3 é lançado da plataforma da Base do Inferno, RN

Reitores discutem sistema de avaliação

Do Sescal de Campinas

Reitores de universidades europeias e latino-americanas que participam em Campinas (100 km a noroeste de São Paulo) do 2º Encontro Internacional de Reitores, promovido pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirmaram estar preocupados com avaliações acadêmicas, que visam o aperfeiçoamento dos docentes, a melhoria da qualidade da pesquisa e do ensino.

O reitor da Universidade de Würzburg, na República Federal da Alemanha, Teodor Berchen, presidente da Conferência dos Reitores Europeus, disse que "os europeus não estão convencidos de que tudo está perfeito" em seus países, onde é preciso intensificar pesquisas e melhorar a qualidade dos trabalhos dos professores. Na Alemanha, somente após obter o título de doutor o professor pode dar aulas. O principal aspecto no currículo é o número de convites com propostas financeiras.

com 350 mil alunos—, Mario Ruiz Massieu, explicou que nos concursos são levados em consideração o número e a qualidade das publicações de cada professor. As avaliações são feitas por uma comissão formada por professores catedráticos que estão decidindo se o professor vale ou não de categoria.

Quando a deficiência de pessoal, o diretor do CTA, disse que o órgão precisa contratar mais com técnicos este ano, para se juntarem a outros que já trabalham na missão. Segundo Accioly, dentro de dois ou

três anos, o CTA terá que dobrar seu pessoal envolvido com o desenvolvimento do VLS. Por enquanto, o órgão continua "amarrado" à determinação do governo, que proibiu contratações em nível federal.

As dificuldades enfrentadas pelo CTA contrariam um compromisso assumido publicamente, no final do ano passado, pelo presidente José Sarney, de garantir um discurso emocionado sobre "recursos para a missão espacial" e que "o primeiro satélite nacional seria lançado em 89". O discurso foi feito na inauguração do Laboratório de Foguetes e Testes, do Instituto de Pesquisas Espaciais, também em São José dos Campos, onde está sendo montado e testado o primeiro satélite nacional.

Escolas adotadas — O governador Orestes Quércia anunciou ontem que pretende iniciar um projeto, chamado "Sistema Nacional de Avaliação da Qualidade da Educação", para avaliar a qualidade da educação em todo o Estado. A ideia é criar um grupo de especialistas em educação que avaliarão a qualidade da educação em todo o Estado. A ideia é criar um grupo de especialistas em educação que avaliarão a qualidade da educação em todo o Estado.

Quando a deficiência de pessoal, o diretor do CTA, disse que o órgão precisa contratar mais com técnicos este ano, para se juntarem a outros que já trabalham na missão. Segundo Accioly, dentro de dois ou

Agenda de Educação e Ciência

Ampliação A FUSP — O Conselho de Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FUSP) decidiu ampliar o curso de Filosofia em 1988. A ampliação será feita através da criação de novas disciplinas e da contratação de novos professores.

Colônia de férias — O Conselho de Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FUSP) decidiu ampliar o curso de Filosofia em 1988. A ampliação será feita através da criação de novas disciplinas e da contratação de novos professores.

Reitoria da FUSP — O Conselho de Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FUSP) decidiu ampliar o curso de Filosofia em 1988. A ampliação será feita através da criação de novas disciplinas e da contratação de novos professores.

Legislação sobre escolha está no Senado

Do Sescal de Brasília

O Senado pode decidir ainda hoje, por acordo de lideranças, se aprova o regime de urgência para apreciação e votação do projeto de lei 313, de deputado federal Vitor Falcão (PDS-RS), que altera as disposições da legislação em vigor sobre o processo de escolha dos reitores das universidades públicas e elimina a atual proibição de reeleição para este cargo. O texto, aprovado na Câmara na última quinta-feira, será lido a partir das 10h30 no plenário do Senado. Se houver acordo entre as lideranças, entre a pauta de votação com prioridade de apreciação e prazo de tramitação reduzido, podendo ser aprovado, rejeitado ou receber emenda. Se não houver acordo, o projeto será arquivado por prazo indefinido para apreciação.

Ontem, o secretário-geral da Mesa Diretora do Senado, Norberto Nunes Cardoso, disse que o projeto deverá ser votado logo após os feriados da Semana Santa (nos trabalhos do Congresso será o suplenção, a partir de quinta-feira). No gabinete da liderança a assessoria do líder Fernando Henrique Cardoso descreveu a possibilidade de acordo, já

Na Alemanha, reeleição é comum

Do Sescal de Campinas

A reeleição de reitores em universidades públicas brasileiras, como propõe o projeto de lei 313, é considerada uma violação da "democracia" pelo reitor da Universidade de Würzburg, da República Federal da Alemanha, Teodor Berchen. Em seu país, os reitores são eleitos através de uma assembleia, da qual fazem parte os professores titulares, os assistentes, os estudantes e um funcionário da instituição de ensino superior. Na Alemanha, onde o mandato de reitores pode ser de

quatro a oito anos, as gestões geralmente são de seis anos. No México, o reitor é escolhido por uma junta de governo formada por 15 docentes escolhidos pelo Conselho Universitário constituído por professores, alunos e diretores das universidades. O reitor pode ser reeleito apenas uma vez. O mesmo acontece no Equador, onde o reitor é escolhido por uma assembleia formada pelos principais professores da Universidade, alunos e funcionários. Uma norma adotada recentemente segundo o reitor da Escuela Superior Politécnica Nacional, Hubert Guevara, ocupando o cargo há 28 anos.

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

Na semana passada, quando o projeto ainda tramitava na Câmara, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crib), a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) e a Federação das Associações dos Servidores das Universidades Públicas (FAPUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

reus das Universidades Públicas (FUSP) manifestaram-se contra a aprovação do projeto. Na atual fase do trabalho, constituindo, a exemplo de que acontece na Alemanha, a decisão do Senado não tomada através de voto dos líderes, já que praticamente impossível reunir que os membros do Senado, 27 parlamentares).

CONTRA O ANIQUILAMENTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A Rede Federal de Ensino Superior Público e Gratuito encontra-se sob uma intensa campanha de difamação comandada pelo Ministério do Educação, pelos empresários do ensino, pelas correntes mais conservadoras do Estado.

Essa campanha é, na verdade, parte do esforço do governo e seus aliados para implantar seu projeto privatizante, elitista e anti-democrático para a Universidade Brasileira, seguindo dois caminhos básicos. Primeiro, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago. Segundo, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago.

Essa campanha é, na verdade, parte do esforço do governo e seus aliados para implantar seu projeto privatizante, elitista e anti-democrático para a Universidade Brasileira, seguindo dois caminhos básicos. Primeiro, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago. Segundo, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago.

Essa campanha é, na verdade, parte do esforço do governo e seus aliados para implantar seu projeto privatizante, elitista e anti-democrático para a Universidade Brasileira, seguindo dois caminhos básicos. Primeiro, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago. Segundo, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago.

Essa campanha é, na verdade, parte do esforço do governo e seus aliados para implantar seu projeto privatizante, elitista e anti-democrático para a Universidade Brasileira, seguindo dois caminhos básicos. Primeiro, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago. Segundo, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago.

Essa campanha é, na verdade, parte do esforço do governo e seus aliados para implantar seu projeto privatizante, elitista e anti-democrático para a Universidade Brasileira, seguindo dois caminhos básicos. Primeiro, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago. Segundo, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago.

Essa campanha é, na verdade, parte do esforço do governo e seus aliados para implantar seu projeto privatizante, elitista e anti-democrático para a Universidade Brasileira, seguindo dois caminhos básicos. Primeiro, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago. Segundo, a desmontagem da estrutura pública, com o corte de verbas, a redução forçada de pessoal e do rebaixamento do nível das aulas, para desse modo obrigá-los a dependerem do ensino privado e a implantação do ensino pago.

Em RO, docentes e estudantes estão em greve há 7 dias

Correspondente em Porto Velho

Há sete dias em greve de protesto contra a nomeação do suplente de deputado estadual e economista Alvaro Lustosa Pires, 29, como reitor da Universidade Federal de Rondônia (Unir), estudantes e professores estão impedidos de frequentar as dependências da instituição, que permanecem guardadas por uma corporação da Polícia Militar de Rondônia, armada "para manter a lei e a ordem", disse o reitor.

O reitor pré-temporário Alvaro Lustosa foi nomeado no último dia 21, pelo presidente José Sarney, por indicação do governador de Rondônia, Jerônimo Santana (PMDB), 54. Lustosa disse que está enfrentando com tranquilidade a resistência dos estudantes que querem eleger diretamente o reitor e que está aberto ao diálogo.

Cerca de 200 estudantes permanecem em frente da universidade há sete dias e prometem não sair e não voltar às aulas enquanto o reitor não abandonar a sede da Unir. Está prevista para hoje uma greve de fome, com duração de 24 horas, dos professores Marco Antonio Teixeira, 36, e Miguel Nogueira, 31, e dos estudantes Nairo de Oliveira Centin, 20, e Joelson Sampaio da Silva, 22. O reitor defende que sua nomeação é legal e "quem quiser contestar que vá ao presidente Sarney". "Fui nomeado para instalar um novo espaço de tempo no colégio da Unir e promover a eleição",

VOLTA AO MUNDO MOVIDA A GAS

Um membro da Expedição de Pesquisas Aerodinâmicas do Hemisfério Sul tenta o quinquagésimo dia balano do balão com que dois norte-americanos pretendem dar a volta ao mundo em 14 dias. Rowland Smith e John Petherick, os tripulantes, devem partir hoje os avarias a partir da cidade de Mendoza (Argentina). Eles estão em

ANDES — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ASSOCIAÇÕES DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

ANEXO B – Contra o Aniquilamento da Universidade Pública – FSP
29/03/1988

INFORME PUBLICITÁRIO

CONTRA O ANIQUILAMENTO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A Rede Federal de Ensino Superior Público e Gratuito encontra-se sob uma intensa campanha de difamação comandada pelo Ministério da Educação, pelos empresários do ensino, pelas correntes mais conservadoras do Congresso Constituinte.

Essa campanha é, na verdade, parte do esforço do governo e seus aliados para implantarem seu projeto privatizante, elitista e anti-democrático para a Universidade brasileira, seguindo dois caminhos básicos. Primeiro, fortalecendo as empresas de ensino, com apoio oficial e verbas públicas. Segundo, estrangulando as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES através do corte de verbas, da redução forçada de pessoal e do rebaixamento real dos salários, para desse modo obrigá-las a dependerem da venda de serviços a empresas privadas e órgãos estatais, com a consequente supressão da autonomia universitária e a implantação do ensino pago. Para serem alcançados esses objetivos, é essencial eliminar o processo de democratização nas IFES, que fortalece a capacidade de resistência da comunidade universitária em defesa do ensino público e gratuito.

É nesse quadro que devem ser entendidos os mais recentes ataques do governo ao ensino superior federal.

1) Acentua-se o estrangulamento financeiro das IFES. O MEC não cumpriu o compromisso assumido pela então ministro Bornhausen, de que as verbas para as IFES seriam 12,4% do seu orçamento global, em 1987. Ao mesmo tempo, o Ministro da Educação alardeia que as IFES absorvem 80% dos recursos do MEC, percentual que, conforme estudos exaustivos da ANDES com dados do Ministério da Fazenda e do próprio MEC, situou-se na verdade em 49,4% em 1987.

2) Começou uma escalada autoritária contra o processo de democratização nas IFES, com o governo rompendo o compromisso assumido publicamente por Tancredo Neves e mantido desde 1985 até agora pelo atual presidente da República, de nomear como reitor sempre o mais votado dos candidatos em eleições diretas na comunidade universitária. Na Universidade Federal da Bahia, os critérios acadêmicos e democráticos para escolha do reitor foram substituídos pelo clientelismo político-partidário, com a nomeação, por indicação de uma ala do Centrão, do quinto colocado nas eleições diretas realizadas pela comunidade. Diante do repúdio de professores, estudantes e funcionários à intervenção a que a UFBA está, de fato, submetida, agentes da Polícia Federal, armados, ocuparam o prédio da reitoria, servem de escolta ao interventor, circulam em veículos da universidade. A luta contra a intervenção e pela posse da candidatura mais votada conta com amplo apoio da comunidade universitária e científica nacional e da sociedade civil.

A seguir, quando eram preparadas as eleições diretas para a escolha do reitor que substituiria o atual reitor pro-tempore da Universidade Federal de Rondônia, o governo, sem qualquer consulta à comunidade universitária, nomeou outro reitor pro-tempore. Em consequência, professores, estudantes e funcionários da UFRO lançaram-se à luta contra a intervenção em sua universidade e pelo direito à democracia. A partir de 27 de março, o prédio principal do campus encontra-se ocupado por soldados armados da Polícia Militar.

3) Através dos Decretos 95.682 e 95.683, com os quais o governo diz pretender reduzir os gastos públicos, as IFES viram-se impedidas de realizar concursos públicos para contratar pessoal até mesmo para substituir docentes aposentados, falecidos ou que se demitiram, além de professores já concursados terem impedida a efetivação de sua contratação. Como resultado, são inúmeras as faculdades em todo o país que vêem impossibilitado o funcionamento de seus departamentos, deixando sem aulas centenas de alunos.

4) Hoje, é público e notório que o MEC é comandado pela SEDAP (antigo Ministério da Administração), limitando-se o Ministro da Educação à propaganda pró-privatização do ensino superior e à promoção de interesses político-partidários regionais. Com isso, a SEDAP transfere para as IFES, sem concurso, centenas de funcionários egressos de outros órgãos, adultera sucessivamente o Plano de Carreira de Docentes e Funcionários, converte em gratificações parte dos salários, rebaixando-as, elimina melhorias duramente conquistadas, busca submeter administrativamente os reitores.

5) Ocultando as principais causas dinâmicas do déficit público — o componente financeiro da dívida pública e o pagamento da dívida externa —, o governo, após intensa campanha propagandística buscando responsabilizar os salários do funcionalismo federal pelo déficit, prepara-se para congelar salários suspendendo os reajustes pela URP. Com isso, ao lado do ataque ao funcionalismo, o governo pretende também atingir mortalmente as IFES, cujos docentes pretende-se forçar a abandonarem a universidade ou a se submeterem a agentes financiadores.

Os docentes da Rede Federal de Ensino Superior não aceitam nem aceitarão o ataque desfechado contra o ensino superior público e gratuito pelo governo federal, pelo Centrão, pelas empresas mercantilizadoras do ensino. Por isso, o dia de hoje foi marcado como o **Dia Nacional de Protesto em Defesa da Universidade Pública e Gratuita e de seu Processo de Democratização**. A EDUCAÇÃO É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO. Por isso, os docentes, como toda a comunidade universitária, lutam e lutarão, como o fizeram sob o regime militar, pela preservação e desenvolvimento de uma UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, AUTÔNOMA, DEMOCRÁTICA E COMPETENTE.

Brasília, 29 de março de 1988.

ANDES — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR
ASSOCIAÇÕES DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS
DE ENSINO SUPERIOR

ANEXO C – A Estrela dos Anos 80

UFSCar: onde era uma fazenda, a convivência democrática rende seus frutos em qualidade de ensino e pesquisa

Educação

A estrela dos anos 80

Em São Carlos, uma universidade que pesquisa o nióbio e mantém um banco de genética promete brilhar até o fim da década

Um edital de convocação de novos professores, discretamente publicado em janeiro por dois jornais de São Paulo, fez despencar sobre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a 238 quilômetros de São Paulo, uma avalanche de 770 currículos. Seria apenas mais um sinal de que a recessão chegou ao ensino superior se entre a multidão de candidatos não cintilassem catorze professores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e 28 da Universidade de São Paulo (USP) — as duas mais luminosas estrelas da rarefeita constelação acadêmica nacional. Agora, entre elas, aponta, com crescente fulgor, a própria Universidade Federal de São Carlos, com 425 professores e 2 108 alunos.

“Ela se projeta como a Unicamp dos anos 80”, vaticina o ex-ministro da Edu-

cação Ney Braga, atual governador do Paraná. Existem, de fato, fortes semelhanças entre essas duas beneficiárias da interiorização da inteligência operada em São Paulo na última década. O reitor da UFSCar, William Saad Hossne, costuma ser definido entre seus pares como “uma edição revista e atualizada de Zeferino Vaz”, o inspirador e timoneiro da Unicamp, a estrela dos anos 70. A exemplo de Zeferino, também Saad, um médico, pesquisador e professor de cirurgia, de 54 anos, parece ter compreendido que os educadores são profissionais. “O educador deve ser avaliado, antes de tudo, pela qualidade de sua produção cultural e científica”, decreta Saad, reitor em São Carlos desde 1979.

PROCISSÕES DE CÉREBROS — Com ex-

ceção das universidades federais de Brasília e Viçosa (Minas), nenhuma outra oferece salários superiores aos da UFSCar. Ali, um professor ganha até 165 000 cruzeiros por mês — e mesmo um ajudante de cozinha do restaurante do *campus* recebe salários de 35 000 cruzeiros. Nas gavetas dos quatro centros que dividem o território acadêmico — Centro de Educação e Ciências Humanas; o de Ciências e Tecnologia; o de Ciências Biológicas e da Saúde; e o de Letras e Artes —, que ali englobam treze “departamentos”, como são chamadas as antigas faculdades, repousa a reivindicação de 73% de aumento sobre os atuais salários. Na USP, o máximo que um professor consegue ganhar é 145 000 cruzeiros. Por sua vez, São Carlos, com seus 120 000 habitantes, reserva algu-

ANEXO C – A Estrela dos Anos 80

mas comodidades culturais a quem quiser trocar uma vida mais movimentada pela tranquilidade de uma comunidade do interior: tem dois teatros, cinco cinemas, sete livrarias, dez bibliotecas públicas e vinte botecos que, à noite, se convertem em ringues da libação e da polêmica da *Intelligentsia* universitária. "Isso aqui é a Atenas paulista", garante o ufanista vereador Syllas da Silva Rosa, do PDS. São Carlos, um município que vive da pecuária e da agroindústria, tem ainda um clima privilegiado, "com temperatura agradável o ano todo", segundo define o vereador Syllas.

Atraídas por tais vantagens, procissões de cérebros convergem para a UFSCar. Este mês começa a lecionar ali o professor Antônio Cândido de Mello e Souza, que se aposentou da USP mas resolveu retomar o magistério da teoria literária. Ele estreará com um curso sobre literatura e sociedade na América Latina. "É como se começasse tudo de novo", diz Antônio Cândido. Já se encontram em São Carlos, por exemplo, o filósofo Bento Prado Junior e o cientista Pedro Magalhães Lacava, um expoente da área da energia alternativa. O ecologista José Galizia Tandisi, solitário representante da América Latina na Sociedade Internacional de Limnologia (estudo das águas interiores de um continente), com sede nos EUA, trocou a estabilidade funcional selada por dez anos de trabalhos no Instituto Oceanográfico da USP pelo contrato com base na CLT que a UFSCar, tecnicamente uma fundação, assina com seus professores.

"O ritmo de trabalho no campus acompanha a escalada dos salários", diz Lacava. Dos 425 professores, cuja média de idade é de apenas 33 anos, 92% trabalham em regime de dedicação exclusiva, quando na USP, a maior e mais importante universidade brasileira, só 53% dos professores dedicam-se em tempo integral ao ensino. Em 1980, registraram-se na UFSCar 25 defesas de tese de mestrado, treze de doutoramento e uma de livre-docência. Na USP, ocorreram 160 defesas de tese de mestrado, sessenta de doutoramento e cinco de livre-docência. Mas a USP tem vinte vezes mais alunos que a UFSCar. As turmas de alunos, em São Carlos, reúnem entre

trinta e cinquenta universitários. No ano passado, coube à UFSCar a minguada verba federal de 425 milhões de cruzeiros, 75% dos quais consumidos em despesas com pessoal, o que a torna a 28.^a universidade federal do país em volume de recursos — a 28.^a em recursos mas, segundo o reitor Saad, a oitava em qualidade de pesquisa. Tanto nos cursos de graduação como de pós-graduação, a média é de um professor para cada cinco alunos. Aqui também São Carlos está na vanguarda. A média na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a maior organização federal de ensino superior do Brasil, não passa de um professor para doze alunos.

EMPATIA VANTAJOSA — "Isso começa a produzir na UFSCar uma mudança na relação tradicional professor-aluno e aluno-professor", constata Alfredo Marques, que cursa o segundo ano de graduação de Química. "Já há mais democracia interna." Essa inovação pode ser creditada sobretudo a Saad, que a incluiu em sua nutrida bagagem de idéias, quando se

deslocou, em 1979, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto para São Carlos. "Sempre que posso, encareço aos estudantes a necessidade de se aglutinarem em grupos de quatro ou seis em torno de um orientador com o qual possam ir ao teatro, para depois discutir a peça", diz Saad. "E isso vale tanto para os cursos de pós-graduação como de graduação, pois a empatia é vantajosa para todo mundo."

Liberal convicto (veja o quadro na página 56), Saad responde às críticas dos estudantes à comida do restaurante do campus ("Às vezes ela dá dor de barriga", dizem eles) almoçando ali pelo menos uma vez por semana. Ele provavelmente tropeçaria em dificuldades insuperáveis se dirigisse uma universidade nos

...Saad come no bandejão

Os estudantes criticam a comida que...

tempos do Decreto-Lei n.º 477. Agora, consegue conviver em paz com os cerca de 200 ativistas da Convergência Socialista que controla o DCE com o codinome de Novo Rumo. O mesmo acontece com os cerca de trinta ativistas do semiclandestino MR-8 e os pelo menos dez da extrema direita. A trégua também foi encampada pelas associações dos docentes e dos funcionários, ambas controladas por simpatizantes ou militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). "O doutor Saad é um homem que me respeita, principalmente como trabalhador", diz o sergipano José Nunes de Andrade, carpideiro do campus, 26 500 cruzeiros mensais, que acumula a presidência da Associação dos Servidores da UFSCar e a do PT de São Carlos.

ANEXO C – A Estrela dos Anos 80

Em contrapartida, há dois anos não ocorrem greves no *campus*.

FOCOS DE INQUIETAÇÃO — “Saad é um reitor muito hábil no trato dos problemas políticos”, documenta Tarcísio Della Senta, secretário do ensino superior do MEC. “Ele demonstra muita perspicácia para perceber, com razoável antecedência, o caminho que será tomado pelos movimentos que ocorrem dentro de uma universidade.” Às vezes, porém, o reitor tem de refrear seu liberalismo. Dias atrás, mandou retirar do *campus* uma grande faixa na qual o PT convidava a população da UFSCar a filiar-se a seus quadros. “Se deixar essa faixa aí, terei de tolerar outras idênticas do PDS, do PMDB, do PP, do PDT e do PTB”, explicou Saad. Todos acharam que ele estava certo.

Logo depois de chegar à UFSCar, o reitor compreendeu que no DCE e nas associações de docentes e de funcionários localizavam-se os principais focos de inquietação universitária e converteu seus presidentes em interlocutores privilegiados. Assim, não se limitou aos feudos tradicionais da universidade, representados pelos conselhos e departamentos. “Saad fez o mesmo que Filipe, ‘o Belo’, no século XIII, quando destruiu os feudos tradicionais da época e elegeu novos parceiros para o diálogo”, diz Bento Prado. No começo, os conselhos e os departamentos ficaram enciumados, mas não demoraram a render-se à habilida-

de do chefe. Além de bom ouvinte, Saad não costuma deixar papéis sobre a mesa. Se a reivindicação é inviável, sobretudo se invade territórios proibidos do MEC, procura convencer seus interlocutores de que não convém sonhar demais.

“O problema é que, na medida em que melhora nosso diálogo com o reitor, as bases come-

Marques: “Já há mais democracia”

de fazer “demagogia” quando almoça ali e dizem que o sistema de transportes que serve a UFSCar “é caro e ruim”. Mais que a composição política, no entanto, o objetivo de Saad e seus professores é tornar a universidade eficaz do ponto de vista do ensino e da pesquisa. A UFSCar engatinhou com cursos de licenciatura em Ciências e em Física e de Engenharia de Materiais — o primeiro do gênero no Brasil —, e poucos meses depois já aprendera a andar com um equilíbrio raro na primeira infância. Hoje, a divisão de Metalurgia da Engenharia de Materiais dedica-se em tempo integral ao estudo do nióbio, um metal usado em sua forma pura ou em ligas com o aço, às quais confere excepcional resistência à corrosão e a temperaturas elevadas. O Brasil detém pelo menos 70% das reservas mundiais de nióbio. “Ajudamos nosso país a dominar completamente a tecnologia desse metal”, explica o professor Sílvio Manrich, da UFSCar. O Max Planck Institut, entidade alemã que a cada cinco anos mergulha na pesquisa de um minério estratégico para o futuro da humanidade, acaba de oferecer sua experiência e respeitabilidade a São Carlos para um estudo conjunto do nióbio no próximo quinquênio.

Vãos ambiciosos como o do nióbio fazem da UFSCar uma rota segura para trabalhos inacabados em outras universidades. Ao menos até agora não faltou dinheiro. As verbas do MEC podem ser desencorajadoras mas os cofres de São Carlos costumam ser irrigados com verbas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Assim, um dos docentes afastados da Universidade de Brasí-

Prado: fruto da abertura

çam a dizer que estamos curvando-nos a ele”, lamenta Lauriberto Paulo Belém, o “Feijão”, ex-presidente do DCE. Os estudantes enxergam nisso um “risco de enfraquecimento da liderança”. Mas, ao contrário de seus colegas de outras universidades, que se notabilizam pela veemência das reivindicações, não carregam um baú muito grande de queixas. Além da comida do restaurante do *campus*, acusam o reitor

Krieger: no “quinto banco genético do mundo”

FOTOS WAGNER BESSER

ANEXO C – A Estrela dos Anos 80

lia na crise de 1976, o professor Henrique Krieger, pôde concluir na UFSCar um trabalho que a transformou num importante centro internacional de pesquisa genética: montou ali um banco que fechou o ano de 1980 com um ativo de 11 000 amostras de soro e hemácias (glóbulos vermelhos do sangue) humanas devidamente congeladas. “Em material biológico, só existem outros quatro no mundo”, garante o professor.

AVENTURA ACADÊMICA — Do total de amostras, 1 700 resultaram de coletas em uma região do nordeste, onde, segundo Krieger, a população exibe as mesmas características da que viveu na Idade Média: baixa mobilidade geográfica e altíssimas consanguinidade, fertili-

dades Biológicas e da Saúde, é semelhante à de Krieger. Trazido de Jaboticabal, no interior de São Paulo, onde dirigia o Departamento de Microbiologia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, ele arrastou na viagem atrevidas experiências na produção de metano, por meio de resíduos domésticos, como substituto do gás liquefeito.

Alguns estudantes acham pouco. “Uma universidade com as potencialidades da nossa devia ter muito mais coisas de que se orgulhar”, diz Luiz Moretti, estudante de Biologia e naturalista convicto. Ele acaba de conseguir que o restaurante do *campus*, por exemplo, passe a oferecer arroz integral “e não mais o puro amido do arroz branco habitual”. A maioria dos alunos reco-

tem. São Carlos carece, por exemplo, de cursos como Arquitetura e Urbanismo, Medicina, Economia, Agronomia e Veterinária — apesar de o município de São Carlos, de forte tradição pecuária, ter sido o berço da mais notável raça bovina nacional, o gado canchim.

GASTANDO MENOS — Ao desembarcar na reitoria, Saad já encontrou a UFSCar na pista de decolagem. Desde 1975 a universidade possui uma Assessoria de Planejamento e uma Divisão de Obras que mobilizam juntas 185 pessoas e cuidam não só do planejamento arquitetônico do *campus* como da construção de seus prédios, passando pela confecção de mesas, caixilhos, grades, cadeiras, lousas, equipamentos para laboratórios de pesquisas e até blocos de concreto: diariamente, a UFSCar fabrica para consumo próprio cerca de 2 000 blocos de concreto. “Com isso evitamos perder tempo em demoradas licitações públicas e gastamos muito menos dinheiro”, diz o arquiteto Enaldo Marques, chefe da Assessoria de Planejamento. Nos últimos quatro anos, para a construção de 25 000 metros quadrados de novos prédios e de toda a infra-estrutura urbana do *campus* (água, esgoto, telefone, pavimentação), foram consumidos 80 milhões de cruzeiros, o que representou um custo médio de 3 000 cruzeiros o metro quadrado por área construída. Se a UFSCar contratasse os serviços de uma empreiteira de fora, como fazem todas as outras universidades, teria de desembolsar mais 60 milhões de cruzeiros.

Manrich: “Ajudamos o Brasil a dominar a tecnologia do níbio”

dade e mortalidade infantil. Boa parte procede de uma das regiões de Minas Gerais mais castigadas pelo mal de Chagas e se destina ao estudo dos mecanismos que causam os diferentes sintomas apresentados pelas pessoas infectadas pelo *Trypanosoma cruzi* (barbeiro) — muitas delas, apesar de picadas, não padecem jamais das cardiopatias típicas do mal de Chagas. Krieger e sua equipe suspeitam de que, por força de um mecanismo genético ainda desconhecido, os membros de uma mesma família tendem a reagir de forma semelhante à picada do barbeiro. Se isso for confirmado, eles acreditam que haverá uma revolução no que se conhece até hoje sobre o mal de Chagas.

A aventura acadêmica do cientista Lacava, atual chefe do Centro de Ciên-

nhece, no entanto, que algumas deficiências são naturais numa universidade que, criada em 1960 mas efetivamente implantada em 1970, tem pouco mais de dez anos.

Assim, a UFSCar ainda não se destaca em todas as áreas. Também são fortes os cursos de Física, Química e Ecologia. Mas existem áreas, como Engenharia Civil e Pedagogia, nas quais a UFSCar não tem a menor expressão na comunidade universitária. E outras simplesmente inexis-

Lacava: experiências na produção de metano

ANEXO C – A Estrela dos Anos 80

Coral: uma reivindicação que a reitoria atendeu...

...para completar a formação e o lazer dos estudantes

O próprio desenvolvimento físico da UFSCar tem seus padrões reconhecidos como sendo de qualidade superior. A mesma equipe que os projetou foi contratada para desenhar os *campi* das universidades do Acre, Alagoas e Maranhão. "Em São Carlos, desenvolvemos um *campus* que se transformará, no futuro, num grande conjunto urbano, mas que facilitará os encontros entre as pessoas", explica o arquiteto Hugo Lucini. "Pois um estudante de Engenharia Civil tem muito a ver com um de Pedagogia." Os prédios são simples, funcionais, sem luxo, e margeiam um grande eixo central e dois secundários menores.

ATMOSFERA LIBERAL — Ressaltam os professores da UFSCar que, na verdade, o caminho de Saad foi preparado por seu antecessor na reitoria, o professor Luiz Edmundo Magalhães. Este, também um liberal e humanista, antecipou-se à abertura política com a contratação de professores punidos nos tempos do AI-5. Um deles foi Bento Prado, fulminado pela aposentadoria compulsória na USP em 1968. Magalhães, amigo pessoal do à época ministro da Educação Ney Braga, conseguiu manter em banho-maria o impac-

to político representado pela contratação de punidos. Mas, segundo o próprio Bento Prado, "Saad apertou o acelerador". Contagiado pela atmosfera liberal que envolveu sua escolha — numa eleição secreta, professores, estudantes e funcionários da UFSCar incluíram seu nome na lista sêxtupla encaminhada à Presidência da República —, ele provou que é possível e eficaz governar o *campus* com métodos democráticos. No cargo, decidiu que as listas tríplices das quais saem os chefes de centro e diretores de departamentos resultariam do voto direto e secreto da comunidade acadêmica. "Saad sabe usar muito bem a flexibilidade que lhe permite a figura jurídica da fundação", observa Della Senta, do MEC.

"Quando estão com a razão, os estu-

dantes sempre são atendidos", diz o reitor. Fiel a esse princípio, teve de contratar, no ano passado, um maestro e um professor de teatro para dar aulas fora do período escolar. Depois de uma pesquisa promovida entre os estudantes, o maestro organizou um coral e um curso de flauta, frequentado no momento por trinta alunos. A população de São Carlos, que nos fins de semana tranforma o *campus* da UFSCar em seu principal centro de lazer, é frequentemente surpreendida por grupos de universitários que ensaiam sobre a grama cânticos gregorianos ou sopram em flautas peças de Mendelssohn. À noite, cientistas que pesquisam o nióbio podem ser vistos numa sala de aula onde, como alunos, frequentam o Curso de Filosofia Política de Maquiavel a Gramsci, que a universidade oferece gratuitamente. Entre os 54 inscritos e trinta ouvintes estão, ainda, dois pós-graduados em Física.

"Os alunos desta universidade percebem a necessidade da cultura geral e da educação pela arte, coisa rara nas outras universidades brasileiras", constata Fábio Cintra, o maestro, formado pela USP. O professor dos três núcleos de teatro em funcionamento, André Galesso, garante que, "quando

O DCE reunido no *campus*: diálogo com o reitor e problemas na base

ANEXO C – A Estrela dos Anos 80

Divisão de Obras: da mesa ao tijolo, para economizar 60 milhões de cruzeiros

a gente quer fazer uma excursão, é só pedir à reitoria e terá gratuitamente a condução e a comida". Galesso já apresentou vinte vezes a peça "A Casa de Bernarda Alba", de Federico García Lorca, uma delas na cidade de São Paulo. No elenco, uma maioria de alunos dos cursos de Matemática e Química.

"A Casa de Bernarda Alba" foi ape-

nas uma das numerosas promoções culturais que a UFSCar já montou, com portas franqueadas também ao público em geral — a população de São Carlos, por sinal, é particularmente assídua a tais espetáculos. "Antes da Federal não tínhamos nada disso", diz Maria Lerri, dona de uma pensão para estudantes. "Federal" é como a maioria

das pessoas chama a UFSCar, para distingui-la do *campus* avançado que a USP mantém em São Carlos. "Quando a gente queria ver um bom filme", completa Maria, "precisava ir a Campinas ou a São Paulo porque aqui só passava porcaria". Em 1980, a UFSCar patrocinou seis espetáculos de balé, doze exposições de artes plásticas e mais de sessenta sessões de cinema, além de ciclos de estudos e reuniões de debates.

O fato de a UFSCar ser uma fundação favorece essa polivalência. Em parte estimulado pela experiência de São Carlos, o ministro Rubem Ludwig, da Educação, encomendou ao Conselho Federal de Educação um programa que transformará as dezenove universidades federais autárquicas do país em fundações. O ministro Ludwig acha que as fundações "permitem maior flexibilidade gerencial e asseguram uma política racional de gastos". Mas, para o ex-ministro Ney Braga, "a UFSCar também deve sua flexibilidade ao fato de ser uma universidade pequena". Ney Braga é um fã de São Carlos: "Torço sempre para que a UFSCar continue dando certo".

J. A. DIAS LOPES

Um reitor para os tempos de abertura

Um mulato franzino, mancando de uma perna, entrou recentemente no gabinete do reitor William Saad Hossne com uma queixa: achava uma injustiça ter sido descontado por faltar ao serviço, já que estava com a perna machucada. Saad prometeu providências. Poucas horas depois, ouviu outra queixa — agora formulada, por telefone, pelo chefe da Divisão de Obras do *campus*: "Assim ninguém mais vai trabalhar por aqui. O mulato que o senhor recebeu diz que qualquer problema é só falar com ele, que é amigo do reitor".

O incidente reflete, de modo exemplar, a informalidade que marca o estilo de Saad, um filho de modestos imigrantes sírios e torcedor do Corinthians, que hoje leva a fama de ser um figurino perfeito para os reitores dos tempos de abertura. Formado em 1951 pela Faculdade de Medicina da USP, Saad trocou doze anos depois a concorrida clínica de cirurgia em São Paulo pelo magistério na Faculdade

Saad: nem se lembra em quem votou em 1978

de Medicina de Botucatu, que deixou em 1979 para assumir a reitoria de São Carlos. "No fundo, sou apenas um professor que gosta de lecionar e pesquisar", explica. Pesquisador aplicado, já ganhou oito prêmios da Academia Nacional de Medicina, com

mais de 200 trabalhos publicados. De 1964 a 67 e de 1975 a 79, Saad acumulou, ainda, a direção científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e foi ali que suas qualidades de administrador eficaz começaram a ser notadas pela comunidade acadêmica.

Aos 54 anos, Saad gosta de saborear, além de cálices de vinho branco, a música de Vivaldi e de Paulo Vanzolini. Continua a morar em Botucatu, a 150 quilômetros de São Carlos, com a mulher e os quatro filhos. Apaixonado por ficção científica, na semana passada terminou de ler "O Homem Bicentenário", de Isaac Asimov. "A coisa que menos me interessa é a política",

diz. Mas dá respostas que certamente lhe garantiriam uma carteirinha do antigo PSD: "Nem me lembro em quem votei nas últimas eleições". O mulato que irrompeu na sala de Saad foi ouvido pelo Departamento Jurídico e recebeu o salário integral.

ANEXO D – Ministro diz que não pagará os grevistas – FSP 28/09/2001

C 6 sexta-feira, 28 de setembro de 2001

RIBEIRÃO

FOLHA DE S. PAULO

FEDERAIS Medida foi anunciada durante reunião com reitores um dia após o início de diálogo com os líderes do movimento

Ministro diz que não pagará os grevistas

LEILA SUWANN

DA SUCESSA, DE BRASÍLIA

Os servidores públicos e os professores das universidades federais, em greve a mais de um mês, não irão receber o salário de setembro. O anúncio foi feito pelo ministro Paulo Renato Souza em reunião com os reitores ontem, um dia após o início dos diálogos com os líderes do movimento.

Segundo os sindicatos, os representantes legais dos servidores e dos professores já apresentaram um pedido de medida cautelar na Justiça Federal de Brasília para evitar a suspensão do pagamento.

"Não está havendo corte de ponto, está havendo uma retenção do pagamento", explicou Paulo Renato. "Tão logo a greve termine, o pagamento será feito".

As folhas de pagamento dos servidores ativos e dos inativos — que receberam regularmente — estão separadas desde agosto. Se-

gundo o ministério, as universidades que informaram as faltas poderão pagar os servidores que não fizeram greve. Nos demais casos, o pagamento de professores e servidores ficará retido.

Antes disso, o ministro concordou em instalar grupos temáticos para debater as principais reivindicações dos servidores e professores em greve: a manutenção do regime jurídico único para as novas contratações nas universidades federais, a incorporação das gratificações nos salários e o reajuste de 75,48%.

O Ministério da Educação gasta R\$ 360 milhões mensais com as despesas de pessoal. Segundo o Ministério do Planejamento, não há verba para conceder o aumento reivindicado pela categoria.

"É uma traição do acordo", disse Roberto Leber, presidente da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior). Ele afirmou estar surpreso com a

decisão do ministro, porque o assunto não foi discutido na audiência anterior.

Segundo o ministro, a retenção salarial não foi debatida no encontro porque trata-se de questão legal. Segundo um decreto presidencial de 1995, a paralisação por parte de servidores públicos federais impede o pagamento de abonos e compensação e o período não pode ser computado para tempo de serviço.

Para o ministério, o decreto é válido até que seja elaborada a regulamentação de greve de servidores públicos. O governo quer negociar ainda a reposição das aulas perdidas nos dias de greve.

"O ministro vai se desvalorizar porque vai ter de fazer o pagamento e porque vai perder sua palavra para negociar no futuro", afirmou.

Segundo ele, o Judiciário não permitiu a suspensão dos salários durante a greve de 2000.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, discursando durante reunião com reitores de universidades

Reitores criticam retenção salarial

DA REPORTAGEM LOCAL

DA FOLHA DE RIBEIRÃO

Reitores ouvidos pela Folha consideraram positiva a reunião com o ministro Paulo Renato Souza. A decisão de reter o pagamento dos salários dos grevistas até o fim do movimento, no entanto, causou protesto.

O reitor da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e vice-presidente da Andes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Mozart Neves Ramos,

considerou a proposta "boa".

Segundo ele, além de atacar o "grande problema que a Andes (sindicato dos docentes) coloca", o Regime Jurídico Único (RJU), o ministro sinalizou com a possibilidade de incorporação de parte das gratificações ao salário.

"Foi um avanço, não obstante a questão dos salários", disse. O reitor afirmou esperar que a Andes dê, agora, "um passo em direção ao fim da greve".

Para Roberto Leber, reitor da UFCE (Ceará), a proposta de Paulo Renato repete o RJU em sua es-

sência, o que ele considerou "interessante". "Há a expectativa de volta ao trabalho dos servidores na semana que vem. No caso dos professores, não ficou claro."

A reitoria da UFSCar (São Carlos) considerou autoritária a medida de bloqueio dos salários. "É uma posição de força. Na greve passada, eles [o MEC] fizeram isso e as entidades de classe entraram com ações na Justiça e derrubaram", declarou o vice-reitor Romeu Cardozo Rocha Filho, 46.

Colaboração de Sucessa de Brasília

MORTE DE PREFEITO Carro pode ter sido usado em crime Polícia identifica três homens que estavam em Vectra apreendido

MÁRIO TONONCHI

FEE LANCE PARA A FOLHA DE CAMPINAS

A Polícia Civil de Campinas já identificou os três homens que podem ter sido utilizados no assassinato do prefeito Antonio da Costa Santos (PT), no último dia 10.

O Vectra pra que foi apreendido pela polícia pouco depois do crime, na avenida Mackenzie, ainda perto do local do assassinato.

Oficialmente, o delegado-secional, Osmar Porcili, diz que as impressões digitais encontradas no espelho retrovisor do Vectra ainda estão sendo utilizadas para confrontar com digitais de suspeitos. Ele não revela quantas impressões digitais já foram con-

frontadas no IC (Instituto de Criminalística) de São Paulo.

Para investigadores que trabalham no caso, a prisão dos acusados é iminente. O problema, para a polícia, é fazer a prisão de maneira exata, com a apreensão da pistola 9 milímetros usada no assassinato. Sem a arma, avaliam investigadores, a sustentação das acusações poderia ser prejudicada, sem um processo na Justiça.

Para Porcili, a construção das provas contra os três suspeitos, caso sejam encontrados, também pode ser feita através de depoimentos que a polícia mantém em sigilo. "Temos as provas técnicas das digitais que estavam no Vectra e outras provas testemunhais que são importantes."

Memo com a identificação dos três homens que estavam no Vectra, na linha de investigação de assassinato frustrado, também estão em andamento outras duas linhas de investigação: crime contra a pessoa do prefeito e crime com motivação política.

Também estamos investigando pessoas de dentro da prefeitura na linha de investigação de crime de motivação política", disse o delegado, sem dar detalhes.

A Folha confirmou com pessoas ligadas à investigação e à administração que o prefeito chegou a montar uma pequena rede de informações para poder suspender qualquer movimento nas secretarias e órgãos que levassem a suspeita de fraude.

SAÚDE Vigilância também constata medicamentos vencidos Hospital "sujo" de RS fez quatro perderem olhos após operação

LÉO GERCHMANN

DA AGÊNCIA FOLHA EM PORTO ALEGRE

Inspeção da Vigilância Sanitária no Hospital de Olhos Diógenes Martins Pinto, de Passo Fundo (RS), onde quatro pacientes perderam o olho após cirurgia de catarata, mostra que o local não seguia padrões adequados de higiene, além de deficiências no controle de infecções.

De acordo com relatório preliminar da Vigilância do Rio Grande do Sul, o hospital não pratica um programa de controle de infecções hospitalares, tem medicamentos vencidos e procede inadequadamente na desinfecção e esterilização dos equipamentos.

No último dia 6, os pacientes

Antônia Nazi de Oliveira Santos, 61, Celestina Maria Renosto, 45, Manoel Gonçalves, 88, e José Carlos Martins da Silva, 54, perderam o olho operado depois de uma cirurgia de catarata.

Laudo do laboratório de microbiologia da UFPE (Universidade de Passo Fundo) revelou que os quatro pacientes foram atingidos pela bactéria *Escherichia coli*, normalmente encontrada no intestino, mas que se propaga com facilidade.

A bactéria causa infecção e pode destruir rapidamente o tecido provocando danos irreversíveis. Uma das primeiras medidas da Vigilância Sanitária foi interditar o local para cirurgias. O órgão também constatou que o hospital não seguia suas orientações para

esterilização do material cirúrgico. Havia colírios, material anestésico e fios de sutura com prazo de validade vencidos.

Foi verificado também que a pia usada para lavar as mãos antes das cirurgias é a mesma que serve para limpeza dos materiais.

Outro lado

O assessor jurídico do hospital, Alcides Roque, afirmou que o estabelecimento fará algumas adequações para "aprimoramento", mas ressaltou não acreditar que as constatações da Vigilância Sanitária tenham sido a causa da perda dos olhos dos pacientes.

Segundo ele, outras cirurgias iguais foram realizadas com sucesso nas mesmas circunstâncias.

RIO Ele ia reclamar de atendimento

Aposentado invade sede do governo do Rio

DANIELA MENDES

DA SUCESSA, DO RIO

O roubo de um ventilador fez com que o aposentado Fideles Bento Miranda, 61, invadisse o Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio, com uma faca.

Ele, que ficou no local cerca de duas horas, queria falar com o governador, Anthony Garotinho (PSB), e, com a faca contra o próprio peito, ameaçou se matar se não fosse atendido.

Inconformado com o atendimento que lhe teria sido dado na 17ª Delegacia de Polícia, em São Cristóvão (zona norte), Miranda decidiu denunciar ao governador o suposto descalço com as investigações do furto de seu ventilador e do aparelho de som de um vizinho, ocorrido no dia 11 de junho deste ano.

Miranda chegou ao palácio, por volta das 10h, pedindo para falar com Garotinho.

A recepção informou que o governador estava em Brasília e seria necessário aguardar o encontro. Ele então pediu para ir ao banheiro.

Quando voltou, estava com

uma meia branca cobrindo o rosto e um punhal nas mãos, e começou a ameaçar se matar se não fosse atendido pelo governador.

O Bipe (Batalhão de Operações Especiais) foi acionado, e a área da recepção, isolada.

O episódio só teve fim, por volta das 12h, quando o secretário da Segurança, Josias Quintal, conversou por telefone com Miranda e prometeu empenho pessoal para resolver o caso.

O aposentado foi medicado com calmantes pelo Corpo de Bombeiros e encaminhado para exames psiquiátricos na Clínica da Córnea (zona sul).

O delegado titular da 17ª DP, José Renato Torres Nascimento, onde de Miranda registrou a ocorrência de furto, disse que ele "é uma pessoa nervosa, que fala muito rápido, mas nunca tinha partido para algum tipo de violência".

O delegado negou o mau atendimento e afirmou que todos os procedimentos legais foram abertos para investigar o furto.

Segundo ele, Miranda teria dito ainda que vinha sofrendo ameaças de supostos ladrones, incluindo uma hospedeira que ele administrava.

SAÚDE

Procon fiscaliza genéricos em 150 farmácias

FEE LANCE PARA A FOLHA DE VALE

O Procon de São José dos Campos inicia hoje um levantamento sobre a venda de medicamentos genéricos nas cerca de 150 farmácias do município. A previsão do órgão é que a pesquisa fique pronta em duas semanas.

De acordo com o órgão, não haverá dados precisos sobre o uso de genéricos na cidade.

Em todo o país, a estimativa do Ministério da Saúde é que 20% dos estabelecimentos farmacêuticos ofereçam o genérico.

A decisão foi tomada ontem, durante o encontro que discutiu o uso dos genéricos em São José.

O Procon (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor) coordenou uma reunião entre profissionais, empresas e entidades públicas e privadas ligadas à área da saúde.

Representantes da Vigilância Sanitária falaram sobre acesso, qualidade e preços dos medicamentos genéricos.

A Folha tentou ouvir ontem representantes da Associação das Farmácias de São José, mas ninguém foi encontrado para comentar a decisão do Procon.

PANORÂMICA

ORÇAMENTO

Marta diz que terá de negociar até com aliados

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), disse ontem que também terá de negociar com vereadores governistas, além da oposição, para conseguir aprovar a sua proposta orçamentária para 2002, entregue ontem à Câmara.

"As vezes a gente pensa que só tem de negociar com a oposição, mas, muitas vezes, você tem de negociar também com a situação", disse ela, ao ser questionada sobre a resistência de vereadores governistas, e da própria bancada do PT, a alguns pontos de sua proposta.

Os governistas protestaram contra a taxa alta de remanejamento — possibilidade de redistribuir rapidamente verbas do Orçamento sem consultar a Câmara. O projeto prevê índice de 12%, mas o PT sempre defendeu taxa de 1%.

No discurso aos vereadores, Marta reforçou a necessidade de rever os valores da renegociação da dívida com a União, que consome 13% das receitas do município. (DA REPORTAGEM LOCAL)

INFÂNCIA

OEA processa Brasil por assassinato e emasculação de 19 meninos maranhenses

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) está processando o Brasil em razão dos assassinatos de 19 garotos maranhenses, ocorridos entre 91 e 2000. Os meninos também tiveram os órgãos genitais cauterizados pelos assassinos.

A comissão vai investigar, como exemplo dos homicídios, o caso da primeira vítima da série, Randi Silva Cruz, 10. Ele foi assassinado entre os dias 17 e 22 de setembro de 91, no município de Paço do Lumiar, interior do Maranhão. O corpo, com os genitais mutilados, foi encontrado

coberto com palha em um sítio. A polícia indicou o proprietário desse sítio, Manoel Ovídio Leite Júnior, mas o inquérito acabou sendo arquivado no dia 26 de janeiro passado, sem que ninguém tenha sido responsabilizado pelo crime.

Todos os assassinatos apresentaram características semelhantes: as vítimas eram meninos pobres, entre nove e 15 anos, que moravam em áreas de ocupação irregular. Nenhum crime foi elucidado e ninguém foi punido. A OEA só age quando a justiça local não resolve o problema. (DA REPORTAGEM LOCAL)

MULTA

Estrangeiro em débito não poderá entrar no país. As polícias rodoviárias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná implantarão, de janeiro a março de 2002, um sistema informatizado para impedir a entrada de carros de turistas estrangeiros que não tenham pago multas sofridas no Brasil em outras temporadas. (DA REPORTAGEM LOCAL)

ILUSTRADA

Corpo de Walter Avancini é cremado no Rio. O corpo do diretor Walter Avancini foi cremado ontem à tarde no Rio. Avancini morreu antes de completar 40 anos, vítima de insuficiência respiratória. Além de familiares, estiveram presentes à cerimônia os atores Tati Araújo e Gláucia Cam, que estrearam na TV sob a direção de Avancini.

ANEXO D – – Ministro diz que não pagará os grevistas – FSP
28/09/2001

FEDERAIS Medida foi anunciada durante reunião com reitores um dia após o início de diálogo com os líderes do movimento

Ministro diz que não pagará os grevistas

LEILA SUWWAN

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os servidores públicos e os professores das universidades federais, em greve a mais de um mês, não irão receber o salário de setembro. O anúncio foi feito pelo ministro Paulo Renato Souza em reunião com os reitores ontem, um dia após o início dos diálogos com os líderes dos grevistas.

Segundo os sindicatos, os representantes legais dos servidores e dos professores já apresentaram um pedido de medida cautelar na Justiça Federal de Brasília para evitar a suspensão do pagamento.

"Não está havendo corte de ponto, está havendo uma retenção do pagamento", explicou Paulo Renato. "Tão logo a greve termine, o pagamento será feito."

As folhas de pagamento dos servidores ativos e dos inativos —que receberão regularmente— estão separadas desde agosto. Se-

gundo o ministério, as universidades que informaram as faltas poderão pagar os servidores que não fizeram greve. Nos demais casos, o pagamento de professores e servidores ficará retido.

Anteontem, o ministro concordou em instalar grupos temáticos para debater as principais reivindicações dos servidores e professores em greve: a manutenção do regime jurídico único para as novas contratações nas universidades federais, a incorporação das gratificações nos salários e o reajuste de 75,48%.

O Ministério da Educação gasta R\$ 360 milhões mensais com as despesas de pessoal. Segundo o Ministério do Planejamento, não há verba para conceder o aumento reivindicado pela categoria.

"É uma traição do acordo", disse Roberto Leher, presidente da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior). Ele afirmou estar surpreso com a

decisão do ministro, porque o assunto não foi discutido na audiência anteontem.

Segundo o ministro, a retenção salarial não foi debatida no encontro porque trata-se de questão legal. Segundo um decreto presidencial de 1995, a paralisação por parte de servidores públicos federais impede o pagamento de abonos e compensação e o período não pode ser computado para tempo de serviço.

Para o ministério, o decreto é válido até que seja elaborada a regulamentação de greve de servidores públicos. O governo quer negociar ainda a reposição das aulas perdidas nos dias de greve.

"O ministro vai se desmoralizar porque vai ter de fazer o pagamento e porque vai perder sua palavra para negociar no futuro", afirmou.

Segundo ele, o Judiciário não permitiu a suspensão dos salários durante a greve de 2000.

Reitores criticam retenção salarial

DA REPORTAGEM LOCAL

DA FOLHA RIBEIRÃO

Reitores ouvidos pela Folha consideraram positiva a reunião com o ministro Paulo Renato Souza. A decisão de reter o pagamento dos salários dos grevistas até o fim do movimento, no entanto, causou protesto.

O reitor da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e vice-presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Mozart Neves Ramos,

considerou a proposta "boa".

Segundo ele, além de atacar o "grande problema que a Andes [sindicato dos docentes] coloca", o Regime Jurídico Único (RJU), o ministro sinalizou com a possibilidade de incorporação de parte das gratificações ao salário.

"Foi um avanço, não obstante a questão dos salários", disse. O reitor afirmou esperar que a Andes dê, agora, "um passo em direção ao fim da greve".

Para Roberto Bezerra, reitor da UFCE (Ceará), a proposta de Paulo Renato repete o RJU em sua es-

sência, o que ele considerou "interessante". "Há a expectativa de volta ao trabalho dos servidores na semana que vem. No caso dos professores, não ficou claro."

A reitoria da UFSCar (São Carlos) considerou autoritária a medida de bloquear os salários. "É uma posição de força. Na greve passada, eles [o MEC] fizeram isso e as entidades de classe entraram com ações na Justiça e derrubaram", declarou o vice-reitor Romeu Cardozo Rocha Filho, 48.

Colaborou a Sucursal de Brasília

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados nesta seção não representam a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular a discussão dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

As novas relações internacionais

RICARDO SEITENFUS

O gosto extremo de pessoas ordinárias despertou bruscamente o mundo para a sua própria existência. Antes que os desdobramentos do ataque de 11 de setembro venham a marcar com ainda mais vigor as relações internacionais, já não visíveis alguns pontos de ruptura. Eles podem resultar numa evolução positiva, reforçando a cooperação internacional, ou negativa, com o avanço do nacionalismo, do maniqueísmo e da xenofobia.

Em primeiro lugar, a ideia de que a história havia acabado mostrou-se absurda: ainda há espaço para o inesperado, o curso do mundo não está definido. O determinismo com que todos os fatos eram apresentados deu lugar à incerteza. Nada é inevitável, a começar pelo atual modelo de globalização. Sendo assim, nenhuma submissão é obrigatória.

Não mundo em mutação, os gigantes pagam o preço de sua própria força. Não se trata de uma interpretação positiva do terrorismo, mas das simples constatações de que há elementos outros em jogo além dos fatores econômicos e que o determinismo é, antes, um argumento a sustentar o conformismo.

Em segundo lugar, a pauta de guerra da administração Bush foi atingida em sua essência. O presidente americano acreditou que poderia conduzir uma política externa à la carte, agindo com custo mínimo possível, guiado apenas por seus interesses imediatos.

Entre os exemplos dessa decisão política está a recusa em subscrever importantes convenções internacionais, como o Protocolo de Kyoto. Mas, sobretudo, há o incondicional apoio a uma das partes no gravíssimo conflito no Oriente Médio. Desabou com as torres gêmeas a ideia de que a paz é a guerra alheia. Uma eventual "paz dos cemitérios" entre israelenses e palestinos pode significar a guerra no Oriente. O estilhaço atroz de um conflito criado pela administração internacional nos anos 40, que ele deu início ao século XXI, talvez o horizonte do novo século.

Mais do que uma prova de que nenhum lugar do planeta é inocente, já que a própria superpotência foi atacada em seu coração financeiro e militar, o 11 de setembro é um desesperado apelo para que Washington seja mais do que o simples guardião do status quo.

Ora, Bush sai hoje da cidade e volta-se para a comunidade internacional, dirigindo-se inclusive a Cuba, com inéscita consciência de pertencer a um mundo interligado e dependente. Surge então a terceira questão: sobre que bases será construída essa nova consciência coletiva internacional?

É espírito a tentativa de infantilização do mundo por meio da ideia de guerra do bem contra o mal. É até compreensível que o piteiro Bush apresente o

É espúria a tentativa de infantilização do mundo por meio da ideia de guerra do bem contra o mal

mundo como um bom floresta. Mas os EUA já colaboraram com regimes políticos perversos, lançaram a bomba atômica e aceitaram de bom grado a miséria que seu sistema econômico provoca na maior parte do mundo. Nesse "casting", o papel de mocinho seria inverossímil. Por outro lado, a visão do bandido é fluida, aumentando o risco de atirar no próprio pé. Embora Osama bin Laden seja inimigo declarado dos EUA, estes apresentam dificuldades para obter provas cabais de sua participação no ataque de 11 de setembro. Sua fortuna pessoal, em termos de custo de operações militares, é insignificante. Ovírio que o financiamento provém de outras fontes e, mais importante, que há grupos autônomos decididos a agir.

E aqui surge a quarta questão: como pessoas comuns, de intuições quanto a elite ocidental, que fizeram seus estudos na Europa e desfrutaram do "american way of life", tornaram-se capazes de tais atos de barbárie? O terrorista diabólico, demente, ignorante e insouciant — como o pivô da imaginação ocidental — pode ser, na verdade, um homem gentil, inteligente e socialmente adaptado, que elabora com lucidez e precisão impressões sobre o golpe que vai ceifar a vida de milhares de inocentes, que planeja no seu cotidiano ordinário o gesto que marcará a história.

Os terroristas, ao cometerem um ato de inominável covardia, foram movidos, paradoxalmente, por uma coragem

impressionante, que, originando-se no fanatismo, é executada por meio do conhecimento e, portanto, de ciência. Talvez seja essa a mais terrivelmente incômoda constatação do episódio, pois mostra o quanto os serviços de inteligência são — e continuam sendo — incapazes de combater o terrorismo suicida. A única inteligência que pode evitar a barbárie não tem a ver com os clichês que orientam a CIA e o FBI.

O desafio é maior. Mais do que não obter a paz internacional, países como os EUA contribuem, em suas ações e omissões, para que a guerra e a injustiça perdurem em muitos rincões do mundo, conforme seus interesses estratégicos. Puteente exemplo está no apoio concedido pelos americanos aos próprios talibãs na luta contra os soviéticos.

Ora, não é a guerra ou o ataque ao mundo islâmico que cobrirá essa fúria. Uma reação militar indiscriminada do Ocidente só pode potencializá-la assustadoramente. De que adianta bombardear o Afeganistão?

A única forma de combater os terroristas não tem apelo eleitoral nem resultado rápido. É eleger a guerra, a miséria e a intolerância como inimigos. A predominância dos interesses econômicos que caracterizam a nossa época e a submissão do espaço político coletivo ao imperativo financeiro traz um benéfico restrito a poucos, fêlo e preceito. Somente o tratamento coletivo dos problemas da humanidade, com a predominância dos interesses do homem — e não de alguns homens —, construindo o império da solidariedade e do direito, pode opor-se às barbáries da nossa época — o terrorismo entre-las.

Ricardo Seitenfus é professor de Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Alta Estudos Internacionais (Univer), e professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e professor titular do Instituto de Alta Estudos da América Latina (Univer).

Nova York viverá

DANIEL AARÃO REIS

A 'Big Apple' tornou-se um dos símbolos do cosmopolitismo e do universalismo próprios da noção de ser humano

Entretanto, desde que foram proferidas, pela força mesma que tinham, aquelas palavras passaram a ser instrumentalizadas e desvirtuadas. Romances, filmes, peças de teatro e ensaios retrataram exaustivamente como, já desde fins do século 19, em nome da liberdade, da igualdade e da fraternidade, exércitos europeus e norte-americanos massacraram povos e sociedades.

Liberdade e igualdade, quantos crimes, quantas injustiças, quanta morte não foram cometidos em seu nome... Mas as palavras foram mais fortes do que todas as tentativas de desfiguração. Correspondiam a desejos muito profundos, sobrevivendo, insubordinando, movendo e recriando, inspirando e combatendo. Ao longo de todo o século 19 e do pavoroso século 20, com as suas medonhas guerras de extermínio, elas estiveram sempre presentes e, quando pareciam exterminadas, recuperavam-se. Graças a elas, para além das mazelas, das desigualdades e das injustiças, a humanidade construiu um mundo melhor, muito melhor (apesar dos sandaustos) do que aquele existente antes que elas tivessem sido proferidas.

Os que perpetraram os atos de terror contra a bela cidade de Nova York odeiam essas palavras. De anos civis, fizeram torpedos. De inocentes, fizeram instrumentos de morte. A felicidade,

des não a encontram na vida, mas na morte, porque acreditam que, para além dela, haverá uma terra de leite e mel. Concentram ancestrais ressentimentos contra a vida e não abrem perspectivas, ao contrário, fecham; não ampliam direitos, restringem-nos; e não universalizam princípios, mas instauram a luta de todos contra todos. E alimentam, no outro extremo, ódios e revanches implacáveis naqueles que sempre apreciaram uma guerra e nunca amaram Nova York; aqueles que, agora, em nome do bem e da paz agitando as bandeirinhas estreladas do nacionalismo exaltado, já atiam as suas facas e preparam as suas bombas para matar mais gentes e mais terras.

Esqueçam-se os que imaginam que o ataque a Nova York fere só os norte-americanos. O inventário das vítimas compreende povos e etnias de todo o mundo. Como as grandes revoluções contemporâneas, a "Big Apple" é grande demais, diversa demais para pertencer a um só povo, a um país só. Como outras grandes metrópoles do mundo, tornou-se um dos símbolos do cosmopolitismo e do universalismo próprios da noção mesma de ser humano.

É impossível ignorar que o mundo está prestes a entrar numa espiral infernal de violência insana. As velhas noções particularistas e excludentes, reunindo inimigos viscerais, de opostos extremos, tentaram uma vez alcançar e destruir as belas palavras de liberdade e de igualdade que asseguraram — e asseguram — o direito de cada um e de todos de buscar a própria felicidade. Dito que tenham visto.

Nova York viverá.

Daniel Aarão Reis é professor de História contemporânea da Universidade Federal Fluminense.

PAINEL DO LEITOR

O Painel do Leitor recebe colaborações por correio (al. Rua de Almeida, 425, 4º andar, São Paulo SP, CEP 01223-900), fax (011) 222-9444 ou e-mail (paleitor@fsc.com.br). Pode-se que se não viajam circulações e contribuições não são devolvidas, endereço, telefone e e-mail em mensagens por e-mail, anônimas. A Folha se reserva o direito de selecionar cartas e publicar trechos.

Atentados

"Impressionei-me por alguns representantes religiosos não-terroristas do Oriente Médio terem dito que será terrorismo oficial se os EUA usarem força militar para atacar terroristas e seus hospedeiros."

Pergunto: de que maneira eles querem que respondamos a esses facínoras contra o gênero humano ocidental? Com hambúrgueres, sorvidos, tipitichas ras cortas, alvencos largos e demorados?

Se os terroristas, seus patrocinadores e países simpatizantes não receberem o pagamento exemplar e justo por aquilo que fizeram contra a humanidade, dentro de pouco tempo teremos uma segunda — ou mais — versão do que aconteceu com as torres.

Os responsáveis diretos e indiretos terão de pagar o preço moral e indenizar os prejuízos dos rimbos mundiais por eles executados."

Osvaldo Ferraz (São Paulo, SP)

"O senhor Fernando Cruz sugeriu, no Painel do Leitor, de ontem, que os EUA enviem comida, remédios, engenheiros, professores etc. para os lugares necessitados de nosso planeta em vez de fazerem uma retaliação pelos militares de inocentes mortos no WTC. Por que o leitor não sugere que Osama bin Laden faça o mesmo com sua fortuna em vez de massacrar pessoas indefesas e inocentes pelo mundo afora? Por que o senhor Osama, que foi buscar abrigo no Afeganistão, não faz alguma coisa de útil pelo povo que lhe está dando proteção e abrigo e que vive numa miséria gritante — isso sem falar no atraso cultural e na opressão às mulheres? O fanatismo político é a pior forma de expressão do terrorismo."

Sebastião Ribeiro (São Paulo, SP)

"Deparados com o horror, nós costumamos reagir buscando a sua causa — em oposição política e/ou econômica, em fanatismo religioso. Quando a encontramos, encontramos o nosso alvo."

O fator Deus é um alvo fácil, óbvio. A história, em geral, relata as guerras, não a paz e o bem. Nos casos de opressão política e econômica, a moeda parece ter sempre sido, mas, no caso de "Deus", a análise e o balanço já não se fazem com tanta facilidade.

É fato que, em nome do "ator Deus", tivemos Inquisição. Também é fato que, em seu nome, muitos foram e continuam sendo ajudados de várias maneiras — da financeira à espiritual.

Bu não saberia como fazer um balanço — talvez isso seja perdido em seu nome seja suficiente para justificar a Sua destruição; talvez milhões de vidas encontrando consolo em Sua existência justifiquem que essa continue.

Seja como for, desconfio de análises unidimensionais. A vida acontece em dimensões múltiplas. Sua análise, portanto, deve fazer justiça à sua complexidade."

Anna Christina Ribeiro (Marlyland, EUA)

Educação

"Excelente o editorial 'Universidades paradas' (Opinião, pág. A2, 22/9), que chama a atenção para a situação crítica das universidades federais e para a importância de o país ter universidades robustas."

No momento, o governo, por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), vem fazendo um esforço muito bem-vindo e necessário para ampliar significativamente o financiamento à pesquisa científica e tecnológica. A existência de contrapartida do MCT, tal esforço poderá ser comprometido pela impossibilidade de fazer frente a diferentes necessidades decorrentes da expansão das atividades de pesquisa, como a contratação de pessoal técnico administrativo e de docentes.

Além disso, as condições de infraestrutura necessárias para o ensino e a pesquisa vêm sendo rapidamente deterioradas, pois os recursos necessários para o custeio das universidades têm decrescido em termos reais, além de estarem cada vez mais comprometidos com o pagamento de atividades essenciais anteriormente desenvolvidas por pessoal

pago pelo Unio — em especial vigilância e limpeza.

É sabido que as universidades públicas são majoritariamente responsáveis pela produção científica no país e pela formação de profissionais de qualidade. Assim, sem universidades federais fortes e atuantes, o futuro do nosso país fica comprometido."

Osvaldo Baptista Duarte Filho, reitor da Universidade Federal de São Carlos — UFSCar (São Carlos, SP)

Democracia

"O artigo 'Fótes da democracia' (Opinião, pág. A3, 22/9), do vice-presidente, Marcos Maciel, convenceu-me, mas não me convenceu."

Infelizmente, creio que o texto de Eric Hobsbawm contém o erro de Marco Maciel — no qual Hobsbawm diz que os instrumentos clássicos da democracia liberal já não são adequados nem capazes de lidar com os problemas deste século — é que esteja correto.

Isso pelo simples fato de que a democracia por si só não produz os valores humanos e cristãos de que ela depende."

Nelson Casagrande (São Paulo, SP)

Inteligência artificial

"Orientado pela Folha, fui ver o filme 'Inteligência Artificial'. Detestei o filme. É longo, ilógico, e o roteirista perdeu-se totalmente. Enfim, um lixo."

Detalhe seu fil de cartirinha de Spielberg. Como a Folha pode recomendar um filme como esse — classificado com três estrelas (bom) — se é um dos piores da década?"

Francisco Samelli Filho (Guaratingatá, SP)

Futebol e beleza

"Gostaria de dizer que discordei dos leitores Neli Aparecida de Faria (Painel do Leitor, 22/9) e Pascoal de Souza (Painel do Leitor, 24/9)."

Apelo integralmente a proposta da Federação Paulista de Futebol de resgatar a feminilidade na disputa do Campeonato Feminino de Futebol Paulista.

Seria até mesmo possível criar o "Troféu Potininha Vinícius de Moraes", que seria entregue à atleta mais bonita da competição. As feições que me permitem, mas beleza é fundamental. Até mesmo no futebol feminino."

Júlio Pontes (São Carlos, SP)

"Se não me engano, foi Vinícius de Moraes quem disse: 'As feições que me permitem, mas beleza é fundamental'. É claro que ele não disse isso como critério para escolha de jogadoras de futebol. Mas é o que a FPF está utilizando para selecionar suas jogadoras. Que tremendo absurdo! Desde quando beleza e talento andam de mãos dadas no esporte?"

Juliana M. de Araújo (São Carlos, SP)

WTC no Brasil

"Muito oportuna a coluna de Gilberto Dimenstein de domingo passado ('As torres do World Trade Center no Brasil')."

Os números são impressionantes: 7.000 homicídios por mês no Brasil, cerca de 80 mil por ano, ou, segundo o índice normalmente usado, quase 50 assassinatos por 100.000 habitantes. So países em guerra têm números piores.

Aqui, temos nossos alegoristas, as peritárias das cidades. Campanhas tem 150 mil pessoas vivendo em favelas — 15% da população. Uma guerra contra a miséria e a violência deveria ser o mote de uma campanha nacional.

Entem, Campanhas foi as ruas numa manifestação pela paz e segurança. Espera-se que seja o início de um movimento sério de combate ao problema que atinge a todos, que tira a paz de todos, que tira a esperança de todos."

Renato Pedrosa (Campinas, SP)

ERRAMOS

E-mail: erramos@fsc.com.br

O nome da base naval norte-americana Diego Garcia, que se localiza em uma ilha de mesmo nome, foi publicado incorretamente como Diego Garcia no artigo "Um rabo de foguete" (Opinião, pág. A2, 21/9), de José Barney. A ilha fica no oceano Índico, e não no mar Vermelho, como informamos o texto.

Diferentemente do que informamos legendado de foto publicada na pág. Especial 4 em 20/9 (caderno Guerra na América), o apartamento do casal Bonnavenice fica no número 47 da rua West, e não na rua 47.

Educação

"Excelente o editorial 'Universidades paradas' (Opinião, pág. A2, 22/9), que chama a atenção para a situação crítica das universidades federais e para a importância de o país ter universidades robustas.

No momento, o governo, por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia (C&T), vem fazendo um esforço muito bem-vindo e necessário para ampliar significativamente o financiamento à pesquisa científica e tecnológica.

Porém, nas universidades federais, dada a inexistência de contrapartida do MEC, tal esforço poderá ser comprometido pela impossibilidade de fazer frente a diferentes necessidades decorrentes da expansão das atividades de pesquisa, como a contratação de pessoal técnico administrativo e de docentes.

Além disso, as condições de infraestrutura necessárias para o ensino de graduação vêm sendo rapidamente deterioradas, pois os recursos necessários para o custeio das universidades têm decrescido em termos reais, além de estarem cada vez mais comprometidos com o pagamento de atividades essenciais anteriormente desenvolvidas por pessoal

pago pela União —em especial vigilância e limpeza.

É sabido que as universidades públicas são majoritariamente responsáveis pela produção científica no país e pela formação de profissionais de qualidade. Assim, sem universidades federais fortes e atuantes, o futuro do nosso país fica comprometido."

Oswaldo Baptista Duarte Filho, reitor da
Universidade Federal de São Carlos
—UFSCar (São Carlos, SP)

ANEXO F — Faoro acha que Congresso é que tinha que convocar
Constituinte — O Globo 11/09/1985

Faoro acha que Congresso é que 11 SET 1985 tinha de convocar Constituinte

BRASILIA — O jurista Raymundo Faoro, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, afirmou ontem, em depoimento à Comissão Mista que examina a convocação da Constituinte, que a proposta do Governo tem tantos vícios que seria mais realista o Congresso rejeitá-la e promover reformas na Constituição.

Para Faoro, a Constituinte proposta seria "a sobrevivência do velho poder político no Brasil e um anacronismo, porque imporá um fardamento que o País não está mais em condições de usar".

— O País perderá mais 20 anos no seu processo político. Por muitos anos haverá desmobilização e descrédito na possibilidade de se fazer uma mudança fundamental pelo voto, por via pacífica — disse.

Faoro qualificou como principais vícios a Constituinte não ser autônoma e ter sido convocada pelo Presidente José Sarney, com base no ato institucional número 27. Para ele, a Constituinte teria que ser convocada pelo Congresso.

Contra a Constituinte que se transfor-

ma em Congresso após a promulgação da nova Constituição, Faoro disse que "não pode fazer a cama quem vai deitar-se nela". Ele defende a Constituinte exclusiva como uma ruptura não traumática capaz de proporcionar uma mudança nacional.

— A Constituinte é necessária porque o Congresso não terá condições de tocar em questões como a militar e a da liberdade nas relações de trabalho — afirmou.

A Constituinte convocada teria, em sua opinião, representação viciada, precedência do Presidente — "é pré-condição que seja convocada soberanamente, e não sob tutela do Presidente — e constituintes-fantasmas (eleitos sem representatividade, devido ao limite mínimo de Deputados por Estado).

Também em depoimento à Comissão Mista, o Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, advertiu para os riscos da Constituinte Congressual.

— Com qualquer convocação meramente parlamentar, ou pior, exclusivamente parlamentar, que não tenha abertura às propostas do povo, estaremos fazendo

uma Constituição natimorta, porque o povo dirá: esta Constituição não é nossa — previu.

Em São Paulo, o jurista Dalmo de Abreu Dallari, membro da Comissão de Estudos Constitucionais, defendeu a adoção do voto distrital para eleição dos constituintes. Segundo ele, o sistema permitiria uma representação mais autêntica e reduziria o peso do poder econômico, permitindo aos candidatos uma campanha bem mais barata.

Em Belo Horizonte, o Deputado Israel Pinheiro Filho (PFL-MG) advertiu que alguns grupos de elite estão querendo enfraquecer os poderes constituintes do futuro Congresso ao pretenderem separar o poder constituído do constituinte, para que possam influir, de acordo com seus interesses, na nova Constituição.

● A extinção do Conselho Federal da Educação ou sua transformação em órgão avaliador é a proposta que a Comissão de Alto Nível para Reformulação do Ensino Superior vai encaminhar à Constituinte.

ANEXO G – Resolução Consuni/CEPe nº 350/99, de 09 de junho de 1999 – Autonomia Universitária

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

RESOLUÇÃO ConsUni/CEPe nº 350/99, de 09 de junho de 1999.

O Conselho Universitário e o Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos em reunião conjunta realizada em 09.06.99, ao analisar o tema 'Autonomia Universitária das IFES', deliberaram aprovar o texto abaixo, elaborado pela Comissão de Autonomia da UFSCar.

“A Autonomia Universitária nasce ainda na sociedade medieval, anteriormente ao próprio Estado Nacional. A Universidade Pública é uma instituição integrante do Estado Moderno, financiada pela Sociedade, submetida às regras do Estado Democrático de Direito; mas não é órgão do Governo, porque garantida constitucionalmente a sua autonomia. Somente assim pode atingir seus objetivos finalísticos por meio das indissociáveis atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para servir à Sociedade e à soberania nacional.

A natureza pública da Universidade exige em consequência a avaliação permanente, em consonância e não em confronto com a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Reconhecidamente, a Universidade Brasileira surgiu por iniciativa governamental, tendo sido ao longo deste século mais uma extensão administrativa de governos que uma instituição autônoma. Entretanto, as diretrizes de autonomia apresentadas pelo MEC pretendem transformar as universidades federais em órgãos de governo, mediante contratos de gestão, submetendo-as definitivamente à lógica de mercado e à dependência das políticas de turno no Ministério. Considerar o financiamento a questão central da autonomia, na forma pretendida pelo MEC, é completar a transformação das Universidades Federais em órgãos do Poder Executivo.

ANEXO G – Resolução Consuni/CEPe nº 350/99, de 09 de junho de 1999 – Autonomia Universitária

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

É a Constituição que assegura o financiamento público às instituições oficiais, na forma do Art. 211. O Governo, no conjunto de diretrizes apresentadas, reitera a prática de burlar a norma constitucional negando a autonomia garantida. O que está em curso é uma tentativa de comprometer ainda mais o caráter público das Universidades Federais.

A proposição dos denominados "contratos de desenvolvimento institucional" é uma afronta aos princípios consagrados na Constituição e ao tradicional significado da verdadeira universidade. Tais contratos foram instituídos para conferir autonomia relativa a órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo - o que não é necessário para a Universidade - a qual já é autônoma, na forma do Art. 207. Entretanto, a consideração das universidades públicas federais como meras autarquias ou fundações está sendo utilizada pelo Governo Federal para a submissão autoritária e sistemática da autonomia a normas infra-constitucionais e infra-legais que violam o princípio mandamental e auto-aplicável inscrito no Art. 207 da Carta.

Deve ser considerado ainda que a pura e simples auto-aplicabilidade do art. 207 significa, no limite, que cada instituição seja autônoma em si mesma, o que, além de romper a unidade do sistema federal de ensino superior, pode vir a comprometer seu caráter público. É portanto da maior importância que seja definido o quadro institucional do sistema de Instituições Federais de Ensino Superior e a natureza jurídica das universidades públicas federais, nesse contexto. Devem ser assegurados, entre outros atributos da democracia interna, que a escolha do Reitor, como representante máximo da autonomia universitária, fique restrita ao âmbito da universidade. Esta garantia é indispensável para que as universidades públicas não sejam submetidas às pressões políticas do poder de turno.

Os Órgãos Colegiados Superiores da UFSCar entendem que a autonomia exige a constituição de um ente jurídico voltado para o exercício autônomo de uma função pública, não para o exercício descentralizado de uma função governamental. O exercício da autonomia precisa ser garantido em relação a quem mantém a instituição. A Universidade Pública tem de ser autônoma em relação ao Poder Executivo.

Os Órgãos Colegiados Superiores entendem que para isso é necessário obter o apoio da sociedade visando impedir a política de destruição do principal sistema público de formação de recursos humanos no terceiro nível, além de responsável pelo desenvolvimento de ciência e tecnologia. Por outro lado, os Órgãos

ANEXO G – Resolução Consuni/CEPe nº 350/99, de 09 de junho de 1999 – Autonomia Universitária

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Colegiados Superiores da UFSCar entendem também que esses objetivos exigem da comunidade universitária romper com a acomodação que imobiliza setores universitários e aprofundar, como vem fazendo, o enfrentamento dos novos desafios com novas idéias e o estabelecimento de mecanismos que permitam avaliar a quantidade e a qualidade do trabalho acadêmico, para que a sociedade possa aferir os resultados do funcionamento da Universidade.

Os Órgãos Colegiados Superiores contam, nesse sentido, com o fato de que a Universidade aprofunde sua relação com projetos de desenvolvimento nacional e regional, os quais legitimam sua existência. Os colegiados consideram entre outros deveres, que a Universidade tem a responsabilidade de ampliar vagas no Sistema, o que possibilitaria, mesmo relativamente, maior mobilidade social e o uso do espaço público a serviço do alargamento da cidadania.

Considerados esses pressupostos, os Órgãos Colegiados Superiores da UFSCar indicam como diretrizes a serem observadas, quando da representação desta Instituição nos foros externos, as que seguem:

1. Garantia da auto-aplicabilidade do Art. 207 da Constituição Federal, bem como da ineficácia das normas infra-constitucionais e infra-legais de controle governamental sobre a universidade autônoma;
2. Repúdio permanente e sistemático aos contratos de gestão, propostos como mecanismo de financiamento pelo Governo;
3. Instituição de ente jurídico específico, a ser titular da autonomia constitucional, denominado Universidade Pública Federal, submetido aos princípios constitucionais aplicáveis a ente autônomo que integra o Estado, sem constituir-se em órgão de governo, destacadamente a avaliação de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e o controle externo de gestão patrimonial e financeira;
4. Garantia de democracia interna, mediante a gestão colegiada e a eleição interna dos órgãos colegiados e de todos os dirigentes superiores;
5. Instituição do Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior integrado pelas universidades públicas federais; bem como pelas instituições federais isoladas de ensino superior, pelos centros universitários federais e pelos CEFETs, aos quais devem ser estendidas por lei as prerrogativas de autonomia garantidas pela Constituição à Universidade;

ANEXO G – Resolução Consuni/CEPe nº 350/99, de 09 de junho de
1999 – Autonomia Universitária

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

6. Previsão de Conselho Superior no âmbito do Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior, com composição que inclua, entre outros, representantes da Sociedade e do mundo das Ciências;

7. Plano de carreira única para todo o pessoal do Sistema, com quadro docente e quadro técnico-administrativo, garantida isonomia de cargos e de remuneração;

8. Desvinculação dos recursos da educação com o pagamento de precatórios, aposentadorias e pensões, garantida aos inativos e pensionistas a equivalência com a remuneração percebida pelo pessoal em atividade;

9. Invocação do Poder Judiciário em todas as instâncias possíveis, inclusive com a sensibilização de sujeitos competentes para a proposição de ações diretas de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, visando a garantir a auto-aplicabilidade do Art. 207 da Constituição Federal.

Prof. Dr. José Rubens Rebelatto
Presidente do Conselho Universitário
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa

ANEXO H – Autonomia universitária poderá ser gradativa – OESP

13/04/1999

A3 - CONTINUAÇÃO DO PÁG. 1

GERAL
EDUCAÇÃO

PÁG. 12 - 13 DE ABRIL DE 1999

Autonomia universitária poderá ser gradativa

Ministro garante transferência de recursos para escolas mediante o cumprimento de metas

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – As universidades federais poderão optar pela adesão gradativa ou imediata à autonomia administrativa e financeira. A medida está incluída na proposta de projeto de lei de regulamentação da autonomia universitária, que o governo enviou ao Congresso em maio. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, adiantou ao Estado que a União manterá a transferência de recursos para as universidades, mas, em contrapartida, elas deverão cumprir metas estabelecidas em contratos de gestão, sob risco de perderem a liberdade gerencial.

A fixação de metas crescentes até a obtenção da autonomia plena foi uma reivindicação dos reitores, acordada pelo governo. A definição dos graus ainda está sendo estudada. O ministro, contudo, citou universidades que, a seu ver, estariam prontas para aderir imediatamente à autonomia, como as Universidades Federais de São Paulo, de Minas Gerais, de Brasília, de São Carlos, do Rio Grande do Sul, do Ceará e de Pernambuco.

Pelo princípio da autonomia progressiva, uma instituição poderá, por exemplo, ter mobilidade no uso do orçamento, mas não da política de pessoal. "A universidade tem de se sentir segura antes de adotar a autonomia", acredita o ministro. A proposta do projeto será entregue por Paulo Renato amanhã ao Sindicato Nacional dos Deputados de Instituições Federais de Ensino Superior (Andes).

Paulo Renato disse que o governo federal manterá o nível de investi-

mento atual. As 39 universidades têm recebido algo em torno de R\$ 3,8 bilhões anuais para custeio, pessoal e como resultado de convênios com o MEC. Paulo Renato ainda está negociando com a área econômica do governo como será o texto do projeto de lei que vai garantir a continuidade do financiamento federal das universidades.

Desde que a autonomia começou a ser discutida, em 1997, os economistas do governo são contra a vinculação de recursos. Mas, conforme o ministro, ficou mais fácil negociar, pois não será preciso usar uma emenda constitucional para regulamentar o assunto. "Não haverá vinculação constitucional, mas deve haver a garantia de um determinado volume de recursos."

O projeto deverá ampliar a capacidade de administração das instituições, principalmente do dinheiro obtido como pagamento de serviços contratados pelo setor privado.

O rateio de recursos federais será feito conforme uma matriz ainda a ser elaborada, que levará em conta o número de alunos, a capacidade da instituição e seu nível de pesquisa e ensino.

"A autonomia vai ajudar a instituição a ser mais eficiente", acredita Paulo Renato.

"Com a garantia de uma base de financiamento (os repasses federais) a instituição será estimulada a buscar mais recursos", disse ele. "A autonomia mantém o caráter público das universidades, dentro da maior liberdade e maior eficiência." Cada universidade deverá ter seu próprio plano de carreira, embora não haja regime jurídico único. Os funcionários contratados antes da vigência da autonomia poderão permanecer no regime jurídico único. Os gastos com inativos continuam sendo do Tesouro. Os contratados dentro das novas carreiras deverão contribuir para um fundo de solidariedade da comunidade. O ministro quer que a adesão seja obrigatória de todas as universidades contrataram auditorias externas independentes.

PROPOSTA SERÁ ENTREGUE À ANDES

D. Ruth Cardoso, Paulo Renato Souza e o presidente mundial da Coca-Cola, Douglas Ivester: parceria

Coca-Cola adere a projeto de alfabetização e doa R\$ 1 milhão ao Comunidade Solidária

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – A Coca-Cola aderiu ao Programa Alfabetização Solidária e vai colaborar na alfabetização de 10 mil jovens e adultos em 40 novos municípios do Norte e do Nordeste. A empresa doará R\$ 1 milhão para o Programa Comunidade Solidária.

"Esse é um indicador de que a parceria entre empresas e governo é possível e está sendo ampliada", disse a primeira-dama, Ruth Cardoso, presidente do Programa Comunidade Solidária, ontem, durante a solenidade que formalizou a criação do Instituto Coca-Cola para a Educação no Brasil,

que vai cuidar dos programas sociais da empresa.

O programa Alfabetização Solidária já atingiu 581 municípios. A intenção do governo é atender a 800 cidades em locais com altas taxas de analfabetismo. Conforme o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para isso seria necessária a obtenção de mais R\$ 5 milhões em parcerias com o setor privado. "Eu desafio alguma empresa brasileira a bater o recorde, a superar a Coca-Cola", disse Paulo Renato. Até agora, a Votorantim tem sido a recordista, apoiando 13 municípios. De acordo com o presidente mundial da Coca-Cola, Dou-

glas Ivester, o instituto deverá unificar os programas sociais no Brasil, com foco principal na educação.

O Alfabetização Solidária foi criado há dois anos, com o objetivo de reduzir o analfabetismo entre pessoas dos 12 aos 18 anos. Além do governo e do setor privado, as universidades participam formando os alfabetizadores. O custo por aluno é de R\$ 14,00 por mês, sendo metade do valor assumido pelo MEC, que também fornece o material pedagógico. De acordo com dados do ministério, até o fim de 1998, mais de 270 mil alunos haviam iniciado os estudos. Neste semestre, outros 200 mil estão inscritos.

Criticada redução de delegacias de ensino em SP

JULIANA JUNQUEIRA

A deputada estadual Maria Lúcia Prandi (PT-SP) protocolou ontem um projeto de decreto legislativo com o objetivo de tentar revogar o Decreto n.º 43.948, do governador Mário Covas, que reduziu de 143 para 89 as delegacias de ensino do Estado. Segundo a deputada, o decreto do governador fere o artigo 238 da Constituição Estadual de São Paulo, que concede o sistema de ensino mais descentralizado e com controle direto da população.

Com a redução, a Secretaria de Estado da Educação está centralizando a educação e se distanciando cada vez mais da comunidade escolar, explica Maria Lúcia. O projeto – que tem o caráter de impedir que o decreto do governador seja executado – deve passar pelas comissões da Assembleia Legislativa antes de ser votado.

Segundo Maria Lúcia, alunos e professores serão prejudicados com a redução do número de delegacias, que passarão a ser chamadas de diretorias de ensino. "Com a diminuição, por exemplo, vários municípios terão apenas uma diretoria de ensino", diz. "Os professores, pais e alunos terão, em alguns casos, de viajar para ir às suas delegacias."

Custo alto – Para ela, a dificuldade de acesso às diretorias de ensino afeta setores importantes, como as oficinas pedagógicas destinadas aos docentes. "A fiscalização das escolas particulares, que é uma atribuição das delegacias estaduais, também sofrerá prejuízos", assinala a deputada. Citar Callegari (PSD-SP). "Os custos de deslocamento dos funcionários e da própria população serão muito altos", adverte. "A redução não representa uma economia concreta", conclui. Segundo Callegari, a secretaria quer economizar com a medida, mas não está investindo os 30% que a Constituição determina na educação.

MÍDIA

Anunciados os ganhadores do Prêmio Pulitzer de 99

'The New York Times', 'The Wall Street Journal' e AP venceram na categoria jornalismo

NOVA YORK – Os jornais *The Wall Street Journal* e *The New York Times* e a agência de notícias Associated Press (AP) venceram dois Prêmios Pulitzer de jornalismo cada um. O prêmio de serviço público deste ano ficou com o *Washington Post*. Os resultados de 1999 foram anunciados ontem pela Universidade de Colúmbia, em Nova York.

Esta é a primeira vez, desde a criação da categoria de fotografia, em 1968, que um mesmo veículo, no caso a AP, recebe os dois prêmios oferecidos. Na categoria de fotojornalismo, pela série sobre os atentados às embaixadas norte-americanas no Quênia e Tanzânia. Em fotografia especial, a agência foi homenageada pela cobertura da escândalo.

Jornalista processado revela nome de fonte

CINCINNATI – O jornalista norte-americano Michael Gallagher, processado por violar o sistema de comunicação da empresa Chiquita Brand International, revelou o nome de sua fonte para obter um abrandamento da pena. A decisão do ex-juiz investigativo do jornal *Cincinnati Enquirer* de divulgar o nome da fonte e material confidencial está ecoando nos meios jurídicos e jornalísticos.

O caso, que violou o princípio que rege a proteção das fontes, levanta questões sobre os seus direitos legais no caso de serem desmascaradas pelos jornalistas. A maioria dos precedentes legais nesse assunto envolve esforços feitos para proteger fontes confidenciais no caso de autoridades tentarem forçar que o nome dessas informantes seja revelado.

Gallagher prometerá à fonte George Ventura, o ex-advogado da Chiquita, que iria para cadeia, mas

o produziu pela relação de Bill Clinton com Monica Lewinsky.

BRASÍLIA – O governo brasileiro vai reaver nos próximos dias, cerca de US\$ 62,4 mil repassados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), referentes à venda de um apartamento em Miami, Estados Unidos, que pertencia à advogada Jorgina Maria de Freitas Fernandes, acusada de fraude contra a Previdência Social.

O dinheiro, cerca de R\$ 1,06 milhão, já está à disposição do Tesouro Nacional, que receberá em 90 dias mais R\$ 128 mil que a advogada retinha nos EUA e foi liberado para o governo brasileiro. Com a venda do imóvel, até agora, o INSS conseguiu reaver em torno de R\$ 16,7 milhões.

Jorgina Fernandes é acusada de fraudar o INSS quando trabalhava na procuradoria do órgão.

Com outros funcionários, acumulava e desviava a concessão de aposentadorias em nome de beneficiários, que nunca recebiam o dinheiro.

Além do dinheiro recuperado, a Previdência Social obteve da Justiça a indisponibilidade de uma venda de seis apartamentos que Jorgina tinha no Rio de Janeiro e outros dois em Curitiba (PR). Também não podem ser vendidos 3 casas, 1 lote e 13 salas comerciais, no Rio e 3 fazendas em Minas Gerais. Até agora, são 25 os bens tomados in-

de fraudar o INSS quando trabalhava na procuradoria do órgão. Com outros funcionários, acumulava e desviava a concessão de aposentadorias em nome de beneficiários, que nunca recebiam o dinheiro.

Além do dinheiro recuperado, a Previdência Social obteve da Justiça a indisponibilidade de uma venda de seis apartamentos que Jorgina tinha no Rio de Janeiro e outros dois em Curitiba (PR). Também não podem ser vendidos 3 casas, 1 lote e 13 salas comerciais, no Rio e 3 fazendas em Minas Gerais. Até agora, são 25 os bens tomados in-

JUSTIÇA

INSS consegue reaver mais US\$ 1 milhão do patrimônio de Jorgina de Freitas

EDSON LUIZ

BRASÍLIA – O governo brasileiro vai reaver nos próximos dias, cerca de US\$ 62,4 mil repassados pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), referentes à venda de um apartamento em Miami, Estados Unidos, que pertencia à advogada Jorgina Maria de Freitas Fernandes, acusada de fraude contra a Previdência Social.

O dinheiro, cerca de R\$ 1,06 milhão, já está à disposição do Tesouro Nacional, que receberá em 90 dias mais R\$ 128 mil que a advogada retinha nos EUA e foi liberado para o governo brasileiro. Com a venda do imóvel, até agora, o INSS conseguiu reaver em torno de R\$ 16,7 milhões.

Jorgina Fernandes é acusada de fraudar o INSS quando trabalhava na procuradoria do órgão.

Com outros funcionários, acumulava e desviava a concessão de aposentadorias em nome de beneficiários, que nunca recebiam o dinheiro.

Além do dinheiro recuperado, a Previdência Social obteve da Justiça a indisponibilidade de uma venda de seis apartamentos que Jorgina tinha no Rio de Janeiro e outros dois em Curitiba (PR). Também não podem ser vendidos 3 casas, 1 lote e 13 salas comerciais, no Rio e 3 fazendas em Minas Gerais. Até agora, são 25 os bens tomados in-

de fraudar o INSS quando trabalhava na procuradoria do órgão. Com outros funcionários, acumulava e desviava a concessão de aposentadorias em nome de beneficiários, que nunca recebiam o dinheiro.

Além do dinheiro recuperado, a Previdência Social obteve da Justiça a indisponibilidade de uma venda de seis apartamentos que Jorgina tinha no Rio de Janeiro e outros dois em Curitiba (PR). Também não podem ser vendidos 3 casas, 1 lote e 13 salas comerciais, no Rio e 3 fazendas em Minas Gerais. Até agora, são 25 os bens tomados in-

de fraudar o INSS quando trabalhava na procuradoria do órgão.

Com outros funcionários, acumulava e desviava a concessão de aposentadorias em nome de beneficiários, que nunca recebiam o dinheiro.

Além do dinheiro recuperado, a Previdência Social obteve da Justiça a indisponibilidade de uma venda de seis apartamentos que Jorgina tinha no Rio de Janeiro e outros dois em Curitiba (PR). Também não podem ser vendidos 3 casas, 1 lote e 13 salas comerciais, no Rio e 3 fazendas em Minas Gerais. Até agora, são 25 os bens tomados in-

de fraudar o INSS quando trabalhava na procuradoria do órgão. Com outros funcionários, acumulava e desviava a concessão de aposentadorias em nome de beneficiários, que nunca recebiam o dinheiro.

Além do dinheiro recuperado, a Previdência Social obteve da Justiça a indisponibilidade de uma venda de seis apartamentos que Jorgina tinha no Rio de Janeiro e outros dois em Curitiba (PR). Também não podem ser vendidos 3 casas, 1 lote e 13 salas comerciais, no Rio e 3 fazendas em Minas Gerais. Até agora, são 25 os bens tomados in-

de fraudar o INSS quando trabalhava na procuradoria do órgão.

Com outros funcionários, acumulava e desviava a concessão de aposentadorias em nome de beneficiários, que nunca recebiam o dinheiro.

Além do dinheiro recuperado, a Previdência Social obteve da Justiça a indisponibilidade de uma venda de seis apartamentos que Jorgina tinha no Rio de Janeiro e outros dois em Curitiba (PR). Também não podem ser vendidos 3 casas, 1 lote e 13 salas comerciais, no Rio e 3 fazendas em Minas Gerais. Até agora, são 25 os bens tomados in-

de fraudar o INSS quando trabalhava na procuradoria do órgão. Com outros funcionários, acumulava e desviava a concessão de aposentadorias em nome de beneficiários, que nunca recebiam o dinheiro.

Além do dinheiro recuperado, a Previdência Social obteve da Justiça a indisponibilidade de uma venda de seis apartamentos que Jorgina tinha no Rio de Janeiro e outros dois em Curitiba (PR). Também não podem ser vendidos 3 casas, 1 lote e 13 salas comerciais, no Rio e 3 fazendas em Minas Gerais. Até agora, são 25 os bens tomados in-

CULTURA

Fernanda recebe comenda de FHC no Planalto

Durante a cerimônia, presidente anunciou a criação de um prêmio nacional de cinema

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – Em cerimônia concorrida, a atriz Fernanda Montenegro foi condecorada ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com a mais alta comenda concedida a um cidadão: a grã-cruz da Ordem Nacional do Mérito. Sob aplausos de dezenas de artistas e autoridades, em uma solenidade incomum no Planalto, Fernanda Montenegro, em seu discurso, comparou o personagem Dora do filme *Central do Brasil* – a senhora que escreve cartas para os analfabetos – à professora primária Carmelina Mesquita, que

Atriz agradece ao presidente e pede ação no setor de educação

a alfabetizou. A atriz fez um apelo ao presidente: que transforme as Doras em Carmelinas. "O País lhe deu esse poder", comentou, sob aplausos dos quase 200 convidados. Em seu discurso, o presidente dojou Fernanda. Bem-humorado, o presidente brincou: "Nunca conseguí nem cantar, nem ser ator,

disponíveis pelo governo. Depois da descoberta de fraude na Previdência, em 1992, Jorgina fugiu do Brasil com destino aos Estados Unidos. Ela foi presa em 1997, na Costa Rica, e trazida para o Brasil, depois de um acordo diplomático entre os países. A advogada cumpre pena de 14 anos de prisão por peculato em um quartel da Polícia Militar, no Rio. Segundo a assessoria do Ministério da Previdência Social, as investigações atuais podem localizar outros bens adquiridos por Jorgina, provavelmente com dinheiro da fraude.

INVESTIGAÇÃO
PODE
LOCALIZAR
OUTROS BENS

Técnica induz ao crescimento de ossos

RIO – Pesquisadores americanos estão testando uma técnica que induz o crescimento dos ossos, no caso de doenças que causam dificuldades de consolidação, como a osteoporose. O estudo, apresentado ontem pelos especialistas Henry Hanft, Donald Kucharczyk e Edwin Clayton Sherman, nasceu no Instituto Nacional de Traumatismo-Ortopedia (INTO), é uma evolução da técnica, desenvolvida em 1982, que utiliza corais nos transplantes ósseos. O coral, associado à administração de uma proteína, inicia e acelera o crescimento ósseo mesmo quando há fragilidade do material.

Entidade critica atitude de oculistas

BRASÍLIA – O presidente do Conselho Brasileiro de Óptica e Optometria, Ricardo Bretas, disse ontem que a cirurgia de correção de miopia a laser pode provocar efeitos indesejáveis e não deve ser realizada de forma indiscriminada como vem ocorrendo. Ele alerta para o fato de que a pessoa corrigir a miopia, mas acabar adquirindo astigmatismo ou hipermetropia. O ex-ministro do Planejamento do governo Itamar Franco, Alexandre Stepanek, por exemplo, tinha dois graus de miopia e decidiu fazer a cirurgia. Resultado: ficou com seis graus de hipermetropia.

Nutriente do tomate pode agir contra câncer

FILADÉLFIA – Uma pesquisa encontrou a primeira evidência direta de que o nutriente que dá coloração vermelha aos tomates, o licopeno, pode proteger os homens do câncer de próstata. Pesquisadores do Instituto Oncológico Karmanos (Detroit) testaram 33 homens que estavam para submeter-se a cirurgias da próstata, por um mês. "Após a operação, os tratados com licopeno apresentaram níveis de PSA mais baixos nos tumores", disse Omar Kucuk, chefe do estudo, referindo-se ao antígeno produzido por células do câncer de próstata. (AFP)

ANEXO H – Autonomia universitária poderá ser gradativa –
OESP 13/04/1999

A12 – O ESTADO DE S. PAULO

GERAL
EDUCAÇÃO

TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1999

Autonomia universitária poderá ser gradativa

*Ministro garante
transferência de recursos
para escolas mediante o
cumprimento de metas*

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – As universidades federais poderão optar pela adesão gradativa ou imediata à autonomia administrativa e financeira. A medida estará incluída na proposta de projeto de lei de regulamentação da autonomia universitária, que o governo enviará ao Congresso em maio. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, adiantou ao *Estado* que a União manterá a transferência de recursos para as universidades, mas, em contrapartida, elas deverão cumprir metas estabelecidas em contratos de gestão, sob risco de perderem a liberdade gerencial.

A fixação de graus crescentes até a obtenção da autonomia plena foi uma reivindicação dos reitores, acatada pelo governo nas negociações da proposta de projeto de lei. “Creio que algumas instituições consideram necessário estruturar melhor seus órgãos administrativos”, explicou Paulo Renato. A definição dos graus ainda está sendo estudada. O ministro, contudo, citou universidades que, a seu ver, estariam prontas para aderir imediatamente à autonomia, como as Universidades Federais de São Paulo, de Minas Gerais, de Brasília, de São Carlos, do Rio Grande do Sul, do Ceará e de Pernambuco.

Pelo princípio da autonomia progressiva, uma instituição poderá, por exemplo, ter mobilidade no uso do orçamento, mas não da política de pessoal. “A universidade tem de se sentir segura antes de adotar a autonomia”, acredita o ministro. A proposta do projeto será entregue por Paulo Renato amanhã ao Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andes).

Paulo Renato disse que o governo federal manterá o nível de investi-

mento atual. As 39 universidades têm recebido algo em torno de R\$ 3,8 bilhões anuais para custeio, pessoal e como resultado de convênios com o MEC. Paulo Renato ainda está negociando com a área econômica do governo como será o texto do projeto de lei que vai garantir a continuidade do financiamento federal das universidades.

Desde que a autonomia começou a ser discutida, em 1997, os economistas do governo são contra a vinculação de recursos. Mas, conforme o ministro, ficou mais fácil negociar, pois não será preciso usar uma emenda constitucional para regulamentar o assunto. “Não haverá vinculação constitucional, mas deve haver a garantia de um determinado volume de recursos.”

O projeto deverá ampliar a capacidade de administração das instituições, principalmente do dinheiro obtido como pagamento de serviços contratados pelo setor privado.

O rateio de recursos federais será feito conforme uma matriz ainda a

ser elaborada, que levará em conta o número de alunos, a capacidade da instituição e seu nível de pesquisa e ensino.

“A autonomia vai ajudar a instituição a ser mais eficiente”, acredita Paulo Renato.

“Com a garantia de uma base de financiamento (os repasses federais) a instituição será estimulada a buscar mais recursos”, disse ele. “A autonomia mantém o caráter público das universidades, dando a elas maior liberdade e maior eficiência.” Cada universidade deverá ter seu próprio plano de carreira, embora tenha de seguir diretrizes gerais. Os funcionários contratados antes da vigência da autonomia poderão permanecer no regime jurídico único. Os gastos com inativos continuam sendo do Tesouro. Os contratados dentro das novas carreiras deverão contribuir para um fundo de pensão de forma a garantir os recursos para a aposentadoria. O ministro quer incluir no projeto a obrigatoriedade de as universidades contratarem auditorias externas independentes.

PROPOSTA
SERÁ
ENTREGUE À
ANDES

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das
Universidades Públicas Federais – 2002

Sumário

Capítulo I	Da natureza jurídica
Capítulo II	Dos princípios e das finalidades
Capítulo III	Da autonomia
Seção I	Da autonomia didático-científica
Seção II	Da autonomia administrativa
Seção III	Da autonomia de gestão financeira e patrimonial
Capítulo IV	Do sistema de instituições federais de ensino superior
Seção I	Do conselho superior
Seção II	Dos planos de carreira e do regime jurídico
Seção III	Do financiamento
Capítulo V	Das disposições finais e transitórias

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das
Universidades Públicas Federais – 2002

Sumário

Capítulo I	Da natureza jurídica
Capítulo II	Dos princípios e das finalidades
Capítulo III	Da autonomia
Seção I	Da autonomia didático-científica
Seção II	Da autonomia administrativa
Seção III	Da autonomia de gestão financeira e patrimonial
Capítulo IV	Do sistema de instituições federais de ensino superior
Seção I	Do conselho superior
Seção II	Dos planos de carreira e do regime jurídico
Seção III	Do financiamento
Capítulo V	Das disposições finais e transitórias

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

Capítulo I

DA NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º A Universidade Federal é pessoa jurídica de direito público, dotada de capacidade de autonormação e de autogestão, submetida aos princípios e destinada às finalidades constantes desta Lei.

Parágrafo único. A Universidade Federal instituída e mantida pela União constitui ente jurídico de direito público denominado Universidade Pública Federal, com as características próprias atribuídas pela Constituição Federal, por esta Lei, pelos diplomas legais de instituição e pelos respectivos estatutos.

Art. 2º A Universidade Pública Federal reger-se-á por seus estatutos, aprovado pelo respectivo colegiado superior, em instância final.

Parágrafo único. Os estatutos da Universidade Pública Federal assegurarão:

I - a organização da comunidade acadêmica em colegiados e órgãos de direção com capacidade decisória sobre todos os assuntos relativos ao ensino, à pesquisa, à extensão, à administração e ao planejamento;

II - a participação em seus órgãos colegiados deliberativos de docentes, de alunos, do corpo técnico e administrativo e da sociedade civil, observada a participação majoritária de docentes em efetivo exercício na instituição, bem como as finalidades de cada órgão.

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS E DAS FINALIDADES

Art. 3º A Universidade Pública Federal obedecerá aos princípios de:

I - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

II - função social do ensino, da pesquisa e da extensão;

III - interação permanente com a sociedade e o mundo do trabalho;

IV - integração com os demais níveis e graus de ensino;

V - igualdade de condições para o acesso e permanência discente na instituição;

VI - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber;

VII - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

VIII - garantia de qualidade acadêmica;

IX - gestão democrática e colegiada;

X - eficiência, probidade e racionalização na gestão dos recursos;

XI - valorização profissional dos docentes e técnico-administrativos;

XII gratuidade do ensino de graduação e de pós-graduação, compreendendo programas acadêmicos de pós-graduação *stricto sensu*.

Art. 4º São finalidades da Universidade Pública Federal:

I - gerar, transmitir e disseminar o conhecimento, em padrões elevados de qualidade e equidade;

II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, ampliando o acesso da população à educação superior;

III - valorizar o ser humano, a cultura e o saber;

IV - promover a formação humanista do cidadão com a capacidade crítica frente à sociedade e ao Estado;

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

V - promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural;

VI - conservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia;

VII - estimular a solidariedade humana na construção da sociedade e na estruturação do mundo da vida e do trabalho;

VIII - educar para a conservação e a preservação da natureza;

IX - propiciar condições para a transformação da realidade visando à justiça social e ao desenvolvimento auto-sustentável;

X - estimular o conhecimento e a busca de soluções de problemas do mundo contemporâneo, em particular os regionais e nacionais.

Capítulo III

DA AUTONOMIA

Art. 5º A Universidade Pública Federal goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 6º A autonomia da Universidade Pública Federal visa a garantir a liberdade de pensamento, a livre produção e transmissão do conhecimento e a autogestão racional de seus recursos e meios para o fiel atendimento aos princípios e às finalidades, estabelecidos nesta Lei.

Art. 7º A autonomia administrativa e a autonomia de gestão financeira e patrimonial decorrem e estão subordinadas à autonomia didático-científica, como meios de assegurar a sua efetividade.

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

Seção I

Da Autonomia Didático-Científica

Art. 8º A autonomia didático-científica consiste na liberdade para estabelecer políticas e concepções pedagógicas em relação à geração, organização, sistematização, transmissão e disseminação do conhecimento.

Art. 9º É assegurada à Universidade Pública Federal, para garantir o exercício da autonomia didático-científica, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas, a liberdade de:

I - criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, nos termos do que dispõe a legislação aplicável;

II - fixar os currículos de seus cursos e programas, observadas as diretrizes da legislação pertinente;

III - fixar seus objetivos pedagógicos, científicos, tecnológicos, artísticos e culturais;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências de seu meio;

V - estabelecer periodicamente o calendário acadêmico, observada a duração mínima do período letivo determinada pela lei;

VI - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, de produção artística e cultural e de atividades de extensão;

VII - conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos;

VIII - registrar os diplomas que confere;

XI - estabelecer normas e critérios para seleção, admissão e exclusão de seus alunos, assim como para aceitação de transferências;

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

X - promover a avaliação de seus cursos e programas, com a efetiva participação de professores, alunos e demais profissionais da educação.

Seção II

Da Autonomia Administrativa

Art. 10 A autonomia administrativa consiste na capacidade de auto-organização e de edição de normas próprias, no que concerne à escolha de seus dirigentes e à administração de recursos humanos e materiais.

Art. 11 É assegurada à Universidade Pública Federal, para garantir o exercício da autonomia administrativa, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas, a liberdade de:

I - organizar-se internamente da forma mais conveniente e compatível com sua peculiaridade, estabelecendo suas instâncias decisórias, observado o disposto no art. 7º desta Lei;

II - estabelecer a política geral de administração da instituição;

III - elaborar e reformar seus estatutos e regimentos;

IV - escolher seus dirigentes;

V - estabelecer seu quadro de pessoal, criando, transformando e extinguindo cargos e funções, no limite de sua capacidade orçamentária; **(mediante Emenda Constitucional)**

VI - admitir, nomear, promover, demitir e exonerar pessoal;

VII - organizar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VIII - autorizar o afastamento de seu pessoal para qualificação e atualização e para participação em atividades científicas, tecnológicas, artísticas, culturais e de representação;

IX - estabelecer normas e exercer o poder disciplinar relativamente ao seu quadro de pessoal e ao corpo discente;

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

X - firmar contratos, acordos e convênios;

XI - estabelecer regulamento próprio para licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações.

Seção III

Da autonomia de Gestão Financeira e Patrimonial

Art. 12 A autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste na capacidade de gerir recursos financeiros e patrimoniais, postos à sua disposição pela União ou recebidos em doação, bem como os gerados pela própria Universidade Pública Federal.

Art. 13 É assegurada à Universidade Pública Federal, para garantir o exercício da autonomia de gestão financeira e patrimonial, sem prejuízo de outras ações que venham a ser estabelecidas, a liberdade de:

I - propor e executar seu orçamento, em conformidade com os limites estabelecidos pela União;

II - remanejar os recursos oriundos da União e as receitas próprias, inclusive rendimentos de capital, entre rubricas, programas ou categorias de despesa;

III - gerir seu patrimônio;

IV - receber doações, heranças e legados e estabelecer cooperação financeira com entidades privadas;

V - receber subvenções e estabelecer cooperação financeira com entidades públicas;

VI - realizar operações de crédito e prestar garantias.

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

Parágrafo único. A Universidade Pública Federal publicará anualmente o balanço das receitas auferidas e das despesas efetuadas, para conhecimento da sociedade.

Capítulo IV

DO SISTEMA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Art. 14 As instituições de ensino superior criadas ou incorporadas e mantidas pela União constituem o Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior.

Parágrafo único. As demais instituições federais de ensino superior, além das Universidades Públicas Federais, gozam das prerrogativas de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial estabelecidas no Capítulo III desta Lei.

Seção I

Do Conselho Superior

Art. 15 O Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior instituirá um Conselho Superior com o objetivo de:

I - fortalecer o Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior, mantendo sua unidade;

II - promover a integração das políticas orçamentária, financeira e administrativa, ajustando os procedimentos necessários;

III - coordenar as ações de interlocução com o Poder Executivo federal, no que se refere a questões de ordem orçamentária, financeira, administrativa e patrimonial;

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

IV - estimular ações de cooperação e de solidariedade entre as instituições do sistema.

Art. 16 São competências do Conselho Superior:

I - propor modelo de distribuição de recursos orçamentários, a que se refere o art. 20 desta Lei;

II - encaminhar ao Poder Executivo federal o orçamento da educação superior federal;

III - orientar as políticas de gestão de pessoal das instituições do sistema;

IV - sugerir ações administrativas a serem implementadas pelas instituições federais de ensino superior decorrentes dos ajustes necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei;

V - estabelecer critérios para a definição de aporte de recursos destinados aos programas de expansão e melhoria da qualidade do ensino superior, previstos no art. 21 desta Lei.

Art. 17 O Conselho Superior é composto por:

I - cinco representantes das Universidades Públicas Federais, distribuídos regionalmente, observado o critério de rodízio;

II - dois representantes das demais instituições federais de ensino superior, observado o critério de rodízio;

III - um representante dos dirigentes das instituições federais de ensino superior;

IV - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Presidente da República;

V - um representante da comunidade científica, indicado pelo conjunto de suas associações;

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

VI - um representante do órgão colegiado normativo do Poder Executivo federal responsável pela formulação e acompanhamento da política educacional;

VII – um representante do Poder Legislativo.

§ 1º Os representantes referidos nos incisos I e II serão escolhidos por maioria absoluta do colegiado máximo de cada instituição, observado o critério de rodízio.

§ 2º O Presidente do Conselho Superior será escolhido pelos seus pares, dentre os representantes das Universidades Públicas Federais.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Superior terá duração de dois anos, vedada a recondução consecutiva no caso dos incisos I e II deste artigo.

§ 4º O Conselho Superior deverá aprovar o seu Regimento Interno em até 180 dias após sua instalação.

Seção II

Dos Planos de Carreira e do Regime Jurídico

Art. 18 Lei especial instituirá planos de carreira únicos respectivamente para os docentes e para o pessoal técnico-administrativo das instituições federais de ensino superior, os quais disporão sobre:

I - estrutura dos cargos de provimento permanente com garantia de isonomia de vencimentos e de estabilidade;

II - condições de investidura nos cargos de provimento permanente condicionado à aprovação em concurso público de provas e títulos;

III - critérios de desenvolvimento das carreiras de provimento permanente, em decorrência da conjugação de tempo de serviço com desempenho ou titulação;

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

IV - critérios de provimento temporário em cargos e funções destinados ao exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento;

V - definição de direitos, deveres e vantagens dos servidores;

VI - disciplina das jornadas semanal e diária de trabalho;

VII - procedimento administrativo disciplinar;

VIII - implantação de sistemática de desenvolvimento de recursos humanos, através de plano institucional de qualificação de recursos humanos;

IX - contratação por tempo determinado de pessoal docente e técnico-administrativo para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. Os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pertencentes aos quadros de pessoal das instituições federais de ensino superior, submetem-se ao regime jurídico único instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 19 O servidor integrante do quadro permanente de instituição federal de ensino superior poderá receber adicional variável, não incorporável aos vencimentos nem à remuneração para qualquer efeito, decorrente de participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão executadas pelas instituições, custeadas com recursos de fontes distintas da que trata o art. 20 desta Lei.

Parágrafo único. O pagamento do adicional variável será efetuado por meio da rubrica serviços de terceiros pessoa física, à conta de recursos próprios arrecadados mediante execução das atividades referidas neste artigo, sobre o qual incidirão descontos de tributos e contribuições aplicáveis à espécie.

Seção III **Do Financiamento**

Art. 20 A União destinará, anualmente, no mínimo setenta e cinco por cento da parcela da receita resultante de impostos, vinculada na forma do art. 212 da

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

Constituição Federal, às instituições que constituem o Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior.

§ 1º Os recursos destinados às instituições federais de ensino superior, na forma do *caput*, não poderão ser inferiores, em valores reais, ao montante dos recursos alocados sob a mesma égide, no exercício anterior.

§ 2º O Poder Executivo garantirá às instituições federais de ensino superior e ao Conselho Superior o acesso irrestrito, para fins de consulta, ao:

I - Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

II - Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR;

III - Sistema de Previsão de Arrecadação - SIPRAR; e,

IV - aos órgãos equivalentes, que vierem a substituí-los.

Art. 21 A lei orçamentária anual destinará, do total dos recursos vinculados na forma do artigo anterior:

I - noventa e cinco por cento à manutenção e ao desenvolvimento das instituições federais de ensino superior, alocados diretamente a cada órgão executor; e,

II - cinco por cento à expansão e à melhoria de qualidade do ensino superior, alocados segundo programas incluídos na proposta orçamentária consolidada pelo Conselho Superior.

Art. 22 A distribuição dos recursos destinados diretamente às instituições federais de ensino superior, obedecerá aos indicadores de natureza acadêmica definidos pelo Conselho Superior.

Art. 23 As despesas com inativos e pensionistas das instituições federais de ensino superior correrão à conta do tesouro nacional, mediante alocação de recursos de fontes que não a referida no art. 20, integrando, para todos os efeitos, a proposta e a execução orçamentárias de cada instituição.

Art. 24 O montante calculado como devido a cada instituição, conforme dispõe o art. 22 desta Lei, será alocado sob a forma de orçamento global, sendo

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

os correspondentes recursos financeiros repassados em duodécimos mensais, no primeiro dia útil de cada mês.

§ 1º Caberá a cada instituição, após informação sobre o montante a que terá direito, elaborar e executar seu orçamento, discriminando entre despesas de pessoal, outros custeios e capital, incluindo o montante e a destinação dos recursos oriundos de outras fontes que não a estabelecida no art. 20, assegurada a possibilidade dos remanejamentos previstos no inciso II do art. 13 desta Lei.

§ 2º Os excedentes financeiros de cada exercício serão automaticamente incorporados ao exercício seguinte, não podendo influir na fixação do montante do orçamento global anual distribuído pelo Poder Executivo, ao qual se refere o art. 20 desta Lei.

Art. 25 Na elaboração de seu orçamento, cada instituição federal de ensino superior destinará, no mínimo, quinze por cento para outros custeios e capital.

§ 1º Os recursos de custeio a que se refere o *caput* deste artigo não incluem despesas com benefícios sociais, bolsas, diárias e outras que se destinem a pagamento de pessoal.

§ 2º As instituições federais de ensino superior que não conseguirem implementar as diretrizes contidas no *caput* deste artigo serão avaliadas pelo Conselho Superior, que sugerirá ações a serem implementadas para que se atinjam as condições previstas neste artigo.

§ 3º Após cinco anos da promulgação desta Lei, se a soma dos recursos destinados a pessoal para todas as instituições federais de ensino superior ultrapassar oitenta e cinco por cento do total dos recursos destas, a União, após processo de avaliação, apontará recursos suplementares de forma a restabelecer a condição de que o comprometimento máximo do orçamento de cada instituição com pessoal não ultrapasse oitenta e cinco por cento.

Art. 26 As Universidades Públicas Federais poderão estabelecer valores destinados a remunerar serviços e atividades, definidos pelo conselho superior competente de cada instituição.

Capítulo V

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27 A Universidade Federal criada ou instituída sob a forma de autarquia ou fundação de direito público, integrante da Administração Pública Federal na data da publicação desta Lei, fica transformada em ente jurídico de direito público denominado Universidade Pública Federal, com as características próprias atribuídas pela Constituição Federal, por esta Lei, pelos diplomas legais de instituição e pelos respectivos estatutos.

Parágrafo único. As demais instituições federais de ensino superior conservam as características, atribuições e prerrogativas que lhes foram conferidas pelos respectivos diplomas legais de constituição, às quais são acrescidas as disposições desta Lei, especialmente as referidas no Capítulo IV e nos artigos seguintes deste Capítulo.

Art. 28 No exercício da autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial, as Universidades Públicas Federais adotarão critérios específicos na organização e desenvolvimento das referidas áreas, conforme previsto nesta Lei, e não estão subordinadas às normas gerais ou especiais emanadas dos órgãos centrais ou setoriais integrantes da Administração Pública Federal, inclusive da Presidência da República.

Art. 29 As instituições federais de ensino superior ajustarão gradativamente seus orçamentos de forma a respeitar o disposto no art. 25 desta Lei, dentro do prazo máximo de cinco anos a partir de sua regulamentação.

§ 1º Nos primeiros cinco anos de vigência desta Lei, a União complementará, com recursos adicionais em relação ao art. 20 desta Lei, o orçamento das instituições federais de ensino superior que apresentarem custos de pessoal superiores a oitenta e cinco por cento e inferiores a cem por cento de seu orçamento, de modo que os recursos de outros custeios e capital atinjam o limite mínimo de quinze por cento, não sendo permitida a ampliação dos recursos destinados ao pagamento das despesas com pessoal.

§ 2º Nos primeiros cinco anos de vigência desta Lei, as instituições federais de ensino superior que apresentarem necessidades de recursos de pessoal superiores a cem por cento daqueles previstos no § 3º do art. 25 desta Lei, deverão sofrer uma análise especial por parte do Conselho Superior, que sugerirá ações a serem implementadas para que se atinjam os limites ali estabelecidos.

ANEXO I – Proposta de um Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais – 2002

§ 3º Os recursos para programas de expansão e de melhoria da qualidade do ensino superior estabelecidos no art. 21 desta Lei poderão ser utilizados excepcionalmente nos primeiros cinco anos após a sua promulgação, para atender soluções emergenciais surgidas para adaptação das instituições federais de ensino superior às suas diretrizes.

Art. 30 As despesas com o pagamento de precatórios que tenham origem em legislação do período anterior à promulgação desta Lei, ou decorrentes de atos posteriores que não tenham decorrido de decisão emanada das instituições federais de ensino superior, serão cobertas pela União com recursos dedicados especificamente a este fim pelo Tesouro Nacional, não fazendo parte dos recursos definidos no art. 212 da Constituição Federal.

Art. 31 O primeiro mandato dos representantes do Conselho Superior, referidos nos incisos I e II do art. 17 desta Lei, será de três e dois anos, respectivamente.

Art. 32 As instituições federais de ensino superior adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei no prazo de até cento e oitenta dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 33 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO J – Dois sindicalistas são mortos em São Carlos – OESP 13/06/1994

C6 - O ESTADO DE S. PAULO

CIDADES

SEGUNDA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1994

Manhã de ontem foi a mais fria dos últimos 5 anos

Temperatura caiu a 6,5 graus e reforçou previsão de inverno mais rigoroso este ano

A massa de ar polar, que desce de quinta-feira está mantendo as temperaturas baixas na madrugada e ao amanhecer, deixou a Capital com mais frio de inverno na manhã de ontem: os termômetros atingiram 6,5 graus. Foi a temperatura mais baixa desta ano registrada no Mirante de Santana, estação do 7º Distrito de Meteorologia, órgão do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), na Zona Norte da Capital. De acordo com a meteorologista da Agência Estado, Patrícia Diehl, foi também a temperatura mais baixa ocorrida no mês de junho dos últimos cinco anos, e confirma a tendência de que o inverno, que começa no próximo dia 21, de 11h49, será mais rigoroso que o do ano passado.

A Accu-Weather, empresa norte-americana de meteorologia, está prevendo temperaturas mais altas nos próximos dias, quando a mínima deve ficar por volta de 10 graus e a máxima pode atingir 27. A previsão para hoje é de dia ensolarado em todo o Estado. A exceção é a região leste, onde o tempo pode ficar nublado de manhã.

Queda de temperatura: nevoeiro e frio nas manhãs da cidade

Bandidos do Rio resgatam 13 presos de delegacia e presídio

Grupo tirou 10 presos da 50ª DP; outro garantiu fuga de 3 no presídio Evaristo de Moraes

RIO — Bandidos cariocas colocaram em prática ontem dois planos de fugas espetaculares em uma delegacia e em um presídio. Um grupo armado invadiu a 50ª Delegacia Policial, em Itaguaí, na Zona Oeste, resgataram dez presos, danificaram equipamentos e roubaram todas as armas que estavam no prédio. No presídio Evaristo de Moraes, três presos condenados — entre eles, Rogério de Castro Primo, o Índio, transferido há 15 dias para o isolamento depois que a polícia descobriu que ele havia comprado a fuga por US\$ 30 mil — fizeram dois agentes penitenciários de reféns e, com pistolas apontando para suas cabeças, atravessaram o pátio e chegaram à rua.

Na delegacia de Itaguaí, dez homens encapuçados e armados ocuparam o prédio às 4 horas e, aos gritos de "é o bicho", cortaram os fios dos telefones, danificaram o rádio-transmissor da delegacia e agrediram dois policiais. Eles resgataram os assaltantes de banco Olavo Vicente Soares Ferreira e

Renato de Almeida Roberto, apontados como membros da quadrilha do traficante Saldade, do conjunto residencial Antares, em Santa Cruz.

Além deles, também foram soltos os sequestradores Marcelo Robaina e Humberto Souza, os assaltantes Ricardo Bastos de Costa, Jurandir de Jesus Silva e Sebastião da Silva e os homicidas Elton dos Santos e Hilton Gonçalves de Souza. O grupo espancou o detetive Waldir da Silva e forçou a escritora Elvete Sandra a abrir a sala onde estavam guardadas as armas. Os bandidos levaram três escopetas calibre 12, três metralhadoras e três revólveres 38, além de cinco armas de fogo.

Presídio — Às 10h30, três presos do presídio Evaristo de Moraes, em São Cristóvão, na Zona Norte, fizeram dois agentes penitenciários de reféns e trocaram tiros com a PM. Armados com duas pistolas calibre 38, Rogério de Castro Primo, o Índio, Raimundo Alves de Bena e Rogério Martins tomaram

como reféns os agentes penitenciários Félix da Silva Felen e Lourival dos Santos.

Os três fugitivos, com os reféns na mira das pistolas, atravessaram os 200 metros que separam o pátio da rua trocando tiros com os policiais militares. Duas mulheres que visitavam parentes acabaram feridas, sem gravidade.

Os fugitivos tinham a cobertura de outros comparsas que os aguardavam do lado de fora armados com fuzis AR-15 e metralhadoras 9 mm. Todos fugiram após uma Parati vegetal e um Monza branco. A PM aguarda para serem passadas para os fugitivos por agentes penitenciários que venderiam a fuga de Índio. Há duas semanas a polícia transferiu Índio para o isolamento na Galeria C, depois de descobrir que ele havia comprado a fuga por US\$ 30 mil. Quatro agentes, cujos nomes não foram revelados, estavam envolvidos na operação de fuga. Dois deles já foram afastados da PM e os outros dois foram transferidos para outras unidades policiais.

ARMAS DA DELEGACIA FORAM ROUBADAS

Dois sindicalistas são mortos em São Carlos

NEIDE MARIA SILVA

SÃO CARLOS — Dois dirigentes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) foram assassinados na madrugada de ontem, em São Carlos. José Luis Sundermann, de 37 anos, e sua mulher Rosa Herminia Sundermann, também de 37 anos, foram executados dentro da própria casa. Os dois foram baleados na cabeça.

Dois delegados da Polícia Militar, Carlos Eduardo, de 17 anos, encontrou os corpos na sala. O delegado Félix Taveira descartou a possibilidade de latrocínio, porque nada foi roubado e não havia sinais de violência, arrombamento ou luta corporal.

O casal saiu no sábado à noite para jantar em um restaurante com os dois filhos e os pais de José Luis Sundermann. Por volta da meia-noite, Sundermann levou a filha menor e seus pais para casa e o filho mais velho em uma festa no centro. O casal voltou para casa. José Luis Sundermann era atualmente vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de São Carlos, do qual já tinha sido presidente nos últimos dois anos e membro da direção nacional da Federação

dos Servidores das Universidades. Era também diretor da CUT regional. Rosa Hernandez era membro da direção nacional do PSTU. Os corpos foram velados até as 17 horas de ontem, no saguão dos alunos da Universidade Federal, com a presença de centenas de servidores, professores e sindicalistas.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de São Carlos, Antônio Donizete da Silva, a morte dos dois sindicalistas é uma "exceção política". Segundo ele, o sindicato do PSTU e a Bateria da Universidade não lideram um movimento para a aprovação completa do caso. Ele lembrou que Sundermann e Rosa tiveram expressiva liderança nas greves de férias-férias carentes e laranjeiras, há cerca de um ano, quando chegaram a enfrentar alguns problemas de violência. "Nos últimos meses, estivemos numa fase mais tranquila e não temos informação sobre qualquer ameaça que o casal tivesse sofrido", afirmou Silva.

Os membros do sindicato atribuem os crimes a profissionais que não houve arrombamento na casa e os vizinhos não ouviram tiros. O delegado Félix Taveira atribui o crime a uma vingança por motivos pessoais ou sindicais.

DELEGADO ACREDITA QUE SE TRATA DE VINGANÇA

Assine o ESTADÃO.

É muito mais negócio.

ESTADÃO
É muito mais jornal

SIM quero assinar o ESTADÃO com todo conforto em meu endereço. Minha opção é: (faça um "X")

REGIÃO	Classe de entrega (diária e semanal)	4 MESES	6 MESES	12 MESES
SP, RJ, PR, MG e SC	Pré-pago (em URV)	R\$ 12,50	R\$ 18,75	R\$ 37,50
MT, MS, GO, RS, DF e ES	Pré-pago (em URV)	R\$ 12,50	R\$ 18,75	R\$ 37,50
BA e PE	Pré-pago (em URV)	R\$ 12,50	R\$ 18,75	R\$ 37,50
Outros Estados e via Correio	Pré-pago (em URV)	R\$ 12,50	R\$ 18,75	R\$ 37,50

Pagarei: (marque com um "X") ☐ Cartão de Crédito ☐ Cobrança Bancária

Nome do Cartão: _____ Validade: ____/____/____

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CIC: _____ Tel.: _____

Assinatura: _____

SE PRECISAR ASSINAR TELEFONE:
Na Grande São Paulo: **858-9900**
De Segunda a Sexta-feira: **14-9000**
NÃO MANDE DINHEIRO AVANÇADO

PROMOÇÃO VÁLIDA POR TEMPO LIMITADO

ISR-40-2668/83
U.P. AG. CENTRAL
DR/SAO PAULO

CARTÃO-RESPOSTA

Não é necessário selar.

O selo será pago por:

B.A. O ESTADO DE S. PAULO

AV. D. de Almeida

O esquema Parreira funciona?

A contagem regressiva começou. Desta vez o Brasil chega lá? O que o Brasil ganha com o tetra? Não perca estes e outros assuntos no programa Fogo Cruzado desta segunda-feira, comandado por Alexandre Machado

**F O G O
CRUZADO**

Morre em queda de avião fugitivo da polícia da BA

CATIA MEDRADO

O ex-diretor superintendente da empresa de latifúndios Alimbo, Otto Willy Jordan, fugitivo da polícia baiana, morreu no final da tarde de sexta-feira, na cidade paraguaia Cruz de Bela Vista, num acidente ocorrido quando o avião que pilotava caiu depois de uma manobra acrobática.

Jordan era acusado de ter assassinado, em junho de 1991, a comerciante Rosemeire Neves de Albuquerque. Ela foi morta com um tiro no peito, no interior de um luxuoso apartamento do edifício Manhattan Fls. Beal-dene, no bairro da Pituba, em Salvador.

Jordan esteve preso por alguns meses na Casa de Detenção de Salvador, mas conseguiu fugir de Hospital Espanhol, onde estava internado para tratamento médico.

Na sexta-feira, ele fazia acrobacias no avião que ganhara, do qual, quando ocorreu uma pane no motor e o aparelho caiu. Jordan estava morando na cidade de Pedro Juan Caballero, a 40 quilômetros de Cruz de Bela Vista.

ANEXO J – Dois sindicalistas são mortos em São Carlos – OESP
13/06/1994

Dois sindicalistas são mortos em São Carlos

NEIDE MARIA SILVA

SÃO CARLOS — Dois dirigentes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) foram assassinados na madrugada de ontem, em São Carlos. José Luís Sundermann, de 37 anos, e sua mulher Rosa Hernandez Sundermann, também de 37 anos, foram executados dentro da própria casa. Os dois foram baleados na cabeça.

Ao chegar em casa, às 3 horas, o filho mais velho do casal, Carlos Eduardo, de 17 anos, encontrou os corpos na sala. O delegado Félix Tavelin descartou a possibilidade de latrocínio, porque nada foi roubado e não havia sinais de violência, arrombamento ou luta corporal.

O casal saiu no sábado à noite para jantar em um restaurante com os dois filhos e os pais de José Luís Sundermann. Por volta da meia-noite, Sundermann levou a filha menor e seus pais para casa e o filho mais velho em uma festa no centro. O casal voltou para casa.

José Luís Sundermann era atualmente vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de São Carlos, do qual já tinha sido presidente nos últimos dois anos e membro da direção nacional da Federação

dos Servidores das Universidades. Era também diretor da CUT regional. Rosa Hernandez era membro da direção nacional do PSTU. Os corpos foram velados até as 17 horas de ontem, no saguão da Reitoria da Universidade Federal, com a presença de centenas de servidores, professores e sindicalistas.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de São Carlos, Antônio

Donizete da Silva, a morte dos dois sindicalistas se deve a uma "execução política". Segundo ele, o sindicato, o PSTU e a Reitoria da Universidade irão liderar um movimento para apuração completa do caso. Ele lembrou

DELEGADO
ACREDITA QUE
SE TRATA DE
VINGANÇA

também que Sundermann e Rosa tiveram expressiva liderança nas greves de bóias-frias canavieiros e laranjeiros, há cerca de um ano, quando chegaram a enfrentar alguns problemas de violência. "Nos últimos meses, estávamos numa fase mais tranqüila e não temos informação sobre qualquer ameaça que o casal tivesse sofrido", afirmou Silva.

Os membros do sindicato atribuem os crimes a profissionais, já que não houve arrombamento na casa e os vizinhos não ouviram tiros. O delegado Félix Tavelin atribui o crime a uma vingança por motivos pessoais ou sindicais.

ANEXO K – Sindicato pede solução para caso Sunderman – FSP 11/06/1995

FOLHA DE S. PAULO - Domingo, 11 de junho de 1995

folha nordeste

cidades 10,7

ENTREVISTA DE DOMINGO

Sindicato pede solução para caso Sunderman

Ato público promovido por funcionários da UFSCar marca aniversário da morte do casal de sindicalistas de São Carlos

Antonio Donizetti da Silva fixa cartaz contra impunidade

Como foi a atuação da polícia nas primeiras horas do crime?

Silva - A gente acha que os policiais pecaram em algumas coisas. Além das fotos do local do crime, que queimaram, achamos que a polícia liberou o local muito rápido. No inquérito, foram ouvidas várias pessoas, inclusive da universidade, amigos, familiares e uns funcionários da Usina Ipiranga, que é de quem a gente mais suspeita.

Folha - Por que a Usina Ipiranga?

Silva - Em 93, os bônus-frias da usina Descalvado, procuraram o sindicato pedindo nosso apoio em um movimento grevista. O Zé Luis e a Rosa foram imediatamente inseridos nessa greve e dirigiram o movimento, que durou cerca de um mês, no início da safra. Exatamente um ano depois, justamente no início da safra, eles morreram. Na época do crime já existiam indícios de nova mobilização.

Folha - Quem administrava a

Usina Ipiranga?

Silva - Ela é arrendada, não sei se ainda é o mesmo dono. Na época era uma família de sobrenome Tito. Evidentemente, a gente nunca fez acusação direta a ele. A gente só fala o seguinte: os indícios levam a isso.

Folha - O Zé Luis falou alguma vez que teria sido ameaçado de morte?

Silva - Ele falava de telefonemas anônimos em que pessoas ligavam e diziam: "Fica na sua". Isso é comum para a gente que é sindicalista, principalmente quando está acontecendo algum movimento grevista.

Folha - Quem da usina Ipiranga foi ouvido?

Silva - Dois funcionários e também o capitão Souza, da PM, que comandou o policiamento naquela greve e teve diversas discussões com o Zé Luis. O depoimento do capitão nos deixou indignados porque é contrário em relação ao dos funcionários da Usina. O advogado

pediu acareação, mas até agora a polícia não fez.

Folha - Que tipo de contradição havia nos depoimentos?

Silva - O Zé Luis fez parte da mesa de negociações na greve dos canaveiros e o capitão Souza negou. Os funcionários da usina confirmaram. O capitão tentava dizer que o Zé Luis não significou nada na greve e, portanto, não haveria interesse em promover qualquer tipo de represália. Outro fato muito importante é que a vereadora Julieta Lui, do PT, recebeu uma denúncia anônima dizendo que na época dos crimes um pistoleiro conhecido foi visto na casa do usineiro Humberto Tito. Até hoje a polícia está tentando ouvir esta pessoa por carta precatória.

Folha - O que vocês fizeram para cobrar maior rigor nas investigações?

Silva - Tivemos duas audiências com o ministro da Justiça e com o secretário estadual de Segurança. Foi provocada por uma correioada ou um instrumento postado. Quando atiraram, ela pode ter colocado o braço na frente do rosto - o que explicaria o percurso da bala que entrou no antebraço e caiu na altura do cotovelo antes de se ajeitar na parede.

O caso morreu na hora. Os corpos foram encontrados pelo filio mais velho, por volta das 2h da madrugada.

A polícia não tem suspeitos do crime. O inquérito ainda está aberto para apurar a autoria do assassinato.

Folha - Como agiu a polícia logo que os corpos foram encontrados?

Pedro Luiz Nogueira Zanini - O fato ocorreu durante um plantão de sábado para domingo. A PM foi comunicada de um homicídio, mas quem primeiro compareceu ao local foi o Corpo de Bombeiros.

Folha - O presidente do Sinfuscar, Antonio Donizetti da Silva, diz que as fotos tiradas dos corpos queimaram. O que aconteceu?

Zanini - Houve um problema técnico com o filme e ele está anexo ao processo. Só saiu uma foto do casal no local dos fatos. É suficiente e foi feita logo em seguida ao encontro dos corpos. O que importa é a presença dos policiais no local do crime e o levantamento que fizeram.

Folha - O sindicalista critica o fato de o local do crime ter sido liberado muito rapidamente. Qual é o procedimento normal?

Zanini - Não foi liberado

epílogo de uma greve em Descalvado, da qual participou o casal. Foi ouvido porque aventouse a hipótese de que ele teria andado atrás do casal.

Folha - Como estão as investigações atualmente?

Zanini - Todos os caminhos estão sendo investigados. Recentemente mandamos uma carta precatória para o Pará, tendo em vista uma denúncia anônima mandada para uma vereadora de São Carlos (Julieta Lui, do PT). Estamos aguardando resposta.

Folha - A denúncia anônima é de que ele estaria na casa do dono da usina Ipiranga?

Zanini - Tudo isso está sendo investigado pelo SIU (Setor de Investigações Gerais).

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

O delegado Pedro Zanini durante entrevista em São Carlos

epílogo de uma greve em Descalvado, da qual participou o casal. Foi ouvido porque aventouse a hipótese de que ele teria andado atrás do casal.

Folha - Como estão as investigações atualmente?

Zanini - Todos os caminhos estão sendo investigados. Recentemente mandamos uma carta precatória para o Pará, tendo em vista uma denúncia anônima mandada para uma vereadora de São Carlos (Julieta Lui, do PT). Estamos aguardando resposta.

Folha - A denúncia anônima é de que ele estaria na casa do dono da usina Ipiranga?

Zanini - Tudo isso está sendo investigado pelo SIU (Setor de Investigações Gerais).

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Folha - O sindicalista fala da usina Ipiranga. A polícia chegou a ouvir dois funcionários e também o capitão Ricardo de Souza Ferreira que ainda presta serviços à PM?

Zanini - O capitão Souza estava mandando apurar o caso.

Folha - A polícia até hoje não tem um suspeito?

Zanini - Não. Algumas suspeitas, mas foram investigadas e descartadas. A polícia tem se empenhado ao máximo. Se não estivermos empilhados, já seríamos mandados apurar o caso.

Sindicalistas foram mortos com tiros na cabeça

Do correspondente em Araraquara

O sindicalista José Luis Sundermann, 37, e sua mulher, Rosa Hernandez Sundermann, 38, foram mortos com tiros na cabeça na sala de sua casa, no dia 12 de junho do ano passado.

Na noite do crime, o casal e os dois filhos - Raquel, então com 13 anos, e Carlos Eduardo, com 17 - tinham ido jantar juntos em um restaurante.

Na volta, a filha mais nova ficou na casa dos avós e Carlos Eduardo ficou na cidade para ir a um barzinho onde encontraria com amigos.

O casal voltou sozinho para casa por volta da meia-noite. Tudo indica que os assassinos estavam à espera quando eles se sentaram para assistir televisão na sala.

As investigações levam a crer que a porta da sala poderia estar aberta na hora do crime.

Segundo Antonio Donizetti da Silva, uma rinite (doença alérgica das vias respiratórias) fazia com que José Luis deixasse a porta aberta enquanto assistia TV por sentir muita falta de ar.

Ele morreu com um rolo de papel higiênico entre os dedos. As balas entraram pelo lado esquerdo de seu rosto, como se ele olhasse para a TV na hora que levou os tiros, vindos da porta.

A mulher poderia estar sentada no sofá de frente para a porta e deve ter visto os assassinos e esboçado reação, já que apresentava uma perfuração no maxilar.

A Polícia Técnica não conseguiu identificar se a perfuração

foi provocada por uma correioada ou um instrumento postado.

Quando atiraram, ela pode ter colocado o braço na frente do rosto - o que explicaria o percurso da bala que entrou no antebraço e caiu na altura do cotovelo antes de se ajeitar na parede.

O caso morreu na hora. Os corpos foram encontrados pelo filio mais velho, por volta das 2h da madrugada.

A polícia não tem suspeitos do crime. O inquérito ainda está aberto para apurar a autoria do assassinato.

(FF)

Usineiro e PM não comentam

Do correspondente em Araraquara

O capitão da Polícia Militar Ricardo de Souza Ferreira, ouvido no inquérito sobre a morte do casal Sundermann, foi procurado pela Folha para dar falas sobre o assunto.

A informação obtida no Batalhão de São Carlos foi de que ele estava fora, a serviço, e por isso não poderia retornar às ligações.

A assessoria de imprensa da Usina Ipiranga informou que o industrial Humberto Tito não iria se pronunciar sobre o assunto porque não tem nenhum envolvimento com o caso e nem é citado no inquérito.

Uma denúncia anônima recebida pela vereadora do PT, Ju-

lieta Lui, dizia que "um conhecido pistoleiro foi visto na época na casa do usineiro".

Lui disse que recebeu o telefonema anônimo às 7h30 do dia 9 de setembro do ano passado. A pessoa dizia que o fazendeiro Jairo de Andrade, do Pará, era "amigo e irmão do antigo dono da usina Ipiranga".

Segundo ela, o telefonema não citava nominalmente Tito. "A pessoa pediu que eu pagasse a lou de seu fazendeiro, publicada em jornais do dia anterior, e levasse para a Usina Ipiranga porque esta pessoa teria estado por lá na época", afirmou a vereadora.

SHAMPOOS IMPORTADOS

Importação direta de cosméticos americano a partir de R\$ 1,98

Atendemos no atacado
Ligue (016) 623-2097

American Dreams
IMPORTADOS

AR CONDICIONADO UDULAR

A mais completa distribuidora de condicionadores de ar do interior.

9.000 BTUs
R\$ 650,00 à vista

3 anos de garantia

Springer Carrier

UDULAR (016) 625-5411

R. Saldanha Marinho, 225 - Ribeirão Preto - SP

NO ANIVERSÁRIO DE RIBEIRÃO FUJI 23 FAZ A FESTA

Na revelação ou compra de filmes, você participa da festa de aniversário de RIBEIRÃO, ganhando muitos prêmios na hora!

FUJI 23

9 de julho, 977 e Barão, 1037
Ribeirão Preto - SP

recorte aqui e deposite na urna, até dia 20/06 nas lojas Fuji 23

8º CAMPEONATO BRASILEIRO DE BALONISMO

Preencha este cupom e responda:
Qual o número do balão Fuji?

Nome: _____
Endereço: _____

PRÊMIO: câmera fotográfica Fuji DL 25
SORTEIO: 20/06/95
LOCAL: 9 de julho, 977
PARTICIPE E BOA SORTE!